

PERCALÇOS IMAGÉTICOS
ÀS **AVESSAS** DO
ALFABETISMO: A PERCEÇÃO
DA **PAISAGEM** DO
CENTRO DE SÃO PAULO

209
524
13

JAIRO BASTIDAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

JAIRO ALDEMAR BASTIDAS GUSTIN

**PERCALÇOS IMAGÉTICOS ÀS AVESSAS DO
ALFABETISMO: A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM DO
CENTRO DE SÃO PAULO**

Rio Claro

2013

JAIRO ALDEMAR BASTIDAS GUSTIN

PERCALÇOS IMAGÉTICOS ÀS AVESSAS DO ALFABETISMO:
A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM DO CENTRO DE SÃO PAULO

Tese apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Organização do Espaço do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp de Rio Claro, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientação: Profa. Dra. Solange T. de Lima Guimarães

Co-orientação: Prof. Dr. Humberto Tetsuya Yamaki

Rio Claro

2013

910h.38141 Bastidas, Jairo Aldemar Gustin
B326p Percalços imagéticos às avessas do alfabetismo: a percepção da paisagem do centro de
São Paulo / Jairo Aldemar Gustin Bastidas. - Rio Claro, 2013
324 f. : il., figs., quadros, fots., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências
Exatas
Orientador: Solange T. de Lima Guimarães
Coorientador: Humberto Tetsuya Yamaki

1. Geografia urbana - São Paulo (SP). 2. Percepção São Paulo analfabetos. 3. Percepção
ambiental. 4. Paisagem urbana. 5. Analfabetismo. 6. Imagem da cidade. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

JAIRO ALDEMAR BASTIDAS GUSTIN

PERCALÇOS IMAGÉTICOS ÀS AVESSAS DO ALFABETISMO:
A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM DE SÃO PAULO.

Tese apresentada para o Programa de Pós- Graduação
em Geografia, área de concentração em Organização do
Espaço do Instituto de Geociências e Ciências Exatas
da Unesp de Rio Claro, como requisito para obtenção
do título de Doutor em Geografia.

Orientação: Profa. Dra. Solange T. de Lima Guimarães

Co-orientação: Prof. Dr. Humberto Tetsuya Yamaki

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Solange T. de Lima Guimarães
Depto. de Geografia – Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Profa. Dra. Letícia Peret Antunes Hardt
Escola de Arquitetura e Design
Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR

Prof. Dr. José Xaides de Sampaio Alves
Depto. de Arquitetura, Artes e Comunicação
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Prof. Dr. Luis Antonio Jorge
Depto. de Projeto – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo – USP

Profa. Dra. Bernadete A. C. de Castro Oliveira
Depto. de Planejamento Territorial e Geoprocessamento
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Rio Claro, 09 de dezembro de 2013

*In Memoriam a mi Madre
que en el sendero final de este trabajo partió
a un encuentro celestial. Te recordamos infinitamente.
Gracias por tu amor, gracias por todo!*

Agradecimentos

A Deus por ser fornecedor constante de infindáveis bênçãos ao longo de toda minha existência. Estas sempre foram subsídios grandiloquentes para o enfrentamento de desafios e vicissitudes.

Aos meus pais Nery e Gilberto que sempre foram além das suas possibilidades. Com a ajuda divina e seu afeto irrefutável, confiança irrestrita, visão prospectiva, etc. sempre tiveram a coragem de enveredar seus filhos pelos trilhos do crescimento espiritual e aprimoramento intelectual.

Aos meus irmãos Mauricio, Ronal, Gladys e Sergio e famílias pelo apoio inabalável. Não obstante a distância, mais ou menos significativa, nunca se abstiveram de explicitar sua ajuda incondicional.

À minha esposa Rosana por ser inspiração e suporte permanente. Ela trafegou junto comigo com paciência e dedicação nesta abstrusa caminhada, tendo a destreza de amparar minhas múltiplas ausências.

À Profa. Dra. Solange que em virtude de sua aguçada assertividade possibilitou dissímeis desdobramentos desta pesquisa. Suas permanentes contribuições foram fundamentais, pois desencadearam valiosas reflexões. Nesta trilha constitui-se não apenas na minha mestra, mas em âncora para contornar situações alheias ao estudo apresentado.

À Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro e ao Prof. Dr. João Pedro Pezzato que participaram da Banca do Exame de Qualificação e elucidaram com circunspeção pontos passíveis de aprimoramento.

À Professora Ms. Maria Elaine Kohlsdorf porque seus ensinamentos jamais param de ressoar, de forma pregnant, no fascinante universo do esquadramento dos processos perceptivos.

Aos estudantes da Escola Duque de Caxias que integraram a amostra deste estudo e

gentilmente se dispuseram a colaborar. Sua peculiar percepção espacial instigará novos mergulhos acadêmicos no ensejo de compreender as inesgotáveis feições da paisagem.

Ao corpo docente da Escola Duque de Caxias, em especial, à Professora Gisélia que ministra as aulas de alfabetização para adultos e à Diretora Andréa que permitiram a efetivação das tarefas do estudo.

Aos meus familiares e amigos que estão mais perto ou mais distantes porque sei que sua torcida também é uma inspiração muito importante para desbravar os caminhos da pesquisa.

Aos meus colegas professores da Universidade, em especial, à Ana Paula, Valério, Tiago, Glacir, Cláudia, Renata, Nilce e Paula que em diálogos constantes, divagações instigantes e escutas compreensivas também fizeram parte desta conquista.

Aos Professores, funcionários e grupo de colaboradores da UNESP, campus de Rio Claro (SP), em especial do IGCE, pela presteza e atendimento durante o período de estudos nesta Instituição.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente, em momentos descompassados, cooperaram no desenvolvimento desta tese.

Resumo

Esta pesquisa perscruta os princípios morfológicos que regem as expectativas topoceptivas de pedestres semianalfabetos numa paisagem urbana. O estudo experimental, de escopo qualitativo, esteve balizado pela corrente interacionista e diversos instrumentos práticos (representativos e orais). Estabeleceu-se um recorte espacial incluindo as principais espacialidades do triângulo histórico do centro de São Paulo e algumas áreas adjacentes, onde moram os cinco integrantes da amostra. Acredita-se que a disposição excessiva e proposital de feições tipológicas heterogêneas, advindas da globalização, deturpa a apreensão dos conjuntos existentes. Destarte, a paisagem urbana explicita quadros perceptivos complexos, fragmentados e desarticulados que repercutem na legibilidade lábil. Não obstante, os entrevistados admitam frequentar esta espacialidade resulta enigmático evidenciar como a recopilção das informações visuais está atravancada por alguma instância (objetos e/ou circunstâncias). *Grosso modo* esboçou-se uma vertente explicativa associada ao poder da pregnância visual de alguns elementos arquitetônicos, isto é, os marcos visuais de Lynch, cujo liame mais forte converge com vários dos conjuntos edílios ancestrais do centro. Entretanto, comprovou-se também a imperiosa tendência dos respondentes das escolhas pragmático-funcionais dos algarismos numéricos para sua sobrevivência. O cenário salientado corrobora o papel indispensável das articulações contextuais advindas das dimensões socioculturais que possibilitam o declínio ou dissipação de alguns entraves específicos. Esta circunstância revela a existência de padrões intrínsecos de operância e decodificação da paisagem urbana, considerados ímpares, mas possuidores de valia análoga à dominada pelos sujeitos circunscritos à égide grafocêntrica. Promulga-se a importância da construção de mapas mentais singulares atrelados a sua experiência cotidiana e, ao mesmo tempo, o rebatimento de camadas de processos cognitivo-imagéticos, que se erguem isoladamente e que deslocam de modo dinâmico, em certos momentos, no ensejo de responder às necessidades espaciais pontuais. Este cenário explicita um embate entre o caráter expansivo e vertiginoso dos fluxos globalistas e as associações perceptivo-espaciais criadas pela configuração central de São Paulo que ficam reféns de interpretações contraditórios e/ou dicotômicas. O entendimento contraposto desta última assertiva viabilizaria a ruptura de restrições para ponderar aspectos espaciais e a-espaciais que ecoam na vivência espacial, sobretudo dos estigmatizados analfabetos. Concluiu-se que a utilização das variáveis culturais- educativas, como decantadoras transversais do entendimento espacial, permite facilitar o aparamento das arestas decorrentes das interferências encontradas na urbe metropolitana de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: São Paulo. Percepção Ambiental. Paisagem Urbana. Analfabetismo. Imagem das Cidades. Morfologia Urbana.

Abstract

This research investigates the morphological principles that rule topoceptive expectations of semi-illiterates pedestrian in an urban landscape. The experimental study, scope qualitative was determine by interactional approach and some practical tools (representative and oral). Established a spatial area including the main spatiality of the historic triangle of the São Paulo's center and some adjacent areas inhabited by the five members of the sample. It is believed that the excessive disposition and purposeful of heterogeneous typological features, resulting from globalization, misrepresents the apprehension of existing sets. Thus, the urban landscape explicit cadre perceptive complex fragmented and disjointed that impact on transitory legibility. Nevertheless, interviewee admit attend this spatiality, is enigmatic evidence how the compilation of visual information is block by some instance (objects and / or circumstances). Roughly sketched up an explicative approach associated to the power of visual pregnant of some architectural elements, this is, visual landmarks of Lynch, whose stronger bond converges with some ancestral idyllic sets of the center. However, it was also proved the imperious tendency of respondents choices of functional pragmatic of the numeric symbols for their survival. The outlined scenario corroborates the indispensable role of the contextual joints resulting from sociocultural dimensions that enable the decline or dissipation of some specific barriers. This fact reveals the existence of intrinsic patterns of functioning and decoding of the urban landscape, considered to be unique, but they have value analogous to dominate by subject circumscribed to egis literate. Promulgates the importance of building singular mental maps individuals linked to their everyday experience and at the same time, the repel of layers of imagery cognitive processes that raise and move dynamically, at times, for the opportunity to respond specific spatial needs. This scenario make explicit an opposition between the expansive and vertiginous character of the global flows globalists and associations perceptive spatial created by the central configuration of São Paulo that are hostage of contradictory and/or dichotomous interpretations. Understanding opposed of the last proposition would allow the breaking of restrictions to consider spatial aspects and a-spatial that echo in the spatial life, especially of the stigmatized illiterate. It was concluded that the use of variables Culture -educational as transversal decant of spatial understanding , allows easy matching of the edges resulting from the interferences found in the metropolitan city of São Paulo.

KEY WORDS: São Paulo. Environmental Perception. Urban Landscape. Illiteracy. Image of Cities. Urban Morphology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Corte do olho	39
Figura 2 – Imagens da representação de São Paulo (edifícios e malha) elaborados por (S3) E (S5).....	188
Figura 3 - Maquete substrato elementos dispersos elaborada por (S1)	216
Figura 4 - Maquete substrato ordenações lineares elaborada por (S2).	216
Figura 5 - Maquete substrato composições concentradas elaborada por (S5).....	217
Figura 6 - Maquete substrato organização rural elaborada por (s1).....	218
Figura 7 - Maquete substrato organização urbana elaborada por (S5).....	218
Figura 8 - Desenho real do Mosteiro de São Bento elaborado por (S2).....	223
Figura 9 - Desenho de Fachadas estereotipadas dos edifícios elaborado por (S5).....	234
Figura 10 – Desenho do Percurso entre a Escola e o local de moradia elaborado por (S1).....	236

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Vista parcial da Praça da Sé a partir da entrada norte do metrô Sé.	188
Fotografia 2 – Vista do viaduto Boa Vista a partir do número 75 da Rua XV de Novembro	190
Fotografia 3 – Vista do Rio Tamanduateí. Observa-se na lateral esquerda, ao fundo, o Mercado Municipal.....	190
Fotografia 4 – Edifício Banespa ou Santander, ao fundo- (primeiro plano à direita Ed. Martinelli) a partir do cruzamento da Rua Libero Badaró e Av. São João.....	192
Fotografia 5 – Escultura apóstolo Paulo localizada no centro eixo da entrada principal da Igreja da Sé.....	196
Fotografia 6 – Vista da Rua Direita a partir aprox. do n. 20.....	198
Fotografia 7 – Vd Santa Ifigenia e Vd do Chá a partir do cruz. da Av. Prestes Maia e Av. Senador Queirós.....	198
Fotografia 8 – Rua 25 de Março a partir do número 607.....	199
Fotografia 9 – Terminal Parque Dom Pedro II a partir do número 607.....	200
Fotografia 10 – Conjuntos habitacional na Rua Helena Zerrenner, 53 na Baixada do Glicério.....	202
Fotografia 11 – Entrada principal da Catedral Metropolitana de São Paulo.....	205
Fotografia 12 - Detalhes pontuais (cúpula) da Catedral da Sé.....	206
Fotografia 13 - Praça Antônio Prado vista a partir da entrada do Edifício Banespa/Santander	214
Fotografia 14 - Mercado Mãezinha localizado na Rua Oscar Cintra Gordinho, 231.....	228
Fotografia 15 – Vista da Torre da Igreja de Nossa Senhora da Paz Rua Glicério, 228.....	229
Fotografia 16 - Edifício do Tribunal de Justiça 9 de julho e o Palacete Conde de Sarzedas na Rua Conde de Sarzedas altura do número 100.....	230

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação das principais dimensões abordadas por Piaget e Vygotsky.....	21
Quadro 2 – Comparação de tópicos abordados por Sitte, Sauer, Lynch, Cullen alguns dos responsáveis pela abordagem da paisagem urbano-rural nos séculos XIX e XX.....	73
Quadro 3 – Síntese dos principais estágios das crianças antes da escrita.....	123
Quadro 4 – Aspectos demográficos da amostra.....	177
Quadro 5 – Marcos de referência utilizados nos testes VOSP.....	224
Quadro 6 – Estágios da decodificação paisagística pelos semianalfabetos.....	277

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapeamento das áreas e edifícios tombados no centro de São Paulo.....	139
Mapa 2 - Uso e ocupação do solo do centro de São Paulo.....	140
Mapa 3 - Triângulos objeto de estudo da região central de São Paulo.....	142
Mapa 4 - Área objeto de estudo e localização das Escolas Públicas que possuem EJA.....	150
Mapa 5 - Endereços dos entrevistados com relação à Escola estadual Duque de Caxias.....	181
Mapa 6 - Igrejas católicas apostólicas romanas e de outras denominações religiosas no centro de São Paulo.....	209
Mapa 7 - Centro de São Paulo seus principais marcos de referência e alguns pontos importantes de serviços institucionais e comerciais.....	210
Mapa 8 - Percursos das trilhas urbanas no centro de São Paulo.....	213
Mapa 9 - Mapa mental da Baixada do Glicério a partir dos depoimentos dos integrantes da amostra.....	231
Mapa 10 - Percursos dos sujeitos da amostra entre a Escola e seu local de moradia.....	235

SUMARIO

INTRODUÇÃO _____	1
PARTE I _____	11
CAPÍTULO 1. A COGNIÇÃO HUMANA E OS PROCESSOS CORRELATOS ____	13
1.1 Piaget e Vygotsky: abordagens interacionistas diferenciadas _____	14
1.2 O conhecimento da realidade _____	23
1.2.1 Desenvolvimento cognitivo e percepção _____	25
1.2.2 Constâncias perceptivas _____	30
1.2.2.1 Constância de cor e luminosidade–brilho _____	31
1.2.2.2 Constância de tamanho _____	31
1.2.2.3 Constância da forma _____	32
1.2.2.4 Constância de localização _____	33
1.2.2.5 Constância do objeto _____	34
1.3 Processos e mecanismos da percepção _____	34
1.3.1 As sensações _____	35
1.3.1.1 A visão _____	38
1.3.2 A imagem _____	41
CAPITULO 2. A IMAGEM DA PAISAGEM URBANA _____	45
2.1 A paisagem urbana na história _____	47
2.1.1 Sitte: A estética do espaço urbano _____	48
2.1.2 Sauer: A morfologia e cultura na paisagem _____	52
2.1.3 Lynch: a análise da imagem citadina _____	59
2.1.4 Cullen: a visão serial da cidade _____	70
2.2 A globalização nas cidades _____	76
2.2.1 Esclarecimentos preliminares sobre a globalização _____	80
2.2.2 Globalização. das origens até a verticalização _____	82
2.2.3 Globalização: particularidades formais e (in)significado _____	86

CAPÍTULO 3. O ANALFABETISMO E O FUNCIONAMENTO DAS FEIÇÕES COGNITIVAS	93
3.1 Alfabetismo e letramento	96
3.2 A leitura e escrita: duas habilidades, infundável conhecimento	99
3.2.1 Leitura	101
3.2.2 A escrita	104
3.3 A evolução antes da escrita	116
3.3.1 Primeiro período	116
3.3.2 Segundo período	118
3.3.3 Terceiro período	121
3.4 Relação desenho e escrita	125
PARTE II	133
CAPÍTULO 4. A PAISAGEM DO CENTRO DE SÃO PAULO E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS IMAGÉTICOS	135
4. 1 Centro de São Paulo: sucinta cronologia e a configuração atual	137
4. 2 Metodologia	146
4.2.1 Recorte Espacial do centro de São Paulo	149
4.2.2 Caracterização da amostra	151
4.2.3 Instrumentos	155
4.2.3.1 Mapas mentais	156
4.2.3.2 Perfis de polaridade	159
4.2.3.3 Escala de Diferencial Semântico	159
4.2.4 Tarefas	160
4.2.4.1 Entrevistas	163
4.2.4.2 Maquetes	166
4.2.4.3 Desenhos	168
4.2.4.4 Teste VOSP	171
PARTE III	175

CAPITULO 5. FISSURAS DA PAISAGEM URBANA PELO PRISMA DA ALFABETIZAÇÃO. _____	177
5.1 Construindo uma classificação comparativa _____	182
5.1.1 Imaginário visual global _____	183
5.1.1.1 Elementos de caracterização Morfológica-Kohlsdorf / nível micro _____	185
5.1.1.1.1 Categoria de cortes ou projeções macro-ortogonais do espaço _____	187
5.1.1.1.2 Categoria de elementos compositivos _____	189
5.1.1.2 Elementos de caracterização Lynch / nível macro _____	196
5.1.1.3 Referenciais instrumentais adjacentes _____	212
5.1.1.3.1 Maquetes _____	212
5.1.1.3.2 Desenhos reais _____	222
5.1.1.3.3 Teste VOSP _____	224
5.1.2 Imaginário Visual local _____	226
5.1.2.1. O desenho das paisagens locais _____	232
5.1.2.1.1 Desenho da fachada da moradia _____	233
5.1.2.1.2 Desenho do percurso moradia-escola _____	235
5.2 Outras temáticas que permeiam a concepção da paisagem urbana _____	239
5.2.1 Uma classificação objetivante e o papel dos “outros” _____	239
5.2.2 Percorrendo os vestígios do novo _____	242
5.2.3 Vivenciando o espaço como pedestres _____	244
5.2.4 Inibidores e facilitadores da percepção _____	245
5.2.5 Outros fatores instigadores _____	249
 CAPITULO 6. ALFABETIZAÇÃO ALFABÉTICA OU NUMÉRICA: QUE TRILHA PERCORRER? _____	 255
6.1 Generalidades dos números e seu papel na vida o homem. _____	256
6.2 Uma aproximação ao trajeto cognitivo dos algarismos numéricos _____	262
6.3 Intersecções do número e da concepção socioespacial _____	265
6.4 Reconhecimento dos conjuntos paisagísticos urbanos _____	271
 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	 285

REFERÊNCIAS _____	297
APÊNDICES _____	311
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicada aos integrantes da amostra _____	313
APÊNDICE B - Imagens utilizadas nos testes VOSP _____	315
APÊNDICE C - Imagens de outras representações bidimensionais e tridimensionais elaboradas pelos integrantes da amostra _____	321

INTRODUÇÃO

Parafraseando Freire (1988) nenhuma pessoa “estréia” na vida precocemente atendendo a linguagem ou ainda lendo a palavra escrita. O primeiro contato do indivíduo é de modo irrevogável com o mundo e ambiente que o rodeia. Assim, este impulso inicial o induz a tentar estabelecer qual é a maneira mais fácil de ler e interpretar a realidade apelando aos processos perceptivos. Esta ordem lógica do ato de conhecer até hoje não tem precedentes que a subvertam.

Esta pesquisa está situada no campo geográfico, mais exatamente na seara dos estudos sobre percepção espacial. O enfoque principal é o esquadramento dos processos cognitivos que possibilitam aos semianalfabetos tornar as informações visuais da paisagem urbana fontes tangíveis de orientação e identificação dos lugares. O recorte espacial está circunscrito a uma porção histórica da região central da cidade de São Paulo que possui múltiplas facetas e infindáveis leituras. Esta escolha espacial foi balizada pelo significado e pregnância que esta região possui para os moradores de São Paulo e visitantes.

O debate sobre o espaço ultrapassou os limiares da filosofia e foi apropriado por várias áreas: geografia, arquitetura, urbanismo, psicologia, física, matemática, geometria, sociologia, etc. Até algumas décadas cada disciplina se escudava numa compreensão espacial particular, segundo necessidades próprias e objetivos específicos. Está situação se transformou e na produção científica contemporânea, diferentes autores convergem em que algumas das abordagens teórico-experimentais mais inovadoras estão atreladas ao estudo dos interstícios das áreas do conhecimento arroladas.

Não obstante a geografia nunca tenha abnegado o entendimento espacial do meio ambiente com seu prisma, incluída a cidade, a área da percepção das paisagens ganhou robustez quando incorporou contribuições advindas de estudos inter e multidisciplinares. Esta conotação ergueu-se a partir de associações dos elementos urbanos, não apenas com interesse físico, mas, mormente como detentores de valores e significados singulares. Isto é, adotando variáveis subjetivas para análise perceptiva das

expectativas de como os homens se relacionam com seu meio, neste caso com as paisagens das cidades.

Em linhas gerais, a maioria das sociedades sempre definiu a melhor ocupação do espaço como explicitação pretensa do seu livre arbítrio e em face de diversas condicionantes. Este tipo de apropriação dos elementos da paisagem é inerente à condição humana e é pautada pelo caráter irrestrito de acessibilidade e disponibilidade física. Em hipótese, esta assertiva funciona de modo flexível e coeso nas organizações democráticas, mas além da permeabilidade funcional dos deslocamentos é crucial a compreensão de como acontecem estas interfases em outros planos.

Os estudos perceptivos com foco conceitual plural comparecem neste momento no intuito de possibilitar a compreensão espacial sequencial da realidade vivenciada e permitir a legibilidade dos laços emotivos e culturais que as pessoas que usufruem do espaço criam com tal lugar. Este padrão de leituras espaciais é crucial, pois propicia a construção da identidade, empatia e apropriação com os lugares via valorização da maioria das partes constituintes da cidade.

A análise do espaço urbano com viés cognitivo/afetivo é legítima se consideramos que o entendimento da sua configuração e estrutura nos atuais momentos é dicotômica. Isto porque são incontestáveis as transformações velozes e ferozes às quais a paisagem está submetida pela tecnologia e processos de informação. Mas, ao mesmo tempo, resulta insensato pensar como num ambiente impregnado pelas questões visuais e aonde os indivíduos via de regra apelam com insistência às informações escritas, a nossa sociedade ainda carrega o lastro do analfabetismo.

Num espectro considerável de variações todos os sujeitos estão à espreita pelo reconhecimento dos lugares que transitam. Porém, acredita-se que a população analfabeta se defronta com algumas turbulências perceptivas dispare se comparadas aos pedestres escolarizados. Nesta perspectiva é pertinente abordar como a compreensão da paisagem urbana de São Paulo, negligenciando uma visão de inferioridade dos analfabetos. Assim, está tese visa a aproximação de como é elaborada a decodificação das feições morfológicas destas pessoas no ensejo de inferir o substrato preliminar do conhecimento espacial do homem.

Neste sucinto cenário crê-se que estes indivíduos, “invisíveis” aos processos alfabetizatórios da contemporaneidade, enfrentam embates perceptivos advindos de problemas que na maioria dos alfabetizados já foram superados. Isto é, os letrados vivem esporadicamente na infância uma espécie de “obscurantismo” em função das incipientes habilidades de lectoescrita, enquanto os analfabetos carregam precocemente esse empecilho, como todos, mas no seu caso peculiar esta situação se perpetua durante a vida adulta.

Se por uma parte, o cotejamento entre letrados e semianalfabetos é um tanto inócuo dada a abertura universal em termos estéticos, por outra, é coerente porque na paisagem urbana estamos lidando de modo direto com composições morfológicas arquitetônicas, que em hipótese não deveriam ter restrições. Nesta linha de raciocínio é evidente asseverar que a aproximação aos projetos edifícios implantados na cidade dispensa a utilização de um filtro com olhar especializado, diferente do aprofundamento em manifestações artísticas, como a composição musical, onde a formação é indispensável.

Vale a pena salientar que a cidade é uma entidade *sui generis*, que é mutável, configurada por uma miríade de facetas e está permeada pela variedade de práticas sociais nela desenvolvidas. Dentre estas é possível incluir a orientação, apropriação e/ou identificação dos lugares, sempre apelando a seu reconhecimento. Assim, pode-se conjecturar que a configuração das paisagens urbanas possui desempenhos relacionados às expectativas sociais, passíveis de avaliação mediante estudos geográficos e dimensões morfológicas da arquitetura.

A dimensão topoceptiva é uma área emergente da arquitetura que permite a sistematização das feições configuracionais, com a finalidade de deduzir quando um espaço fornece às pessoas uma melhor ou pior orientação e identificação. Para tal desígnio, a topocepção procura subsídios nas categorias perceptivas e imagéticas, que atuam como “peneiras” da realidade. Estas capacidades cognitivas são mais ou menos estáveis para todos os sujeitos. As irregularidades advêm da heterogeneidade do coletivo, isto é, dos diversos tipos de diferenças entre as pessoas para a apreensão e o entendimento da realidade.

Considera-se a realidade como o conjunto de elementos que os sujeitos vivenciam no decorrer da existência. Na abordagem de Dilthey (1992) o sujeito do conhecimento está inserido numa realidade eminentemente social que o torna, em certas conjunturas, pelo seu sentido passivo em objeto, mas, ao mesmo tempo, é sujeito ativo cujos processos cognitivos interagem com o mundo para percebê-lo. Nesta visão de mundo singular, os sujeitos ultrapassam os limiares ortodoxos para devassar categóricas nas dimensões histórico-geográficas e principalmente individuais.

Na individualidade existe uma margem de provável instabilidade associadas às questões do desenvolvimento físico, intelectual e aos distúrbios ou às doenças, efetivadoras dos maiores contrastes. Destarte, vários estudos explicitam que, por exemplo, a escrita de um deficiente mental é oposta à escrita de um adolescente; a tendência da memória visual dos idosos tem oscilações pela falta de práticas de treinamento cognitivo; a percepção de uma criança ou adolescente difere da percepção de um adulto, e assim por diante.

Deste modo, a presente pesquisa aborda como pessoas jovens e adultas, com pouca ou nenhuma alfabetização, conseguem distinguir, organizar e internalizar a configuração espacial da cidade. Procura-se entender se o pensamento dos sujeitos semianalfabetos está concatenado à existência de planos cartográficos mentais análogos aos elaborados pelas pessoas alfabetizadas. Nesta vertente abdica-se do preceito que os mapas destes últimos seja mais sofisticado, mas apenas diferente. Salienta-se que este recorte visa o aprofundamento do estudo das origens do conhecimento espacial, objetivando ponderar os vários graus de aproveitamento das informações espaciais de grupos específicos de pessoas como os analfabetos.

Desta sucinta explanação é possível refletir que a abnegação das habilidades de lectoescrita para sobreviver no hegemônico mundo visual e na égide letrada parece algo inverossímil no mundo contemporâneo. Entretanto, é fato que nos países subdesenvolvidos, e inclusive em algumas nações desenvolvidas, ainda são

identificáveis índices de analfabetismo¹. Acredita-se que, os indivíduos que convivem com este descompasso estão subjugados a vários processos segregacionistas e de constrangimento, que inibem assumir plenamente sua condição de cidadãos na sociedade democrática brasileira contemporânea.

O enfrentamento ao estudo e conexão dos processos perceptivos dos analfabetos na cidade resultou numa encruzilhada sugestiva e inédita na esfera do mundo acadêmico, em virtude da incipiente consolidação de informações. Esta temática promissora esteve constituída intrinsecamente por uma série de objeções e perspectivas desalentadoras no campo operacional. O primeiro desafio foi tentar a configuração da amostra e a efetiva participação dos indivíduos. Este entrave foi contornado trazendo mais instigações que não abalaram esta empreitada.

Face à singularidade da amostra esta tese foi instigada a adotar um caminho metodológico próprio, ancorado em experiências da esteira pragmática utilizadas em pesquisas psicológicas e arquiteturais. Na verdade, as técnicas existentes são incompatíveis, pois seu cerne é voltado ao estudo de concepções ortodoxas. Deste modo, esta abordagem elaborou alguns testes adaptados cujo deslocamento esporádico para verificar a legibilidade da paisagem urbana de São Paulo acredita-se desconsidera dúvidas que pairam sobre a essência da tarefa.

Tendo preclara esta condição, o ponto subsequente desta investigação foi uma descrição rigorosa das tarefas aplicadas visando o aprofundamento da decodificação perceptiva dos analfabetos no intuito de quebrar conceitualizações com escopo perimetral e desagregador. Pontua-se que o impulso da pesquisa negligencia o encantamento da figura do analfabetismo em si como questão inatingível. Mas, sublinha a construção de uma descrição calcada da invariância da paisagem que se torna tão importante quanto o processamento das informações. Esclarece-se que o trabalho visou pelo desvendamento de como a paisagem responde às expectativas topoceptivas dos analfabetos.

¹ No Brasil este problema social atingia no início do século XXI o 13,6% da população. Segundo o INEP/MEC: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3D805070-D9D0-42DC-97AC-5524E567FC02%7D_MAPA%20DO%20ANALFABETISMO%20NO%20BRASIL.pdf>, acessado em 08/07/2008.

Intuitivamente, a visão semianalfabeta da paisagem urbana pode ser considerada ora mais processada ora mais diluída, mas em qualquer caso é uma aprendizagem sempre processual e uma visão autêntica que prescinde, por obrigação, de associações culturais elaboradas. Infere-se que os elementos proferidos em destaque pelos participantes particularizam uma visão ímpar do espaço apoiada em imagens que no cotidiano talvez passem despercebidas pelos indivíduos alfabetizados.

Admitindo-se como verídica a influência alfabetizadora é necessário esmiuçar como se suscitam os processos nessa particular leitura da cidade dos analfabetos. Isto, porque o fornecimento dos dados obtidos em populações infantis; com processos cognitivos em desenvolvimento, somado às informações advindas de analfabetos; com processos cognitivos consolidados e abundante informação visual acumulada, mas sem algumas habilidades específicas, traria hipoteticamente ferramentas intelecto-projetuais ainda não esclarecidas no planejamento urbano.

Neste cenário de metáforas e preceitos com explicações parciais acredita-se que estamos perante o mergulho numa linguagem universal de comunicação espacial carregada de questões, em hipótese, “óbvias”, salientada espontaneamente pelos semianalfabetos. Assim, este texto discorre sobre inquietações como: Qual é o substrato que apoia a concepção do entendimento espacial numa semântica geográfico-arquitetônica? É possível a leitura da incidência real da paisagem urbana sobre os processos psicogenéticos dos analfabetos? Quais são os padrões balizadores de orientação, inerentes a sua condição, que perpassam a comunicação fluida da linguagem? Existem formas de captação que facilitam a leitura da cidade e que pelo seu viés “inequívoco” os letrados negligenciamos em algum momento da vida? Como o caos urbano afeta a pretensa calma cognitiva dos analfabetos ou seria melhor afirmar que eles possuem mais condições de enfrentar situações adversas de orientação?

Uma investigação com este direcionamento possibilita revelar as feições básicas do espaço que permitem que a cidade seja mais legível para a coletividade. Entretanto, esta pesquisa não pretendeu constituir-se numa visão periscópica do assunto, pois apenas é o lançamento dos passos desbravadores que permitem inferir preliminarmente que é um tema passível de extrapolação e desdobramentos diretos, subjacentes e transversais na área de origem e/ou correlatas.

Acredita-se que, o conhecimento da decodificação da cidade com foco nos estudos na escala gregária tem múltiplas serventias, devido a que remete ao debruçamento sobre pontos cruciais para alavancar o desenvolvimento humano no seu meio ambiente. Nesta perspectiva, o entendimento ampliado das paisagens redundaria no fortalecimento da dimensão e qualidade imaginária da cidade para que o indivíduo e ambiente interajam de modo harmônico.

O intuito do trabalho com semianalfabetos é suscitar questionamentos no sentido de como é possível redirecionar esta particular percepção da paisagem urbana em processos maiores educativos e de planejamento. Isto é, existe a convicção que a compreensão oriunda desta população pode fornecer balizas para reverter alguns descompassos ambientais tradicionais. Se esta abordagem não tivesse repercussão inicial só o esboço ou aderência a algumas premissas metodológicas já representaria um avanço.

Em qualquer circunstância é essencial salientar que estamos perante uma atitude perceptiva espacial urbana dessemelhante à considerada “normal e que está baseada na vivência direta (moradia/local de passagem obrigatório) do centro de São Paulo. A interpretação objetiva e subjetiva da percepção dos semianalfabetos não foi perscrutada isoladamente, mas à luz de processos significacionais e valores com a finalidade de tentar constatar certas sobreposições imagéticas da paisagem entre a coletividade e a amostra supramencionada.

Raciocinar sobre a aprendizagem do homem, em todas as instâncias, onde gravitam suas relações nunca deixou de ser fascinante, devido a que constantemente nos defrontamos com aspectos inusitados e múltiplos. A leitura do ambiente urbano continua vigente, pois não obstante sua leitura pareça fácil pela sua proximidade, o acesso ao “piloto do automático” perceptual restringiu ou deturpou várias de suas interfases. Destarte, a leitura espacial do semianalfabeto em São Paulo denota a produção de uma representação singular da realidade.

A estrutura desta tese está associada a aproximações conceituais que possuem viés perceptivo morfológico, cognitivo ou linguístico disseminado em seus campos específicos que tentarão ser coadunados em prol do nosso objeto de estudo. O texto está

composto de três partes. A primeira parte é constituída por três capítulos com temas alusivos ao entendimento conceitual dos temas abrangentes desta pesquisa: interacionismo, percepção da paisagem e analfabetismo. Na segunda parte é abordado o percurso metodológico que balizou esta pesquisa no centro de São Paulo. A terceira parte desta tese está integrada pelos dois capítulos derradeiros e se debruça diante das temáticas concernentes ao trabalho de campo e resultados. A tríade de partes arroladas possui como precedente esta introdução e, ulteriormente, são estadeadas as considerações finais. A seguir, será ilustrado um sintético relato sobre os tópicos que referenciam cada capítulo.

O primeiro capítulo visa o entendimento, assimilação e consolidação dos conceitos sobre a proeminência dos processos interacionistas explanados pelo arcabouço conceitual de Piaget e Vygotsky para compreensão da realidade ambiental. De modo complementar são costuradas correlações para decifrar o desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, o funcionamento da percepção enfatizando o conceito de imagem.

O segundo capítulo versa sobre os conceitos preliminares específicos da imagem das cidades. Para analisar este item tentou-se recriar o percurso geográfico arquitetônico das paisagens das cidades no intuito de esquadrihar porque uma visão dinâmica e abrangente é possibilita seu entendimento atual. Na parte final, abordaram-se como os processos de globalização, que bradam fortemente no momento presente, abalam os alicerces e legado das estruturas urbanas.

O terceiro capítulo objetiva explicitar uma visão geral do analfabetismo e seus desdobramentos e analisar simultaneamente o itinerário psicogenético que os sujeitos analfabetos enfrentam de forma permanente na nossa sociedade. Além disso, são esboçadas algumas tendências e teorias sobre a alfabetização no Brasil que evidenciam que a superação do analfabetismo é apenas uma primeira etapa para o resgate do indivíduo.

O quarto capítulo pontua sobre a especificidade da construção do método que balizou esta pesquisa. Explica-se o passo a passo dos procedimentos para a seleção da amostra de sujeitos participantes como e porque foi estabelecido o recorte espacial do

centro de São Paulo e, adicionalmente, são explanados os instrumentos utilizados na pesquisa. No prefácio deste capítulo se reflete sobre uma miúda historiografia da área central e sua caracterização morfológica atual.

No quinto capítulo, sob a ótica interdisciplinar salientada como pilar basilar desta pesquisa aprofunda-se de como o processo de conhecimento da paisagem pelos analfabetos perpassa diferentes etapas reversíveis visando o processamento das experiências e informações visuais. Demonstra-se como o cerceamento e/ou omissão das noções imagéticas da cidade espalhadas no centro podem incidir nefastamente na identificação e orientação cotidiana desses sujeitos.

No sexto capítulo, tendo como embasamento as conceitualizações geográfico-arquitetônicas somadas à alfabetização a partir dos algarismos numéricos, são elucubrados os desenlaces que está associação provoca na decodificação da paisagem urbana de São Paulo. Igualmente são revividas as inflexões do conhecimento numérico e da concepção sócio-espacial e suas diversas interferências na vida cotidiana dos indivíduos.

Antes da leitura do corpo da pesquisa e os capítulos enumerados, advertimos que se pressupõe que certo léxico utilizado é dominado pelo leitor, em especial, à referida pela corrente piagetiana, vygotskyana e de autores correlatos. Destarte, de forma intencional são desfocadas definições pontuais e formulações específicas longamente explanadas por autores consagrados na área da psicologia e linguística. Porém, não é pretensão sermos refratários à sua construção teórica, pois é impossível prescindir de várias associações, diretas ou indiretas, que subsidiam a compreensão psicogenética do analfabetismo.

Finalmente, enfatiza-se que as estruturas urbanas pelo geral sempre foram pautadas por regras projetuais cartesianas e mais ou menos ortodoxas que *a priori* são inibidoras de sua apropriação pela coletividade, em especial, pela população analfabeta. Essa parcela da sociedade, sempre considerada exceção, deve ser revisitada, apelando a uma das tantas possibilidades de estudo das paisagens, neste caso particular via um recorte relacionado ao entendimento espacial da morfologia da cidade e elementos de

Lynch na cidade de São Paulo. Esta postura não é prepotente, mas real face às condições operacionais e propendendo pela imersão mais profunda e analítica das suas afirmativas.

PARTE I

CAPÍTULO 1. A COGNIÇÃO HUMANA E OS PROCESSOS CORRELATOS

A aprendizagem e o desenvolvimento podem ser considerados dois pilares fundamentais na construção do conhecimento humano. Estas conceitualizações são passíveis de abordagens díspares a partir de várias perspectivas. Independente da convergência ou cisão pelas quais são pautadas, estas temáticas e todos seus desdobramentos subjacentes pressupõem a relação inobjektável entre o indivíduo e um determinado objeto de conhecimento.

No ensejo de explorar como germina o conhecimento a Psicologia e a Educação, especialmente, tem assumido a incumbência de analisar a capacidade motora, afetiva e cognitiva do homem associada aos dois elementos basilares mencionados. Neste sentido, não existe consenso irrestrito que descreva essas trajetórias. Na contramão, diversos autores abordaram esta temática e propuseram suas peculiares explicações. De acordo com Mizukani (1986) as concepções educativas mais respeitáveis baseadas na psicologia são: comportamentalista, cognitivista e humanista.

As três correntes elencadas tiveram suas repercussões por valorizar aspectos diversos e dimensões não necessariamente convergentes, que pela sua extensão não serão abordadas nesta tese. Contudo, o ponto de vista cognitivista aprovisiona contribuições alinhadas com este estudo, pois perquire como o indivíduo compreende, transforma, registra e utiliza os dados na esteira da cognição. Neste instante, é indispensável esclarecer que os pressupostos cognitivistas serviram para que alguns autores erguessem as bases da teoria de aprendizagem construtivista com foco na população infantil, contudo na atualidade esta foi resignificada voltada para os adultos.

Para retomar a discussão é inadiável assumir como preceito a indissociabilidade do sujeito e os objetos disseminados no meio. Assim, é preciso nos debruçar diante de que área ou conjunto de abordagens fornece melhores subsídios conceituais propendendo pelo seu entendimento. Acredita-se que o escopo que pode aprovisionar de maior imersão nos seus alicerces, pela sua abrangência, é o enfoque interacionista. Nesta linha de raciocínio os maiores representantes teóricos desta seara do conhecimento são Piaget e Vygotsky.

Vale a pena elucidar que as duas abordagens são relevantes do ponto de vista de dissímeis óticas, porém têm particularidades específicas. Isto é, as correntes piagetiana e vygotskyana estabelecem como arcabouço teórico, algumas temáticas e autores que divergem

proeminentemente em suas explicações interacionistas, em especial, no que diz respeito à questão social. Estas se tornaram âncoras das correspondentes abordagens teóricas e também são susceptíveis de explanação nos próximos parágrafos.

1.1 Piaget e Vygotsky: abordagens interacionistas diferenciadas

Antes de iniciar é necessário enfatizar que alguns críticos ponderam que apenas os estudos do Vygotsky possuem caráter interacionista, sendo que Piaget é rotulado unicamente como construtivista. Esta tergiversação nasce do desentendimento da teoria piagetiana que está balizada pela construção do conhecimento derivado da interação entre sujeito e meio (físico ou social). O fato de Piaget não ter se aprofundado neste quesito, não significa que sua teoria prescindiu de tal associação, porque são evidentes várias citações em suas publicações que abordaram este teor.

Por considerar que as concepções dialéticas e epistemológicas de Piaget e Vygotsky já foram largamente discutidas por vários autores² este capítulo não visa se focar nos seus pormenores. Contudo, face à sua importância para esta tese foi feita uma compilação e serão descritos alguns dos seus preceitos que mudaram certos paradigmas e abalaram, especialmente, o campo da psicologia e lingüística. Esta explanação será elaborada de forma sucinta, tentando desabrochar comparações segundo várias temáticas.

Palangana (2001, p.17) assevera que a teoria piagetiana esteve balizada por três correntes influentes da sua época.

- *Behaviorismo*: esta corrente defende que o conhecimento é resultado da experiência.
- *Gestalt*: em suas diretrizes salienta que alguns fenômenos perceptivos e intelectuais não são passíveis de compreensão por caracterizações advindas dos elementos da consciência, nem análises comportamentais. Desta forma a Gestalt criou certos parâmetros universais constituídos como leis decodificadoras da realidade.

² No contexto brasileiro, comparativamente os estudos de Piaget são mais divulgados. É preciso elucidar que apenas alguns livros de Vygotsky foram traduzidos ao português, entretanto, estes se tornaram indispensáveis para aprofundar o pensamento deste autor. É necessário informar que a tradução das publicações deste autor bielo-russo foi mais pertinaz na língua espanhola.

- *Psicanálise*: sustenta que é importante considerar o papel do inconsciente para entender o desenvolvimento e funções da personalidade humana. Destaca a importância do diálogo não padronizado advindo desta abordagem.

Complementarmente, Piaget propõe uma construção psicogenética que é perpassada pelo dualismo do inatismo – sujeito se impõe ao objeto – e, ambientalismo, em relação inversa. Embora haja certa oscilação de escolha entre estas, Piaget elucida vários conceitos com inclinação mais forte ao inatismo (que permitem o início da interação com o meio), contudo sublinha que os processos são permeados e influenciados por um desenvolvimento cumulativo e, ao mesmo tempo, gradativo.

Os preceitos piagetianos são norteadores sobre as teorias das estruturas cognitivas voltadas para a dimensão lógico-formal sempre em decorrência da maturação biológica do indivíduo (PIAGET; INHELDER, 1989). Entretanto, estes dois autores esclarecem que é a troca com o meio o fator que alavanca e possibilita a maioria das transformações observáveis e internas.

Além disso, estes autores asseveram que a capacidade de perceber detalhes e relações entre as partes nas crianças são funções adquiridas durante um longo processo ativo que progride por fases na inter-relação entre indivíduo e meio ambiente. Apenas por meio da experiência o mundo ganha uma estrutura, graças a novas associações e integrações, obtendo-se um pano de fundo multidimensional onde é possível distinguir a realidade da fantasia. De modo ulterior, será especificada como essa construção espacial passa a ser desdobrada em imagem.

Para Piaget (1975, p. 28), as variáveis responsáveis pela psicogênese infantil são:

- O fator biológico.
- O exercício e a experiência física.
- As interações e transmissões sociais (da linguagem e educação).
- A equilibração das ações.

Os dois primeiros itens elencados são de modo constante salientados na sua teoria. Quanto à linguagem, Piaget (1997) elucida que a criança apela para este instrumento para legitimar suas ações, afirmações e negações. Destarte, a mediação da linguagem é imprescindível para conferir ou não a reciprocidade entre ação e pensamento (PIAGET, 1997). No estágio operatório-concreto a linguagem é aprimorada como parte indispensável para construir hipóteses mais complexas. Neste sentido, a linguagem se torna em cooperadora vital na formação do espírito experimental (PALANGANA, 2001; BECKER, 2003). Neste ponto, vale a pena esclarecer que as observações relacionadas às questões sociais são tangenciais.

A equilibração³ é o embasamento da sua teoria psicogenética que subsidia a explicação do resto de fatores. É alicerçado no infundável processo de desequilíbrios e novas equilibrações que o conhecimento se concretiza. Piaget (1975) apregoa que o conhecimento não se estagna no final de cada um dos quatro estágios de desenvolvimento, enfatizando que com o decorrer do tempo os processos de descentração são maiores e mais constantes. Esta postura denota que o conhecimento do sujeito progride ou fica estagnado baseado na relação umbilical com o meio e atrelado à necessidade e exigência funcionais.

Piaget (1975) esclarece que para o desenvolvimento da atividade mental, dominada pela estrutura e adaptação⁴, pouco interessa a seqüência das ações, mas o esquema⁵ em que estas estão submergidas. Este conceito é fundamental, pois explica como pode ser construída a transposição e aplicação de experiências análogas em várias situações da vida. Isto é, o sujeito cria um repertório particular que é acessível em decorrência de uma necessidade funcional específica.

Por outra parte, na teoria piagetiana também existem influências de três vertentes, segundo Palangana (2001):

³ É o processo que concilia constantemente a assimilação e acomodação para possibilitar uma troca invariante entre elas que permita a evolução intelectual do homem.

⁴ Diz respeito a como o indivíduo enfrenta novos problemas apelando a seu repertório particular, mas tentando estabelecer alguma resposta.

⁵ Estrutura mental ordenadora dos organismos que facilita a organização e classificação dos acontecimentos do mundo exterior. De modo ulterior, depois de diversas acomodações o esquema pode ser generalizado e transferido a outras situações.

- *Kant*: Piaget retoma os princípios kantianos para estabelecer as relações entre lógica, linguagem e pensamento permeados sempre pelas nuances biológicas e do homem como sujeito determinado pelos símbolos constituídos por seus pares.
- *Evolucionismo bergsoniano*: Piaget se apoia em Bergson para validar o conhecimento objetivo sem despojá-lo do sentido subjetivo. A leitura da realidade supõe uma estruturação do conhecimento, uma cadeia de aproximações para tomar consciência da objetividade.
- *Estruturalismo*: O conhecimento está organizado em estruturas cognitivas que possuem uma hierarquia estabelecida. Esta corrente emergiu depois que Saussure na tentativa de criar regras de funcionamento de uma língua cria uma metodologia que possui a composição de uma análise estrutural.

As três abordagens elencadas alinham Piaget na imersão do conceito de conhecimento a partir de uma figura do sujeito epistêmico como um ser universal e de certa forma genérico. Um ser que sintetiza as particularidades de um e todos, simultaneamente inserido num meio que abrange características físicas e sociais (PALANGANA, 2001; BECKER, 2003). Piaget (1989) salienta ainda que conhecer equivale a organizar, estruturar e explicar a realidade partindo da experiência individual.

O sujeito conhece na medida em que atua sobre o objeto para transformá-lo. Há dois modos de transformação do objeto para o conhecimento científico: modificar sua posição, propriedades ou movimentos, ou o enriquecimento de propriedades ou relações precedentes por complementação. Contudo, este processo é passível de oscilações, em virtude de algumas perturbações físicas ou do indivíduo, que são reacomodadas pela regulação advinda da equilibração que depuram as possíveis controversas.

Para Piaget (1997) é possível diferenciar dois tipos de experiências. A experiência física referida às incorporações individuais a partir de sensações pragmáticas que permitem alterar forma, posição, cor, etc. A segunda é experiência lógico-matemática baseada na pré-existência de estruturas mais complexas o sujeito atribui novas relações, conservando suas propriedades originais, para enveredar o sujeito pelas trilhas do conhecimento mais complexo. É necessário elucidar que o “empréstimo” temporal das informações é apenas das ações que o sujeito executa com a realidade.

De acordo com Chiarottino (1972), no ato de conhecer o sujeito extrai características, mas ao mesmo tempo sempre acrescenta algo em função das combinações e inferências das feições abstraídas. Este preceito é válido para todas as nuances da abstração prática ou reflexiva, isto é, tanto na experiência física (conhecimento extraído dos objetos), quanto na lógica-matemática (implicativa no sentido de estabelecer relações entre significados), sendo que as segundas sem dúvida precisam de mais aprimoramento.

Segundo esclarece Becker (2003), para Piaget a aprendizagem equivale à aquisição de novos conteúdos, sendo subjugada e condicionada ao desenvolvimento. Infere-se que a partir desta assertiva seja dada a proeminência do sujeito sobre o objeto. Além disso, este autor enfatiza que a aprendizagem é mais redundante quando peneirada pela exigência do meio. Uma vez apresentadas, de modo sucinto, as idéias da teoria Piagetiana, a seguir é preciso elaborar um roteiro análogo Vygotskyano.

As pesquisas de Vygotsky estiveram inicialmente ancoradas na busca da origem da linguagem com a finalidade de tecer explicações sobre o desenvolvimento do pensamento. Esta busca pelos alicerces linguísticos surgiu pelo trabalho desenvolvido conjuntamente com Alexander R. Luria (1902-1977). Este último autor propugna que os processos psicológicos superiores são mediados pela linguagem e estruturados em sistemas funcionais dinâmicos e mutáveis (REGO, 2004).

Para atingir seus objetivos Vygotsky criou o método funcional da dupla estimulação que está composto por: processo e produto. Em suas experiências, sublinha a prioridade do estudo do processo, tendo em vista que acredita que seja o que desenvolve o psiquismo humano. Este método está baseado em três princípios, segundo Vygotsky (1987):

- Distância entre análise de um processo e um objeto que possibilita o aprimoramento da visualização destas feições.
- Explicação *versus* descrição. Que rebate frontalmente os princípios da psicologia introspectiva e associacionista.
- Comportamento fossilizado. Que instiga a estudar um comportamento do ponto de vista histórico, pois esta postura significa a análise em sua dinâmica de transformação.

Estes procedimentos renderam novas perspectivas no campo linguístico e da psicologia em pesquisas experimentais de filiação materialista (o homem é considerado como fenômeno social). Adicionalmente, elucida-se na obra Vygotskyana que o fator biológico unicamente prepondera sobre o sociocultural apenas nos primeiros anos de vida. Paulatinamente, o desenvolvimento do pensamento e até do comportamento é derivado da interação social com círculos de pessoas mais experientes (VYGOTSKY, 1987; REGO, 2004). Pelo geral, nestes sujeitos o fator mais hegemônico é a comunicação ou linguagem.

A teoria vygostkyana prossegue afirmando que a criança mediante a linguagem controla o ambiente e em decorrência, seu comportamento. Além disso, é enfático quando analisa que a fala possui o mesmo nível de necessidade para as crianças quanto os olhos e as mãos exercitando atividades práticas (VYGOTSKY, 1984; PALANGANA, 2001). Portanto, a fala se torna um vetor que modifica o conhecimento e a maneira de pensar o mundo real, possibilitando o regulamento do planejamento de ações, controle do comportamento e da socialização.

Vygotsky (1987) considera fundamental a linguagem, pois alavanca a organização e desenvolvimento dos processos cognitivos. Segundo Vygotsky (1984), numa perspectiva marxista a invenção do signo é análoga ao invento dos instrumentos de trabalho devido a seu papel de mediadores na construção do conhecimento. Desta forma, o signo tem papel transcendental no desenvolvimento do pensamento (REGO, 2004).

Os processos cognitivos decodificam a realidade a partir da análise do todo. Na seqüência é peneirada por abstrações e conceitos, associando variáveis da sociedade para retornar à fase inicial e reavaliar os conteúdos assimilados (VYGOTSKY, 1987). Os conteúdos iniciais deixam de ser incompreendidos e incompletos para tornarem-se articulados e com justificativas perante a realidade de cada indivíduo (PALANGANA, 2001). Para Vygotsky (1984), o homem não é unicamente produto do meio, pois a ação proativa deste propende pela criação e transformação deste meio.

Neste sentido, os significados não são os únicos determinantes da consciência individual, também existem motivações, experiências pessoais e interesses capazes de

desencadear movimentos transformadores. O desenvolvimento da consciência é reflexo da história da própria vida do sujeito e está subordinada a suas leis gerais. Quando o pensamento atinge sua forma teórica mais cristalizada, sua base jaz no arcabouço do plano prático. É pela atividade prática que a imagem psíquica passa do sujeito ao objeto.

Na opinião de Vygotsky (1987) a relação entre aprendizagem e desenvolvimento estava obscura, pois continha defasagens quanto à avaliação crítica e porque os interstícios existentes eram ambíguos e contraditórios. Deste modo, ressalta a unidade dialética dos dois polos, mas preserva sua identidade individual intrínseca. Segundo este autor, as relações podem ser cingidas por três posições:

- O desenvolvimento é o processo que ocorre antes e independentemente da aprendizagem. A aprendizagem é externa e não influencia, nem direciona o desenvolvimento. Piaget é adepto a esta abordagem.
- O desenvolvimento ocorre sincronicamente com a aprendizagem. Deste modo é possível inferir que os dois processos se sobrepõem de modo contínuo.
- Sugere que os dois são processos independentes, não coincidem, mas que se afetam mutuamente. Esta construção possui um forte viés gestaltiano e nasceu no intuito de superar os dois primeiros preceitos.

Embora Vygotsky discrepe parcialmente do conjunto das três posturas arroladas, compactua mais com a terceira, devido a que nesta é mais diáfano o papel proeminente da linguagem em face de que sua apreensão e internalização permitem o desenvolvimento da criança. Também esclarece que o desenvolvimento tem uma condição parcimoniosa e em decorrência desta feição progride atrás da aprendizagem.

Palangana (2001) e Becker (2003) consideram que Vygotsky pondera sobre dois níveis de desenvolvimento:

- O primeiro o real ou efetivo. É o conjunto de informações que a criança tem em seu poder para resolver algum problema sem ajuda;
- O segundo é o nível potencial, isto é, a criança resolve alguma tarefa com ajuda de pessoas mais experientes.

Vygostky (1987) aclara que a zona de desenvolvimento proximal, uma de suas principais contribuições, é a distância entre o primeiro e o segundo nível de desenvolvimento. Para identificar as diferenças relacionadas ao desenvolvimento potencial é indispensável entender as diferenças qualitativas no ambiente social (REGO, 2004). Este raciocínio aproxima o entendimento do todo em diversos âmbitos em que o sujeito estabelece constantes contatos. Isto significa que é preciso avaliar os níveis de desenvolvimento e o conjunto de processos subjacentes que acontecem de modo sincrônico. A continuação apresenta-se as feições mais proeminentes de Piaget e Vygotsky (Quadro 1).

Quadro 1 – Comparação das principais dimensões abordadas por Piaget e Vygotsky.

Categorias	PIAGET	VYGOTSKY
Preceitos iniciais	diversas instâncias: tempo, espaço, linguagem, jogo, etc.	preocupação linguagem
Meio	o indivíduo é um protagonista ativo que propende pela resolução das interrogações provocadas pelo mundo.	o homem não é apenas produto do meio ele o modifica. Rebate o meio abstrato e atemporal de Piaget
meio / influência	estruturalismo	dialética marxista
aprendizagem	fundamental interação com meio físico propicia aprendizagem o social ajuda num segundo plano.	a criança interage socialmente com outras crianças e e domínio dos signos linguísticos absorção da cultura local
Influência de correntes	Behaviorismo Gestalt Psicoanálise	Marxista Contextualista
início do processo interação	o inatismo inicia interação com meio	o fator biológico prepondera sobre o sócio cultural só nos primeiros anos
variáveis responsáveis pelo desenvolvimento	O fator biológico. Experiência física. As interações e transmissões sociais equilíbrio	O desenvolvimento é derivado do convívio com pessoas mais experientes.
sujeito / objeto	proeminência do sujeito sobre o objeto	o meio predomina sobre o sujeito
papel do sujeito	Tem papel ativo e constrói o conhecimento individual	o sujeito observa ativamente as atividades sociais para aprender
Linguagem	é imprescindível para conferir ou não a reciprocidade entre ação e pensamento	a linguagem é vital, pois com esta controla o ambiente e seu comportamento
Papel linguagem	instrumento da capacidade cognitiva e afetiva da criança	ferramenta mais importante no desenvolvimento cognitivo
o conceito de conhecimento	sujeito epistêmico como um ser universal e de certa forma genérico	sujeito inserido num contexto social
construção do conhecimento	Forma individual pelas atividades físicas e mentais da criança	Interação com meio ambiente
universalidade do desenvolvimento	Todos os sujeitos passam pelas fases	Não existem padrões universais A cultura influi de modo fundamental
aprendizagem / desenvolvimento	o desenvolvimento controla a aprendizagem	a aprendizagem antecede o desenvolvimento
aprendizagem e desenvolvimento	– o desenvolvimento ocorre independentemente da aprendizagem. A aprendizagem é externa e não influencia o desenvolvimento.	Os dois são processos independentes, mas se afetam mutuamente. construção viés gestaltiano.
níveis de desenvolvimento	Estágios psicogenéticos	real ou efetivo. nível potencial zona de desenvolvimento proximal

Org.: Bastidas, J. (2013).

A partir do quadro anterior é possível esclarecer alguns dos pontos mais importantes das abordagens dos autores Piaget e Vygotsky, à guisa de síntese pode-se afirmar que entre estes dois autores existem convergências e desencontros, explanados de modo condensado, no ensejo de entender a gênese dos processos cognitivos do homem. *Per se* estes estudos, desenvolvidos em lugares longínquos e com certa defasagem no tempo, foram alicerçados nos momentos históricos vividos e foram frutos de análises rigorosas que transformaram a visão tradicional de diferentes ciências.

A proeminência dos postulados de Piaget e Vygotsky foi fundamentalmente que contestam as hegemônicas correntes da psicologia cujas análises foram mais ortodoxas. Destarte, é possível conjecturar que os dois autores abalaram paradigmas preestabelecidos secularmente. *Grosso modo*, Piaget postula uma abordagem teórica e empírica introduzindo e esclarecendo o funcionamento dos estágios de desenvolvimento psicogenéticos, já Vygotsky é o encarregado da distinção entre a sistematização do aprendizado pela diferença dos prismas da espontaneidade (ambiente doméstico) e cientificidade (ambiente escolar). Neste sentido, a junção das duas teorias são detentoras da elucidação de nebulosidades sobre os primórdios do conhecimento humano.

Acredita-se que as colocações piagetianas e vygotskianas explicadas e confrontadas são pertinentes e ancoradas em argumentos sólidos nos campos: ação, realidade, aprendizagem, linguagem, conhecimento etc., contudo possuem maior pertinência na nossa argüição as duas últimas dimensões. Primeiro porque é a linguagem a atividade humana que está associada ao processo alfabetizador e, segundo, porque o conhecimento como conceito amplo abrange a percepção do meio ambiente, em especial, do espaço construído nas cidades. Vale a pena enfatizar que as contribuições de Piaget, Vygostky e outros autores permearam a construção desta tese e que serão novamente revisitados nos capítulos ulteriores.

Nesta linha de raciocínio, dentro do meio está inscrita a cidade e todos seus matizes espaciais, em especial; na complexidade urbana de São Paulo, objeto de estudo desta pesquisa. Estes itens serão explanados nos dois capítulos subsequentes. Vale a pena frisar que, em hipótese, as duas temáticas simultaneamente desencadeiam processos ainda indecifrados pela população semianalfabeta e que serão motivo de questionamento e o principal alvo de aprofundamento.

No que tange ao estudo da arte desta temática evidenciou-se que são inéditos os resultados científicos com este viés. Revelou-se que preponderam informações descompassadas de temas correlatos, mas que não necessariamente abordaram a temática central. Cogita-se que na esfera acadêmica existam estudos incipientes, esparsos ou que aguardam a provável publicação do estudo da percepção do espaço construído pela população analfabeta.

Finalmente, é preciso frisar que Piaget (1997) distingue dois aspectos no desenvolvimento mental: o aspecto psicossocial (recebe do meio externo) e o aspecto psicológico (espontâneo ou de elaboração própria). Quando salienta que sua preocupação é o segundo aspecto, explicita que as questões ambientais (sociais) servem apenas como “pano de fundo”. Destarte, nestas circunstâncias Piaget (1997) desequilibra a matriz dialética privilegiando o sujeito.

Este preceito é rebatido por Vygotsky (1984) que insere o ambiente social como conceito historicamente definido negativamente o meio abstrato e atemporal de Piaget. Levanta-se que o estruturalismo em que Piaget estava submerso deflagrou na síntese de questões com viés mais filosófico na expectativa de “isolar” e explicar o conhecimento. Já o aporte de Vygotsky, ancorado na dialética marxista, cria uma teoria conciliadora da dicotomia do idealismo e empirismo, e, portanto, torna-se mais abrangente.

As duas teorias trazem contribuições irrefragáveis na compreensão do conhecimento, desenvolvimento e aprendizagem. Vygotsky propõe uma nova reflexão que somada aos indícios do plano biológico piagetiano, que possibilitaram uma abertura conceitual para a proposição dos estágios de desenvolvimento numa condição de universalidade, completam uma visão inovadora de sujeito e objeto, no nosso caso este último entendido como a cidade: um espaço que não é neutro, e pelo contrário, é concebido como socialmente ocupado.

1.2 O conhecimento da realidade

De modo geral, entende-se por *conhecimento* a apreensão da realidade por meio do pensamento e a capacidade para tornar presente aquilo que apreendemos

(KOHLSDORF, 1996). Consensualmente, vários autores convergem em afirmar que é a *percepção* o procedimento onde se inicia o processo cognitivo que nos permite interagir e transformar o mundo, isto é, na relação umbilical entre sujeito-ambiente cujo papel é interpretar e ponderar o mundo.

Para Piaget (1975), o conhecimento é o resultado de uma interação constante. Nesta relação, o indivíduo é um elemento ativo, que propende pelo entendimento e resolução das interrogações provocadas pelo mundo. Em ambos os conceitos elucidados existe uma relação biunívoca que sugere que as relações entre o sujeito e o mundo são regidas pelo mecanismo perceptivo, ou seja, o conhecimento está ancorado na percepção.

Conhecer é resultado da ação do sujeito sobre o objeto. Entretanto, Piaget e Inhelder (1989) descartam que apenas a percepção e sensação sejam fontes de conhecimento. O conhecimento é consequência da ação e a percepção somente possui uma função sinalizadora, pois o esquematismo do conhecimento abrange a percepção e a ultrapassa. Para Piaget, o conhecimento abrange duas etapas imbricadas: *fase exógena* (constata a abstração empírica) e *fase endógena* (é a responsável pelo estabelecimento de ligações, isto é, a abstração reflexiva).

Neste sentido, é intrigante como são construídas as relações cognitivas exógenas e endógenas entre a pessoa e a cidade. Este último objeto de conhecimento é *sui generis*, pois possui vários agravantes complementares, em especial, porque nela se mesclam infindáveis variáveis, em especial, as interações sociais e mutações configuracionais que evidenciam seu caráter dinâmico.

Por outra parte, Vygotsky (1984) insiste que o conhecimento, como processo superior, já está constituído na sociedade e o sujeito simplesmente se apropria dele. Nesta perspectiva, a incorporação do conhecimento é viabilizada pela participação constante de outros sujeitos moldando a forma do pensamento do indivíduo. Destarte, nessas elucubrações voltadas ao entendimento do social e seus desdobramentos é complexo tentar tecer considerações sobre como é destrinchada a percepção da realidade espacial, em especial da cidade, pois os limiares de como é realizada a interiorização do conhecimento são abstrusos ou inteligíveis na teoria vygotskyana.

Não obstante admita-se que na leitura de Vygotsky é indiscutível o papel da assimilação das atividades socioculturais como alavancadoras do desenvolvimento humano preferiu-se endossar como referência espaço-perceptiva a teoria piagetiana. Considerando as duas abordagens interacionistas, a primeira fornece maiores subsídios no entendimento da linguagem e será mais aprofundada no capítulo três. Já o entendimento piagetiano elucida um norte no sentido de tentar interpretar os processos internos do sujeito com papel transformador, pois a realidade com poucas tergiversações é homogênea para a coletividade. Vale a pena esclarecer que a dimensão do real não é apenas física (da cidade), mas transcende a outras dimensões da vida humana.

1.2.1 Desenvolvimento cognitivo e percepção

Na expectativa de desvendar os processos cognitivos humanos é necessário esclarecer que o construtivismo assinala três tipos de conhecimento: o físico⁶, o lógico-matemático⁷ e o social⁸. O primeiro focaliza realidades tangíveis, portanto, é pertinente aos objetivos da presente tese, e em face desta circunstância será enfatizado. O conhecimento físico não é arbitrário, sua reação com o objeto é regular e está estruturado a partir da abstração simples ou empírica, sobre algumas informações extraídas dos objetos pelos sentidos. Este tipo de conhecimento tem como finalidade a verificação das propriedades inerentes às coisas decodificando as feições mais importantes de sua existência (PIAGET, 1975).

Para explicar a realidade, indivíduo e meio ambiente são aspectos estruturais, a partir desta relação é admissível a obtenção de um terceiro conceito, construção cognitiva: a *consciência*, ou seja, o mecanismo de ação que utiliza o sujeito para entender o mundo. Entretanto, é fundamental salientar que nos referimos à construção social da realidade que é fundamentada em três assertivas: a sociedade é um produto humano, o homem é um produto nitidamente social e a sociedade é uma realidade objetiva e subjetiva. Esta última está representada, por uma parte, pelas relações sociais, hábitos e estruturas sociais e, por outra, pelo indivíduo, representado pelas suas

⁶Conhecimento das propriedades físicas de objetos e eventos, necessita da ação sobre o ambiente.

⁷Conhecimento a partir do pensar sobre as experiências com objetos e eventos, necessita da ação sobre o ambiente.

⁸Conhecimento que se origina do meio sociocultural e não pode ser extraído apenas da ação sobre o ambiente, necessita de interação com pessoas.

interpretações, roles e formação da sua identidade individual que se explicita, legítima e transmuta na vida cotidiana, temporal e espacial (BERGER; LUCKMAN, 2003).

Não obstante o conhecimento e realidade na teoria destes dois últimos autores elencados tenham imprecisões, especialmente no que diz respeito à homogeneidade destes termos na dimensão social, pois as classes possuem dissímeis interesses que redundam na concepção de vida, outro aporte essencial é o protagonismo da linguagem. Estes asseveram que seu papel ultrapassa o limite da simples fala, devido a que pondera organizações caóticas e comparece nos sentimentos, no sentido ulterior da possibilidade de reflexão e das percepções em si.

É muito importante destacar que Berger e Luckman (2003) aprioristicamente consideram que a linguagem possui um papel essencial na construção da realidade, em virtude de ser o sistema de sinais mais aprimorado da humanidade. Sua repercussão é tão promissória que fornece os alicerces da socialização e individualidade dos sujeitos, pois subsidia a atribuição de significados dos objetos e acontecimentos da cotidianidade. A explicitação da linguagem associada aos processos alfabetizatórios, como um dos cerne desta pesquisa, será analisada no capítulo três.

Neste instante vale a pena frisar que lidamos com uma temática reconhecível e com aspectos familiares para estabelecer vínculos e construir certas certezas sobre os objetos com imagem socialmente construída. Deste modo, é plausível estabelecer uma categorização da realidade com feições particulares e inferir que os seguintes aspectos são os mais notáveis propendendo pelo seu reconhecimento: de que tipo são, para que servem e como utilizá-los como elementos transformadores do mundo.

É no reconhecimento dos aspectos contextuais inerentes a uma determinada sociedade que a existência, inseridos na coletividade, ganha uma justificativa. Destarte interpretamos que existe uma realidade *sensível*, captada pelos sentidos; e passível de ser percebida, e *conceitual*, que estão constantemente inter-relacionadas. Referenciamos

o conhecimento do mundo para incentivar nosso desenvolvimento cognitivo⁹, que apela à inteligência como elemento facilitador do processo.

De acordo com Piaget e Inhelder (1989), a inteligência é fruto da interação de atividades biológicas, a partir do desenvolvimento de atividades assimiladoras e de um leque de ações no meio ambiente. As experiências na vida dos indivíduos são relevantes, mas não necessariamente autossuficientes, como acreditavam outras abordagens, como o empirismo associacionista¹⁰. Assim, a inteligência germina da inter-relação do meio com as atividades biológicas do sujeito. Na medida em que essa experiência seja mais enérgica, esta ecoará na independência e objetividade da realidade dos sujeitos.

Essa postura enfatiza a proeminência da relação sujeito-meio, que não nasce por iniciativa do indivíduo ou pelo conhecimento dos objetos, mas pelo estado indiferenciado e orgânico da assimilação e acomodação (PIAGET; INHELDER, 1989). Os dois processos estão ligados e são responsáveis diretos pela aquisição de conhecimentos e atos cognitivos, gerados por processos de organização e adaptação¹¹.

Ainda em decorrência da trajetória da teoria piagetiana, na constituição de conhecimento por mais elementar que este seja não haverá conhecimento, indiferente do nível que se aborde, sem uma forma e um conteúdo, sem uma estrutura e um acontecimento. Esta assertiva direciona este estudo pelo entendimento do grau de interesse em relação ao objeto de conhecimento; aspecto que transcendeu para outras correntes acadêmicas¹².

⁹ Cognição diz respeito aos “processos mentais superiores”, isto é, às influências envolvidas na compreensão e tratamento do mundo que nos rodeia – percepção, linguagem, formação de conceitos, abstração, resolução de problemas, inteligência e pensamento- (TURNER, 1976).

¹⁰ Princípio do Lamarckismo: progresso intelectual à pressão do meio exterior, cujas características seriam pouco a pouco gravadas no espírito da criança. As experiências seriam impressas diretamente no organismo sem que uma atividade do sujeito seja necessária a sua constituição, isto é a crença na existência de uma experiência autônoma.

¹¹ A *adaptação* é a essência do funcionamento intelectual, assim como a essência do funcionamento biológico. É uma das tendências básicas inerentes a todas as espécies. E a organização constitui-se na habilidade de integrar as estruturas físicas e psicológicas em sistemas coerentes. Do ponto de vista biológico, organização é inseparável da adaptação: Eles são dois processos complementares de um único mecanismo, sendo que o primeiro é o aspecto interno do ciclo do qual a adaptação constitui o aspecto externo.

¹² Bruner (1990) enfatiza a importância da construção de significados a partir de atividades como interesse, aspirações, desejos, através da qual, o ser humano estabelece uma visão do mundo e uma visão de si mesmo.

Segundo Chiarotino (1972), o processo cognitivo e a atividade perceptiva se sedimentam pelo estabelecimento de ações ou relações ativas e progressivas, simples nos “transportes visuais” de um elemento para outro e complexas ou multiplicativas nas transposições e colocações de referências. Para Kohlsdorf (1996), estas ações devem ser apropriadas para consequentemente serem reproduzidas e, num último estágio, explicadas. Infere-se que o ciclo adquire um caráter dinâmico, no sentido de um movimento que caracteriza o ato cognitivo como um processo permanente de aproximação entre homem e meio.

A abordagem piagetiana nos remete à natureza instantânea das percepções, sendo possível defini-las como processos no presente, contudo fruto de um processo paulatino e não construído pela imediatez do primeiro contato. Turner (1976) completa e admoesta que, as percepções não podem ser assumidas como fonte de conhecimento autônomo, pois requerem o aproveitamento de esquemas operativos. Na verdade atuam como instrumento de conexão entre as ações e operações e também entre os objetos e eventos¹³.

A relação entre sujeito e meio ambiente desperta curiosidade e indagações sobre como são provocadas as experiências. Esta relação se cumpre à medida que a experiência do indivíduo é dominada pelos atributos dos objetos presentes no espaço e possibilita uma melhor definição do mundo. Para explicar este fenômeno Vernon (1967) e Aumont (1995), propõem que nosso mundo de experiências cognoscíveis abrange as seguintes feições:

- *Estrutura:* dada pelo mundo dos objetos – as experiências pendem de nosso aparelho sensorial, que é o decodificador das informações. O processo de tradução é automático e “interno”, e sempre parte de uma percepção seletiva¹⁴. Apenas estamos conscientes de algumas nuances da realidade; os pequenos detalhes se esquivam à nossa percepção.

¹³A influência do meio revela a discussão de duas correntes do conhecimento: a “empirista” e a “nativista”. Segundo Zunzunegui (1992), as duas posturas procuram entender como chegamos a conhecer o mundo e até onde é possível ou não confiar nesse conhecimento. Por um lado, a vertente empirista (Hume, Hobbes, Locke e Berkeley), destaca o papel da experiência e a associação de idéias, consideram a mente como uma “tabula rasa” sobre qual o destino psicológico de cada ser é traçado pela experiência. Os nativistas (Descartes, Kant e Leibnitz), consideram a mente humana fruto de fatores inatos, negligenciando a experiência a um papel secundário; enfatizam que a mente possui idéias pré-concebidas de forma, tamanho e outras propriedades dos objetos para aproveitar nossa capacidade sensível.

¹⁴De outra forma, o mundo seria caótico em face de que nossa atenção estar direcionada em várias ações ao mesmo tempo.

- *Estabilidade*: nossa experiência tem caráter duradouro e pelo geral obedece a certos aspectos em determinada situação, fixando-os. À medida que percebemos, procuramos compreender o mundo com a finalidade de que nosso comportamento corresponda às circunstâncias de modo mais adequado. No ato perceptivo, a prática pode ser usada como base para a ação, sendo que o objetivo desta acomodação é a previsibilidade do ambiente para aprofundar as relações casuais.
- *Significação*: acontecimentos estruturados e estáveis não estão necessariamente isolados entre si, pois em dissímeis momentos aparecem temporalmente relacionados. Esta situação é indispensável para que haja significação, crucial nas relações casuais aparentes, caso contrário, qualquer ação suscitaria surpresas incompreensíveis. Nosso corpo processa quase de modo automático os estímulos que o atingem; e assim desta forma, organiza acontecimentos estimulantes para ligá-los a eventos sobrevividos e presentes.

É evidente o papel que desempenham as experiências pregressas e intenções futuras para acrescentar conhecimento de um mundo com estrutura, estabilidade e sentido. A estruturação do mundo de experiências está inserida na realidade, isto é, à semelhança de um processo de classificação e organização o sujeito subtrai estímulos do mundo para categorizá-los e entender o ambiente. Entretanto, Hochberg (1973) salienta que, há diferenças efetivas entre o mundo real ou físico, tais como os instrumentos da física o definem e o mensuram, e o mundo perceptivo da observação normal. Esta aparente contradição não implica duvidar da veracidade destes, pois o termo realidade não possui significado científico. Assim, o mundo real possui certas consistências que nem sempre o mundo percebido patenteia que é válido também para a relação recíproca. Segundo o referido autor, algumas dessas diferenças são:

1. Muitos eventos físicos não podem ser monitorados pelos sentidos sem outras ajudas. A ciência precisa de instrumentos para detectar as coisas que nossos sentidos não são capazes de captar, e vice-versa: é claro que o corpo não é infalível no sentido de ser sensível a todas as propriedades.
2. As situações que observamos não necessariamente correspondem à situação física. Certos aspectos são suscetíveis de omissão, outros acrescentados e alguns alterados, permitindo saber que o mundo percebido não é idêntico ao mundo que apreendemos através das medidas físicas. Uma das tarefas do estudo da percepção é justamente descobrir as relações entre estes dois campos. Na área da arquitetura, os elementos morfológicos estruturantes espaciais nos fornecem sua caracterização por meio de signos captáveis pelo

sistema sensorial. Na maioria das situações “normais” estes são decodificados para o entendimento do ambiente urbano.

A realidade direciona o processo estritamente fisiológico da percepção para convertê-lo em construções mentais e não em meros registros da realidade em um processo de sensações exteroceptivas¹⁵. Em face desta razão, a teoria da percepção deve aportar respostas adequadas a questões tais como explicar seu caráter objetivo, generalizável, permanente e ortoscópico¹⁶. Em outras palavras, ela deve priorizar o entendimento de assuntos como constâncias perceptivas e tridimensionalidade, captação de movimento, atribuição de qualidades aos objetos e causalidade entre eles (LURIA, 1990).

Estes últimos aspectos são essenciais para articular a realidade e noção de lugar, condizentes com nossos pressupostos iniciais da decodificação morfológica e espacial como qualidade perceptiva e posicional dos objetos materiais na cidade de São Paulo, cerne estruturador desta pesquisa. Sua incidência reforça a estabilidade do mundo, não apenas na experimentação das transformações no tempo e no espaço, mas na percepção global de tamanho, forma, cor, etc. Isto é, caracterizam a identidade fenomênica dos objetos como existências constantes, dotadas de qualidades para apresentarem-se como objetos a serem conhecidos.

1.2.2 Constâncias perceptivas

O sistema visual percebe objetos ou pessoas como estáveis e permanentes, não obstante em algumas circunstâncias tolerem alterações em sua iluminação, posição e distância¹⁷. Mas, apesar das mudanças no estímulo visual, nossa percepção permanece imutável. Este fenômeno é conhecido como constância perceptiva e abrange a percepção do tamanho, orientação, forma, cor e brilho dos objetos (DAY, 1972).

Segundo Simões e Tiedeman (1985), as constâncias perceptivas permitem reconhecer qualquer objeto ou pessoa independente de eventuais mudanças superficiais

¹⁵ Que diz respeito ao funcionamento dos exteroceptores (categoria dos receptores sensoriais normalmente ativados por agentes exteriores ao organismo).

¹⁶ Relativo à ortoscopia (permite a observação de objetos num plano sem curvas).

¹⁷ Há momentos, todavia, onde o objeto não sofre modificações; isso acontece quando, por exemplo, nos afastamos de um determinado objeto. A imagem torna-se gradativamente menor, inversamente proporcional à distância que nos separa.

em seu aspecto geral. Contudo, quando as modificações são acentuadas, nosso aparelho sensorial, aparentemente “iludido” e desejando uma resposta, opta por estabelecer outros tipos de associações mentais (AUMONT, 1995). Se o sistema visual não possui os juízos para contestar, prefere “inventar” uma razão para os sinais do que não outorgar nenhuma explicação. É possível elencar as seguintes constâncias perceptivas:

1.2.2.1 Constância de cor e luminosidade-brilho

Gregory (1979) observa que, para estes dois tipos de constâncias, são imprescindíveis as presenças de outros objetos para subsidiar a comparação contextual. Isto é, cor e luminosidade permitem avaliar a importância do espaço onde se encontram, na medida em que participam como referencial. Neste momento, o objeto de interesse passa a perceber-se pelas qualidades ou efeitos semânticos (contraste, dominância, etc.)¹⁸.

Além disso, geralmente, a visão não é obstruída, entretanto não permite a visualização totalizante de certas situações que vincularia o objeto a ser julgado ao conjunto. Nosso campo visual regularmente se depara com objetos de cor e luminosidade variados, em múltiplas posições espaciais, e em várias conjunturas, ele determinará corretamente sua constância perceptiva.

1.2.2.2 Constância de tamanho

Quando é avaliado o tamanho de um objeto a diferentes distâncias, nosso julgamento está atrelado a dois fatores: ao comparecimento de outros objetos de referência para a comparação, em especial para acrescentar informações de profundidade, e do maior ou menor grau de familiaridade com o objeto. Quando privado da comparação, o indivíduo baliza seu julgamento quase irrevogavelmente a partir da imagem retiniana, acarretando em imponderações perceptivas. Supondo que o ambiente

¹⁸Kohlsdorf (1996:210) define como qualidades semânticas um conjunto de características “que se origina da abordagem da forma dos lugares como um sistema de signos, onde as diversas composições plásticas possíveis constroem qualidades que representam a relação triádica entre objeto, seu signo e o sujeito que o observa, chamada por Peirce de relação correlata-relata. São qualidades semânticas, por exemplo, a legibilidade de certo lugar e sua originalidade, porque ambas qualificam um determinado fenômeno (o espaço) a partir de seus sinais (o efeito de sua compensação plástica) captados por um interpretante (o observador).”

do objeto tenha condições desfavoráveis de iluminação, a constância de tamanho é desestruturada, e o juízo passa a ser apenas em virtude do tamanho da imagem da retina e, portanto, é passível de erro (GREGORY, 1979).

1.2.2.3 Constância da forma

Embora as duas constâncias precedentes são vitais, as mudanças visuais dos objetos não são interpretadas como deformações, mas como indícios de rotação ou mudança de posição no espaço gerando pontos de vista diferentes. Portanto, os objetos são percebidos como estáveis, isto é, dotados de uma forma constante para a visão do observador. (VERNON, 1967; GREGORY, 1979).

As constâncias de tamanho e forma dependem de rastros espaciais. A constância de forma é severamente afetada pela redução ou distorção dos indícios de orientação espacial, em função da visão geral do ambiente, sem o qual não é possível referenciar os objetos aos lugares. Mas a constância de forma é relativamente abstrata e independente das características físicas nas quais se materializa; uma forma pode sofrer inflexões no tamanho, na cor, etc., sem ser alterada como forma. Este conceito é formalizado pela teoria da Gestalt, que define a forma como um esquema de relações invariantes entre certos elementos (AUMONT, 1995; ARNHEIM, 1997):

- Formas, bordas e objetos: a percepção da forma requer tempo e é coadjuvada pelas bordas visuais que fornecem informação para sua formação. O problema da forma é o da percepção dos objetos, e aumenta na medida em que a imagem é mais abstrata e mais simbólica (ou quando a profundidade é reproduzida incorretamente).
- Separação figura/fundo: a revelação figura/fundo é uma propriedade fundamental e norteadora do sistema visual. Esta relação é uma estrutura abstrata da relação ambiental em seu contexto.

A abordagem construtivista¹⁹, balizadora do presente trabalho, supõe a distinção entre figura e fundo como adquirida com a finalidade de estruturar a realidade

¹⁹O construtivismo preconiza a idéia de que nada, a rigor, está acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio (TURNER, 1976).

percebida; portanto, a imagem figurativa produz ou reproduz de maneira constante as figuras e seus fundos da realidade.

Estudos científicos demonstraram que a constância de luminosidade completa-se na infância, e não se altera significativamente na existência do indivíduo. A constância da forma desenvolve-se lentamente e apenas se completa na adolescência, e a constância de tamanho atinge um desenvolvimento intermediário às duas anteriores invariantes.

Nos três tipos de constâncias arroladas, a multiplicação da atividade perceptiva deflagra um papel insubstituível e até certo ponto irreversível no seu desenvolvimento. Entretanto, podem ser influenciadas negativamente, de acordo com o ambiente e, em especial, devido às condições de intensidade (baixa ou alta).

1.2.2.4 Constância de localização

A constância de localização depende da interação entre o deslocamento da imagem do objeto sobre a retina e o movimento (ou ausência de movimento) do corpo, especialmente, da cabeça e os olhos. Nesta constância, é marcante a ação do conjunto de estímulos processados concomitantemente pelos sistemas visual, cinestésico e vestibular. Esta multiplicidade de estímulos não cerceia a correta percepção do movimento, dado que a percepção é integral, e não de sistemas isolados. Em consequência, a constância de localização permanece em similares condições, pois o cérebro estrutura o mundo perceptivo.

Essa constância será corriqueiramente explorada neste trabalho, uma vez que a imagem urbana está fortemente atrelada na noção de lugar. As características da constância de localização foram aprofundadas por Lynch (1998) e Kohlsdorf (1996), ao investigarem a percepção e a representação mental de espaços, e estão na base de certas técnicas de análise e avaliação de desempenho morfológico, como o registro sequencial proposto por Kohlsdorf (1996). Destarte, a constância de localização será destacada na fundamentação metodológica da presente tese.

1.2.2.5 Constância do objeto

Nossa percepção é produto de uma complexa interação simultânea de feições de diversos aspectos do ambiente que se apresentam como modificações do objeto-estímulo, e são constantemente comparadas com outros atributos do conjunto de objetos. Assim, um sistema relacional serve de referência para outro sistema, assegurando a constância do objeto, que é melhorada quando o sujeito domina as anteriores constâncias. Para Simões e Tiedeman (1985), sendo um tipo de constância totalizante, não é permeada apenas pela interação com o ambiente, mas também por aspectos emocionais²⁰.

1.3 Processos e mecanismos da percepção

Do ponto de vista do estado das artes a percepção como processo é objeto de controvérsia. Entre os estruturalistas, há concordância sobre os componentes da percepção situarem-se em dois tipos de processos: as sensações e as imagens (HOCHBERG, 1973). Esta posição é defendida por Arnheim (1997), que a remete à observação sensorial e, subsequentemente, a imagens mentais. Vernon (1967) e Rapoport (1978) apenas mencionam as sensações, que denominam de observação sensorial e concretização dos sentidos, respectivamente para explicar a percepção.

Para Piaget (1975), Oliveira (1977) e Kohlsdorf (1996) desvinculam-se percepção e imagem como níveis cognitivos distintos, considerada a gênese dos processos cognitivos exposta por Piaget. A diferença transcendental entre percepção e imagem mental reside, para esses autores, na característica ativa da percepção e representativa da imagem mental. Entretanto, uma vez transposto o sub-estádio IV do período sensório-motor, a influência de um nível cognitivo sobre o outro passa a ser constante.

²⁰ Esta autora conclui que em bebês o relacionamento afetivo das mães desenvolve primeiro a constância de permanência de pessoa” antes da “constância de permanência de objeto”, nos casos onde a situação era contrária, a aparição das constâncias se invertiam. (BELL, 1967 apud SIMÕES e TIEDEMAN, 1985)

A sensação pode ser definida como a experiência dada por qualidades exteriores e interiores, isto é, as propriedades dos objetos e os efeitos internos dessas sobre nós. A imagem é o produto de uma imitação interiorizada que germina a partir da acomodação imitativa (PIAGET; INHELDER, 1989). Para Turner (1976), a percepção é um processo de recepção e resposta a estímulos do meio, ou seja, é um processo cognitivo e uma conduta indispensável para o desenvolvimento ulterior. Segundo Oliveira (1977) e Kohlsdorf (1996), trata-se de estímulos sensoriais, sem os quais o desenvolvimento cognitivo seria diametralmente anormal. Para o presente trabalho torna-se útil analisarmos aspectos que completam os conceitos preliminares elucidados referidos aos mecanismos das sensações e da formação da imagem mental.

1.3.1 As sensações

As sensações são produtos artificiais, mas podem ser considerados nada arbitrários; elas são as totalidades parciais últimas nas quais as estruturas naturais se decompõem pela atividade analítica (KOFFKA, 1953). Deste modo, as sensações contribuem para o conhecimento das estruturas cognitivas e, os resultados de seu estudo corretamente interpretados, são fundamentais para a psicologia da percepção.

A experiência sensível é essencial para a percepção a ponto de ser ponderada como um processo essencial análogo à respiração ou ao crescimento. O sensível é aquilo que se aprende com os sentidos, mas este com não é apenas instrumental, pois o aparelho sensorial não é unicamente um condutor, pois, mesmo na periferia, a impressão fisiológica se encontra ancorada em relações centrais (MERLEAU-PONTY, 1999). Esta explicação nos conduz a entender o caráter das sensações de tal forma que um estímulo (externo ou interno) engendra uma sensação à medida que influi sobre o comportamento com possibilidades de manifestações imediatas ou apenas diferidas. Assim, nosso corpo visando resultados mais concretos, apela a sensações provocadas por estímulos do meio ambiente. A seletividade é influenciada pelas emoções de cada indivíduo (PIERON, 1960).

As sensações são formas elementares da inserção na regulação do comportamento das ações oferecidas pelo meio. De acordo com Mueller (1977), na relação entre sujeito e meio é imprescindível mencionar a adaptação contínua de nosso

comportamento aos fatores externos, advinda da consciência pelo conhecimento das variáveis, das possíveis modificações eventuais e das relações espaciais.

A partir de Pieron (1960), é possível inferir que o conhecimento está alicerçado em dois fatores: a estimulação que, dependendo da duração e intensidade, pode resultar eficaz e, ao mesmo tempo, difere de uma pessoa para outra; o segundo fator opera caso a estimulação produza uma modificação no organismo estimulado, uma excitação que implica uma transformação ativa, isto é, reagir pelo estímulo. Atrelado às qualidades internas do organismo, estes processos se tornam em catalizadores ou objetam esta condição.

Esta assertiva explana como a sensação se apresenta devido à estimulação revelada: uma reação do organismo, uma modalidade particular de atividade, uma certa forma de conduta, ou uma modificação consecutiva de alguns comportamentos. Assim, o efeito dessa estimulação pode integrar-se no sistema da vida psicológica que rege a adaptação do animal às condições exteriores do meio.

Uma condição impreterível para assimilar as sensações, é que se arraigue a transmissão de informação desse meio em forma de mensagem nervosa até os centros que governam a conduta global do sujeito e que registram as experiências para subscrever sua adaptação. Esta conduta deve ser não apenas momentânea, mas prolongada a um momento subsequente. Contudo, cada mensagem possui uma significação diferenciada para não ser tergiversada.

Com um feixe de significados variados, nosso sistema sensorial garante perenes possibilidades de informação para classificar as sensações em: visuais, espaciais, auditivas, gustativas, térmicas, algésicas etc. Destas, unicamente algumas são utilizadas parcialmente pelo sistema cerebral de integração, sobretudo, considerando que o conjunto de receptores em funcionamento nem sempre pode ser usufruído de modo simultâneo.

A categorização especificada configura modalidades que às vezes conseguem ser associadas inteiramente, a exemplo do paladar e olfato, e outras “individualizadas”, como no caso do tato e da visão. (PIERON, 1960). De forma análoga, as sensações

visuais e espaciais, fundamentais no presente estudo da paisagem urbana, conservam estreita ligação para nos permitir aprimorar os sentidos de distância – ver e ouvir –, e de profundidade – posição, movimento e equilíbrio.

Nesta tese o aprofundamento é feito na relação das sensações visuais e espaciais, pela ampliação que a espacialização consegue a partir da visão. Segundo Pieron (1960), a visão permite a localização das estimulações, baseada na percepção das formas e capacidade discriminatória denominada “acuidade visual” e colabora com a localização em distâncias, baseada nas recepções binoculares, possibilitando o discernimento estático de diferenças de profundidade, e a apreciação estado-dinâmica das distâncias absolutas.

A imagem retiniana é uma correlata do objeto, caracterizada por um tamanho diferente, falta de solidez, abscissa do mundo físico e pela forma plana, fornecendo campos visuais. Portanto, essa imagem limita-se ao campo visual suscetível a mudanças em função dos deslocamentos da visão e do indivíduo. No entanto, essa não é a imagem transmitida ao cérebro pelo nervo ótico, mas descargas nervosas que formarão a percepção, no “mundo visual”. Uma característica fundamental deste “mundo” é a tridimensionalidade da imagem percebida, pois não muda de direção, orienta-se pela gravidade, a forma é constante com os deslocamentos e os objetos não se ocultam entre si. Destarte, organiza-se uma cena euclidiana (KOHLSDORF, 1996).

A arquitetura trabalha na relação entre homem e espaço, voltada para a decodificação visual, na medida em que a noção de espaço é idealizada por meio da percepção da forma (PIAGET, 1997). Assim, na percepção dos lugares o sistema visual prepondera sobre qualquer outro, pois é mediador na seletividade dos elementos morfológicos mais proeminentes na estrutura das informações espaciais para posteriormente estabelecer a discriminação topoceptiva (“onde estou?” “que lugar é este?”).

Além disso, a cultura contemporânea está fortemente influenciada pelas sensações visuais: Zunzunegui (1998) afirma que mais de 94% das informações é ponderada pela vista e pelo ouvido, e mais de 80%, especificamente, pela visão. Isto, não legitima uma arquitetura de aparências, mas certifica a hegemonia visual em nossa

apreensão informativa. Por outro lado, é preciso salientar que um estudo envolvendo um grupo de semianalfabetos traz informações interessantes, pois não existem registros mensurados da quantidade das informações codificadas por esta população. Em hipótese, a tendência seria que a assimilação ou armazenamento das informações fosse maior, no intuito de compensar o arcabouço limitado ou parcialmente constituído dos processos alfabetizadores.

1.3.1.1 A visão

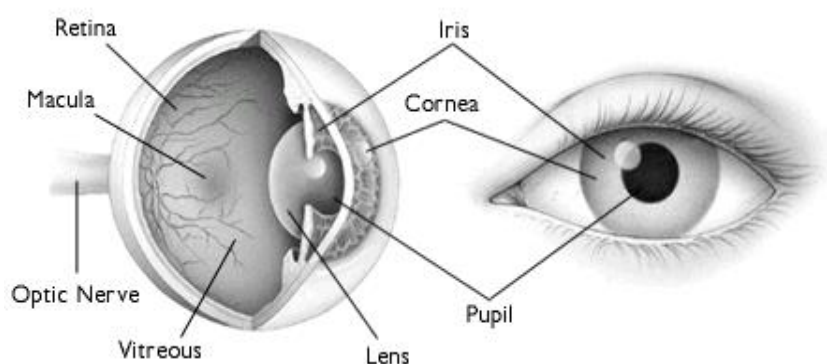
Para compreender a imagem visual é indispensável esquadrinhar como comparece e qual é o papel da visão e dos processos correlatos inseridos na construção cognitiva, e demais sentidos corporais, apenas referenciados à medida que contribuem para a percepção tridimensional do espaço.

Zunzunegui (1998) e Aumont (1995) sondam sobre o mecanismo da visão pregando que é uma fase de organização, final no momento da experiência fenomênica, quando o conjunto de processos ativados e colocados em ação, nela se transforma. As mensagens recebidas pela visão são a gênese de um complexo processo operacional destinado fundamentalmente a elaborá-las, organizá-las e transformá-las. Por exemplo, as sensações das cores, claridade e brilho dos objetos nos são proporcionadas por um conjunto de células receptoras, nervosas especializadas e sensíveis unicamente a uma faixa eletromagnética (espectro visível), ou simplesmente à luz. Portanto, toda informação visual nos atinge por intermédio da luz.

Segundo Simões e Tiedemann (1985), o olho (Figura 1) está composto por diversas partes, algumas das quais são transparentes como a córnea, o humor acuoso contido na câmara anterior do globo ocular, o cristalino e o humor vítreo, substância gelatinosa que ocupa toda a câmara posterior. Depois que percorreu estes elementos, a luz atravessa todas as camadas da retina, composta de células receptoras (cones e bastões), que são neurônios sensíveis às mudanças da luz e uma camada de células bipolares e ganglionares. Os receptores estão localizados na última camada, adjacente à membrana coróide. Esta é constituída por uma rede de vasos sanguíneos e encontra-se entre a retina e a esclerótica, que é a estrutura mais externa, responsável pela forma característica do globo ocular. Córnea e cristalino formam o sistema óptico responsável

pela focalização da imagem sobre a fóvea, a região mais delgada da retina. A fóvea também é conhecida como mancha amarela ou macula lútea. Há na região posterior do globo ocular um pequeno orifício por onde penetram vasos sanguíneos e fibras do nervo óptico; estende-se da retina do olho até a projeção no córtex (através de um centro transmissor chamado tálamo), conhecido como ponto cego, no qual não há receptores. O cristalino é mantido na sua posição por um conjunto de delicadas fibras que partem de sua borda e se inserem no músculo ciliar; são as fibras da zônula, estruturas responsáveis pela acomodação do cristalino. Logo à frente do cristalino encontra-se o conjunto de músculos que formam a íris e a pupila, o orifício pelo qual a luz penetra no olho.

Figura. 1. Corte do olho



Fonte: ROCHE GROUP (2001).

No que tange à captura e controle da luz que penetra no sistema visual, os olhos estão compostos por um conjunto de estruturas diferenciadas e complexas. Este aparelho possui diversas partes, das quais o olho representa apenas uma. Para Panofsky (1979) e Gregory (1979) o órgão visual não é um mero transmissor de informações, mas um posto avançado do cérebro, coadunado também aos processos subjetivos da estrutura cultural e social do indivíduo, por seus afetos, contexto e crenças. Neste sentido o olhar não é passivo, mas uma atividade que implica *ação, opção e intenção*.

De acordo com Aumont (1995) a informação recebida pelos olhos é codificada por regras de transformação de caráter natural, nem arbitrárias, nem convencionais, que determinam a atividade nervosa em função da informação. Posteriormente, o sistema visual localiza e interpreta regularidades nos fenômenos luminosos, como:

- *Intensidade*: quem outorga um parâmetro de maior ou menor intensidade luminosa é nossa singular interpretação, já modificada por fatores de quantidade de luz real emitida por esse objeto.
- *Comprimento de onda*: a cor se produz quando um objeto não absorve, mas reflete determinado comprimento de onda da luz que o atinge. A cor emitida desenvolve-se quando uma molécula é excitada por uma energia e volta para seu estado não excitado, emitindo a energia em excesso na forma de uma onda de luz de comprimento característico.
- *Distribuição no espaço*: o olho é capaz de perceber limites espaciais dos objetos pelas bordas²¹, isto é, o aparelho visual consegue evidenciar nitidamente a relação com o contraste de luminosidade.

Estes elementos nunca se apresentam de maneira isolada, mas sempre e em diferentes circunstâncias simultaneamente. Portanto, existe uma relação umbilical que garante sua afetação mútua; quando a percepção atinge algum deles, de maneira imediata a percepção dos outros é alterada irrevogavelmente de modo irreversível e automático.

Ainda a partir de Aumont (1995), a visão é um sentido espacial, mas mediado pela perpetuidade do tempo por três razões:

- os estímulos variam de acordo com a duração.
- os olhos estão em movimento constante; esta oscilação ocasiona transformação de informações no cérebro.
- a percepção não é instantânea, pois existem estágios rápidos e lentos durante a visão.

Constata-se que a análise e catalisação de todas as variáveis que comparecem no processo da visão e percepção em geral são extremamente complexas e deverão ser estudadas com profunda assiduidade, na amostra específica objeto de estudo. Assim, na sequência este trabalho se debruçará sobre a gênese da produção de imagens, processos diretos e subjacentes, no intuito de compreender como a realidade espacial e do mundo ganha corpo nos indivíduos.

²¹ Fronteira entre duas superfícies de luminância diferente.

1.3.2 A imagem

Não obstante o termo imagem refira-se a qualquer representação de fenômeno ou objeto, mental ou disposto no espaço, interessa neste trabalho a imagem visualmente concebida como foi explanada nos parágrafos precedentes. Mais particularmente como instrumento correlato morfológico dos lugares e, em especial, do centro da cidade de São Paulo.

A partir de Arnheim (1997), sabe-se que a visão atua no material bruto da experiência, criando esquemas das formas gerais, que são aplicáveis não apenas a um caso concreto, mas a indefinido número de casos semelhantes. Nesta perspectiva, a formação da imagem insere-se no processo de conhecimento, e tendo suas origens nos estádios de desenvolvimento do mesmo, é complementar à imitação e à representação.

Na maturação orgânica, é indispensável o papel da representação. Neste momento vale a pena elucidar que nas crianças é principalmente o período intermediário que estabelece a ligação entre o primeiro estágio de centralização ao segundo de descentralização; esse salto é um agente transformador e de certa forma irreversível para ter outra compreensão da visão do mundo e do conhecimento.

Destaca-se a importância da equilibração entre assimilação e acomodação para o “ato da inteligência” como ponto culminante. Segundo Piaget (1975), existem três possibilidades provenientes do equilíbrio estável entre esses dois esquemas: *imitação*, à medida que acomodação predomina sobre a assimilação; *jogo*, que é essencialmente assimilação sobrepujando à acomodação; e *adaptação inteligente*, que é um período intermediário entre os dois extremos. Constata-se como: “... desde o início o problema da imitação conduz ao da representação: à medida que esta constitui uma imagem do objeto (o que certamente é, nada mais sendo além do que isso), deverá ser então concebida como uma espécie de imitação interiorizada, isto é, um prolongamento da acomodação”. (PIAGET, 1975,48).

Nos primeiros mecanismos sensório-motores, as crianças ignoram a representação e não se observa uma conduta que implique a evocação de um objeto ausente. Desestimar a representação significa não diferenciar entre significantes

(linguagem, imagem mental, gesto simbólico, etc.) e significados (objeto, acontecimento, esquema conceitual etc.). Assim, a imitação como prefiguração da representação e os significados permitem constituir a função simbólica; a partir deste momento, a linguagem e os sistemas de signos são possíveis. A aquisição da linguagem é vital, pois seu desenvolvimento possibilita aprimoramento de outros significantes e ampliação das faculdades dos mesmos apoiados na comunicação. (PIAGET, 1975). O complemento posterior é advindo pelo subsidio dos processos alfabetizadores.

Outras facilitadoras da passagem da representação em ato à representação em pensamento são o jogo simbólico e o desenho. A imagem mental já não é apenas diferida, senão interiorizada e a representação que ela possibilita, dissociada assim de todo ato exterior em proveito desses esboços internos de ações que a suportarão. Em decorrência se torna pensamento e ministra uma cópia ativa dos quadros perceptivos, com esboços eventuais de referências sensoriais.

Piaget (1975) esclarece que, quando mencionamos interiorização, deve-se referenciar a imagem mental como de ordem interior que diz respeito ao indivíduo e subsidia a tradução de experiências particulares conservadas nela. Além disso, distingue duas categorias de imagens baseadas nos estádios sensório-motor e pré-operatório, e o estágio operatório com diferenças substanciais, pois as segundas são influenciadas pelas operações.

As categorias piagetianas são: *imagens representativas* amparadas em configurações estáticas limitadas a evocar espetáculos já conhecidos e percebidos anteriormente, e *imagens antecipadoras*, que imaginam movimentos ou modificações, assim como seus resultados, esta última sem assistir anteriormente a sua própria realização. Ambas são essenciais na leitura da realidade.

A transformação de uma categoria em outra apenas é possível depois dos 7-8 anos de idade, quando as crianças atingem as operações concretas. Entende-se que o progresso não é resultado de uma modificação interna e autônoma das imagens, e sim das antecipações e reantecipações apoiadas na intervenção de contribuições exteriores devido à compreensão operatória. (PIAGET, 1997). No caso dos analfabetos é provável

que estas modificações aconteçam mais fluidamente e que seu banco de imagético seja mais fecundo.

Verifica-se que a imagem não é autossuficiente, evocando apenas os objetos percebidos. Para ser mais apurada precisa de operações mentais infralógicas que transformem, associem e categorizem os novos conceitos. Este processo é desenvolvido de forma ininterrupta e evolutiva e influencia no conhecimento humano integral, onde reside o conhecimento espacial.

Neste capítulo foram explanados os alicerces conceituais de dois importantes representantes do interacionismo, dos processos perceptivos e sua associação com a cognição humana, e por último da imagem. O próximo passo é tentar desvendar qual é o desenrolamento desta imagem geral, aplicada em contextos plurais, e sua ligação específica com a cidade. A abordagem desta imagem da cidade foi centro de pesquisas de vários autores na arquitetura, urbanismo, geografia, psicologia, etc. em face de esta condição tal ampliação será feita no capítulo subsequente.

CAPITULO 2. A IMAGEM DA PAISAGEM URBANA

A percepção da realidade alavanca a constituição imagética constante dos indivíduos. As pessoas atribuem sentidos e significados às imagens face ao grau de envolvimento afetivo ou circunstancial tornando-as fortes ou superficiais. Estes tipos de processos se suscitam corriqueiramente na vida dos sujeitos e possuem maior expressão quando são analisados à luz dos espaços conhecidos, em especial, na cidade. Esta ênfase nas estruturas urbanas não é fortuita e é sim imperiosa, devido a que na cidade, ao contrário dos ambientes domésticos, o espaço é mais fluido, inconstante e passível de transformações configuracionais.

A imagem mental da realidade e dos lugares caracteriza-se porque seu caráter no desenvolvimento permanece simbólico e não substitui as operações ativas das pessoas. Aumont (1995) e Kohlsdorf (1996) esclarecem que quando este conceito diz respeito aos recantos urbanos, a imagem possui papel muito mais dinâmico e pedagógico no aprendizado. Isto porque a adequação entre o embasamento do símbolo (a imagem em si) e seu objeto (espaço) deve ser muito mais ampliada, face ao número de mutações que o observador deve processar.

Nesta perspectiva, este trabalho imerge na compreensão deste tipo específico de representação mental. Destarte, é possível inferir que a imagem mental urbana corresponde à evocação do espaço percebido, lugar ou objeto edilício ausente, ou, que não se encontra mais fisicamente presente. Segundo Kohlsdorf (1996), o âmbito da presença física do objeto não só caracteriza a percepção, mas também fornece sua matéria bruta, logo a ação imagética depende de atributos da função perceptiva e de qualidades espaciais sensorialmente captáveis pela nossa visão.

Lynch (2007) afirma que os indivíduos, de modo permanente, rotulam o meio ambiente para que seja capaz de negligenciar a simples organização, se não sintonizado com certo sentido poético e simbólico, características embutidas da cultura que constrói a paisagem urbana. Esta é, portanto, uma ocorrência emocional e que remete aos laços afetivos na configuração física associada a informações pregressas contundentes retidas na memória, e produto da experiência perceptiva.

A imagem urbana é uma síntese e resultado de um processo bilateral entre o meio e o observador, que se inicia e constrói a partir da percepção, isto é, da presença física do meio para ser captada pelo sujeito. Desta relação extraem-se dois juízos importantes fundamentados em Hochberg (1973); Arnheim (1997) e Lynch (1998):

- Dadas as dimensões das cidades, sua integralidade é apenas influenciada, por situações pontuais que reforçam certas feições específicas. Neste caso, a imagem não revela uma relação isomórfica completa com a realidade.
- A partir do ponto anterior, para serem processadas as totalidades requerem diversos pontos de vista. O sensível é, portanto, inesgotável e o conhecimento perceptivo apóia-se no particular e singular dependendo do ponto de vista adotado. A principal dúvida gerada por este enigma perceptivo é: que garantia temos de duas pessoas estarem “contemplando” um mesmo objeto ou situação?

Neste sentido, Merleau-Ponty (1999) observa que a percepção refere-se a um todo que, no início do processo, apenas é apreendido através de certas partes. Não existe a possibilidade de imaginar um objeto “em si”, pois o próprio fato de imaginá-lo o transforma em presente na realidade. A relação presença-ausência é reconciliadora, tornando estes dois aspectos não mais contraditórios, mas complementares para o entendimento do mundo. O ambiente não é “pensamento do mundo”, e sim o objeto da totalidade perceptível possível. O fato de imaginá-lo é admissível à medida que as experiências são físicas, pois vivemos em um mundo também físico.

Por outro lado, as experiências possuem um ponto de ligação com os objetos que são percebidos conjuntamente, conferindo intersubjetividade aos processos perceptivos (ARNHEIM, 1997; OLIVEIRA, 2000). Se fosse pura sensação, a percepção seria de caráter privado; se fosse um ato de inspeção ou de inteligência, o objeto seria uma ideia, assim como o mundo. Por conseguinte teríamos um conceito igualitário entre todos, negando a pluralidade da consciência. Nos olhares não existem infinitos mundos qualitativamente diferentes, pois há uma exigência homogeneizadora que nos permite observar características iguais das coisas. (MERLEAU-PONTY, 1999).

Assim, na percepção, o processo de significação é o fio condutor das diferentes visões; graças a ele, a subjetividade se torna mais próxima da universalidade, segundo

Aumont (1995). É na possibilidade de outorgar significados onde repousa o entendimento de uma estrutura composta por elementos urbanos – edifícios, volumes e formas –, que por suas características físicas contém constâncias perceptivas fortes, que os sujeitos processam para coincidir em suas apreciações e identificações comuns. (TURNER, 1976).

Diferenciadas as imagens individuais e coletivas, nesta pesquisa é inadiável identificar a imagem grupal do centro de São Paulo e sua formação. Lynch (1998), de modo eloquente, reflete sobre a importância da percepção da qualidade ambiental urbana visando à interpretação (objetiva e subjetiva) e, sobretudo, a valoração do ambiente. Mas para aprofundar nesses quesitos é imprescindível primeiro conhecer os caminhos teóricos e contextos que tiveram que perscrutar os autores interessados no estudo da paisagem urbana ou áreas correlatas.

2.1 A paisagem urbana na história

A paisagem urbana tem sido uma seara passível de diferentes análises. Sua abordagem específica sempre esteve atrelada aos diferentes contextos que inspiraram nos autores dissímeis teorias (GEOFFREY, 1995), especialmente, devido a um recorte temporal e espacial que suscitou diferentes questionamentos pelos conflitos ou potencialidades das correspondentes épocas. Esses estudiosos possibilitaram reflexões e contestações que repercutiram no ambiente acadêmico, e inclusive pela sua abrangência ecoam na atualidade.

No intuito de esclarecer questões correlatas sobre a importância da conformação dos espaços com mais aspectos voltados à valorização dos aspectos perceptivos da paisagem este texto versa sobre as teorias de alguns autores e seus discípulos. Nesta perspectiva, é possível arrolar vários precursores: Camillo Sitte (transição século XIX e XX) – ponto de vista projetual – e outros que a abordaram com um viés mais teórico como Sauer (segunda década do século XX), Cullen (década de 1960) e Lynch (década de 1960). Dos autores elencados Sitte e Cullen podem ser referenciados como de tradição arquitetônica, Sauer possui uma visão geográfica e Lynch sendo oriundo da arquitetura transversaliza as duas áreas e algumas correlatas.

Para analisar a direção do desenvolvimento dos seus aportes serão clarificados os principais conceitos de cada autor, tentando tecer as convergências e/ou as dissensões. A primeira questão é salientar que estes autores afluem da corrente interacionista. Um ponto de análise semelhante aos estudos piagetianos que vislumbram serem as relações homem-meio construídas e recriadas por meio da sua associação constante. (PIAGET, 1997). Esta assertiva é complementada pela sensibilidade que desperta a paisagem, respeito da escala humana e importância dos processos perceptivos.

2.1.1 Sitte: A estética do espaço urbano

Os parâmetros de afetividade, proporcionalidade e relevância holística das paisagens fornecem subsídios para a compreensão teórica dos autores citados. Destarte, iniciaremos pelo arquiteto Sitte (1843-1903). É impossível proferir algum conceito sobre Camillo Sitte sem mencionar sua obra “*A construção de cidades segundo seus princípios artísticos*”, de 1889. Nesse trabalho, o autor referencia a criação dos alicerces para a análise da configuração espacial visando à utilização de normas estéticas de percepção espacial, aplicadas em diversas dimensões e conotações na constituição de paisagens citadinas.

Na obra sitteana é evidente o debruçamento sobre a morfologia das cidades berço da cultura ocidental, Grécia e Roma, que permitem uma aproximação humanística impar que este autor acredita é o caminho para não dilapidar a oportunidade de junção entre o sujeito e o meio. A situação é mais pronunciada quando Sitte estuda como a disposição de alguns atributos físicos possibilitam estratégias compositivas nos principais espaços públicos, em especial, nas praças. (SITTE, 1992; BENEVOLO, 1981).

Sitte (1992) discerne sobre um conjunto de projetos de intervenção de cidades de tradição eurocentrista permeadas pelos preceitos greco-romanos, em especial, Viena. Na ocasião bradou diversas ressalvas contra sua monotonia e incipientes feições artísticas. Do ponto de vista morfológico são contestadas as acentuadas composições lineares do barroco, a rígida retícula norte-americana e até as cidades da tradição hispânica na América Latina. Assim, questiona de modo frontal o papel contraproducente de

implantações rígidas, pois transgridem os contextos históricos de caráter pintoresco já consolidados.

A visão sitteana salienta que a cidade pré-industrial possuía características profícuas na conformação de percursos aprazíveis e surpreendentes nos espaços públicos (COLLINS; COLLINS, 1980). Este modelo de análise sensibilizadora consegue alavancar impressões imagéticas duradouras de bem-estar nos deslocamentos dos pedestres. Deste modo, as praças e ruas irregulares, defendidas por Sitte, promovem e possibilitam as trocas e os encontros tendo como cenário o caráter estético-artístico das cidades e não apenas a questão funcional.

A proposta de Sitte é abrangente, pois visou desvirtuar as possibilidades apenas técnicas (efetivadas por engenheiros) com viés higienista e onde as áreas livres são de uso restrito para certas classes sociais. (BENEVOLO, 1981). Destarte, o equacionamento destes conjuntos seria possível, segundo esse autor, sem negligenciar o olhar técnico, mas aprimorando também o interesse de intervenções que atentem pela prioridade do coletivo-público e do olhar dos indivíduos que convivem na cidade.

Esta teoria é pautada pela marca do pitoresco, entendido como uma clara alusão à estrutura e beleza da paisagem natural. Este tipo de análise remete à qualificação de um padrão de criação artística urbana sintética para o coletivo que compensaria a proscrição virtual de outras artes que teriam esse papel. (FARRET, 1985 apud KOHLSDORF, 1985). Ilustra-se que é possível reforçar o pitoresco voltando à atenção a uma fragmentação tridimensional esporádica capaz da valorização de atributos morfológicos pela escala e proporções para criar perspectivas diferenciadas da espacialidade pública.

É possível vislumbrar que a fundamental feição diferenciadora das estruturas urbanas, detentora de relevância, elucidada por Sitte é a posição do olhar do projetista inserido no espaço como pedestre. (COLLINS; COLLINS, 1980). Seria uma situação aparentemente habitual na conduta do arquiteto, mas nesse momento mutila o privilégio do ponto de vista externo de tradição renascentista, e correntes adjacentes, isto é, utilizar como predicado a imposição mecânica dos modos de observação.

A conceitualização apregoada pelo Sitte é uma decantação do debate da problemática urbana que foi abordada por diversos eventos internacionais, em especial na Europa, desde meados do século XIX e que aconteceram com mais constância no início do século XX (COLLINS; COLLINS, 1980). O público interessado nestes encontros não foram apenas os técnicos e críticos, mas também prefeitos e administradores de cidades e regiões comprometidas com projetos reformistas com a finalidade de adaptar à cidade a um novo contexto.

É necessário esclarecer que os ideais de Sitte naquela época polarizaram as opiniões. Muitos autores consideraram que suas reflexões eram pertinentes, e de algum modo, repercutiram posteriormente dentro do contexto pós-renascentista. Entretanto, outros formadores de opinião catalogaram seus princípios como conceitualizações retrógradas, pois estavam alicerçadas em questões ultrapassadas (MUNFORD, 1991). Na verdade, acredita-se que o último sentimento, *ad portas* do período subsequente, já tinha um escopo modernista que contestaria qualquer vestígio formal historicista.

De qualquer modo, segundo Kohlsdorf (1985), tal confluência de discussões desencadearia no retumbamento e surgimento de intervenções pontuais em vários países europeus: na Inglaterra com Howard, Unwin e as Cidades Jardins, ou na Alemanha e Áustria com urbanistas como Karl Henrici, Theodor Fischer, Goecke, Stübben, Baumeister e Gurlitt. Enfatiza-se que a maioria destas propostas, direta o indiretamente, foram impregnadas na sua gestação pelos preceitos de Sitte.

Para continuar a explanação, torna-se necessário mencionar que no decorrer do século XIX a humanidade esteve imersa na época Modernista. Sua relevância é notável porque seu surgimento está ancorado na Revolução Industrial e nessa conjuntura atingiu seu auge. Ao mesmo tempo, vale a pena frisar que do ponto de vista urbano arquitetônico, o viés formal do modernismo arquitetônico na década dos anos de 1960 produziu rupturas irreversíveis que continuaram ecoando até a atualidade.

No estudo das paisagens em geral o Modernismo é vital, pois as cisões precedentes e posteriores atingiram às paisagens naturais e se deslocaram e consolidaram aos núcleos urbanos. Como esteira conceitual é destacada a elaboração de três autores pela sua singular abordagem, a saber: Sauer (1889-1975), Cullen (1914-

1994) e Lynch (1918-1984). O primeiro porque questiona os efeitos pré-modernistas com foco geográfico. Os outros autores porque se debruçaram sobre os efeitos contraproducentes das feições configuracionais do Modernismo na paisagem urbana e no observador.

A compreensão da escala urbana estabelece uma baliza preliminar no intuito de aprofundar quais são suas contribuições basilares para esmiuçar a leitura das paisagens. É necessário salientar que o objetivo principal não é o rastreamento da concepção dialética da paisagem em si, já a bordada por diversos autores. Assim, a análise estabelece um recorte na tentativa de desvendar os aspectos morfológicos e alguns tópicos subjacentes presentes na percepção da paisagem. Isto é, o levantamento dos elos, incluídas as questões culturais, que no nosso entendimento aproximam Sauer de aspectos análogos trabalhados por Sitte, Lynch e Cullen em várias escalas.

Partiu-se da paisagem entendida como conceito dinâmico no sentido abordado por diferentes concepções geográficas em diversas épocas. Não obstante esse conceito possua uma miríade de interpretações não é possível chegar a um consenso concernente a respeito da sua definição. Assim, este trabalho assume a paisagem como “la manifestación del conjunto de componentes y procesos ecológicos que concurren en un territorio, de los que constituye la parte más fácilmente perceptible o de una forma más sintética como la percepción multisensorial de un sistema complejo de relaciones ecológicas” (GONZALEZ BERNÁLDEZ, 1981, p.3). Esta assertiva está diretamente alinhada a uma visão socioecológica abrangente e, especialmente à resiliência dos indivíduos.

Esta definição é vital, pois é anti-hermética e reflete sua preocupação por vertentes não unicamente de cunho funcional, mas também diz respeito a valores e heranças, que possibilitam na análise geográfica o envolvimento da conjunção de elementos naturais e artificiais, socioeconômicos e culturais. (GUIMARÃES, 2007; 2009). Além disso, a paisagem deve ser compreendida como sistema, cuja constituição de atributos naturais e construídos estão submetidos a ações assíduas de interação e modificação de suas formas, organização e funções. Esta feição assente a transposição de um filtro sociocultural, em especial, da paisagem urbana a partir de suas mutações (GONZALEZ BERNÁLDEZ, 1981; BOLÓS, 1992; NAVEH; LIEBERMAN, 1994).

Enfatiza-se que o meio citadino como produto do processo de urbanização das ambiências naturais, permeado pela dimensão social, permite evidenciar que as discrepâncias socioeconômicas são simultaneamente motivos e consequências originadoras do conjunto. Neste sentido, a inserção e ressignificação da paisagem com perspectiva socioecológica visam à incorporação de novas ideias, recusadas por teorias precedentes, que nos enveredam por um termo mais abarcante capaz de dissipar desavenças e incongruências conceituais e reconciliar o embate Homem e Natureza (COSGROVE, 1998).

2.1.2 Sauer: A morfologia e cultura na paisagem

Entendido o conceito englobante de paisagem, em primeiro lugar, é crucial mencionar que para Sauer, a área ou paisagem deve ser considerada o campo da geografia, pois sua presença *per se* evidencia uma relevante parte da realidade (SAUER, 1998). Ainda para este autor, as acepções de *área* e *região* são análogas à *paisagem*, enfatizando ainda que o sentido da inserção da essência cultural é indispensável, pois a cultura é uma marca irrefutável da ação antrópica. Estes dois conceitos ampliados são alicerces para se estudar qualitativamente o sentido das intervenções humanas que interferem, em maior ou menor grau, na construção da paisagem.

Em sua obra “*Morphology*”, Sauer (1998) reúne uma visão geral de assuntos geográficos e correlatos, mostrando inicialmente que a preocupação da área Geográfica deve estar voltada ao estudo de como as formas de vida criam elos ou estão atreladas a seu meio ambiente. (PENN; LUKERMANN, 2011). Nesta perspectiva admite que no entendimento da morfologia da paisagem e estudo da cultura estão os subsídios que possibilitam a coincidência da relação harmônica entre o homem e meio.

Sauer ao introduzir a palavra morfologia tenta aproximar a Geografia à concepção ortodoxa de descrição ou estudo de aparências e formas. Por este motivo, segundo Penn e Lukermann (2011), Sauer pela abordagem da morfologia e paisagem, acreditou ter colocado os alicerces da autonomia disciplinar da Geografia. Esclarece-se que a acepção *morfologia* é uma contribuição de Goethe, que também mostrou uma inclinação especial pela compreensão da natureza e os limiares da cognição e percepção (SAUER, 1998). Nesta proximidade conceitual incide um forte apelo pela teoria da

Gestalt (1920-1930), da qual Goethe foi precursor no momento da proposição da sua Teoria das Cores.

Influenciado pelos preceitos goethianos, de tradição gestaltista, Sauer salienta que é um erro observar às cores e formas de uma paisagem isoladamente, pois essas são parte integrante de um todo articulado (PENN; LUKERMANN, 2011). Isto é, apenas pela percepção da totalidade são possíveis os desdobramentos (desvendamento do conhecimento) de uma imagem ou sua conceitualização. Infere-se que esses atributos são percebidos sempre em consonância à vivência e repertório pessoal de cada indivíduo. (SAUER, 1998).

Este tipo de visão é harmônico à mostrada por Naveh e Lieberman (1994) que pregam que a paisagem é um sistema complexo aonde as variáveis naturais e culturais se imbricam de modo constante pela influência e interação recíproca para sua evolução espaciotemporal. Deste modo, estes autores aderem aos preceitos da ecologia da paisagem, cujo precursor foi Carl Troll (1899-1975). Ressalta-se que a interpretação da paisagem, a partir da ecologia, está ancorada numa aproximação morfológica e funcional. Assim, esta paisagem é capaz de determinar e, ao mesmo tempo, ser determinada pelos sistemas globais que gravitam e são produzidos no mundo.

No início do século XX a visão saueriana já estipulava que não deve ser negligenciada a indissociabilidade e dependência entre os atributos físicos – morfológicamente abordados – e as questões culturais, pois ambas comparecem e preponderam na reconfiguração da paisagem. Alinhado com princípios interacionistas, Sauer (1998) destaca que na natureza tudo depende da inter-relação entre seus elementos constituintes. Ao considerar indispensável este caráter relacional fica evidente que o fator comparativo possui incidência direta na percepção e classificação espacial da paisagem. (ARNHEIM, 1997). Isto é, salienta que cada paisagem possui uma identidade estabelecida a partir da comparação com outros contextos, e que o olhar geográfico é fundamental na tentativa de descrever a paisagem.

Assim sendo, se lida nesta análise com a pré-figuração da existência de padrões universais com hierarquia maior para serem referências do conjunto. O fato de prescindir dessa lógica perceptual nos direcionaria pela imersão numa classificação

caótica. Sauer (1998) conclui que dada a interdependência dos elementos constituintes da paisagem, a Geografia tem a incumbência do desvendamento de tais ligações. Nesta linha de raciocínio, a visão geográfica possui a responsabilidade de, apelando à morfologia, aprofundar na descrição de todos os atributos espaciais.

Os parâmetros de referência são explicitados como feições legíveis aptos para atingir limites físicos que por sua vez configuram uma imagem da paisagem e não apenas um lugar *per se*. Sauer, como uma mensagem aos behavioristas, explana que nenhuma das feições dos objetos visíveis se aprecia além dos sentidos, pois no final esses receptores das sensações humanas são a ponte para acessar os distintos e variados níveis de informação (PENN; LUKERMANN, 2011). Tal modelo de aproximação atribui um alto grau de superioridade à percepção humana. Subentende-se a mensagem de que o conhecimento geográfico e da paisagem é construído a partir das sensações diretas advindas do espaço com caráter inevitável.

Para Sauer (1998), é incumbência do observador a escolha dos elementos da paisagem mais marcantes de sua leitura. Nesse momento, a partir do seu repertório particular, estabelece relações entre seus elementos que, provavelmente são únicas em função da sua vivência e necessidades (ARNHEIM, 1997; CERASI, 1973), reafirmando que as formas na paisagem são macroscópicas e que nesse contexto, o observador deve discernir para encontrar as relevantes e desconsiderar as menos pregnantes.

Sauer (1998) completa que os objetos da paisagem constituem uma realidade como um conjunto, análogo à totalidade gestáltica. Acrescenta que a paisagem tem forma, estrutura, função e posicionamento num sistema espacial que se aproxima a algumas das categorias perceptivas de Vernon (1967) e Aumont (1995). Pela posse destas feições a paisagem é passível de transformações decorrentes e contínuas das ações antrópicas. Isto significa o estabelecimento de conjuntos finitos que despontam o início e fim dos elementos.

Dessa maneira, a paisagem está atrelada umbilicalmente à ação antrópica para ser transformada. Nesta medida, é possível identificar uma paisagem que antecede a ação do homem e outra que a precede. Tal assertiva é abrangente, rigorosa, detalhista e possui um viés histórico relacional espaciotemporal forte. (PENN; LUKERMANN,

2011). De igual modo, considera as infindáveis variáveis, como as qualitativas, que afetam à paisagem no intuito de compreendê-la de forma objetiva e clara.

Sauer (1998) é incisivo quando elucida que a visão geográfica deve ser considerada englobante. Essa classificação inibe a leitura de ciências específicas polarizadas e será sintomática ulteriormente no acolhimento de conceitos provenientes de outras áreas fornecedoras de outros subsídios na compreensão da paisagem. São abordagens que dizem respeito a questões psicológicas e arquiteto-urbanísticas as quais ampliaram seu entendimento. De acordo com Penn e Lukermann (2011), Sauer torna a morfologia da paisagem dualista: geral e única, universal e concreta, etc., com a finalidade de desviar o alinhamento conceitual para um entendimento casuístico e reducionista. Desse modo, reconcilia as tradições antagônicas da Geografia corológica *versus* cosmológica; humana *versus* física, cujos embates sempre foram frontais. Sauer (1998) coaduna conceitos e áreas, sem, entretanto, explicitar a validade singular de cada situação.

Por outra parte, para Sauer (1998), o papel da experiência humana foi o que teve a responsabilidade por efetivar a divisão do conhecimento, de acordo com Geoffrey (1995). Esse conceito repercute no estilo como o homem compreende a paisagem e seus elementos. Sauer (1998) salienta que a paisagem é uma síntese feita baseada no olhar individual que integra o olhar coletivo. Deste modo, as correlações por tentar estabelecer a existência de vínculos de uma leitura a partir das visões consensuais de um grupo são nítidas.

Nesta perspectiva uma paisagem está constituída por múltiplas cenas conjugadas e, ao mesmo tempo, inter-relacionadas, característica que fornece à paisagem um caráter particular e indissociável do seu contexto natural e cultural. (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998). Esta nuance de unicidade determina a impossibilidade de reprodução idêntica, pois desvinculada de seu entorno, o significado da paisagem ficaria desvirtuado. Esclarece-se que individualmente as cenas constituintes da paisagem continuam sendo legíveis, porém, ficam afetadas e, de certa forma, atenuadas em sua singularidade.

Aceitando como verdadeira a assertiva da inexistência de paisagens exatamente iguais, essas unicamente podem ser inferidas a partir da comparação de variáveis como:

similaridades, confrontos e divergências entre cenas sequenciais. Nessa instância define-se a ideia de uma abstração temporal da paisagem baseada em quadros de visão concretos, característica que subsidiaria o reforço imagético para a decodificação desta paisagem. Além disso, numa alusão à legibilidade do conjunto, Sauer (1998) frisa que as superfícies abrangem, concomitantemente, o universal e particular.

Os princípios sauerianos advertem que não importa a quantidade de cenas descritas; o nosso pensamento nunca será capaz de fornecer uma ideia absoluta da paisagem. Entretanto, é importante salientar que apenas a profundidade comparativa estabelece em que pontos convergem ou se separam as cenas de uma paisagem. Mas isto não significa que cenas e planos existam como categorias diferenciadas. A introdução da *cultura* é vital, pois salienta que a paisagem está construída pela alternância de diferentes imagens seriais e temporais. Deste modo, as cenas se tornam mais complexas e explicam melhor sua espacialidade. (PENN; LUKERMANN, 2011).

É evidente no discurso saueriano que a paisagem transparece constantemente tendo onipresente o referencial humano, em querela com o meio ambiente, instituído como um dos principais transformadores e construtores do espaço. Infere-se que as paisagens são elaboradas e modificadas pelos homens para serem entendidas e utilizadas por eles, e que com o decorrer do tempo e consolidação criam vínculos de apropriação com estas.

Sauer (1998) esclarece que a paisagem é a expressão da cultura humana. Este raciocínio é inferido a partir da associação do uso da terra para que o homem consiga desenvolver a maioria das suas atividades e alavancar sua própria condição. Os temas terra e vida são essenciais para sua concepção de Geografia e nessa concepção é evidente que o caráter ambíguo entre recursos físicos e culturais passa ter um peso irrelevante.

A visão saueriana esclarece que é possível ter noção de paisagem, unicamente em função das variáveis temporais e espaciais. Isto porque a estes parâmetros está atrelada a mutabilidade, a multifuncionalidade e o desenvolvimento da paisagem em qualquer cultura. Segundo Corrêa e Rosendahl (1998) e Penn e Lukermann (2011), introduzindo este princípio Sauer elevou à categoria geográfica, os aspectos temporais

da morfologia da paisagem. Assim, o tempo foi dividido em períodos e eras, em correspondência aos conceitos espaciais de região e área.

Sauer (1998) ilustra que há uma espécie de divisão quando discerne que os fatos precedentes da área podem ser classificados como morfológicos. Entretanto, também postula que as formas inseridas pelo homem formam parte de outro conjunto. Na verdade, esse limiar traçado na atualidade não faz mais sentido, pois sabemos que os atributos configuracionais possuem disposições diversas em tempos diferentes, incluídas as mutações radicais oriundas das atividades antrópicas.

A leitura dos dados da experiência humana e do desenvolvimento da paisagem é possível a partir do rebatimento das culturas precedentes na paisagem natural. Destarte, inferem-se as afetações positivas e negativas, pois são visíveis as marcas culturais que possibilitam sua explicação. Sauer (1998) alerta que é necessário atentar ao papel transformador do homem e, em especial, ao efeito da substituição de culturas, pois, embora essas dimensões possam tergiversar o cenário geral da paisagem, é provável, no entanto, mas que apaguem suas feições originais. Segundo Sauer (1998) a paisagem não é o produto da sequência linear de acontecimentos, sejam estes culturais, cronológicos ou de causa-efeito na natureza. Isto é, que tempo, espaço, cultura e natureza são intrínsecos componentes da paisagem. Deduz-se que a cultura explicita os valores e objetivos de uma sociedade que podem ser refletidos tanto no seu pensamento, quanto nas suas ações.

Vale a pena entrever que a admissão da questão cultural na paisagem refuta de algum modo o sentido tradicional de apenas estar regida por padrões formalísticos. Estudos que visam o aprofundamento das questões patrimoniais, em especial da UNESCO, introduziram no final do século XX e início do XXI, a influência do termo paisagem cultural. Tal acepção é interessante, pois reconcilia o tradicional antagonismo entre o natural e o cultural. Denis Cosgrove (1948-2008) e Vidal de La Blache (1845-1918) são os responsáveis por adentrar o sentido subjetivo da simbologia e significados dos observadores. (GEOFFREY, 1995).

Deste modo, é nítido que a apreensão da paisagem não é mais uma leitura exclusiva com teor apenas visual, tentando interpretar suas feições morfológicas, pois

também são inseridos os aspectos histórico-significacionais que podem criar novas correlações. É necessário frisar que as paisagens de forma análoga aos bens culturais não apenas possuem um valor intrínseco, mas também valores significacionais que são atribuídos após uma análise, consenso entre especialistas e tradução das informações do coletivo (CHOAY, 2001; GUIMARÃES, 2012; SCHAMA, 1996).

De qualquer modo, a inserção cultural é tida como principal protagonista da transformação da paisagem em detrimento de outro tipo de dimensões que induzem a mutações. É evidente que se assumimos como certa a intervenção da cultura é crucial esclarecer a existência de um filtro cultural para cada sociedade que cartesianamente incidiria nas modificações paisagísticas. Em igual sentido, dependendo do interesse e direcionamento do olhar de cada sujeito sua percepção poderia privilegiar uma ou outra feição da paisagem.

Finalmente, Penn e Lukermann (2011) frisam que, não obstante sejam indiscutíveis as contribuições sauerianas sobre o entendimento da morfologia e paisagem, nem sempre eles foram totalmente legíveis ou compreensíveis para sua época. Corrêa e Rosendahl (2011) concordam com esta afirmação e enfatizam que no caso brasileiro este quadro se tornou agudo porque várias das ideias chegaram tardiamente e/ou não foram profundamente estudadas em face da influência de outras correntes.

Depois de esclarecer as principais aportações sauerianas, é vital asseverar que os principais questionamentos das teses de Sauer centram-se em que, segundo seu legado as visões preponderantes numa paisagem são apenas os elementos observados a olho nu. Esta aproximação é parcialmente condizente com a visão saueriana, pois é de certo modo reducionista. Nas suas explanações, Sauer (1998) deixa claro que sua teoria parte da análise gestaltiana da geografia e da paisagem e outros aspectos que foram expandidos nos parágrafos precedentes.

Outro ponto que levanta o debate destes preceitos, talvez a maior crítica, é que as análises sauerianas se circunscrevem às paisagens tradicionais. Isto é, mesmo erguida e imersa sob a influência da Revolução Industrial, não considera essas conotações grandiloquentes, explicitando o refratarismo relativo às questões urbanas e receio ao

progresso. (SPETH, 2011). Nas elucidações sauerianas é latente a permeabilidade por uma paisagem de certa forma estagnada ou nostálgica, porém, existe a introdução da variável temporal que flexibiliza esse conceito, relativizando a questão apenas da escala, pelo menos em referência a elementos menores.

Analisando os conceitos de paisagem cultural é possível inferir que os preceitos propostos por Sauer têm validade, extraindo algumas ressalvas mencionadas. No nosso entendimento, o principal empecilho para sua aceitação naquela época foi a existência de um descompasso da definição de cultura, mais ortodoxa e conflitante. Na atualidade, o surgimento conceitual dissidente das questões patrimoniais, não estabelecendo a dissociação das entidades natural e cultural, reaproxima à contemporaneidade de uma visão mais aberta da paisagem.

Antes de entrar nos seguintes autores frisemos que para Penn e Lukermann (2011), Sauer não teve influência direta de uma corrente específica. Entretanto, Speth (2011) e Corrêa e Rosendahl (2011) discordam deste posicionamento, pois reivindicam que as teses de Sauer têm filiação à corrente historicista. Sauer influenciou positivamente seu posicionamento perante a ciência, porque, em contraposição ao ataque de qualquer corrente, sua abordagem está baseada na tentativa de reconciliação de ideais antagônicos.

Transcorreram algumas décadas para que as discussões sobre a paisagem fossem retomadas. A crise do Modernismo, que será mencionada de modo ulterior, foi uma das causas pela qual vicejaram abordagens diferenciadas que possibilitaram novas reflexões contestadoras sobre a produção arquitetônica nas cidades. Neste contexto emerge, quase de modo simultâneo no início dos anos de 1960, a publicação dos livros: a “*Imagem da Cidade*” e “*Paisagem Urbana*” que nortearam uma nova concepção espacial e os quais analisaremos a seguir.

2.1.3 Lynch: a análise da imagem citadina

A condensação dos preceitos propostos por Lynch em alguns trechos é uma tarefa complexa. O maior desafio é decorrente de que novas releituras, em momentos descompassados, trazem emergentes descobertas da concepção de cidade. Lynch após a

análise de três cidades dos Estados Unidos – Boston, Los Angeles e Jersey – verificou que a decodificação que as pessoas faziam das cidades se restringia a aspectos superficiais. Isto porque as descrições estavam balizadas por questões conceituais ou eram procedentes de conhecimentos de terceiros e não pela imagem concreta em si transmitida pelos atributos urbanos.

No intuito de esquadrihar o porquê desse dilema, Lynch deduziu que a imagem coletiva de uma cidade pertence à memória urbana, e assim pode ser estimulada por individualidades, tornando-se dominante. Os trabalhos de Lynch (1998) apoiaram-se, nessa hipótese, para definir pressupostos em futuras investigações da imagem das cidades. No desenrolamento dos elementos do meio ambiente urbano transparece a irredutibilidade pelo encontro dos principais elos entre a espacialidade e o sujeito. Conclama-se que a partir dessa condição o observador cria vínculos emotivos, identidades e significados para a apropriação da cidade.

Para o desenvolvimento dos estudos relacionados à forma ou representação mental das cidades, Lynch (1998) procurou alguns elementos que estruturassem visualmente as configurações urbanas, e reconheceu inicialmente dois atributos básicos para seu entendimento: a *legibilidade* e a *imaginabilidade*.

A *legibilidade* faz analogia ao legível, no sentido de bem impresso, ou seja, como uma estrutura de símbolos visualmente reconhecíveis. Diz respeito à facilidade de reconhecimento e organização das partes da cidade numa imagem coerente e compreensível. Em arquitetura, este termo possui conotação morfológica espacial, distinguível e organizada em unidades, apreendidas e recordadas. No processo de orientação ou de estratégia para localizarmos, é a imagem do meio ambiente que subsidia a construção de um sistema referencial para apreender as informações das quais precisamos para nos ampararmos de qualquer enigma espacial. (LYNCH, 1998).

Para a maioria dos indivíduos, saber a posição espacial é vital. Ficar perdido tem conotações e consequências nocivas tanto do ponto de vista geográfico quanto do psicológico. (TUAN, 1980). Uma imagem citadina possui o peso de privar as pessoas de situações adversas relacionadas à orientação. Essa última feição no espaço é facilitada quando a imagem apresenta diversas qualidades, devido à possibilidade de

deslocamentos fáceis e imediatos fornecendo segurança emocional. Destarte, a legibilidade não é válida apenas para os moradores autóctones, mas também para os forasteiros.

Esclarece-se que a imagem deve ser suficiente, autêntica num sentido pragmático e permitir que o indivíduo atue dentro de seu meio ambiente na medida desejada, portanto, ser instrumento facilitador e fator integrador de alternativas viáveis e facilmente compreensíveis, para ser descoberta. No entanto, aberta para facilitar a aceitação e assimilação de transformações. A cena imagética se constitui em matéria prima para a criação de símbolos e lembranças individuais e coletivas de comunicação. (LYNCH, 1998).

A *imaginabilidade* é um atributo complementar ao conceito anterior, constituindo-se como a capacidade dos lugares suscitarem uma imagem “forte” em qualquer observador, a ponto de recalcar associações com alguma parte da cidade: as imagens impregnadas em cada indivíduo trazem lembranças e significados. Por isso, o caráter de “força” (ou “paisagem poderosa”, nas palavras de Lynch) é dado pela *pregnância*²² de certo contexto urbano, ou de feições morfológicas do mesmo (LYNCH, 1998).

A forma e disposição dos objetos no espaço facilita a elaboração imagética para serem identificados pelas pessoas com utilidade funcional. Lynch (1998) acredita que a imagem ambiental de um lugar pode ser descrita a partir de três elementos compositivos: *identidade*, *estrutura* e *significado*. A identidade garante a identificação de um lugar como objeto a ser reconhecido entre outros, mas respeitando suas diferenças individuais. Esta qualidade é encarregada dos atributos para tornar mais clara a organização visual, possibilitando altos estímulos gerados, mormente, pelo prazer estético ou contemplativo, que são agentes facilitadores da recepção da imagem mental. A estrutura ambiental refere-se à relação do objeto com o sujeito e com os outros objetos dispostos num ambiente compartilhado. O terceiro diz respeito ao significado, prático ou emocional, que o objeto desperta no observador.

²² *Pregnância* é um efeito ou qualidade semântica, definido por Kohlsdorf (1996:221) como: “qualidade segundo a qual se registra um objeto de maneira indelével. Diz-se que determinada configuração tem *pregnância* quando se grava facilmente na memória.”

Em termos ideais, para Lynch (1998), uma imagem eficaz reúne alta legibilidade e potente imaginabilidade, enquanto, Kohlsdorf (1996) acrescenta que para boa orientação e identificação dos lugares, a quantidade de informações visuais não deve ser nem escassa, nem excessiva, e sua qualidade não deve admitir nem repetições nem variações exageradas; assim, a noção de lugar se beneficia do parâmetro de equilíbrio harmônico nas composições de elementos topoceptivamente relevantes. A boa *identificabilidade* depende de três possibilidades de quantidade, bem como da qualidade de informações topoceptivas: o parâmetro do equilíbrio harmônico, extrema escassez de quantidade e repetição, e de diversificação de informações. É o parâmetro de clareza nas composições de elementos topoceptivamente proeminentes.

Para entender a construção da imagem mental da cidade devemos considerar como a flexibilidade e adaptabilidade perceptiva, cumprem um papel importante em sua compreensão. Deste modo é estabelecida uma estrutura espacial coerente, sendo que estes elementos balizadores se fundamentam na caracterização configuracional dos lugares, isto é, nas formas da cidade traduzidas em constâncias perceptivas.

Pressupõe-se que esta seja a ponte entre as constâncias perceptivas e o reconhecimento dos cinco elementos de Lynch, visando a uma estrutura espacial, seja a flexibilidade e adaptabilidade perceptiva. Mas é possível inferir que essas instâncias se comunicam quando se aborda a questão do significado como propriedade morfológica dos lugares, o que demonstra seu valor emotivo e prático para o observador, embora sem ser constante, mas muito assimétrico (LYNCH, 1998). Entretanto, em fases iniciais da análise de imagem, pode-se não abordar a questão dos significados espaciais para se inferirem as constâncias que formam a estrutura da representação imagética e nos revelam a identidade dos lugares. Neste sentido, o referido autor define constâncias nas formas estruturadoras da imagem urbana agrupadas em cinco categorias que compõem os mapas mentais (LYNCH, 1998; KOHLSDORF, 1996), a saber: *caminhos*, *limites*, *bairros*, *pontos focais* e *marcos visuais*.

Os *caminhos* são condutos que o observador segue normal, ocasional ou potencialmente e que cumprem o papel de conectar e estruturar os elementos distribuídos no espaço (espaços públicos, privados e suas nuances). São representados por áreas pelo geral de circulação de pedestres ou veículos, como ruas, trilhas, avenidas,

canais, vias férreas, e afins. Ordinariamente estas estruturas interligadas são elementos de destaque na imagem que as pessoas fazem de bairros ou cidades inteiras.

Para maximizar a imagem de um caminho, os preceitos lynchianos elencam várias feições assíncronas. Atributos como o alargamento ou estreitamento, pela hierarquia viária, formam contrastes pregnantes nos observadores. A identificação de certos pontos dos caminhos pode ser reelaborada pelas características da fachada. Esclarece-se, que no contexto perspectivo a paginação do piso é um atributo menos marcante. A constituição do elemento verde pode ser um fator que alavanque ou iniba a percepção espacial dos caminhos. Em qualquer hipótese, este elemento subsidia na maioria das vezes o *continuum* espacial.

Os caminhos com pontos de origem e finalização fortes possuem identidade forte. Esta feição ajuda a manter a coesão da cidade e a fornecer uma localização espacial constante e favorável aos sujeitos. O sentido de direção pode ser reforçado propositalmente por outros elementos alocados de forma adjacente nas extremidades. As mudanças refinadas de direções também garantem a continuidade dos caminhos sem prejuízo da percepção e sem abalar a segurança que o espaço deve que comunicar.

Os princípios lynchianos pregam que a distância dos caminhos é imprescindível, pois permite ao observador ter a noção exata da espacialidade com que está lidando. A distância pode eventualmente aumentar sem prejuízo da sua identificação se ao longo dos caminhos são dispostos pontos de referência e marcos visuais capazes de “quebrar” sua continuidade. É possível afirmar que os caminhos tornam-se redes estruturadas quando existe a repetição de efeitos criados de forma regular e/ou previsível. Isto é, de fácil leitura e homogeneamente dispostos.

Em relação à forma dos caminhos Lynch (1998) enfatiza a importância de considerar implantações diversas como: retilíneas, curvas, ou outras. O autor menciona a probabilidade da existência de caminhos melódicos como fornecedores de oscilações configuracionais no percurso em diferentes lapsos temporais, uma associação direta às intermitências gestálticas e à música e sua composição. Revela-se que as pessoas que conhecem de modo aprofundado uma cidade também dominam parte ou boa parte da sua estrutura de caminhos.

Os *limites* são as fronteiras entre duas fases, representativas de territórios temáticos, e se apresentam como rupturas lineares da continuidade, tendo a qualidade de fornecer elementos subsidiadores da direção. São elementos que o pedestre não utiliza para seus deslocamentos – neste ponto existe a cisão com relação à definição dos caminhos. São exemplos destes elementos: praias, trilhos de trens, muros e afins. Podem ser “costuras” da estrutura de setores urbanos que permitem certa linguagem harmônica, ou barreiras para disjuntar áreas definidas. Também podem ficar evidentes como entidades físicas laterais, semipermeáveis ou “suturas” que servem para conjuntar duas áreas e podendo, ainda ser indefinidos.

Os limites mais fortes são os contínuos e impenetráveis que despontam com caráter mais proeminente. Em eventuais circunstâncias, a função de limite está associada à de caminho, mas unicamente quando existe uma circulação permanente. Para Lynch (1998), os limites estão relacionados à forma do sítio físico. Isto é, fatores como a topografia que é determinante na compreensão do acesso, distâncias e visibilidade. Dentro dos cinco elementos podem ser classificados como referências secundárias.

Os *bairros* são porções da cidade com temática diferenciada umas das outras, de representação bidimensional, com tamanhos que oscilam entre médios e grandes. Pela sua escala abrangem um considerável alcance bidimensional, sendo permeáveis e identificáveis desde o interior e, quando visíveis e consolidados, passam a ser estipulados como pontos de referência exterior dos sujeitos.

Algumas feições que identificam os bairros são: a continuidade temática e, em especial, a multiplicidade de atributos configuracionais (espaço, forma, textura, topografia, etc.) O reforço oriundo dos estímulos sonoros e olfativos pode ser um fator que possibilita seu reconhecimento. Às vezes, algumas características sociais ou étnicas associadas a certos setores da cidade permitem seu reconhecimento. Nesse sentido, o nome de um bairro pode repercutir no reforço da sua identidade perante os cidadãos.

Os limites dos bairros podem ser classificados em rígidos ou diluídos, inclusive existem bairros que não possuem a definição de seus limiares totalmente definidos. Os limites subsidiam a construção da identidade de um bairro, mas *per se* não são

necessariamente pilares na formação de um bairro. Quando fortes, imageticamente falando, são reconhecíveis por ter um caráter consensual entre o coletivo. Alguns bairros podem ser constituídos a partir relações fragilizadas com a estrutura geral da cidade ou pelo contrário estar conectados fluida e diversamente com as regiões adjacentes. Do ponto de vista antropológico, esta característica fornece subsídios na explicação de como certos bairros têm feições de introversão, isolamento ou até extroversão.

Lynch (1998) salienta que os bairros devem visar pela homogeneidade física, não em termos de igualdade total das edificações ou espelhamento, mas de equilíbrio. Além disso, acrescenta que atributos como: nitidez e precisão de limites facilitam a legibilidade do bairro. Atribui um papel importante à estrutura dos caminhos dentro do bairro e também às hipotéticas conexões com outros bairros. Neste ponto, reside o surgimento da malha urbana articuladora do conjunto da cidade para propender pela sua harmonia e funcionalidade.

Os *pontos focais* caracterizam-se como pontos estratégicos no tecido urbano que servem de lugar de encontro das pessoas. Convertem-se em lugares de destaque funcional na cidade, negligenciando sua classificação estética, e sendo capazes de acentuar a importância física ou de uso de um determinado ponto. Nestes elementos, o pedestre pode entrar sendo considerados focos de vida urbana a partir dos quais se inicia ou “combina” um encontro, isto é, onde os sujeitos se concentram ou estão reunidos com alguma regularidade por diversas motivações. Embora não seja uma constante, estão dispostos nos cruzamentos de caminhos ou em áreas contíguas a edifícios com relevância arquitetônica ou não.

Segundo a abordagem lynchiana, os pontos focais convergem com os caminhos e/ou bairros e ainda possuem um caráter particular para tornarem-se temáticos. De acordo com Lynch (1998), o lugar de congregação é indispensável na cidade, devido ao fato de que, funcionalmente as pessoas aguçam sua atenção para a tomada de decisões que dizem respeito à sua orientação e identificação. Do ponto de vista conceitual são pequenos na imagem da cidade, entretanto, podem ser quarteirões, formas lineares correspondentes a ruas e inclusive bairros, que, nesta última categoria deve ser meditada

como condição uma escala maior. Nesta perspectiva de escala ascendente uma cidade pode ser um ponto de encontro no nível nacional ou mundial.

Para Lynch (1998), a configuração do ponto de encontro é dispensável, mas abnegando a dimensão de escala, pois este deve ser proporcional à demanda da quantidade de pessoas. Nesta linha de raciocínio os pontos de encontro devem possuir feições como visibilidade e intensidade para ganhar grandiloquência, pois sua importância reside em que neles devem acontecer as trocas dos sujeitos. Contudo, o excesso de pontos focais pode provocar desencontros e situações conflitantes.

Finalmente, os *marcos visuais* se configuram como pontos de referência visual que servem como estruturadores da paisagem e atuam para o observador num plano exógeno, pois de modo geral são impenetráveis pelo sujeito. Comumente afluem nos pontos marcantes da estrutura urbana: praças, torres, edifícios altos e pontos turísticos de destaque visual. Os marcos são entidades espaciais, próximas ou distantes, que se distinguem por ser pregnantes na paisagem urbana. Destarte, ajudam a construir, na prática, o sentido da posição no espaço urbano. De acordo com Lynch (1998) é possível a existência de:

Marcos distantes: Quando são visíveis de longas distâncias e auxiliam referências radiais (colinas, torres de igrejas, ou outros do tipo). São utilizados, em especial, por pessoas não familiarizadas com o contexto urbano como referências preliminares.

Marcos locais: Quando servem como referências mais restringidas, isto é, elementos micro na cidade, como: placas ou detalhes arquitetônicos que, de forma análoga aos anteriores podem ser incorporados no imaginário coletivo. São utilizados por moradores familiarizados com o espaço de uma cidade.

O marco deve, sobretudo, ser singular para constituir-se como memorável na mente dos sujeitos. As formas puras, diferenciadas, contrastantes do seu fundo, com variação de distância (reco/avanço) ou altura, permitem que os marcos tenham um caráter de unicidade e sejam de fácil identificação para serem escolhidos como referências. Uma atividade ou associação significacional (histórica, religiosa, cultural, etc.) dentro do contexto da cidade reforça a constituição de um marco.

Na estrutura urbana, os marcos visuais possuem proeminência e são chaves para transmitir a mensagem da orientação mais sensata, devido ao fato de que percursos com marcos espargidos tornam-se familiares. A proposição de marcos sequenciais com detalhes que evocam ou antecipam a imagem de outros lugares, provoca deslocamentos com segurança emotiva e funcional e promovem boas lembranças. Nesta perspectiva, é melhor abdicar no desenho urbano da utilização de rupturas produzidas por grandes vazios urbanos. Os marcos visuais relativizam a questão da escala ou seu grau de visibilidade na paisagem urbana. Isto é, quando analisados é preferível optar por tentar estabelecer seu grau de articulação ao conjunto dos outros elementos lynchianos. Infere-se que um espaço onde exista uma maior coesão, proximidade e harmonia permite que o marco impere e que quando está numa área afastada ele sobreviva menos.

É importante lembrar que se considera o espaço da cidade, e, portanto, as formas convertidas nos elementos imagéticos estruturados a partir não apenas por volumes edifícios, mas também por áreas livres, massas vegetais, taludes, elementos de pequeno e grande porte (como o mobiliário urbano, viadutos e pontes) e outros referentes aos sítios naturais e perceptíveis no meio ambiente urbano (como montanhas, cursos d'água e o mar). À luz desta conceitualização, todos são categorizáveis na classificação lynchiana e possíveis construtores da imagem mental dos lugares.

Em face de questões situacionais singulares a imagem cidadina é passível de alteração, como por exemplo, pontos de vista diferentes, visão do observador restrita, grau de iluminação no dia, entre outros. Do mesmo modo, qualquer um dos cinco elementos arrolados podem ter diversas interpretações. Isto é, um viaduto é um caminho para o motorista de um carro e, ao mesmo tempo, é um limite para um pedestre. Este raciocínio sustenta a inexistência do isolamento de nenhum dos elementos e sim de sua conjunção para compor uma leitura coerente e articulada.

Salienta-se que os cinco elementos da imagem da cidade propostos por Lynch estão inter-relacionados e em constante contato e transformação. A força e disposição destes elementos no espaço urbano permite que a cidade seja complexa e visualmente rica. De modo análogo, é possível inferir que a disposição harmônica destes permite que as cidades tenham características únicas e irreproduzíveis, pois as transformações

perceptivas mais significativas estão derivadas das qualidades imagéticas da cidade. (LYNCH, 1998).

No entendimento lynchiano tem corpo proeminente a variável *tempo*, que é responsável por presenciar momentos de apogeu, degradação e regeneração das cidades. Isto demonstra a dinâmica, transformação e anti-estaticidade da cidade como uma entidade física aberta a modificações (LYNCH, 1972). Nessa instância, é possível aferir que nos conjuntos urbanos são verificáveis até mudanças radicais, que não necessariamente denunciam seus traços precedentes, pois os atributos antrópicos do espaço construído são catalizadores imediatos da vontade do homem pela apropriação do seu território.

Na construção do imaginário da cidade o conteúdo sensorial – formas, cores, padrões tipológicos – é percebido e interpretado de vários modos por diferentes observadores para explicitar uma representação imagética oral ou desenhada. De acordo com Lynch (1998), a participação dos idosos nos percursos e trilhas em lugares inóspitos é bem acolhida, pois eles possuem um grande repertório somado à farta experiência espacial pregressa. Nestes locais, a perda ou deturpação das referências locais podem ser associadas à morte em decorrência dos riscos de um lugar que pode induzir ao erro. A multiplicidade imagética é indispensável para que o sujeito interaja de modo adequado com o ambiente.

Por outra parte, fica clara a existência de diferentes níveis de complexidade imagéticos que estão atrelados à escala de uma cidade. Isto é, o imaginário é constituído, de modo ascendente, na gênese pela imagem de detalhes micros e da rua, perpassando pelo bairro e as regiões, e chegando finalmente à cidade. Além disso, neste preceito é sinalizado que não há apenas uma imagem, mas um conjunto de imagens sobrepostas e em constante relação. Estes níveis são retroalimentados pelo constante contato com o espaço urbano e ampliação do repertório. Infere-se que uma pessoa com boa orientação e identificação dos lugares transita pelos limites da maioria destes níveis. De forma contraposta, um pedestre que domina apenas os primeiros níveis, isto é, conhece precariamente algumas partes da cidade (elementos do Lynch) não consegue constituir uma imagem forte para aprimorar suas expectativas topoceptivas.

Mas essa lógica de orientação e identificação dos lugares é válida, unicamente para um conjunto urbano singular. Por motivos eloquentes, quando somos submetidos a uma nova submersão numa cidade desconhecida o ponto inicial de expectativas topoceptivas é incipiente. Esta assertiva evidencia que não obstante existam princípios análogos de composição das cidades, é indiscutível que todo aglomerado citadino possui características físicas e variáveis aespaciais particulares.

Tendo como princípio que o conhecimento da cidade fornece sólidos laços de domínio e controle dos lugares que percorre, enfatiza-se, numa alusão ao interacionismo, que existem duas vias para o robustecimento da imagem por meio de artifícios simbólicos. O primeiro concernente à reeducação do olhar do observador, em face de processos transversais da educação ambiental, visando valorizar a paisagem ou pela modificação dos atributos espaciais do ambiente urbano. (LIMA-GUIMARÃES, 2007; 2011; LYNCH, 2007).

Escrito no início da década de 1960, o livro “A imagem da cidade” do Lynch surge no seu momento como decálogo de aspectos perceptivos da estrutura da cidade. Mas, na verdade, na esfera do conhecimento da paisagem urbano-arquitetônica seu intuito é muito abrangente, pois essa publicação representa uma definição avessa à “sensatez” conceitual Modernista. Um conceito espacial urbano harmônico e alicerçado na idealização de elementos que contribuem para sua legibilidade e são responsáveis por ela.

É preciso elucidar que essa teoria não é soberana e possui abordagens detratoras. Na década de 1980, alguns autores cogitaram, sem sucesso, refutar a abordagem de Lynch e emplacar explicações alternativas. As respostas emergentes caíram em flagrantes contradições, pois mesmo abdicando de questões levantadas por Lynch sempre mencionavam, direta o indiretamente, elementos que foram aludidos por aquele autor. Entretanto, a conceitualização lynchiana também é passível de críticas. Em especial, pela amostra e sua composição e ainda a falta de aprofundamento no quesito significacional. Quanto a este último ponto, Lynch explicitou que o interesse da sua pesquisa estava voltado para a estrutura e identidade da cidade renunciando a voos à procura do significado.

Quanto à amostragem, alguns críticos sustentam que o tamanho desta abala a credibilidade pela precária representatividade. Questiona-se como a partir de uma amostra abreviada de questionários e entrevistas em apenas três cidades, Lynch estabeleceu generalizações. Acredita-se na existência de nuances particulares atreladas a contextos nas cidades, motivo pelo qual qualquer generalização é arriscada. Contudo, a objetividade e inferências dos estudos lynchianos não sofreram afetações face à rigorosa e inédita análise de diversas variáveis, aprimorado conhecimento das cidades e objetivos claros apontando o funcionamento perceptivo e decodificação dos sujeitos.

Nos anos vindouros ao surgimento da sua teoria, Lynch admitiria como autocrítica que um ponto passível de aprimoramento fosse considerar uma amostra populacional mais significativa. Nesse pronunciamento, vai além quando reafirma que a escolha dentro das populações específicas deveria ser ampliada e pautada por sujeitos com diferentes formações, gênero, idade, em fim, para que a decodificação da cidade fosse ainda mais fidedigna. Tampouco foi necessário que Lynch e seus discípulos incentivassem a abordagens de mais cidades, porque os efeitos das pesquisas com viés lynchiano cresceram, derivando na desmontagem das arguições de que suas generalizações fossem precipitadas. Essas pesquisas também estiveram ancoradas nas ideias de Cullen, próximo autor a ser abordado.

2.1.4 Cullen: a visão serial da cidade

O surgimento quase sincrônico dos preceitos advindos da leitura que o inglês Gordon Cullen (1961) perpetrado da cidade mudaram os paradigmas da percepção da paisagem urbana. Isto é, este autor apelou à análise serial ou sequencial a partir de algumas balizas criadas pelas feições estéticas das quais acredita que os elementos da cidade estão impregnados. Assim, com um método didático contundente possibilitou desdobramentos *sui generis* no entendimento da paisagem urbana.

As ideias de Cullen (1974) estão ancoradas fundamentalmente nos quatro seguintes elementos: ótica, local, conteúdo, tradição funcional.

A *ótica (visão serial)* está integrada pela visão em sequência de contingentes cenas urbanas. Nela existe uma coordenação racional que direciona a percepção do

geral até o particular. Isto na cidade pode ser interpretado como a descrição de um percurso do início até o fim, incluindo os campos visuais que acontecem nos interstícios dos espaços públicos. Nesse contexto, a percepção do observador não abnega a seleção dos elementos que mais despertam seu interesse.

Já o *local* encontra-se relacionado à reação que se suscita no sujeito em relação à sua situação espacial num determinado lugar. Refere-se especificamente, à intermitência de sensações que são transmitidas pelos percursos em trilhas urbanas e, em especial, pela passagem do observador por espaços alternados ora abertos, ora fechados, isto é, uma transição entre aberto-fechado ou vice-versa.

A característica pertinente ao *conteúdo* está acoplada às especificidades urbanas. Isto é, formas, cores, escalas, tipologias arquitetônicas que fornecem um caráter de singularidade a algum edifício, conjunto de edifícios ou setores citadinos. Assume-se que a cidade é uma entidade permeada pelos diferentes momentos históricos, sendo, assim, visível o amalgamento de materiais.

A *tradição funcional* visa corroborar as qualidades funcionais intrínsecas dos objetos dispostos no espaço urbano. Na concepção cullensiana esta feição deve ser clara, legível e impregnada de uma mensagem inequívoca de como os transeuntes devem proceder perante uma determinada situação urbana. Isto é, alinhada com fundamentos que abjurem a propensão de erros.

Tomando estes tópicos como referência, Cullen (1974) estipulou que a paisagem urbana deve organizar a vida do pedestre e estabelecer o liame entre eles em forma de poesia espacial. Com esta finalidade arrola alguns efeitos perspectivais em representações bidimensionais como: *perspectiva*; *ponto focal*; *contraste* (escala, clareza, textura, restrições); *delimitação*, *linhas de força*, e outras mais. A análise elaborada não é apenas rica em ilustrações, mas fundamentalmente didática do ponto de vista metodológico pelo escopo e pela pertinência das explicações e justificativas de cada efeito que pode ser aplicado em diferentes contextos.

Além disso, considera-se que a articulação harmônica do emparelamento de edificações é uma arte. Coloca-se em destaque como certos efeitos contribuem ou

dificultam à legibilidade da paisagem urbana. Esta análise acredita que as formas dos objetos inseridos no espaço atingem as feições emocionais das pessoas (CULLEN, 1974). Não obstante certos efeitos espaciais possam parecer “óbvios”, esse autor, apelando às questões estético/morfológicas, sistematizou suas distintas possibilidades.

As ideias cullensianas fornecem um recurso da pesquisa e levantamento na descrição, análise, diagnóstico e projeção das situações urbanas pela versatilidade de sua aplicação. Cada explanação possibilita o aprimoramento perceptivo e valoração ambiental tendo como pano de fundo os realces da cidade, mas sem desconsiderar questões emotivo-sensoriais que a paisagem desperta no olhar dos observadores. Pela associação explícita de termos provenientes da compreensão estética a teoria de Cullen deflagrou críticas; os preceitos levantados, contudo, quebraram paradigmas apontando a retomada de conceitos preconizados por Sitte.

A grande contribuição das ideias de Cullen foi possibilitar a elaboração de uma imagem síntese integradora de diferentes variáveis espaciais e não espaciais. Isto porque as leituras da cidade, em forma de *flashes* cognitivos, são recopiladas e traduzidas em dados imagéticos que evocam momentos históricos, sociais, econômicos, religiosos e culturais que vão além e permitem um entendimento mais aprimorado dos lugares. Isto é, não concebida unicamente como uma cena desprovida de explicações.

Vale a pena salientar que a publicação de Cullen tem viés visual com forte apelo topológico. Isto é, dispensa as outras sensações perceptivas dos demais sentidos: som, odor, vibrações, e afins. Nesse sentido, segundo Arnheim (1997) o observador possui um caráter mais passivo na inter-relação com o ambiente, pois em hipótese apenas elabora e coleta informações visuais da paisagem urbana. Essa recorrente passividade do indivíduo traz à tona algum tipo de afastamento para as nuances além das visuais que podem ter interferências em anseios de conotação interna. Esta colocação é taxativa devido a que uma visão inclusiva pode permitir o desdobramento para transformações espaciais na cidade.

Uma das vantagens comparativas dos conceitos de Cullen e Lynch é que estão largamente disseminados por serem claros e compreensíveis. Sua retórica é tão intensa que são utilizados como principais fontes de informações por leigos, especialistas e até

detratores de suas ideias nas áreas da arquitetura, geografia e psicologia. Suas principais feições são a simplicidade e objetividade que fornecem um caráter de universalidade tornando-se permeáveis na compreensão da paisagem. Nesta linha de pensamento, visando à clareza e síntese de conceitos foi possível organizar a comparação dos quatro autores abordados (quadro 2).

Quadro 2 - Comparação de tópicos abordados por Sitte, Sauer, Lynch, Cullen alguns dos responsáveis pela abordagem da paisagem urbano-rural nos séculos XIX e XX.

AUTORES / (Principal livro e data original de publicação).	Cultura			Escala urbana			Escala rural			Feições estéticas			Gestalt / percepção			Morfologia			Visão serial			Variável temporal		
	neutro	médio	aprofundado	neutro	médio	aprofundado	neutro	médio	aprofundado	neutro	médio	aprofundado	neutro	médio	aprofundado	neutro	médio	aprofundado	neutro	médio	aprofundado	neutro	médio	aprofundado
SITTE / A Construção de Cidades segundo seus Princípios Artísticos / 1889.		o				o	o					o		o				o		o				o
SAUER / Morfologia da Paisagem / 1925			o	o					o		o				o			o		o				o
LYNCH / A Imagem da Cidade / 1960		o				o			o			o			o			o		o				o
CULLEN / Paisagem Urbana / 1961			o			o	o					o			o			o			o			o

Org.: Bastidas, J (2012).

A partir de uma leitura vertical do quadro é possível afirmar que *a priori* o conceito de paisagem bradado por Sauer compactua na maioria dos tópicos com as visões de Sitte, Lynch e Cullen no sentido geral e, em espacial, de considerar que várias percepções individuais comparecem para integrar uma visão “unificada” da paisagem. Contudo, é admissível asseverar que as deduções proferidas por Lynch partiram da consulta a várias populações específicas.

Kohlsdorf (1996) e Jacobs (2000) salientam o valor do trabalho de Lynch quando expõem os motivos da importância dos porquês de uma proposta deve ser pensada a partir das percepções obtidas do usuário dos conglomerados urbanos. No modelo lynchiano de pensamento, o projeto abandona seu papel de mero objeto (tratamento certificado pelo

urbanismo progressista) e o sujeito assume o papel de mediador e canalizador de anseios e expectativas capazes de reverter o quadro caótico deixado pela cidade modernista.

Os quatro autores são categóricos quanto à crivagem oriunda das experiências pregressas que são balizadoras de novas experiências e também com que, em diferentes níveis de aprofundamento, a inserção da cultura transversaliza a integração e o entendimento das variáveis configuracionais. Por outro lado, é possível assegurar que as diferenças entre os autores arrolados são sutis, menos na escala, e, sobretudo, dizem respeito ao caráter metodológico ou tipo de enfoque de questões pontuais provenientes das especificidades das áreas da geografia ou arquitetura.

Outras considerações gerais podem ser tecidas na seguinte linha de raciocínio. Sitte e Cullen voltaram sua atenção para concepções antagônicas às de Sauer do ponto de vista da escala. Sauer trabalha com paisagens abertas, de certo modo menos restritas numa alusão às paisagens naturais, enquanto a ênfase dos dois primeiros é enfaticamente mais urbana, pois eles circunscrevem suas análises de caráter visual à escala pontual urbana para a produção de cidades-paisagens.

Em definitiva, os pressupostos teóricos de Lynch reconciliaram estas duas visões com a finalidade de agir simultaneamente nesses planos de escala em aparência dissociados. Seus preceitos estão ancorados nas figuras da legibilidade e imaginabilidade que fornecem subsídios, tanto ao planejamento urbano quanto às questões edilícias dos conglomerados urbanos e possibilitam sua decodificação. No que tange às questões perceptivas, Lynch reconheceu que a visão serial, introduzida por Cullen, complementa os atributos passíveis de decodificação na cidade. De modo tangencial, também enfatiza a importância do movimento diuturno do pedestre no conhecimento da cidade, proposto nas conceitualizações de Cullen e Sitte. Entretanto, Lynch na sua própria teoria não atinge a implementação prática desses princípios.

Os preceitos apresentados, com certa alternância cronológica, revelam a existência de um viés que propulsiona o valor do olhar do pedestre despertado pela relevância estética do espaço público. Contudo, esta condição apenas é viável dada à ingerência dos princípios da Gestalt, isto é, respeita-se que as partes são perceptíveis a partir da leitura do conjunto. Os gestaltistas defendem que a síntese é elaborada por

algumas leis universais que coordenam os elementos constituintes da totalidade para decodificá-los numa imagem. Os quatro autores analisados são consensuais na adesão dessas assertivas que pairam nas suas teorias.

Do ponto de vista gestáltico os conceitos de agregação e ordenamento propostos por Sauer têm sensata proximidade às características estritamente urbanas trabalhadas por Sitte, Lynch e Cullen. Se, por um lado, é verídico que estas peculiaridades podem ser passíveis de identificação numa paisagem natural, é manifesto que elas se explicitam de forma mais contundente para sua mensuração nas paisagens urbanas.

De modo geral, as visões elencadas defendem a relação (construção recíproca) homem e entorno com todos seus matizes e desdobramentos. (PIAGET, 1975; ARNHEIM, 1997). Isto porque a condição física e social do espaço é compatível com as expectativas de conhecimento do homem pelo lugar habitado. (KOHLSORF, 1996). Esclarece-se que mesmo com imprevisibilidade das transformações dos lugares, o homem não pode prescindir do convívio com suas paisagens próximas ou distantes, devido a que, nesta perspectiva, cada espacialidade ganha um significado.

Os conceitos, concisamente ilustrados, e os autores são arautos de explicações inovadoras relativas à concepção e percepção da paisagem urbana e rural. Contudo, é indispensável reconhecer que na época da decantação das respectivas teorias, séculos XIX e XX, os avanços e tecnologias diferiam promissoriamente das que o homem domina na atualidade. Hoje, presencia-se um cenário paradoxal porque embora existam infindáveis tecnologias a atuação humana é de certo modo inerte quando se tenta a decodificação e qualificação imagética da cidade do século XIX.

Neste sentido, Lynch (2007) elucida que as espacialidades com maior coesão perceptiva são as que provavelmente mais produzem imagens que perpassam os âmbitos da segurança física e emocional, afinidade e incentivo aos contatos humanos. Em sentido contraposto esse autor adverte que as imagens fracionadas da cidade geram sensação de apatia e debilitam a identificação, imaginabilidade e apropriação. Lynch (1998) indiscutivelmente se refere a imagens construídas com alto grau de nitidez e legibilidade.

Destarte, hoje estamos perante um dos desafios das espacialidades contemporâneas que é o entendimento de inserções como: as espacialidades virtuais e, sobretudo, as afetações advindas da globalização. Dada à relevância desta última temática, e tendo preclaro que nosso objeto de estudo é a cidade de São Paulo, tentaremos esboçar com o prisma geográfico e arquitetônico um quadro geral para facilitar a compreensão deste fenômeno e suas interfaces com a imagem das cidades.

2.2 A globalização nas cidades

Para abordar a questão da globalização arquitetônica é indispensável analisar como se consolidou e concretizou este processo a partir do século XX. Assim, é necessário mencionar os períodos arquitetônicos do Modernismo até hoje que são considerados mais relevantes. Este recorte temporal corresponde ao início da Revolução Industrial, às iniciativas de inserção dos preceitos do Modernismo e à descoberta de novos meios de comunicação que alavancariam a difusão das informações por diversos meios de comunicação pelo mundo.

Ao utilizar o termo divulgação devemos correlacionar a acepção internacionalização, mormente da arquitetura. Isto porque pensar na internacionalização, termo mais antigo, nos direciona pelo entendimento das nuances e desdobramentos da globalização. Por este motivo Sartoris (1935) asseverou que a Arquitetura Moderna tinha o mérito da criação de um módulo internacional de edificação. Ou seja, a partir de conceitualizações técnicas a reprodução de uma tipologia arquitetônica podia ser acelerada em resposta à produção da época.

Esta assertiva reforçava a ideia explanada por Gropius (1883-1969), fundador da Escola da Bauhaus, nas primeiras décadas do século XX, de que o funcionalismo Modernista era a consolidação de uma arquitetura internacional (BENEVOLO, 1981; FRAMPTON, 2003). Este foi o princípio hasteado para alavancar a repercussão destes preceitos não apenas nas escolas eurocentristas, mas nas estadunidenses que os colocam a seu serviço para o desenvolvimento de diversos núcleos urbanos.

A concretização arquitetônica da internacionalização veio em forma de hotéis, bancos e conjuntos habitacionais que prestaram seu caráter para a propagação de um

estilo Moderno “internacional”. (FRAMPTON, 2003). Esta irradiação inesperada não esteve restrita às particularidades de determinados usos do solo, pois os atributos morfológicos foram rebatidos com disposição duvidosamente análoga em edificações de diversas escalas e funções.

Na esfera mundial, a Exposição Internacional de Arquitetura Moderna de 1932, no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, inicia a eclosão do irreversível processo de internacionalização da arquitetura e seus arquétipos. Esta expansão atinge sua materialização máxima e preponderante com os movimentos configurados na racionalização funcionalista dos anos de 1950 e que indiretamente serviram de pano de fundo do Pós-modernismo. (MUNFORD, 1991; FRAMPTON, 2003).

Do ponto de vista da implantação das edificações, o Modernismo teve uma preocupação incipiente com suas áreas adjacentes e construções vizinhas. Assim, é explícita a mensagem de certa autonomia edificatória, no sentido da independência contextual com relação à cidade e à paisagem. O trabalho projetual é reduzido a princípios de imposição volumétrica para atingir certo grau de destaque na paisagem urbana. A espacialidade urbana pelos conflitos formais decorrentes do neoclassicismo e períodos precedentes, aliada ao encontro de novas tecnologias, se transformará num contracenador ideal para o surgimento dos preceitos modernistas.

O Modernismo progressista promulga fazer tabula rasa e, interpreta a cidade industrial de forma idealista considerando-a como a única promotora de desenvolvimento, segundo Benevolo (1981). Infere-se que se limita a uma prática alicerçada em princípios técnicos projetuais aplicada com impacto na escala urbana em países industrializados. Além disso, o Modernismo e a internacionalização pregaram a concepção de um homem “universal”, aplicando indiscriminadamente conjuntos atomizados com fundamentos dotados de atemporalidade e aespacialidade. Estes atributos são condizentes ao desejo de internacionalização e demonstração de progresso.

O Modernismo não obstante ser alvo de críticas, no meio e final da sua gestação, tem nas décadas do pós-guerra de 1950 e 1960 uma franca época de expansão no sentido de ser catalizador de atributos modernos e internacionalistas. A conotação formal de uma cidade baseada num alto grau de padronização conduziu pelos trilhos da

homogeneização edilícia que arremataria na ruptura deste período. O cenário estava preparado para o surgimento do Pós-modernismo.

O Pós-modernismo dominou as décadas de 1970 e 1980, como contestação aos preceitos inexpressivos do Movimento Moderno. Para esta corrente, o Modernismo era visto como uma manifestação desprovida de riqueza visual e significacional, carregado de nuances tecnocráticas e, em especial, apático às nuances contextuais subsidiadoras de uma implantação adequada. (FRAMPTON, 2003; IBELINGS, 1998).

A postura que privilegia a condição contextual nasceu a partir do conceito de *genius locci*, estabelecida por Norberg-Schulz (1975), que aprofunda conceitualmente a importância de encontrar as raízes do lugar. Nesta linha de raciocínio, Rossi (1995) a partir de diferentes perspectivas reforça esta assertiva não apenas sobre o valor de justificativas contextuais, mas também na criação de analogias a lembranças individuais pregnantes com a finalidade da ressignificação do espaço.

No intuito de encontrar sua identidade, o Pós-modernismo tem escopo historicista que remete ao farto repertório da inspiração clássica. Assim, nas composições arquitetônicas comparecem ornamentos e representações figurativas que os Pós-modernistas acreditavam de fácil leitura para serem atrelados a um significado. (MUNFORD, 1991). Neste sentido, a abordagem de tentar induzir a que uma reciclagem promíscua carregasse todo o peso do significado foi frustrante e teve efeitos nocivos na maioria das cidades onde foi implantado.

O Pós-modernismo conseguiu um grau de aceitação por intervenções concretas atingindo certa legitimação a ponto de ser elevado a estilo arquitetônico. O despropósito das associações historicistas o enveredou como uma corrente populista, pois visava transmitir seu conteúdo às massas. (FRAMPTON, 2003). Provavelmente, pela afinidade por abordagens pregressas e o início exponencial da velocidade das comunicações se emplacou como um estilo que se irradiou internacionalmente.

Estas últimas condições evidenciam uma flagrante contradição conceitual, pois é a negação das suas origens. Seus preceitos pregavam visões justapostas, isto é, o afastamento da uniformidade edilícia mundial, pois a convergência em questões formais

repetitivas ressuscitava os princípios pelos quais o Movimento Moderno foi balizado. Se, por um lado, o Pós-modernismo visou à recuperação de um historicismo supérfluo e anacrônico, por outro, a manutenção das raízes do lugar criando elos autênticos, se configura como seu principal aporte.

Neste momento, de autorreflexão das tendências pós-modernas são deflagrados com intermitências debates filosóficos e psicológicos a partir dos quais são erguidos os princípios do desconstrutivismo. Esta linha de pensamento tentou interpretar literalmente algumas propostas filosóficas para transformá-las em edifícios. (IBELINGS, 1998). Deste modo, atingiu sua máxima expressividade formalizada em composições em aparência caóticas (ângulos oblíquos, atributos formais deformados, etc.) em jogos compositivos e geométricos incessantes.

O movimento desconstrutivista é entendido por alguns autores como a busca por novos sentidos dos princípios de lugar e significado, de acordo com Ibelings (1998). Não obstante, num primeiro momento seja difícil seu deciframento, estes termos são abordados a partir de uma perspectiva mais camuflada, mas continuam a possuir destacada participação na conceitualização dos projetos. Neste sentido, a forma arquitetônica desordenada reforça metaforicamente este tipo de prerrogativa. Assim, deveria ser permeada por conceitos complexos apenas voltados para sua decodificação pela intelectualidade da época pelo que foi catalogada como uma corrente teórica. (IBELINGS, 1998; FRAMPTON, 2003). Em decorrência desta característica o desconstrutivismo, com pequenas ressalvas paradigmáticas no panorama mundial, não conseguiu sua sedimentação física total.

No decorrer das duas últimas décadas do século XX, a minguante influência do desconstrutivismo não permitiu que este aflorasse com mais força. Destarte, os arquitetos submergidos numa crise conceitual observaram o surgimento da arquitetura globalizada em flagrante expansão e com vigência ainda não caducada como proposta projetual. Este é o próximo objeto de análise.

A empatia das sociedades atuais com relação ao aumento de oportunidades e progresso associados aos processos do fluxo de capitais permite que não existam forças ou personagens que revertam esta tendência. (IANNI, 1998). Neste sentido, os

mercados procuram a convergência das economias nacionais, regionais e globais através da globalização. Essa afinidade desenvolvimentista global é tão impactante que transpõe a variável financeira para permear as questões culturais e estéticas.

A partir deste preceito, o termo *globalização* não pode ser entendido de forma dissociada ao capitalismo financeiro. A globalização é um processo que caminha de maneira simultânea com a economia mundial e aos avanços, em especial, na informática e comunicações, de acordo com Lipietz (1988). O ensejo deste fenômeno é instituir fronteiras geográficas mais permeáveis, visando até seu desaparecimento, com a finalidade de criar influência universal temporal e espacial.

Do modo em que este processo está sendo colocado na atualidade, a globalização é um fenômeno irreversível e com uma ligação umbilical junto aos processos de informação e novas mídias. Para as tendências globalistas, é fundamental a velocidade da transmissão de informações, pois as veiculações computarizadas e eletrônicas têm uma aceitação mais expansiva e mais forte.

De maneira geral, o processo da globalização permeia, direta ou indiretamente, a maioria das atividades humanas. Contudo, existe um esquadrinhamento na forma de subjugação cultural que abrange as diversas atividades associadas às artes, incluída a arquitetura. Na atualidade seria pouco provável afirmar que alguma pessoa na nossa cultura urbana ocidentalizada absteve-se de perceber alguma influência globalizada.

2.2.1 Esclarecimentos preliminares sobre a globalização

O paulatino avanço da globalização se revela cada vez mais forte porque as culturas locais tentam se espelhar na padronização internacional. (IBELINGS, 1998; ARENDT, 2005). Deste modo é possível verificar que diferentes modelos estrangeiros surgem de forma indiscriminada e sem critério, plasmando uma realidade aterritorial e cujo viés principal é a criação de uma marca universal homogênea.

Em decorrência do impacto deste fenômeno ouvimos falar sobre o processo e gestação das cidades globalizadas no mundo. Para seu entendimento devem-se desagregar os dois termos que integram esta expressão, a saber, *cidade* e *globalização*.

O primeiro foi debatido longamente pelas Ciências Humanas e Sociais, não unicamente pela Geografia e Arquitetura. O segundo termo é relativamente mais recente e possui relação direta com a nossa pesquisa, em face desta condição tentar-se-á mergulhar na sua conceitualização.

Antes de sondar as questões relativas à globalização nas cidades é pertinente anotar que a virtualização espacial e a cidade global se tornaram para o cidadão assuntos do cotidiano. Os dois possuem extensão considerável, mas no nosso entendimento é vital que esta tese estabeleça um recorte que isole o entendimento do segundo termo. Isto é, porque o primeiro conceito tem um caráter restrito que diz respeito apenas às pessoas alfabetizadas que convivem na cidade e estão em permanente interatividade com mídias mais frequentes²³.

A revolução tecnológica recente e a transmissão de informações fornecem uma transformação espaciotemporal da realidade grande e diversa. Este é o ponto de convergência do espaço virtual e cidade global, pois ambas as utilizam: uma como meio em si e, no segundo caso, como instrumento de divulgação. (HARVEY, 1994). Sua cisão está pautada pelo acesso ou não a este modelo de interfases. Assim, estamos perante um panorama espacial que visa a exacerbar a relação entre o mundo real e o virtual.

Vale a pena elucidar que num contexto de uma miríade de estímulos as ambiências digitais e virtuais possibilitam o fornecimento de outro tipo de sensações, simultâneas e próximas da realidade. Mas estas últimas, não obstante sua pregnância, não necessariamente substituem a percepção espacial do dia a dia com todas suas características e desdobramentos, mesmo do conturbado espaço globalizado produzido na atualidade.

²³ Segundo a ANATEL calcula-se que em 2012 o número de pessoas conectadas nas mídias (internet, celular, etc.) atinge pelo menos o 55% da população brasileira. Contudo, a cidade como espaço físico tem um raio de circunscrição maior, pois todos os sujeitos, independente de qualquer condição; incluída a população analfabeta, estão adscritas às incidências diretas do meio ambiente urbano. (CASTRO; MELO, 2012).

2.2.2 Globalização: das origens até a verticalização

Historicamente a maioria das sociedades e cidades assimilaram diversos dogmas configuracionais estrangeiros (GOMES, 1990; FRAMPTON, 2003). No caso brasileiro, desde a colonização portuguesa a cultura e paisagem urbana brasileira receberam influências impostas e importadas, em especial as eurocentristas. Esta padronização de atributos morfológicos *per se*, no início, não foram propulsores de grandes conflitos.

Os problemas desta intromissão cultural surgiram em decorrência da incipiente decantação cultural para serem assimilados e por uma atitude apática de aceitação dos territórios que os receberam. O panorama espacial não precisou postergar nada e seus efeitos foram contundentes. Deste modo, sua divulgação proliferou, pois o poder homogeneizador aliado às comunicações diuturnas possibilitou sua imposição e consolidação até começo do século XVIII.

Neste último período, D. João VI convida a Missão Artística da França no ensejo de abalar as Belas Artes graças à introdução do sistema de ensino superior que desencadeou a inserção do Neoclassicismo. Esta época revela diversas evidências de tendências importadas que aprofundam a falta de nexos formais com relação ao contexto brasileiro. (REIS FILHO, 1987). Os conglomerados urbanos até o final desta época ficaram quase estagnados no tempo e com apenas pequenas transformações configuracionais.

A primeira resposta de inserção internacional das contribuições da arquitetura brasileira veio à tona na primeira década do século XX. Este período coincide com a participação de Lúcio Costa (1902-1998) e de Oscar Niemeyer (1907-2012), em projetos influenciados pela escola modernista de Le Corbusier, segundo Reis Filho (1987). As releituras dos preceitos modernistas aliadas ao conhecimento do nosso território conseguiram colocar as cidades como Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, etc., no patamar de intervenções paradigmáticas.

É possível asseverar que este é o legado formal modernista brasileiro, com certas inconstâncias, palpável até hoje. Mas, que foi merecedor do seu reconhecimento mais significativo com o Premio Printzker, conferido a Niemeyer e Paulo Mendes em 1988 e

2006, respectivamente. Este momento é um divisor de águas porque denota uma tendência reversa, no sentido de que a arquitetura brasileira possui uma produção arquitetônica autêntica capaz de repercutir no contexto internacional.

Contudo, é preciso presumir que a internacionalização ainda representa um terreno estéril para a inserção das contribuições arquitetônicas brasileiras. Provavelmente, o caminho para um melhor posicionamento e consolidação será mais tardio. Por enquanto, a trilha mais viável é tentar o estabelecimento de parcerias com nomes expressivos da arquitetura internacional para reposicionar o nome da arquitetura brasileira.

Esta sucinta explanação explicita que o isolamento espaciotemporal das influências externas numa sociedade dinâmica é totalmente utópico, conforme Arendt (2005). Na verdade, esta reflexão nos remete a pensar que o caráter expansivo da internacionalização já comparecia em tempos longínquos e em diferentes territórios de modo disperso. Entretanto, era um fenômeno mais lento, camuflado e que respondia a outra denominação, não convergente à que domina as paisagens contemporâneas.

Contudo, hoje o panorama é diferente, pois o papel emergente das comunicações está na pauta. O efeito desta situação é que a fugacidade das informações favorece o processo da globalização no intuito de reposicionar uma tendência de uniformização de todos os territórios. Neste caso, é necessário identificar que tipo de internacionalização é essa? Que forma e escala possui? Por que algumas espacialidades são mais vulneráveis que outras para sua aplicação? Para tentar desvendar alguns desses questionamentos é fundamental incorporar no debate os termos: ocidentalização e verticalização. As duas temáticas possuem pertinência, pois de modo sistemático estão ligadas a uma abordagem balizada pelo poder financeiro. Arantes (1993) esclarece que o sustento pela corrida pelo destaque, imposição e estandarização é o viés econômico formalizado nos termos de competitividade e inserção no mercado capitalista. No entanto, a ocidentalização tem uma conotação abrangente, pois engloba e/ou produz a verticalização.

Na atualidade, existe a tendência da mídia de rotular e associar o termo globalização à ocidentalização da sociedade mundial. Acredita-se que este cenário já foi

muito mais desequilibrado no sentido de tentar generalizar a ocidentalização. Nos dias de hoje é possível inclusive asseverar que, em alguns momentos, a cultura oriental (China, Japão, Índia) também permeia e influi em certa medida a nossa cultura. Contudo, mesmo com a força histórica da cultura de ocidente hoje face justamente aos processos informativos seria pretensioso rejeitar que existe unicamente uma relação unilateral no sentido da ocidentalização, mas sim uma relação mais bilateral. Isto é, em alguns casos existem incorporações locais importantes capazes de influenciar o movimento de ocidentalização.

Por outro lado, a presença de um modelo estrangeiro, mesmo oriundo de ocidente, não significa cartesianamente que seja funcional ou esteticamente coeso, pois a aceitação desta relação seria considerar sua estética como absoluta. Acredita-se que a maioria das correntes é provida de momentos dicotômicos. Mas parece que no senso comum o significado de progresso está atrelado ao conceito de desenvolvimento econômico e, nessa perspectiva, a verticalização arquitetônica veio à tona para reforçar o caráter de poder de alguma variável da sociedade. (PORTOGHESI, 1982).

Historicamente, a origem da verticalização na maioria das sociedades está associada à demonstração do poder religioso ou político-social. Esta tendência singular teve um desvirtuamento no século XIX quando foi ajuntada a exploração do solo urbano e seus desdobramentos ulteriores. (REIS FILHO, 1987). Neste caso, o apelo era norteado pelo aproveitamento máximo da terra para benefício e lucro do proprietário. No início do século XX a tendência da verticalização brotou no leste europeu como resposta à questão sócio-habitacional, entretanto, no decorrer do tempo a ideia não ficou restrita a este uso, nem território. (FRAMPTON, 2003). Na atualidade, compartilham os preceitos de composição globais diversas edificações: comerciais, de serviços, corporativos, etc., com o desígnio de atingir destaque na paisagem urbana.

A ideia de veicular a verticalização à modernização globalizada é explícita. A convergência conceitual das duas diz respeito à insistência na rigidez modular, produção em série e progresso. Do ponto de vista configuracional, a tipologia vertical resultante não é a originária da Alemanha, mas um arquétipo híbrido permeado pelas influências de correntes da arquitetura norte-americana, que distorceram seus preceitos em prol de fins especulativos menos nobres.

A fórmula vertical implantada nas décadas precedentes foi imposta inicialmente em certas cidades que ostentavam modelos desenvolvimentistas, tais como Chicago, Tóquio, entre outras. Nos dias de hoje, não é plausível decifrar em que redutos territoriais as influências globais não comparecem, ressalva feita de algumas áreas patrimoniais consolidadas. Sabe-se que em diversas ocasiões, são indiretamente subsidiadas por legislações que já nascem com brechas persuasivas e passíveis de mudanças para atingir interesses específicos.

Quando é citada a verticalização e seus atributos tipológicos em São Paulo é possível elencar construções de conjuntos de edifícios isolados quase na totalidade da área metropolitana. São feitas algumas exceções nas áreas periféricas da cidade que obedecem a diferentes padrões construtivos que, atreladas a restritivas motivações financeiras, apenas alcançam gabarito não superior aos cinco andares. Todavia na região central paulista é visível um tipo de verticalização contida herdada do século passado que contrasta com a verticalização de outras regiões: Av. Paulista, Av. Faria Lima, Berrini, Morumbi, etc., onde é visível a disseminação global. As feições de verticalização das construções na área central de São Paulo, conhecida como centro velho – objeto de estudo desta pesquisa – nas últimas décadas praticamente, ficou estagnada. Isto devido fundamentalmente a diversos problemas advindos de sua deterioração, a exemplo da falta de investimento e/ou deslocamento funcional urbano de final do século XX.

Por outra parte, vale a pena enfatizar que, além do significado funcional/financeiro, o que provavelmente é mais pregnante na memória das pessoas quando observam uma paisagem verticalizada é a evocação de uma imagem com perfil discordante. Ou seja, uma paisagem onde fica nítida a intervenção humana que contrasta com o ambiente natural ou proporções humanísticas. Nesta linha de raciocínio, a inserção da escala nos fornece um parâmetro para, por exemplo, distinguir uma aldeia (igreja) de uma cidade (edifícios) ou de uma metrópole como São Paulo (profunda verticalização). (RAPOPORT, 1978). Para abordar a questão relativa a como a globalização afeta a imagem das cidades e suas nuances tentaremos no próximo item esquadrihar suas particularidades formais.

2.2.3 Globalização: particularidades formais e (in)significado

Na atualidade, as pessoas convivem com vários apelos perceptivos que remetem ao acesso e consolidação das cidades globais. O início deste movimento foi pautado pela veiculação de anúncios publicitários em forma de *outdoors* espalhados na cidade e transmissão de informações via rádio que foram paulatinamente reforçados pela inserção de edifícios das multinacionais. Todas estas intervenções guardaram sempre paradoxais traços de uniformidade.

Neste contexto, alguns conjuntos urbanos globais chegaram a adquirir fortes características cênicas no intuito de se tornar inusitados na cidade e capazes de competir com regiões totalmente sedimentadas do ponto de vista construtivo. Assim, este novo padrão de configuração espacial visa justificar sua inserção como uma alternativa paralela à cidade tradicional e seus atributos. (IBELINGS, 1998; LIPIETZ, 1988).

Esta corrida pela homogeneidade, em diversas instâncias e em qualquer local do planeta, em especial de edifícios e publicidade não visou apenas reduzir as distâncias geográficas. Na verdade, a essência da globalização é a transmissão de uma mensagem tácita de que as diferenças e desagregações estão diluídas e, ao mesmo tempo, que a prosperidade está em franca expansão. Esta situação, partindo de uma análise rasa, seria de fácil decodificação, porém, é indispensável esclarecer seu sentido real.

A globalização arquitetônica surge no momento em que a Pós-modernidade e o desconstrutivismo tinham esgotado sua conceitualização. (ARANTES, 1993; IBELINGS, 1998). O interesse da globalização é a criação de um novo marco de referência alicerçado na universalidade. Isto é, a mensagem formal prescinde intencionalmente das feições de unicidade, autenticidade e especificidade das formas arquitetônicas que foram legados da arquitetura vernacular na cidade tradicional. Com esta finalidade, o meio configuracional que subsidia de modo mais direto o atingimento desta meta é a simplicidade.

Este tipo de tratamento configuracional procura uma arquitetura mais direta, sem metáforas ou símbolos. Na maioria dos casos, este viés abstracionista é fornecido através de um caráter reducionista da forma (quadrada, circular ou similar), mas é um

simplismo sem conteúdo. As tendências globalizantes acreditam que os monoblocos monumentais imprimem aspectos, no mínimo, mais eloquentes que os antecessores pós-modernistas e desconstrutivistas. Este tratamento possui a intenção de ponderar que o objeto seja apreciado num âmbito de imparcialidade. A ideia da globalização é partir do pressuposto de uma sensibilização voltada para uma arquitetura neutral, indefinida, ilimitada e anticontextual para se tornar mais universal. (AUGÉ, 1994). Neste contexto, o ato de projeção perpetrará mais facilmente no cerne do incipiente conteúdo a ser transmitido.

Na perspectiva globalizante, o espaço é volátil, pois a intermitência de mudanças de experiências espaciais é dinâmica. Deste ponto de vista, o espaço urbano em expansão, mesmo como entidade tangível, se transforma em efêmero face à velocidade das transformações e captação das sensações conturbadas e, ao mesmo tempo, uniformes. Estes preceitos são condizentes à risca com a pureza formal pretensa pela corrente globalista. (IBELINGS, 1998).

Atualmente, a mensagem da globalização é reforçada através das torres de vidro para vivenciar a experiência perceptiva dos novos materiais e da luz. Esta uniformização estética, compatível à contemporaneidade, aprofunda as transgressões das feições configuracionais que restaram dos períodos históricos progressos. (BAUMAN, 1998). No fundo, a permissividade do conjunto homogêneo global visa distorcer, múltiplas vezes apelando ao espelhamento, à apreensão do lugar.

Aprecia-se que o perfil constituído dominado pelas torres das igrejas foi substituído pela inexpressividade da regularidade das grandes marcas. Acredita-se que este modelo visa erguer uma cidade que possa ser alocada indiscriminadamente em qualquer contexto e disfarçar e/ou ocultar as feições intrínsecas locais. Por exemplo: em *Las Vegas* é tangível estarmos imersos em *Paris* e interagir com outros monumentos do mundo, ao mesmo tempo, que na milenar cultura oriental é possível encontrar uma *Miami* e assim por diante. Assim, a homogeneização espacial é a característica formal mais preconizada pela globalização. O tratamento e transmissão de sensações uniformizadas, quase robotizadas na globalização arquitetônica, tanto as relacionadas ao tratamento formal quanto à transparência são banalizadas. Estes atributos são

priorizados em demasia para opacar o caráter da mensagem individual e identidade (IBELINGS, 1998).

Os dois últimos conceitos elencados direcionam esta análise pela procura do papel da significação arquitetural no presente. O significado na cidade contemporânea estará perdido ou não? Qual é a peregrinação que a configuração urbana deve encarar no movimento globalizante? Qual é o sentido que a globalização pretende desencadear para as cidades? Existe algum parâmetro de equacionamento para o declínio do espaço urbano? Infelizmente, na história da arquitetura não há um axioma norteador para balizar a quantidade de significados de um edifício.

O estudo da semiótica do espaço do ponto de vista social indica a trilha que é possível perambular para abordar as marcas das mutações socioespaciais. Isto é, nos fornece instrumental conceitual no intuito de decodificar e analisar os estigmas no tempo e no espaço. A interpretação da história não verbal está alicerçada no estudo desses sinais, pois carregam os infindáveis elementos da cultura para sua interpretação. (FERRARA, 1999).

Segundo Ibelings (1998), a globalização em certo sentido, não denota a ausência total de significado. Na verdade, ele brada pela existência de outro modelo de apelo e abordagem para a transmissão do conteúdo da arquitetura global, pois esta comparece implícita na aparência volumétrica abstrata e no modo de experimentação de seus materiais. Do ponto de vista morfológico, a assertiva deste autor pode ser contestada, pois a significação da globalização arquitetônica está plasmada de uma forma diluída e intangível. Entende-se pela concepção formal que o interesse da globalização não é qualificar urbana e arquitetonicamente uma cidade ou espacialidade, devido a que seus princípios visam à preconização de um catecismo generalístico formal e consolidação da sua força “universal” independente de qualquer circunstância.

O início da explicação desta questão nos envereda pelo caminho de que a globalização também propende pela inibição das atividades cotidianas e a inter-relação dos indivíduos. Assim, o argumento de uma espacialidade diferenciada é restrito ao confinamento em espaços fechados. Nesta lógica, aos poucos, os hábitos de consumo são induzidos para que sejam desenvolvidos introspectivamente, em detrimento da vida

na rua e nos espaços públicos. O enaltecimento das nuances da vida capitalista no mundo da globalização propende por minguar a vida social construindo cenários ancorados na exploração do espetáculo. (ARANTES, 1993). Este último se define no âmbito comercial, mas se propaga ao âmbito arquitetônico procurando o apelo de que as intervenções globais fornecem bem-estar e qualidade de vida. Além disso, de que o global tem uma conotação de necessidade para a sobrevivência.

Augé (1994) e Montaner (2001) comparam este posicionamento e espacialidades aos não-lugares rotulados com incipiente identidade e significado, que se contrapõem aos pontos de encontro das pessoas (os espaços públicos). Estes não-lugares se materializam e consolidam pelo acentuamento que imprimem as relações de transporte (coletivo e principalmente individual) e o consumismo desenfreado das nossas sociedades. A neutralidade global se explicita na utilização de espacialidades internas esvaziadas de significado e como receptáculo para comportar qualquer uso. Neste sentido, Augé (1994) elucida que a carência de significação está atrelada à falta de identificação e apropriação edilícia e espacial. Na contemporaneidade existe a preponderância espacial de signos ambíguos e uma esmagadora tendência pelo individual.

Estas ambiências sugerem uma tendência proposital que induz à artificialização da identidade espacial com a finalidade de perturbar o instrumental cognitivo do pedestre. Infere-se que o termo global é ambíguo, pois se, por uma parte, quer transcender como permeável, transparente, acessível, universal, etc., por outra, provoca uma mensagem de isolamento no intuito de aprofundar a separação com o espaço público.

A ideia basilar da cidade globalizada é remeter ao pedestre a um espaço urbano uniformizado, que subjuga os valores locais e contextuais para deixar sua identidade gravitando à mercê de uma influência externa descaracterizadora. Para Ibelings (1998), em certos momentos, a associação da globalização, com infindável quantidade de signos, não permite a compreensão de situações específicas. Destarte, a identidade local é ofuscada em decorrência das relações comerciais globais e este sentimento permanece dicotômico, pois não é factível o reconhecimento dos próprios valores e raízes culturais. Esta situação é consequência da abstenção de critérios que sirvam de peneira para

possibilitar o decantamento das manifestações e escolher as que contribuam para a prosperidade cultural.

Este raciocínio possui verossimilhança, já que as expressões globalizadas dispensam a reflexão até dos profissionais especializados. No seu estágio mais primário esta transposição é feita simplesmente por cópias ou às vezes tal reprodução é reelaborada com poucas transformações locais. Este fenômeno forneceria várias linhas de análise, não abordadas por esta tese, que evidencia certo grau de adaptação cultural local na formação de um modelo híbrido. Quando o problema é observado por este viés é preciso salientar que é intolerável que os modelos globalizantes sejam vistos como adequados por apenas fornecer “diversidade”. Esta assertiva caberia se o acesso destes padrões não abalasse a estrutura dos valores e significados culturais locais tergiversando sua essência central e não acirrasse o distanciamento da identidade do espaço urbano.

Contudo, ao invés de existir certa reciprocidade, pelo menos cultural, é clara a preponderância do caráter vertiginoso e impositivo da globalização. (GOMES, 1990; IBELINGS, 1998). Não obstante, a força deste movimento seja enorme, ainda não é possível asseverar que a identidade tenha sucumbido de forma integral às várias tentativas de homogeneização formal em todas as cidades. Mesmo com um alto grau de consolidação os processos globalizantes são complexos e não estão isentos de turbulências, as principais associadas ao predomínio e velocidade das informações geradoras de concorrência. De qualquer modo, é possível asseverar que a globalização é favorecida, pois os obstáculos institucionais, legais e culturais são frágeis e permitem ou facilitam sua inserção na nossa sociedade.

Nesta perspectiva, também é possível elencar que as diferenças econômicas dos países dominantes (globalizadores) e receptores (globalizados) podem representar, em certos momentos, riscos de expansão. Isto é, a corrente global pode se tornar inviável, por exemplo, em decorrência da baixa qualificação de mão de obra e custos para sua materialização em territórios terceiro-mundistas, que não são análogos aos empregados originalmente. Estas últimas circunstâncias revelam que na globalização está explícito o atrito entre dois polos antagônicos irreconciliáveis, a saber, da questão local e da global. Em hipótese, esta crise implica algum tipo de relação que produz um poder subjugador (dominante) e um subjugado (dominado). Na cidade de São Paulo é indiscutível o

avanço das tendências globalizantes, entretanto ainda não é retumbante o domínio da arquitetura global.

Este contexto não significa que o panorama atual esteja às avessas desta tendência e que seja utópico atingir o patamar de cidades como: Shangai, Tóquio, etc. É um risco que a cidade deve assumir na medida em que a inserção no mercado mundial seja aprimorada e se efetive a substituição predial e/ou ocupação dos vazios urbanos. Sem dúvidas, é um dos mais significativos espectros de um processo que, como referenciado, banaliza a imagem das cidades contemporâneas.

Contudo, se esta insignificância imagética veio à tona é porque a contenda globalista produz a polarização e desarticulação dos conjuntos edilícios. (AUGÉ, 1994). Assim, estamos perante uma encruzilhada, devido a que a globalização aprofunda suas raízes, ao mesmo tempo, que a nossa arquitetura atravessa uma crise. Ou seja, é nítido que essa corrente globalista pelo menos tem uma proposta materializada, enquanto a boa arquitetura latina e mundial se esforça para atenuar esta situação. Neste sentido, as rarefeitas boas manifestações, poderiam ser mais exploradas e as desqualificadoras correntes exógenas, que se disseminam rapidamente, deveriam ser mais abafadas. É evidente que o equacionamento da produção arquitetônica perpassa pela criação de padrões globalizados baseados em questões locais e questões locais acrescidas de atributos compatíveis com realidades contextuais.

O desmantelamento do fenômeno da globalização arquitetônica é tão impensado quanto prescindir dos bens de consumo no cenário capitalista. (IANNI, 1998; MONTANER, 2001). Com o “derrubamento” dos pontos limítrofes físicos, fica em realce que enfrentamos um processo de colonização mais sutil. Deste modo, é inadiável que a globalização, que suscitou os principais questionamentos perceptivo-imagéticos neste breve marco explanatório, minimize seus efeitos negativos, em especial os referidos à cidade. Vale a pena frisar que uma pergunta que surge é: como a globalização afeta a percepção da população analfabeta? Mas a resposta a esta incógnita apenas se concretizará no capítulo 5.

Finalmente, é preciso ressaltar que na primeira parte deste capítulo foram desvendadas algumas das inferências mais importantes sobre a paisagem urbana, com o prisma geográfico e arquitetônico, expostas por quatro autores entre o final do século XIX e segunda metade do século XX. Ulteriormente, esta tese debruçou-se diante das inquietações e descaracterizações imagéticas produzidas pelo processo da globalização indiscriminada em todos os tipos e tamanhos de cidades. O panorama mostrado se ateve a abordagens ortodoxas do ponto de vista espacial e dos sujeitos. Esta circunstância nos direciona para o decantamento dos processos cognitivo-perceptivos na população analfabeta, tema do próximo capítulo.

CAPITULO 3. O ANALFABETISMO E O FUNCIONAMENTO DAS FEIÇÕES COGNITIVAS

Todo aprendizado do ser humano está atrelado a desafios cognitivos de diversas naturezas e complexidade. Da miríade quantidade de processos aos quais o sujeito se defronta na vida, um dos que mais desperta nossa atenção, talvez por ser um dos mais intrincados, é a habilidade da lectoescrita (EYSENCK; KEANE, 2007). Este ocupa lugar de destaque, porque demanda trabalhar com as variáveis que tornam a representação cotidiana da língua falada em escrita.

A linguagem oral e escrita como instrumento de comunicação alavancou inúmeros desdobramentos em prol do desenvolvimento da humanidade (FERREIRO, 1995). Do ponto de vista histórico, a escrita serviu para relatar os acontecimentos da humanidade, uma destreza que não surgiu necessariamente cadenciada ao nascimento do homem. O conhecimento de como as atividades se suscitavam em tempos remotos, foi possível pela mediação de representações.

No período pré-histórico os relatos não eram negligenciados, porém, sua transmissão e divulgação era mais abstrusa, devido a que estavam restritos à tradição oral, representações ideográficas e pictóricas rudimentares (FRAGO, 1993). Dos três casos arrolados, as manifestações orais eram mais passíveis de inserções e mudanças que tornaram o depoimento, em certo sentido, mais eivado por interpretações particulares.

Independente de certas caracterizações singulares o domínio da escrita e leitura é fundamental, mas não vital, na nossa sociedade. Em consonância com esta assertiva proferir a palavra analfabetismo, em plena era da globalização, tem uma conotação inverossímil, pois em qualquer hipótese ser analfabeto significa carregar um lastro que durante tempos pretéritos aprofundou questões de desigualdades socioculturais e econômicas que na sociedade atual ainda ficam exacerbadas.

Estes entraves são concernentes principalmente à restrição de decisões coletivas até percalços individuais na percepção particular do mundo que nos rodeia. Destarte, o

analfabetismo tem o poder de erguer empecilhos que inibem a aproximação sociocultural do sujeito ao coletivo (CÓCCO; HAILER, 1996). Este tipo de privação, nas circunstâncias de dinamismo engendrado na globalização e diferentes mídias, leva a perturbações de diferentes graus e desequilibra o acesso ilimitado às informações, inclusive à cidade²⁴.

No contexto brasileiro, a situação não difere de modo ostensível do quadro mundial, pois o analfabetismo possui a paternidade de grandes disparidades sociais que comprometem às bases do modelo piramidal vigente. Indiscutivelmente, a distribuição deste fenômeno não é homogênea em todas as camadas sociais. Muito pelo contrário, seu foco é mais preponderante nas classes mais desbastadas e marginalizadas da sociedade.

Para entender este sucinto cenário é necessário elucidar que em épocas recentes era considerada analfabeta a pessoa que não escrevia o próprio nome. Este conceito tem um escopo relativo, arbitrário e tergiversador, pois na atualidade, em face de variadas defasagens de medições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012), o simples ato de copiar ou desenhar o nome não significa que o sujeito seja alfabetizado. Na verdade, a situação que atesta a alfabetização é a demonstração autônoma do uso das ferramentas de escrita e leitura no cotidiano.

Assim, hoje a acepção *alfabetização* pode ser definida como o processo de montagem coerente da manifestação oral em expressão escrita. Complementarmente, a leitura é um processo humano circunscrito por três ações indispensáveis: a compreensão das letras, a interpretação dos textos e possível re-escritura dos conteúdos estudados (FRAGO, 1993). No fundo, ler e escrever significa interpretar e recriar de forma consciente nossa singular percepção do mundo. (FREIRE, 1988). A abordagem elucidada acredita que, nesta perspectiva, é que o homem alcança sua libertação e crescimento simultaneamente individual e coletivo.

²⁴ Acreditava-se que em pleno século XIX o analfabetismo era um problema que produzia distúrbios em todas as esferas do desenvolvimento dos territórios e que não estava adstrito apenas aos países subdesenvolvidos. Na década de 1980, Kozol (1986) admitia que 65 milhões de estadunidenses eram analfabetos ou analfabetos funcionais. Deste modo, era desmitificado o estigma apenas dos países “sulistas”.

Mas, a característica oral e discursiva de estabelecer relações interpessoais nos remonta à questão de que, independente de sua função, cada palavra está impregnada de uma carga cultural intrínseca. (CÓCCO; HAILER, 1996). Freire (1996) é veemente ao proferir o preceito que a leitura do mundo, em especial da realidade visual, antecede o ato da leitura, contudo salienta que ter a capacidade de decifrar as palavras de forma concreta e coerente impulsiona outra visão do universo. Esta assertiva salienta a influência que os processos de lectoescrita possuem na concepção da realidade, devido principalmente à expansão do repertório individual que repercute na dimensão coletiva.

Este princípio norteia esta tese pelo caminho de como o domínio das supramencionadas ações alfabetizatórias promove transformações irreversíveis no sujeito, capazes inclusive de alterar sua maneira de interagir com a realidade (FERREIRO, 1995). Esta visão está alinhada à freireana em virtude da afetação da capacidade crítica e avaliativa do imaginário evocado e prospectivo. No cenário contemporâneo, cada dia mais repleto de informações ativas para pessoas alfabetizadas, ser alfabetizado induz a ter comportamentos e respostas mais certas nas decisões que o sujeito pretende tomar.

Neste momento, é preciso aclarar que a alfabetização e educação são processos culturais. A leitura e escritura como habilidades exclusivas humanas foram consolidadas de modo paulatino no tempo e transmitidas de modo progressivo de geração para geração (FREIRE, 1996). Numa visão retrospectiva, a gestação do processo de aprendizado foi delegada nos primórdios à família, mas hoje a instituição que está oficialmente incumbida desta empreitada é a escola.

A intervenção desta entidade é vital, pois o tipo de educação ministrada molda precocemente comportamentos positivos e/ou negativos. Neste sentido, é impossível refutar que varias das noções culturais do homem são oriundas da inserção num processo educativo. Esta característica acrescida à acuidade perceptiva direciona ou rejeita o foco aos atributos contextuais de cada situação. Isto é, *a priori* o interesse objetual ou circunstancial do sujeito, mediado pelo entorno cultural, repercute diretamente na acuidade.

O lado avesso da institucionalização educativa é que no decorrer do tempo aceitamos certos estereótipos que unicamente pela reflexão e autocrítica fornecidas pela maturidade são exonerados. Mas, o analfabetismo em si também está cercado de obstáculos, um dos principais diz respeito a que pelo geral, apenas é enaltecido o lado problemático dos estudantes, como subalternos no sistema. Contudo é necessário frisar que esta visão é retrograda e está na contramão de todas as tendências educativas modernas. Na verdade, hoje se concebe uma solução somente pelo equacionamento do ambiente escolar, o papel do docente e em fim todas as variáveis que redundam na reformulação da formação estudantil.

No caso do analfabetismo adulto em São Paulo, os “EJAs” são os encarregados de tentar erradicar este impasse. Esta análise será desenvolvida no capítulo 4, contudo é importante discernir que as pessoas incorporadas neste programa não tiveram acesso à alfabetização ou foram separadas no processo. Pelo geral sua reinserção está atrelada a: questões trabalhistas (remuneração maior, permanência no emprego, etc.), independência pessoal (prescindir de ajuda familiar para leitura), ou ainda sociabilização.

Entretanto, sem sombra de dúvidas, a que deveria ser maior motivação dos estudantes é sua emancipação cultural, de acordo com Ferreira (1995). Este raciocínio suscita os questionamentos homólogos, em outro sentido e com outro contexto, à libertação freireanos, devido a que o conhecimento recopilado nas fontes de informação escrita é colossal e expande a visão e concepção do mundo. No momento da inserção desta variável surgem diversos questionamentos associados à conceituação dos termos letramento e alfabetização. Para prosseguir nossa explanação é imprescindível esclarecer a recorrente confusão desta terminologia.

3.1 Alfabetismo e letramento

Alfabetização e letramento são acepções que estão fusionadas umbilicalmente, mas que por motivos que tentaremos esmiuçar nos seguintes parágrafos não devem ser entendidas como sinônimas (KLEIMAN, 1995). A alfabetização foi definida nos itens precedentes, assim é pertinente tentar compreender qual é a dinâmica do letramento em consonância ao domínio da leitura e escrita.

O letramento está essencialmente pautado em função de como a competência lectoescrita influencia na inserção do indivíduo na sociedade. Destarte, para uma pessoa letrada ficam diáfanas as implicações individuais e do grupo, em diferentes instâncias da vida no desenrolar de atividades sociais, culturais, políticas, religiosas, etc. (CÓCCO; HAILER, 1996; SOARES, 2001).

Barton e Hamilton (1998) defendem a existência de dois tipos de iletrados, a saber, o iletrado proximal e o isolado. O iletrado proximal possui no seu circular familiar ou de amigos uma pessoa letrada com a qual interage. Assim, consegue extrair algumas contrapartidas positivas desta interação. Já no ambiente do iletrado isolado, é inexistente a relação com pessoas letradas, e o próprio termo designa, que não dispõe em casa, de alguém que lhe proporcione tais benefícios.

Este preceito evidencia que o convívio com pessoas letradas favorece sua aproximação à vida alfabetizada (KLEIMAN, 1995). Em hipótese a externalização de anseios e transformações decorrentes fornece subsídios para assumir a vida de outra forma. Vale a pena frisar que não é apenas a inclusão no mundo letrado, mas fundamentalmente na sociedade. (BASU; FOSTER, 1998).

Dada a relevância do papel social como ferramenta estimuladora do conhecimento, Tfouni (2002) promulga que alfabetização e letramento são conceitos dissímeis, tendo em vista que o último é um processo social e a primeira pode ser individual ou de um grupo de indivíduos. Marcuschi (2003) vai além e não hesita quando defende que processos alfabetizatórios integrais envolvem a apropriação de técnicas lectoescritas e letramento, como papéis que o domínio da leitura e escrita assume na sociedade.

De acordo com Soares (2001) e Tfouni (2002), alfabetização e letramento divergem pelo modo como se acendem, pois alfabetização é um aprendizado da escrita apelando ao ensino (podendo ser escolar ou não). Entretanto, o letramento compromete a aprendizagem sócio-histórica intuitiva ou direciona a leitura e escrita em ambientes sociais permeados pela escrita.

A partir do relato desta aparente dicotomia é possível asseverar que não obstante sejam processos diferentes eles podem se tornar complementares. É possível discorrer que uma pessoa alfabetizada não necessariamente é letrada e, de modo concomitante, existem letrados que são analfabetos. Esta última situação sugere que a sociedade media suas interações com os outros sujeitos e recebem as interferências de âmbitos onde transparece escrita (TFOUNI, 2002; MARCUSCHI, 2003).

Além disso, acredita-se que não existe uma via de mão única que impulse o letramento, mas múltiplos caminhos e fatores catalizadores, gerando diversas manifestações de letramento. Neste leque de manifestações em toda sociedade, estão imbricadas sempre relações de poder e, em especial, comparecem em sintonia com um entorno sociocultural particular (KLEIMAN, 1995).

Freire (1996) e Tfouni (2002) afirmam que a alfabetização está balizada pela contextualização. O processo desta abordagem está ancorado em que a palavra emite algum tipo de significado que permanece também inscrita numa situação pontual para repercutir com sentido no indivíduo. Assim, o aprendiz associa e assimila paulatinamente a palavra e pode torná-la texto. Destarte, é estabelecido um elo de pertencimento ou aproximação de objetos ou situações cotidianas, pois está inserido no seu próprio mundo e num plano sócio-afetivo. De maneira direta esta assertiva caberia para a percepção da paisagem urbana.

De qualquer modo, este enfoque apenas fica sedimentado no cérebro do sujeito se estiver permeado pela autorreflexão e pelo estabelecimento de relações maiores desconsiderando a mera situação/objeto apresentada. Do contrário, o processo pode ser catalogado como descritivo e inibidor de avanços significativos subordinando-se a processos repetitivos partindo sempre de um estágio inferior (MICOTTI, 1980). Este provavelmente é um dos pilares mais importantes do processo de alfabetização, pois de modo ulterior o conhecimento se transformará em cumulativo e alavancará desdobramentos ímpares.

Bakhtin (1992) acrescenta que o processo de alfabetização se torna mais complexo se é incentivada a inserção de ferramentas associadas às práticas sociais que se desprendem da utilização do objeto ou situação. Para este autor, estes aspectos se

denominam axiológicos, e permitem que o conhecimento se assimile de forma mais abrangente para possibilitar praticamente sua personalização.

Entretanto, estas tentativas de alfabetização seriam inócuas na inexistência de questões balizadoras pregressas que permitam o trânsito reversível dos conceitos apreendidos (BAKHTIN, 1992). No caso das pessoas analfabetas a existência desta base está sedimentada, além disso, também há consciência, ora mais objetiva ou tangencial, do valor potencial e desdobramentos dos processos alfabetizadores para suas vidas.

Abordados em linhas gerais os conceitos preliminares sobre a alfabetização, é inadiável salientar que, com incipientes ressalvas, grande parte destes indivíduos estão inseridos indiscriminadamente na maioria das faixas etárias. Entretanto, para retomar a discussão e avançar sobre esta seara do conhecimento é necessário ter clareza sobre como funcionam a leitura e a escrita. Este é o próximo tópico que será elucidado a seguir.

3.2 A leitura e escrita: duas habilidades, infindável conhecimento

O ato da comunicação é uma necessidade histórica da humanidade intrinsecamente associada a seu caráter social que promove o estreitamento das relações. Desde tempos longínquos, o homem inventou diferentes manifestações (desenhos, orais, escritas, ideográficas, etc.) que foram expressas, tendo como constante o viés dinâmico de sua concepção. Todas, em maior ou menor grau, mudaram o rumo da civilização.

Na cultura ocidental, os principais sistemas de comunicação escrita estão fundamentados no sistema alfabético. Este funciona em essência correlacionando fonemas (sons) e grafemas (letras) de modo coeso e articulado. Pelo geral, cada letra ou grupo de letras possui uma correspondência distinta que representa cada som de cada língua.

Apelar a um sistema de expressão como a imprensa que conseguisse transmitir o conhecimento foi provavelmente uma das maiores conquistas da humanidade. Esta descoberta, com certas oscilações, possibilitou a massificação das informações e a

diáspora de qualquer gênero de acontecimentos da vida do homem. Na atualidade, a comunicação alfabética esta disseminada no mundo e atingiu um patamar elevado graças à introdução de tecnologias como a internet que consolidou seu *status*.

Certifica-se que o poder da leitura e escrita está plasmado na historia, mas não apenas no simples desígnio dos objetos pelo seu nome, que permite refletir sobre seus significados e cogitar prováveis mudanças para alterar seu cenário, mas em todos seus desdobramentos ulteriores (FREIRE, 1996). Como já foi comentado, estas destrezas revolucionam o pensamento individual, as relações sociais do homem e são um direito inalienável e necessidade fundamental no século XXI.

Entretanto, o início do processo de domínio da escrita e leitura (alfabetização) é controverso. Isto porque sempre acontece na fase infantil, porém nesta etapa a criança é submetida a uma determinada metodologia sem a sedimentação de funções (FREIRE, 1996). Na verdade, o advento prematuro de certas funções é perpassado pela mediação da leitura e escrita (MICOTTI, 1980). Já o analfabeto adulto é capaz de apreender dispensando o rebatimento funcional forçado. Esta última situação, com poucas advertências, é semelhante à que enfrenta um indivíduo que pretende aprender uma língua estrangeira.

Nesta linha de raciocínio, via de regra, o conhecimento em geral é possível acessando a leitura e a tradição oral. Contudo, sua reprodução e de certa forma a explicitação de sua internalização é feita através da competência da escrita. Dada à importância do primeiro e terceiro processos elencados no intuito de entender a percepção espacial, tentou-se explicar seu funcionamento e formação.

Historicamente, as duas temáticas foram passíveis de abordagens desde diferentes óticas por áreas do conhecimento específicas e correlatas. Consensualmente é sublinhado por todos os autores que a leitura e escrita são processos complexos e que seu desenvolvimento está permeado por diferentes categorias perceptivas e cognitivas (EYSENCK; KEANE, 2007).

Enfatiza-se que o ensino da escrita e leitura está alicerçado na assertiva do reconhecimento de unidades-letras valendo-se das unidades-fonéticas que na sequência

serão reforçadas pela repetição para sua fixação em correspondências biunívocas. Contudo, o simples modo de usar esta habilidade não é suficiente porque a criança precisa refletir sobre as propriedades dos elementos constitutivos e entender todas as vicissitudes que estes agenciam.

A continuação serão explanadas as questões relativas à leitura e escrita, nessa sequência de acordo com o grau de complexidade.

3.2.1 Leitura

A leitura é um mecanismo intelectual que demanda a mobilização de um conjunto de saberes e estruturas iniciais como: reconhecimento das letras e palavras e seus significados, sem perder de vista a integração sintática e semântica. Esta competência visa o encontro de sentidos em qualquer texto. Koch e Elias (2006) acrescentam que o foco da leitura deve estar situado nos limiares entre autor e texto impresso, pois é nessa interfase que o leitor decodifica as intenções do autor e do produto, assim constrói o sentido da escrita.

Segundo Goodman (1987), o artifício de entrada de informações escritas é constituído por quatro processos cíclicos: um ciclo ótico que se torna ciclo perceptual, posteriormente um ciclo gramatical e o derradeiro é o ciclo do sentido. A importância no último ciclo para o cérebro é crucial. A atenção está focalizada no sentido como protagonista do entendimento do conteúdo, que não é desviada pela composição de letras, palavras ou gramática.

Na hipótese do leitor encontrar alguma dificuldade no sentido integral, o cérebro compensa esta defasagem aguçando a contemplação. É possível inferir que cada ciclo é uma exploração constante que pode ser até relevado tangencialmente se o leitor encontra frontalmente o sentido do texto (GOODMAN, 1987; EYSENCK; KEANE, 2007). Estas estratégias cognitivas sugerem que o leitor arrisca usar o mínimo de informações disponíveis e as predições mais confiáveis para encontrar o sentido.

É possível afirmar que na leitura, a única variável externa é o texto numa superfície. Todo o resto, as frases, sentenças e significados se organizam em complexos

processos fisiológicos e emocionais na mente do leitor. Eminentemente, na interação das pistas visuais representadas e do repertório singular cada indivíduo pondera se determinado texto é mais ou menos significativo (SMITH, 1999).

O cérebro humano também utiliza a estratégia de antecipação por “adivinhação” que negligencia interpretações improváveis ou tergiversadas de um texto. No final, um processo de autoquestionamento fornece elementos para analisar que grau de compreensão o sujeito atingiu (GOODMAN, 1987). É necessário frisar que as crianças mesmo submersas no desconhecimento da língua optam por proferir o que elas acham que entendem.

Smith (1999) distingue três níveis de memória que participam ativamente na leitura: a *memória temporária* (curto prazo), a *memória operacional* (médio prazo) e a *memória permanente* (longo prazo):

- A memória temporária marca a identificação imediata de sequência de números e palavras. Esta baseada no trabalho com formas superficiais e sua armazenagem é quantitativamente ilimitada, sendo que sua capacidade é de 6 a 7 itens.
- A memória operacional é aonde acontece a recodificação dos elementos armazenados da memória de curto prazo. Abstrai-se a forma através da associação do seu conteúdo a uma informação pregressa. Nesta memória os conceitos são ativados atribuindo uma unidade de sentido.
- Na memória permanente se encerra a armazenagem e a organização do conhecimento de mundo. Inclui-se o conhecimento linguístico e concomitantemente o conhecimento de eventos generalizáveis e de fatos particulares oriundos de nossa experiência individual ou coletiva.

No ato da leitura, exceto em circunstâncias transtornadas (desatenção ou patologias), o indivíduo reconhece uma série de expressões linguísticas coerentes na superfície textual. O sujeito percebe estas formas e, subsidiado na memória de curto prazo, tenta integrar letras e palavras para atingir por necessidade um nível de abstração mínimo que forneça as condições de exercer esta habilidade.

A função da memória operacional lança mão da extração da memória de longo prazo as informações pertinentes a uma abstração mais complexa da forma textual

(SMITH, 1999). O resultado dessa abstração ativa a germinação dos conceitos, que estão atrelados à interpretação das expressões e relações da superfície, alicerçados sempre em experiências passadas.

Os conceitos ativados possibilitam prosseguir a leitura, munindo à percepção dos dados da consistência interna do texto. Para finalizar o processo, comparecem os conhecimentos que deflagram a produção do sentido e a consequente coesão textual integrada que estão registrados em diferentes níveis na memória de longo prazo (SMITH, 1999).

Por outra parte, é importante sublinhar que ler é um processo menos visível que a escrita, de algum modo é mais introspectivo. Segundo Ferreiro e Teberosky (1989), todo ato de leitura envolve processos reconstitutivos porque são mais ampliados e não devem ser contemplados como a simples decodificação. Ler é em essência, a reconstrução de uma realidade linguística constituída. Este processo está carregado de questões que ainda não foram elucidadas, mas segundo os estudos piagetianos é imperativo reconhecer sempre o papel ativo e criativo do sujeito.

Os postulados que analisam a leitura afirmam que existem dois modelos de entendimento deste processo: dupla rota e conexionistas.

No modelo de dupla rota, a decodificação inicial das palavras é balizada pela: rota lexical (reconstrução significacional a partir da análise do estímulo visual baseado no repertório do sujeito) e rota perilexical (transformação da informação visual em informação fonológica), uma direta e outra indireta respectivamente. (SALLES; PARENTE, 2002; SOUSA, 2005). A pesquisa de Salles e Parente (2002) comprova que as crianças utilizam as duas rotas funcionalmente. Entretanto, salienta que no início da aprendizagem da leitura comparece a preexistência de um desenvolvimento mais expressivo da rota perilexical que ofusca a lexical. Esta última está em franca expansão e é largamente fortalecida de modo ulterior mediada pela escolarização.

Já o modelo conexionista, está ancorado em outros princípios, e realça que o reconhecimento da sequência de palavras desencadeia a ativação imediata e conjunta de três categorias identificáveis de informação: visuo-ortográfica, fonológica e semântica.

Enfatiza-se que estas sempre interagem constantemente como um sistema integrado. (GOMBERT, 2003).

Ainda no que tange à leitura, Frith (1985) propõe uma terceira vertente de entendimento, esclarecendo que para o aprimoramento desta competência o sujeito deve percorrer três estágios: logográfico, alfabético e ortográfico. A primeira fase encontra-se associada a uma espécie de pseudo-leitura, devido que o pensamento das crianças enleia intuitivamente a leitura e escrita.

Independente do número de correntes arroladas, esta discussão obedece a uma análise claramente linguística. *Grosso modo* é importante destacar que é possível evidenciar que existe uma preponderante preocupação nos discursos por tentar estabelecer os momentos da decodificação das palavras, o papel da memória e, sobretudo, entender como os contratempos desta destreza são equacionados e/ou superados.

Esta assertiva é fundamental, pois nos fornece como pauta que as fronteiras da leitura não estão restritas à simples decodificação de grafemas. Mas, a esta decodificação acompanhada de seu indispensável desdobramento em direção à compreensão textual. Ou seja, o sujeito deve possuir a idoneidade de contextualizar os conteúdos e aprovisioná-los de um significado.

3.2.2 A escrita

De forma análoga à leitura esta competência cognitiva está derivada da compreensão de um sistema simbólico alfabético traduzido em representações bidimensionais. As primeiras atividades de escrita são mais evidentes que as de leitura, pois supõem cartesianamente um produto concreto, pelo geral, signos ou rabiscos no papel (GELB, 1976). Vale a pena frisar que Olson (1997) assevera que a escritura não é uma mera transcrição de um idioma.

A importância da linguagem escrita reside em que é a mediação do pensamento e língua (OLSON, 1997; VYGOTSKY, 1987). Clarifica-se também, a partir de uma perspectiva cognitiva, antropológica e social que a escrita repercute na organização do

pensamento e outros tipos de funções de primeira ordem (OLSON, 1997). Intui-se que esta habilidade ajuda à sistematização da vida humana e ao ajustamento de regras que viabilizam ou tornam mais simplificadas algumas atividades do homem.

Guimarães (2005) enfatiza que os estudos sobre a escrita estão centrados na existência de dois modelos opostos. No primeiro modelo, o indivíduo escritor é um ente ativo à procura de significações, balizado pelo papéis da consciência sintática e semântica. Neste processo, as variáveis fonológicas tem participação secundária. No segundo modelo, a escrita é considerada um código para transcrição de um discurso. Assim, o leitor unicamente reconhece os sinais gráficos e os torna um discurso articulado.

Em diversos graus de profundidade, os dois modelos de escrita elencados diferem sobre a importância da procedência e do processamento dos dados sensoriais e da recuperação de informações que forneçam sentido ao discurso externalizado pelo sujeito. Contudo, o principal embate está centrado na divergência da origem e localização do significado da escrita.

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1989) e Micotti (1980), a aprendizagem da língua escrita é produto de uma sistemática série de processos progressivos, cumulativos e integrativos do conhecimento adquirido em momentos anteriores. Baseadas na concepção piagetiana, as duas primeiras autoras insistem que o desenvolvimento gradual da escrita e leitura das crianças é fruto da incidência dos sinais gráficos que o meio reproduz.

As formulações de Ferreiro e Teberosky (1989) acreditam que as crianças não podem ser consideradas meros sujeitos aprendizes da destreza da lectoescrita, mas indivíduos que tem um saber e raciocínio especial. Ilustra-se que as competências da escrita são adquiridas paulatinamente conforme o sujeito desenvolve suas hipóteses. Apelando a Piaget, estas autoras intuem que existe uma sequência psicogenética por estágios que rege o surgimento da escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1989). O escoramento da sua teoria está determinado pelo lançamento de quatro estágios psicogenéticos pelos quais o sujeito atravessa: pré-silábico; silábico; silábico-alfabético e alfabético. Deste modo, é possível fazer sua síntese:

- *Pré-silábico*: Neste estágio evidencia-se um processo construtivo e criativo. Os indivíduos compreendem que escrita e desenho são representações que diferem entre si. Em correspondência com a escrita a ser construída há uma tentativa de disposição e reprodução das letras de diversas formas ajustando suas posições. Revela-se a relação entre a quantidade de letras e o tamanho do objeto.
- *Silábico*: a criança inicia a fonetização da escrita. O indivíduo estabelece a associação entre a quantidade de letras utilizadas tem correspondência às partes da palavra enunciada. A criança representa uma sílaba por letra, dispensando a repetição de letras e omissão de sílabas. Esta atitude brota em decorrência de uma assiduidade impar voltada a captar as feições sonoras das palavras.
- *Silábico-alfabético*: Nesta fase a criança renega considerar a sílaba como unidade sonora e complementarmente é ciente de que esta pode ser fracionada e analisada à luz de elementos menores, denominados fonemas. Uma descoberta desequilibradora surge quando a criança se depara com que algumas sílabas são representadas por mais de uma letra.
- *Alfabético*: a correspondência entre letras e sons torna-se mais decantada e exata. Tendo como preceito este ganho surgem irrevogavelmente os entraves oriundos das inserções da ortografia. Ferreiro e Teberosky (1989) apregoam que um sujeito está totalmente alfabetizado quando compreende a natureza e possíveis desdobramentos da escrita, atingidos nesta etapa extrema. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1989).

Segundo diversas pesquisas nas crianças a instrução escolar pode ser ministrada em qualquer idade. Esta generalização cabe para os adultos. Mas, cada momento ou estágio são diferentes, neste sentido não existe a versatilidade para o aprendizado em qualquer idade, pois há relações complementares que unicamente ganham consolidação graças à sequência quase cartesiana dos estágios piagetianos.

Esta teoria tem sido alvo de vários questionamentos principalmente por alguns pesquisadores que afirmam que foi subestimado o papel do nome das letras (CARDOSO-MARTINS; BATISTA, 2005). Esta ressalva pode ser pertinente, contudo também é necessário ressaltar que se a adesão ao preceito alfabético é fundamental, pois a correspondência letra/som não é condição autossuficiente que marque o domínio da escritura.

Sodré (2002) argumenta que o processo da escrita é abrangido por quatro etapas. A primeira é simulação, nesta fase a escrita é representada por rabiscos horizontais na tentativa de imitação do padrão idiomático. Na segunda, a cópia parcial, tentam ser reproduzidas unidades de símbolos que evocam letras, a maioria distribuídas de modo horizontal na sequência de escrita esquerda/direita. Finalmente estão a cópia legível e cópia hábil.

Do ponto de vista cognitivo, a cópia trabalha de maneira isenta aos processos linguísticos simbólicos da tradição alfabética. Entretanto, numa fase subsequente mais aprimorada serve como parâmetro arcaico do ditado, habilidade que para sua efetivação e concretização é incapaz de prescindir da memorização auditiva, verbal e gráfica das palavras (SODRÉ, 2002).

De acordo com Hayes e Flower (1980), no concernente ao processo da escrita é possível discernir que este é perpassado por três componentes fundamentais: o contexto da atividade da escrita; o conhecimento do escritor (memória de longo prazo); as ações metacognitivas (processo da escrita em si):

- No contexto da atividade escrita estão imbricados os aspectos endógenos ao escritor como: a descrição, tópico da tarefa e público alvo. O texto produzido até esse instante se torna em retroalimentativo dos subseqüentes guiando a continuidade das ações.
- A memória de longo prazo diz respeito ao arcabouço teórico que o sujeito possui sobre o assunto. Estas duas primeiras variáveis estão associadas a um viés netamente discursivo que pressupõe o domínio de fatores extratextuais proeminentes.
- Nas ações metacognitivas, aludem-se as principais ações como: *planificação, textualização e a revisão*:

A *planificação* fornece as bases da generalização, pois, a elaboração de um plano de escrita sugere a representação mental de ações cognitivas. Estas balizam a orientação e o controle do processo de composição da escrita face à organização global do conteúdo. Segundo Eysenk e Keane (2007) três tipos de ordem do conhecimento permeiam o planejamento: conceitual, sociocultural e metacognitivo.

A *textualização* se refere à geração de sentenças. Nesta etapa é feita a transposição das ideias de um plano mais

abstrato para um mais concreto. A escrita se materializa ao poucos no papel. Vale a pena enfatizar que cada processo da planificação até a revisão possuem determinadas proporções, mas a textualização tal vez é a etapa mais preponderante.

A *revisão* é tida como uma etapa autoavaliativa. Nesta esfera, o indivíduo pode fazer modificações da estrutura e reformulação de conceitos. Este processo visa o aprimoramento tanto do conteúdo, quanto das convenções da escrita, portanto, não é superficial. Dada sua relevância esta última etapa retroalimenta esboços do planejamento da escrita em futuras construções.

Não existe linearidade cartesiana no surgimento destes três processos. Na verdade, pelo contrário é prevista uma espécie de sobreposição num espectro variado de circunstâncias. Isto é, é previsível que as funções cognitivas monitorem constantemente cada nova sentença escrita, dependendo de cada sujeito este processo é mais ou menos intermitente, embora sempre ubíquo.

Vygotsky (1987) e Azenha (1997) esclarecem que as linguagens escrita e oral diferem tanto do ponto de vista estrutural, quanto funcional. Estipula-se que a escrita até nos seus estágios mais preliminares precisa de um complexo processo de abstração. Entretanto, se considerarmos que a linguagem oral também está alicerçada no domínio das palavras, deve existir algum momento em que algum compartimento é passível de compartilhamento. Mas esta ponderação não tem sido devidamente aprofundada no campo acadêmico.

Existem diversas abordagens e correntes que explanam os trajetos que tangem ao desenvolvimento da escrita. Em primeiro lugar, é preciso clarificar que os inatistas acreditavam que a escrita era uma habilidade que podia ser homologada às manifestações orais. Isto é, que existia uma predisposição natural do cérebro para receber as informações. Os construtivistas refutam esta hipótese salientando que o cérebro está condicionado à linguagem oral, porém, a escrita é uma destreza cultural que tem que ser construída.

Kristensen e Freire (2001) relatam que a visão tradicional da aprendizagem da escrita é tangencial, pois confiam em que existem algumas nuances fundamentais para

sua compreensão. Estas estão relacionadas a competências básicas dos indivíduos, em especial, à percepção visual e auditiva. Estes autores complementam que o surgimento da escrita é possibilitado pelo uso social e construção de valores.

Acredita-se que cada visão não funciona de modo isolado porque tanto uma quanto outra são indispensáveis. Na verdade, são múltiplas as variáveis que permeiam a construção da escrita desde os fatores biológicos perpassando pelas questões psicológicas e se deslocando às questões com escopo social, mas sem nunca desconsiderar que o sujeito encontra-se imerso num determinado meio. Este posicionamento compactua com uma abordagem interacionista. Nesta perspectiva, Navas e Santos (2004) defendem a existência de quatros estágios na aprendizagem da escrita:

- *Adivinhação linguística*: Nesta primeira fase é adquirido um vocabulário visual. A criança possui o reconhecimento das letras e palavras curtas, mas não consegue dissociar que não são desenhos.
- *Aproximação visual*: A criança reconhece algumas feições da grafia das palavras e decifra certas similaridades como: identificação da letra inicial e tamanho da palavra.
- *Decodificação sequencial*: O processo de decodificação está cada vez mais consolidado. Este grau de aprimoramento é possível pelo indivíduo ter assimilado adequadamente algumas regras de correspondência entre fonema e grafema.
- *Decodificação hierárquica*: O indivíduo começa a usar de forma sistemática as regras contextuais para cada novo estímulo. Destarte, a decodificação atinge o grau mais elevado de desenvolvimento.

Com a finalidade de fornecer uma compreensão mais abrangente, Maluf e Barrera (1997) e Maluf (2003) trabalham o conceito de consciência metalinguística que possibilita a análise sobre aspectos formais da linguagem. Deste modo, apontam a reflexão simultânea com diversas variáveis da linguagem, a saber: *fonológica*, *morfológica*, *sintática* e *semântica*. Para consolidar esta proposição a estrutura da linguagem não negligencia o controle e planejamento dos processos linguísticos.

O advento de algumas destrezas fonológicas é mais prematuro. Por exemplo: a competência de análise silábica e outras suprafonêmicas são consolidadas momentos

antes que o sujeito lide com fonemas (SALLES; PARENTE, 2002). De modo contraposto, a competência de análise de fonemas é umbilical ao contato com a escrita (MALUF; BARRERA, 2003). No fundo, a explicação é que as primeiras precisam uma análise menos complexa, já as segundas estão permeadas pela predisposição das regras oriundas da escrita alfabética.

Esta vertente de entendimento também tinha sido abordada de modo parcial por Ferreiro e Teberosky (1989,) e diz respeito à existência de duas codificações que permeiam o processo da escrita. A codificação fonológica e ortográfica considerados processos intrínsecos ao reconhecimento das palavras num idioma alfabético. Isto é, num sistema baseado em letras ou grafemas que possuem correspondência com fonemas.

A codificação fonológica diz respeito à competência de converter conjuntos de letras em sons no momento da leitura. Em função da irregularidade dos idiomas (uma letra pode representar vários sons ou um som ser representado por mais de uma letra, etc.), em especial, os de raiz latina, esta codificação isoladamente não garante a legibilidade dos termos (OLSON, 1997). A codificação ortográfica é a habilidade do entendimento do significado das palavras ou de sua escrita correta baseada em regras (MALUF, 2003).

Estas codificações são essenciais para qualquer sujeito seja criança ou adulto. Infere-se que a promissoriedade da aprendizagem da leitura e escrita em termos ortográficos está atrelada ao acesso, repertório e controle de informações fonológicas. Destarte estas codificações são imprescindíveis e permeiam qualquer processo alfabetizatório que possua escopo grafocêntrico.

Existem baterias de tarefas que avaliam a consciência fonológica por segmentação de palavras, ou apelando a palavras ou pseudopalavras às quais os sujeitos devem adicionar ou subtrair um ou vários fonemas. Outros pesquisadores tentam verificar a sensibilidade dos sons que produzem a fala e situações não verbais. A seguir citaremos algumas das mais protuberantes.

Read e Ruyter (1985) analisaram as convergências e divergências entre crianças e adultos sobre como a codificação fonológica e ortográfica incidem no aprendizado de um idioma alfabético. A consideração mais relevante desta pesquisa verificou que os adultos possuem destrezas superiores de leitura e escrita das palavras com grafia pouco regular, enquanto o desempenho das crianças foi melhor lidando com pseudopalavras. Isto significa que para estes adultos a codificação fonológica é mais impermeável e neste instante comparece a propensão pela adivinhação por familiaridade com certas letras, ao mesmo tempo, que esta variável é inversamente proporcional a seu domínio das codificações ortográficas. É necessário elucidar que tais vicissitudes fonológicas podem ser precedentes a seu acesso a um programa de alfabetização e não a violações intencionais na hora do entendimento da palavra.

Thompkins e Binder (2003) numa pesquisa mais contemporânea constataram os pressupostos das pesquisas precursoras numa esteira análoga. Os estudos pioneiros sobre a consciência fonológica no Brasil foram em adultos com baixa ou nenhuma escolaridade, desenvolvidos por Bertelson, de Gelder, Tfouni e Moraes (1989) no final da década de 1980. Estas pesquisas trazem duas constatações: a primeira é que o julgamento da rima é uniforme na amostra total quando o início das palavras é uma vogal. Contudo, nos adultos mais alfabetizados a inserção de palavras com início de consoantes teve uma incidência expressivamente positiva. Esta característica foi objetada pelos menos alfabetizados.

Loureiro et al. (2004) comparou o desempenho da relação de nível de leitura e consciência fonológica com um grupo de 97 indivíduos analfabetos com diferentes níveis de aprendizado. Os resultados confirmaram que as tarefas fonológicas distanciam semianalfabetos de não leitores, mas a correlação é incipiente ao reconhecimento de letras e competências de leitura das palavras apresentadas.

Bryan e Goswami (1987) enaltecem que a descoberta da consciência fonológica na aprendizagem da leitura e escrita é um dos grandes avanços no campo da psicologia. Esta habilidade é importante porque evidencia o percurso do desenvolvimento cognitivo guiado pela rima e aliteração das palavras. Esta assertiva indica que a destreza e predileção pela rima de duas palavras tornam a criança mais sensível às similaridades

ortográficas. Destarte, a passagem da conexão consciência ortográfica e fonológica se torna menos conturbada.

Se o campo da consciência fonológica tem sido alvo de inúmeros estudos em diversos países e múltiplas línguas, com crianças e adultos, a consciência ortográfica trafega ainda pelas trilhas pouco redundantes do início do trajeto. Portanto, existem registros precários que retratem as afetações recíprocas dos tipos de consciências (GUIMARÃES, 2005). É evidente que a interpretação tergiversada dos fonemas repercute em construções ortográficas inadequadas, até de letras isoladas que seguem o processo de identificação alicerçado em regras contextuais básicas.

Em linhas gerais, os estudos anteriores e outros correlatos constataram que a consciência fonológica está relacionada à destreza da lectoescrita e é ostensivelmente convergente em adultos e crianças. Ainda segundo Loureiro et al. (2004), um reforço adicional com finalidade equivalente é o oriundo do aprimoramento da memória de curto prazo e velocidade nos atos de processar palavras.

Verificam-se também pesquisas sobre a existência de testes sobre a memória verbal curta ou longa (MORAIS, 2000). Read e Ruyter (1985) e Lukatella et al. (1995) proferem que a memória verbal de curto-prazo correlaciona-se estreitamente com a competência de leitura e escrita de adultos. Entretanto, dados sobre a correlação da memória de longo prazo é uma seara ainda em gestação.

Por outra parte, é possível afirmar que a inserção dilatada em algum programa de alfabetização provavelmente bloqueia, tergiversa ou deixa mais ambíguas as balizas de correspondência letra-som. Do ponto de vista cognitivo, esta condição tenta ser compensada pela ostensiva utilização da consciência ortográfica. Destarte, é evidente que esta correspondência mais voltada para as feições visuais torne mais desenvolvida a acuidade perceptiva morfológica na cidade.

As análises arroladas insinuam, direta ou tangencialmente, que não obstante a leitura e escrita cresçam integralmente são competências que não são concomitantes no desenvolvimento. Isto é, saber ler não significa, cartesianamente, o conhecimento da

escrita (GUIMARÃES, 2005). Para esta última é imprescindível o domínio da estrutura formal da língua.

Igualmente, infere-se que os processos cognitivos responsáveis pela aprendizagem da leitura e escrita são majoritariamente convergentes para as crianças e os adultos. Porém, é intrigante observar que embora os adultos possuam um vasto repertório, acumula uma concepção gramatical esclarecida para interagir numa conversa e relativamente alta exposição às conversas e imagens alfabéticas estes indivíduos usufruem de maneira parcial de tal arcabouço no processo alfabetizatório.

Desde este prisma, se por uma parte, o analfabeto adulto já tem muitas informações consolidadas, o que em hipótese supriria a apreensão de conteúdos de modo mais coerente, por outra, está pressionado por uma espécie de auto preconceito, que provavelmente inibe ou cerceia o processo cognitivo. Destaca-se que parece que a criança está sempre propensa para todo tipo de aprendizagem. Não é inverídico relatar que muitas crianças dominam, por exemplo, vários idiomas mais facilmente que um adulto.

Esta defasagem comparativa entre adultos e crianças traz à tona compulsoriamente as dificuldades da leitura e escrita. Com certa frequência, até o final da década de 1960, estas estiveram associadas a problemas de índole física. Isto é, mormente do sistema da visão que apresentava alguma alteração que impedia o avanço com propriedade destas habilidades. Este paradigma foi alterado com a introdução da supramencionada consciência fonológica.

Numa primeira instância da aprendizagem as divagações se referem ao entendimento de como um objeto pode ter duas denominações ou reconhecer que cada objeto tem características peculiares. Este tipo de impasses obriga à criação de sistemas secundários que são menos complexos que os embrionários. Para conjugar todas estas informações o cérebro precisa indispensavelmente sua reconstrução até atingir estabilidade (ZORZI, 2003).

Posteriormente, uma das principais preocupações dessas dificuldades são as falhas no reconhecimento das palavras ou incompreensão do material. Diversos autores

cogitam que a tergiversação ou interpretação deficitária da alfabetização é nutrida por múltiplos fatores deficitários: na orientação do idioma (direita-esquerda), na organização perceptiva, na discriminação/decodificação auditiva e visual, etc. (fatores psicomotores); ser oriunda de um travamento na aprendizagem (fatores cognitivos) ou ser consequência de perturbações na lateralização das funções cerebrais (fatores neuropsicológicos).

Mas uma linha que desperta inquietação no processo da aprendizagem é a relativa à identificação de dificuldades associadas ao entendimento da leitura das palavras ou de execução de operações básicas com representações alfanuméricas. No contexto escolar, estas são comumente denominadas dislexia e discalculia. Este tipo de transtornos não é exclusivo da fase infantil e não sucumbem à variável temporal, podendo ser constatadas também em pessoas adultas tendo nos dois casos diversas motivações (FONSECA, 1999; ZORZI, 2003).

Já na aprendizagem da escrita comparecem duas dificuldades: disgrafia e disortografia. Quanto à disgrafia existem visões controversas que impossibilitam sua identificação como associada a questões motoras ou intelectuais. Entretanto é consenso que este transtorno possui a seguinte parametrização: lábil organização da página, das letras e das formas e proporções. Todos estes rasgos estão diretamente relacionados a questões de distribuição e composição espaciais. A disortografia está relacionada às interferências na escrita onde predominam as alterações, substituição ou acréscimo de grafemas. Esta dificuldade pressupõe o incipiente domínio das variáveis semânticas e sintáticas (FONSECA, 1999).

Todas as vicissitudes elencadas são passíveis de tratamento parcial ou total. Entretanto, uma menção especial merece o ambiente do sujeito. Neste sentido, na maioria de casos, é possível estabelecer a relação que tal espaço (alfabetizado) é inversamente proporcional ao esforço que o centro de formação deverá fazer para ensinar a ler e escrever. Isto é, se o ambiente é menos alfabetizado e letrado o esforço da escola deverá ser descomunal e vice-versa.

A partir do arcabouço teórico construído até este ponto Ferreiro (1990) discerne sobre os graus de dificuldade dos atos supramencionados. O ato da leitura é menos

complexo, pois esta ação não tem papel transformador no objeto; escrever sim possui esta essência de mutação (GOODMAN, 1987). Do ponto de vista prático, ler em silêncio camufla possíveis deformações ou interpretações particulares, entretanto, para ler em voz alta é indispensável à distinção e relação dos sons por letras e palavras.

Infere-se também que é menos abstruso ler do que escrever, incluso para o analfabeto. A escrita requer uma decantação mais aguçada que, se atropelada, produz irregularidades que não permitem a comunicação (ilegibilidade). A precária capacidade de leitura pode ser disfarçada, entretanto, não escrever tem uma conotação mais social que suscita várias frustrações constrangedoras.

O último ponto remonta à necessidade de discernir que a correlação estabelecida não garante a plena compreensão do desenvolvimento cognitivo da população de adultos semianalfabetos, pois está certificado que estamos lidando com diferenças substantivas não apenas etárias, mas concepções de mundo diametralmente opostas (criança *versus* adulto). Uma análise em tal sentido seria um equívoco comparável ao que nos séculos passados regia os estudos com crianças, consideradas miniaturas de adultos.

Talvez, a alteração mais acentuada é que o adulto semianalfabeto, não enfrenta o dilema e perplexidade de assistir o enfrentamento de dois mundos – realidade/fantasia – que estão presentes nas crianças. Isto é, o adulto tem autonomia cognitiva, e não está sob influência de situações exógenas como, por exemplo, a imposição regrada do ambiente da repetição de algum esquema específico. Na fase adulta, é fato que os sujeitos já decodificaram e categorizaram grande parte das feições da realidade.

Além disso, a maioria dos significados das palavras básicas, com sua estabilidade e precisão, já foram assimilados e estão constituídos no universo do adulto. Mesmo com repertório, em certo sentido cingido, o analfabeto possui os elementos de articulação verbal mínimos e necessários para sua sobrevivência. Contudo, alguns autores apontam que tal baldrame restrito, é análogo aos conteúdos trabalhados por crianças em processo de alfabetização.

Esta situação nos alerta para deslocar parcialmente o foco e tomar como bússola, dois tópicos que podem fornecer as balizas remanescentes ao entendimento da construção, em especial, da escrita. Isto é, dois trajetos bifurcados do desenvolvimento cognitivo que a criança percorre de modo precedente ou concomitantemente antes de atingir certa estabilidade na escrita: a evolução antes da escrita e a relação entre o desenho e a escrita.

3.3 A evolução antes da escrita

Ferreiro (1990), nos anos vindouros depois de descobrir os vestígios paradigmáticos da escrita, amadurece suas ideias apregoando que a influência escolar não é a única via para sua construção. Isto muda o arquétipo de que apenas nessa etapa escolarizada é viável a análise da escrita. Em decorrência desse preceito, é aberta uma nova linha de pesquisas que visou tentar esquadrihar a escrita antes da escola.

De acordo com Ferreiro (1990) nesta etapa precedente à escrita, não é simples descrever as oscilações do trajeto psicogenético que é mais diáfana em outras categorias piagetianas tais como: jogo, tempo, espaço, etc. A análise teve leituras longitudinais e transversais introduzindo a maior quantidade de variáveis socioculturais e espaciais. A faixa etária de ênfase foi a compreendida entre 3 a 6 anos, onde se pressupõe que o infante não sofre a afetação direta da escola.

Estabeleceu-se esta fase como uma classificação de aspectos figurativos e construtivos da escrita. Os figurativos estão circunscritos à análise das questões visuais de composição e semelhança com estereótipos das letras convencionais. Pelo geral, são os mais evidentes e mais estudados, em especial, por psicólogos. Já os construtivos são comparativamente menos considerados (FERREIRO, 1990). Acredita-se que nas duas categorias encontra-se o DNA dos processos psicogenéticos que são sublinhados em três períodos.

3.3.1 Primeiro período

Nesta primeira etapa, a manifestação mais explícita na tentativa de descobrir as diferenças de exterioridades das marcas gráficas se concretiza quando a criança se

depara com as marcas icônicas. Neste instante, o infante começa a ter ciência de que escrever não é uma ação que está associada aos desenhos. Mas, ao mesmo tempo, é incipiente o reconhecimento entre letras e números, pois as duas categorias comparecem de forma ambígua no mesmo substrato.

De acordo com Ferreiro (1990) independente deste tipo de frustração a feição mais protuberante é que *per se* esse primeiro esboço ou aproximação gráfica propende pela diferenciação entre o icônico e não icônico. Destarte, não é surpreendente a aparente arbitrariedade das formas ou a ilegível incoerência sequencial da organização e distribuição das linhas numa superfície.

Nos processos cognitivos da criança a ação que contornará este acirrado embate de icônico versus não icônico é a separação em conjuntos identificáveis e independentes. O comparecimento opaco e multifacético em que a escrita está inserida na sociedade perpetua seu caráter anfibológico, pois nem sempre no cotidiano existe a correspondência entre objetos e palavra escrita (FERREIRO, 1990). Assim, é possível aduzir que a liberação deste entrave é permeada por um complexo processo de interpretação.

Quando um indivíduo começa a erguer as bases da alfabetização, os objetos e as letras não são dissociados como elementos pontuais e diferentes. Isto é, eles pertencem ao mesmo universo e simplesmente recebem um nome particular que não repercute na sua diferenciação. Destarte, as letras são despidas de seu caráter singular para denominar os objetos (FERREIRO, 1990).

Por outra parte, no processo pedagógico é visível o esforço para tentar relacionar ao máximo as figuras e palavras. A equivalência destas entidades consente que o ato da alfabetização seja delineado por um caminho norteador. Esta feição é revelada, devido a que os indivíduos na maioria das circunstâncias, externalizam juízos como: “letras para...” ou “letras de...”

O limiar entre o que é escrito e desenhado fica estabelecido pelo entendimento das crianças apelando a duas formas sutis. Quando diz respeito ao objeto ou figura, utilizam o artigo indefinido, já na tentativa de interpretação das palavras ou textos

preferem dispensar o artigo. Na visão de Ferreiro (1990) estas respostas fornecem segurança cognitiva e marca a transição rumo a outro patamar, isto é, na construção da sequencialidade das letras como representantes dos objetos.

É necessário frisar que não se trata de considerar letras isoladamente, mas a seriação do conjunto que deve estar atrelada a duas condições: possuir um número mínimo de caracteres e abnegar repetir letras consecutivamente. Ferreiro (1990) elucida que estas representações não poderiam ser chamadas de letras propriamente ditas, mas pseudoletas. Em qualquer circunstância, resignando sua proximidade formal ou não, subsidiam a compreensão alfabética da criança.

3.3.2 Segundo período

A legibilidade marca o segundo período do desenvolvimento da escrita prematura na infância. Neste instante, as crianças se digladiam de modo constante pela diferenciação entre o que é realmente passível de leitura e o que não possui esta conotação. Ou seja, tentam decodificar o que genuinamente é possível de ser interpretado como escrita, segundo Ferreiro (1990).

As crianças ostentam um conhecimento intuitivo que permite atentar os traços intrafigurais da escrita. Existe certa oscilação no reconhecimento da configuração das letras (letras confusas num espectro amplo de formas) e recusa na distinção de palavras com quantidades desprezíveis (duas, por exemplo), excessivas e repetitivas. A lógica preponderante, quase consensual detectada em vários idiomas, é que as crianças apontam que uma palavra unicamente é constituída graças à junção de no mínimo três letras.

As esferas de consciência do número mínimo e variação intrafigural são condicionantes indispensáveis e vitais para a construção da escrita. Estas categorias negligenciam os vetores mais próximos da relatividade e tornam-se absolutas, visando em especial a deflagração da diferenciação dos eixos qualitativos e quantitativos sempre em função de novas centrações cognitivas (FERREIRO; TEBEROSKY, 1989; KATO, 1994).

Se, na etapa anterior, era indispensável a mediação da figura como método de acompanhamento do processo, nesta fase tal atuação é inibida. Assim, propende-se por trabalhos executados com apenas textos ou palavras para que as crianças as reconheçam e separem. Desta análise se derivam três categorias identificáveis: o que é interpretável; potencialmente interpretável e nada interpretável (FERREIRO, 1990).

É possível clarificar que a sombria reversibilidade relativa ao contexto ou à identificação de uma figura, que compactua com atribuições similares de palavras diferentes é desconsiderada de maneira paulatina. Aqui germina uma nova norma balizadora – a diferenciação objetiva e absoluta nos textos. Evidencia-se o dilema da produção de feições que estabeleçam diferenças entre as palavras. Mas esta apenas comparece com o advento da coordenação harmônica entre o qualitativo e quantitativo.

Da mesma forma, outros atalhos para procurar variações ou palavras novas é a tentativa de mudança ou posicionamento das grafias. Contudo, nesta situação existe um limite, pois em primeiro lugar as crianças esgotam as tentativas em função do repertório restrito de letras ou posições (FERREIRO, 1990). E ainda também, porque em determinado momento o sujeito começa a perceber que certos ordenamentos têm um incipiente sentido, mesmo com análoga quantidade de letras.

Um desdobramento desta raiz é o uso quantitativo de letras a partir da sua mínima e máxima inserção. As formações resultantes não fogem de constituições com três a seis letras e alternando sua sequência. Em estado mais avançado esta construção balizará impreterivelmente a abertura de noções qualitativas.

Conforme Ferreiro (1990), um evento também recorrente é apostar no estabelecimento de relações entre o tamanho físico dos objetos e a extensão das palavras, isto é, grupos maiores ou objetos maiores precisam de maior quantidade de grafismos. Esta circunscrição não é desdobramento de uma tardia diferenciação entre escrita e desenho, mas comparece em virtude da precária construção de um parâmetro estável e sistemático de conferição.

É preciso salientar que, nesta etapa, o indivíduo pretende atingir uma associação formal e sua capacidade cognitiva leva estes sujeitos a deambular pelo caminho de uma

proximidade relacional com as propriedades configuracionais das coisas, situações ou pessoas. A ação de tentativa/erro procurando princípios de concepção concretos enveredarão a criança pela trilha de muitas abstrações antes de alcançar este patamar. (FERREIRO, 1990).

Neste período é possível distinguir certo rol de questões problemáticas integradas a como a compreensão do sistema alfabético está atrelada ao entendimento e exame da ordem das letras numa série coerente e à clareza de classificações. Estas são funções intrínsecas das operações concretas. Vale a pena frisar que no final da construção de diminutivos há uma forte diferenciação das representações entre palavras destoantes entre si. Contudo, é um julgamento impossível de ser feito de modo isolado, mas por um conjunto de repetições do exercício.

Na alfabetização, os processos cognitivos das crianças se contravertem por tentar situar a relação entre a totalidade e as partes constitutivas. A reflexão sobre o próprio nome reflete a existência precoce de inúmeras tentativas de interpretação, pois quando indagadas sobre a significação das partes, as crianças insistem em atribuir o significado do conjunto global. Isto é, não é possível uma dissociação absoluta entre os dois. (FERREIRO, 1990).

É necessário esclarecer que o pensamento infantil trabalha nesse instante no nível de palavras inteiras, mais complexas, sendo que as partes são solidárias com este preceito. Destarte, umas ou outras alcançam transmitir o significado desejado, inclusive alguns nomes correlatos de familiares ou amigos por afinidade ou identificação. (FERREIRO, 1990; GOODMAN, 1987).

Há diversos exemplos que induzem a raciocínios análogos, mas todos pela imprecisão do resultado são considerados ainda como construções incompletas. Este princípio não possibilita que sejam soluções generalizáveis e muito menos com estabilidade para progredir visando atingir outro patamar, em face de que não estão permeados pela exigência construtiva qualitativa mínima. A problemática se acirra de modo mais aprofundado quando são solicitadas as construções de palavras no plural.

É necessário frisar que quanto às partes de um conjunto de palavras a construção mental das crianças funciona como se a forma de expressão falada diferísse ostensivamente da função escrita. Sendo que este preceito destoa da verdadeira decomposição silábica. Segundo Ferreiro (1990), devido à complexidade sobre este assunto não existem argumentos conclusivos que dirimam se é mais coerente a explicação de independência ou complementação dos supracitados processos. O domínio de como estruturar e diferenciar os elementos completos e incompletos acarreta um arranjo aprimorado no trajeto da aprendizagem da escrita.

Merece menção especial a correspondência termo a termo que se consolida totalmente no período ulterior, mas que esparge também elementos em todos os estágios. De acordo com Ferreiro (1990) parece que subitamente alguns princípios de organização caótica tornam-se composições lineares mais coerentes, que denotam a correspondência das letras pelos objetos que estas representam e o controle da quantidade de letras.

A passagem subsequente deste processo é estabelecida pela distinção de “pedacinhos” (vogais), circunstância que envereda o pensamento infantil no reconhecimento da fonetização da escrita e, portanto, a plena diferenciação e semelhança sonora entre significantes da palavra.

3.3.3 Terceiro período

A criança escreve as palavras, balizada pelas relações intrafigurais, além de cogitar a correspondência entre sílaba e cada letra. Neste momento evidenciam-se diversas tergiversações (duplicidade de vogais e/ou consoantes, repetição no final, esquecimento fortuito, etc.). Quando questionado, o indivíduo tenta, na maioria das vezes, recriar outras organizações que justifiquem sua criação e na hipótese de não desvendar a resposta mais condizente regride à etapa precedente (GOODMAN, 1987; FERREIRO, 1990).

Em alguns casos, o pensamento infantil, em fase de formação, acredita que o domínio da escrita do próprio nome fornece subsídios para escrever diversas palavras. Isto é, a criança muda apenas a ordem linear lançando termos com quantidade de letras

análogo às de seu nome e considera que o problema está resolvido. Certifica-se que a resolução do problema está distante e, assim, os impasses se exacerbam quando é alternada, sem sucesso factual, a construção de palavras monossilábicas.

A hipótese silábica é essencial, pois a criança de modo frontal se depara com um método ilimitado e versátil que possibilita associar a totalidade e as partes. Além disso, estas regras permitem abdicar da pendularidade da quantidade de letras para atingir o equilíbrio correto e estabelecer certos tipos de antecipações qualitativas e quantitativas. A restrição elaborada na etapa anterior continua sendo sedimentada, isto é, o negligenciamento da repetição de alguma letra em posição adjacente.

Vale a pena sublinhar que são rarefeitos os casos de construções de palavras apenas com consonantes. Ferreiro (1990) salienta que nos estudos desenvolvidos em crianças alfabetizadas no idioma espanhol é frequente a utilização de termos configurados exclusivamente a partir de vogais. Contexto justificável se analisarmos que as vogais são ensinadas de modo precoce e possuem valor sonoro mais expressivo que as consonantes, com a vantagem adicional de serem familiares.

Paradoxalmente, as crianças enfrentam perturbações quando tentam a interpretação de escritas de outras pessoas, crianças ou adultos. A própria escrita sempre possui mais força e, além disso, o pensamento desta população infantil persiste em acreditar que existem letras “sobrando”. Foge desta regra de desequilíbrio silábica a explicitação do seu próprio nome, que perpassa todos os limites cognitivos, sendo nomeada com clareza. (FERREIRO, 1990).

Ainda submergidos num mar de inseguranças, aprecia-se que algumas crianças encontram-se no limiar entre o sistema silábico e alfabético, ou seja, possuem feições que as filiam a alguns destes sistemas. Devido a esta situação, elas concebem algumas palavras escrevendo simultaneamente ora parte silábica, ora alfabética. A abordagem ortodoxa sempre apresentou estas palavras incompletas como simples omissões de letras (GELB, 1976; GOODMAN, 1987). Mas do ponto de vista psicogenético, são entendidas como importantes e insubstituíveis adições de letras à escrita silábica.

O ingresso na fase final do desenvolvimento é marcado pela compreensão do sistema alfabético, incluídas suas regras básicas. Certifica-se um conflito convergente entre as crianças pesquisadas é o incipiente domínio dos processos ortográficos (separação de palavras, uso da pontuação, utilização de maiúsculas, etc.), geradores de novas hesitações e reestruturações do pensamento infantil. No seguinte resumo (quadro 3) são comparadas as conquistas de cada uma das três etapas elencadas.

Quadro 3 – Síntese dos principais estágios das crianças antes da escrita.

PRIMEIRO PERÍODO	SEGUNDO PERÍODO	TERCEIRO PERÍODO
Contato marcas icônicas e não icônicas,	Separação em conjuntos identificáveis e independentes.	Maior reconhecimento dos conjuntos.
Arbitrariedade das formas ou ilegível	Incoerência sequencial regulada	Coerência sequencial
Tentativa de associação entre figuras e palavras.	Dispensam a mediação da figura.	Relações intrafigurais completas e correspondência entre sílaba e cada letra.
Indefinição.	Diferenciação entre o que é realmente passível de leitura e o que não	Início coeso leito-escrita.
Se distinção grafológica.	São estabelecidas as primeiras diferenças entre as palavras.	Advento da coordenação harmônica entre o qualitativo e quantitativo.
Os conteúdos são abstratos.	Incipiente repertório e sentidos confusos.	Maior consolidação do sentido.
Aproximação intuitiva do quantitativo.	Início do uso quantitativo de letras a partir da sua mínima e máxima inserção.	Domínio das funções quantitativas e qualitativas.
Feições de brincadeiras.	Tentativa de relações entre o tamanho físico dos objetos e extensão das palavras.	Diferença absoluta entre escrita e desenho.
Visão sincrética.	Lábil relação entre a totalidade e as partes constitutivas	Associação da totalidade e as partes. Mostra um método ilimitado e versátil.
No final primeiras tentativas de construção.	Construções incompletas e intuitivas.	Soluções generalizáveis e com estabilidade.
Indistinção do nome.	Escrita do nome.	Em alguns casos o domínio da escrita do próprio nome é base escrita totalizante.
Pré-silábico.	Silábico	Encontram-se no limiar entre o sistema silábico e alfabético.

Org.: Bastidas, J. (2012).

Vale a pena enfatizar também que as pesquisas mais notáveis sobre as questões ortográficas em crianças no Brasil foram desenvolvidas por Carraher (1985) e Moraes (2000). As investigações foram realizadas com crianças pertencentes às primeiras séries utilizando diferentes tipos de tarefas (ditado com correspondência homogênea letra/som, ditado errado, entrevista, etc.). Constatou-se que o aprimoramento da ortografia está atrelado à progressiva ascensão de nível escolar e que em igual série existe considerável disparidade. Os alunos com melhor desempenho conseguem processar, “tergiversar” e externalizar, em virtude do seu entendimento, com maior facilidade as estruturas ortográficas do português.

É necessário frisar que as elucidações de Ferreiro não são soberanas e são parcialmente refutadas por motivos tais como: A maioria das pesquisas foi elaborada em comunidades claramente urbanas, isto é, em especial com afetações contextuais socioculturais que diferem de entornos rurais. Pela origem da autora principal, as pesquisas têm um viés voltado para o entendimento da língua espanhola, contudo, existem desdobramentos específicos para os idiomas que possuem raiz latina. Não obstante, as características salientadas sejam aparentemente restritivas, estes estudos tem aplicabilidade quase universal. Destarte, se constituem nas análises mais próximas visando o entendimento da construção dos processos alfabetizatórios nos adultos.

Na conjuntura dos quatro níveis psicogenéticos, referidos no início deste capítulo, ou nos três estágios elencados infere-se que o caminho percorrido pelas crianças para atingir o domínio da leitura e escrita possui infindáveis percalços. É um processo que engendra inúmeros e constantes conflitos, regressões e saltos. A maioria destas turbulências diz respeito aos intrincados processos cognitivos, que comparecem em cada ensaio no intuito de escrever de modo legível e cujo conteúdo seja compreendido universalmente por pessoas que se apropriaram de tal idioma.

Esta situação, com as ressalvas oriundas do contexto, pode ser homóloga às acontecidas na vida dos analfabetos adultos. Neste conturbado processo, o mais importante é explicar que não necessariamente é um processo linear e cartesiano que funciona de forma isomorfa para todos os sujeitos. Na análise dos estudos, é possível evidenciar diferentes casos de recuos intempestivos temporais e bloqueios que não

chegam a tornar a situação caótica, mas sim fornecer respostas reestruturadas de modo repentino.

É evidente que o esclarecimento destes três períodos confrontados com os quatro níveis psicogenéticos, da mesma autora deixam pairando no ambiente certo ceticismo por encontrar quais possuem mais validade. Na verdade, não é perceptível uma franca contradição de uns com relação aos outros. Destarte, independente do número de fases (três, quatro, cinco, etc.), o primordial é a sistematização de atributos idiossincráticos no curso para dominar a escrita e a leitura.

Nesta linha de raciocínio, dentro de cada etapa seria possível arrolar também subníveis que Ferreiro e Teberosky (1989) já mencionavam na pesquisa pioneira sobre esta temática. Grossi (1990), alinhada com o XI Congresso Internacional de Leitura de Londres, em 1986, prega a polarização dos níveis basilares e proposição de subníveis. Contudo, é apenas uma questão direta ou indiretamente de forma e não de fundo, mais condizente com certo refinamento e identificação de aparências. Devido a estes preceitos a teoria ferreiriana não pode ser considerada inerte, e embora seja discutida sua simultaneidade, rebatimento, etc., de níveis ou subníveis, é ainda vigente.

Para encerrar este item é possível mencionar que diversas pesquisas coincidem em que o aprendizado da alfabetização produz efeitos análogos aos decorrentes dos movimentos mecânicos de uma criança. Isto é, alavanca a transformação da natureza das estruturas cognitivas e, em especial, a fluidez mais aguçada das relações sociais. Isto é, a leitura e escrita têm o poder de detenção do conhecimento, mas também carregam o papel de sua transformação. Contudo, a etapa derradeira do processo alfabetizatório, isto é a fase alfabética de Ferreiro e Teberosky (1989), pode ser ponderada apenas como o começo de novos embates e transformações cognitivas e o enveredamento por novas trilhas do conhecimento. Neste ponto, é impostergável pincelar algumas feições sobre uma etapa precedente a esta plataforma.

3.4 Relação desenho e escrita

Em razão da tentativa de encontrar evidências de compreensão de como a habilidade lectoescrita afeta a percepção, em qualquer momento de sua passagem,

consideramos indispensável nos debruçarmos agora na relação entre o desenho e a escrita. Este preceito é interessante tendo em vista que os instrumentos utilizados nesta pesquisa são derivados da análise de imagens elaboradas ou construídas.

Para Vygotsky (1987), o desenho infantil é uma fase precedente da escrita. No entendimento vygotskyano, a representação bidimensional é um relato singular sobre o que a criança sabe em determinada situação ou objeto, e não especificamente sobre o que está enxergando. Os esquemas das primeiras representações pela sua vernacularidade e tratamento, com incipientes traços refinados, são análogos aos primeiros passos de construção dos conceitos verbais, isto é, em ambas predominam rabiscos e tentativas de imitação. Luria (1988) versa que não existe uma nitidez total, pois rabiscos iguais, em proporções e distribuição, possuem a função representativa de várias situações.

Elucida-se que num determinado momento as crianças percebem que seu desenho é parecido com o objeto, e neste momento progride a função de signo que redunda em funções mais complexas. (GREIC, 2004). Entretanto, este é um processo diuturno que acontece e se consolida face à participação de outros olhares proximais que reconhecem ou validam a representação objetual (VYGOTSKY, 1987; LURIA, 1988).

Destas considerações é possível inferir que existe certo simbolismo associado umbilicalmente ao desenvolvimento da linguagem, de acordo com Luria e Yodovich (1987). Desenho e escrita convergem na origem sendo os dois gerados a partir de rabiscos primitivos. Vale a pena frisar que os dois percursos são próprios e autônomos, e unicamente em determinados momentos da vida um subsidia o outro e vice-versa (PILLAR, 1996; GREIC, 2004).

O advento da escrita gráfica é ulterior à representação gráfica. Este tipo de escrita surge devido à influência de fatores como um novo arcabouço de cores, formas, tamanhos, etc. No processo cognitivo da criança esta escrita auxilia a recordação de certos conteúdos, entretanto, não é uma lembrança sem sobressaltos, pois não conseguem ser fidedignos ao mesmo esboço sempre (LURIA, 1988).

Ferreiro e Teberosky (1989) são incisivas quando asseveram que o primeiro grande problema da criança é na transição entre escrita gráfica e escrita propriamente dita. Esta transposição é um enorme desafio, pois significa separar e diferenciar as características, os limiares e alcances das duas manifestações. Quando esta etapa é superada, quase de modo sincrônico, a criança começa a escrever rabiscos arbitrários.

A compreensão da escrita como mecanismo que fatualmente comunique seu significado é desenvolvida de modo processual e construtivo. Uma senda que obedece à sequência específica que explanamos a continuação.

Num primeiro instante, a escrita tenta se desvincilhar das semelhanças figurativas com as representações bidimensionais. Para as crianças estes rabiscos não se configuram como desenhos propriamente ditos, mas como sua escrita, do seu singular ponto de vista. Uma série de letras que esta balizada por certa coerência na localização espacial (que tenta desvendar o desencontro entre o dentro e fora) e da quantificação de elementos. (PILLAR, 1996).

De acordo com Pillar (1996), estas últimas feições tornam a escrita mais legível. Gradativamente as crianças percebem que a escrita é uma representação do objeto que é impossível de ser representado nos desenhos, nascendo a nomeação do objeto em si. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1989).

Nesse processo, a compreensão da escrita como objeto substituto é fundamental. Essa compreensão é erguida paulatinamente, quando as crianças percebem que a escrita representa um elemento do objeto que não pode ser representado nos desenhos: o seu nome. Não se concebe um momento exato no desenvolvimento em que as crianças utilizam o desenho com função de escrita (PILLAR, 1996). O trajeto que leva a explicitar em que diferem o desenho e a escrita são as associações de pertinência e atribuição de significados que demonstram a capacidade ou precoce surgimento da simbolização ao serviço da escrita.

Azenha (1997) discorre sobre a preocupação da criança pela estagnação de sua representação pictórica e escrita. O cérebro do indivíduo se digladiava num choque constante, porque a criança é consciente que é necessário saber escrever para que seu

texto seja “lido” por outras pessoas. Esta autora retruca a diferenciação total entre desenho e grafia, salientada por Ferreiro (1990), pois a criança continua apelando aos desenhos como apoio das palavras. Contudo, são representações bidimensionais com configurações acenadas com sentido desvirtuado, pois é manifesto o distanciamento dos detalhes de um “desenho normal”.

É necessário clarear que o contraponto destas duas abordagens não é tendencioso, nem omissivo. Na verdade, é decorrente de análises diferenciadas em tempos descompassados. No caso da pesquisa de Ferreiro (1990), as crianças liam sua escrita imediatamente após o registro da palavra dispensando um objetivo específico da escrita. Já para Luria (2001) e Azenha (1997), o ato de escrever estava direcionado à lembrança dos significados anotados e desta maneira a leitura era realizada ao final. Ferreiro (1990) contesta esta abordagem, pois para o autor soviético a preocupação não era apenas a análise da escrita em si, mas a aceleração dos processos de escrita.

Luria (1988) esclarece que a escrita pictográfica acontece quando a criança é forçada a rememorar os conteúdos apresentados com ajuda de um estímulo artificial que serve como motor externo. Neste instante, a escrita sofre a influência da lapidação irreversível a partir da construção dos signos. Este tipo de signo é compatível à definição proferida por Vygostky (1987), no sentido de propiciar as funções intelectuais. Essa simplificação denota a passagem visando à abstração. Esta feição é característica e inerente à escrita, pois sinaliza a descoberta definitiva do uso simbólico.

Nos últimos esclarecimentos deste capítulo é necessário frisar que não existem estudos conclusivos que correlacionem diretamente as habilidades de lectoescrita à percepção visual, e, são praticamente inexistentes, os precedentes diretos ou subjacentes de analfabetismo e desenvolvimento perceptivo da paisagem urbana. Assim, apenas podem ser referenciados alguns estudos cognitivos com viés psicológico, linguístico, pedagógico, entre outros. Visa-se com estes ampliar a visão em relação às constatações mais grandiloquentes das disciplinas que circunscrevem esta abordagem.

Do ponto de vista cognitivo, Luria (2001) colocou em evidência que pessoas influenciadas por processos de alfabetização atingem melhores desempenhos na

execução de tarefas de racionamento abstrato. Em outras palavras, isto significa que as atividades de leitura e escritura impulsionam e desenvolvem, de forma direta ou indireta, outros processos do conhecimento humano, incluído esse tipo de racionamento que está associado a questões de índole espacial.

Em 2001, Mauerberg-de Castro e colaboradores propuseram também uma abordagem com escopo cognitivo. Concluiu-se que, a maioria de indivíduos adultos com deficiência mental possui aprimoramento exíguo em tarefas de orientação, especialmente, no que diz respeito, à manutenção do trajeto em tarefas de orientação em campo aberto. Isto principalmente conexo à afetação da memória contínua que torna a tarefa complexa. Tal inflexão está atrelada em primeiro lugar às interferências visuais. Contudo, são irrefragáveis também as ingerências relativas às distâncias e direções variáveis dos percursos testados.

Na esteira dos estudos com viés linguístico há múltiplos registros, inclusive no ensejo de relacionar a capacidade de alfabetização com tarefas oriundas da psicologia. Connor (1969) foi o primeiro a alertar que sua pesquisa não identificou desempenhos substancialmente deficitários quando os testes Bender foram aplicados em bons leitores ou leitores com dificuldades. Lesiak (1984) resenhou complementarmente mais de 30 estudos onde compartilha esta visão de falta de sensibilidade do teste Bender ao achado de rastros da incorporação das competências de leitura e escrita.

No Brasil, na contramão dos estudos estrangeiros, Aguirre (1965) legitimou a associação entre o Teste de Figuras Invertidas (TFI), o Teste Gestáltico Viso-Motor de Bender e desempenho na leitura. Os resultados explicitam performances mais significativas do gênero masculino nos testes de organização perceptivo-espacial. Infere-se a previsibilidade do sucesso ou fracasso induzido pelo uso de fatores instrumentais que envolvem a percepção espacial.

Pressupõe-se que tendo como preditores panoramas discrepantes e contextos diferentes, não é possível afirmar categoricamente que a discriminação da destreza alfabetizatória está coadunada cartesianamente aos testes de perceptivo-motor. Entretanto, nesta tese não estamos lidando com a questão da alfabetização em si, mas com a variável da percepção da paisagem, que pode ser referenciada como mais

abrangente, a partir da influência dos processos alfabetizatórios. *A priori* acredita-se que a esfera espacial está imbricada por uma linguagem mais universal (feições morfológicas da cidade) para seu entendimento, decodificação e propagação.

A despeito dos testes e ainda sobre as tarefas aplicadas, é possível deduzir que o Bender-Gestalt não pode ser considerado como uma tarefa de ordem central, mas como um componente de um leque de instrumentos que subsidiarão a avaliação do conhecimento espacial. Vale a pena elucidar que referenciais deste teste tentaram ser utilizados. Esta derivação parece transitável dada a proximidade de estabilidade das formas do teste: distorção de forma, integração, rotação, perseveração, etc., junto ao conhecimento e aparente compatibilidade à consciência ortográfica. Lembre-se que esta última trabalha com o caráter morfológico funcional da língua. Deste modo uma e outra, em hipótese, usufruem de uma fonte de alimentação mútua.

Não obstante que todos estes esclarecimentos perceptivo-alfabetizatórios sejam pertinentes, não é possível abafar a relação entre escrita/leitura e oralidade. Alerta-se para este assunto, pois pela base conceitual analisada, alguns autores frisam que nas pesquisas com analfabetos os depoimentos orais das pessoas não podem ser negligenciados. Neste sentido, para Kristensen e Freire (2001) a escrita germina no nascimento e se consolida pela promoção das práticas discursivas. Destarte, as duas possuem um caráter emancipador que se reflete, em primeiro lugar, nas questões sociais.

Nos primórdios da vida, a linguagem escrita tem uma conotação secundária com relação à linguagem oral. No trajeto do aprendizado a linguagem oral vai se esvaindo e a escrita torna-se um simbolismo de primeira ordem, explicitado na representação direta da realidade. É um processo complexo que brota face ao aprimoramento das funções psicológicas superiores e que está atrelado à incorporação dos signos. (VYGOTSKY, 1987). Assim, torna-se um sistema de signos capazes de simbolizar eventos reais e suas interfases entre si. Em outras palavras, a escrita se liberta da dependência da fala. É um trajeto construído pelo interacionismo sociocultural, pois a língua não é uma entidade acabada. (CÓCCO; HAILER, 1996). Assim, é necessário ensinar que a linguagem escrita e não unicamente a escrita das letras, é a marca de uma mudança de paradigma cultural que sugere exprimir todas suas possibilidades.

Olson (1997) refuta a visão segregacionista e excludente que certos estudiosos proferem sobre o domínio da escrita alfabética, no sentido de que a pessoa que sabe escrever possui um status de superioridade se comparado a um analfabeto. Atribui este preceito a uma crença sem valor científico e alerta que esse dogma é injustificável se analisado isoladamente. Salienta, pelo contrário, que a alfabetização no sentido amplo detém um valor oposto, ou seja, age como uma competência alavancadora para reverter problemas da sociedade como a pobreza.

Neste instante, é interessante atentar que em função à valorização da escrita, situações opostas como os depoimentos orais foram historicamente submergidos de modo parcial no esquecimento. Esta assertiva não visa rotular de valores uma ou outra forma de expressão, mas discernir que é preciso abdicar da dogmatização destas e visar pelo equacionamento dos atritos que alguns autores lhes atribuíram. O principal é seu reconhecimento como fontes vernaculares de expressão, mesmo nos analfabetos sendo discursos orais, pelo geral, curtos e truncados.

No discurso explanado, *grosso modo* percebeu-se que no preâmbulo da alfabetização, os atos de ler e escrever no desenvolvimento cognitivo das crianças estão fundidos chegando a apresentar equivalência ora total ou ora esporádica pela falta de subsídio do entendimento de sua natureza. Ferreiro e Teberosky (1989) são categóricas quando avistam que na construção da escrita e leitura, estamos perante uma psicogênese com lógica interna própria. Isto é, as feições intrínsecas do meio são decisivas e repercutem para que sejam peneiradas e assimiladas neste processo não autorizando a aleatoriedade do pensamento infantil e, por associação, dos analfabetos.

Este preceito é coerente, pois a questão essencial é a construção de um sistema autêntico de representação socialmente constituído. Destarte, quando analisada a alfabetização estamos defrontados com um impasse de ordem epistemológica para esclarecer a relação entre o real e a representação. O sujeito deve refletir profundamente sobre a seleção, diferenciação e concordâncias relacionais com outros objetos para tornar possível a abstração e representação de um objeto. Esta é uma lógica análoga à construção perceptivo-imagética da paisagem da cidade examinada nos capítulos um e dois.

Finalmente, pela linha de aprofundamento desta tese, dissímil à concepção linguística ou pedagógica, mas alinhada numa sociedade grafocêntrica, a partir da construção deste capítulo não é possível assumir uma postura “x” ou “y” que ajuste parâmetros pertinentes aos sujeitos analfabetos. Corroborou-se que existe um processo multidimensional e longe de ser absoluto e, que os termos alfabetização e letramento não são sinônimos. Assume-se, portanto, que a leitura e a escrita criam uma rica relação biunívoca, na qual é possível considerar todas suas nuances para o entendimento dos processos perceptivos. Nesta perspectiva, é importante compreender como é feita a passagem alfabetização/percepção, revelada na transcrição oral ou de desenhos, visando à busca dos significados. O percurso metodológico para atingir esta decodificação será revelado no capítulo subsequente.

PARTE II

CAPÍTULO 4. A PAISAGEM DO CENTRO DE SÃO PAULO E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS IMAGÉTICOS

Neste capítulo apresenta-se o caminho metodológico percorrido no intuito de tentar deflagrar como são construídas as associações cognitivas que os analfabetos estabelecem para decodificar o espaço construído. Vale a pena elucidar novamente que esta abordagem focará a percepção espacial da paisagem via os trajetos delineados pela morfologia urbana. Destarte, assume-se que as relações que estão em discussão, responsáveis por tal construção, são as aludidas por Piaget e Inhelder (1989) em forma das conotações projetivas e euclidianas.

A partir do panorama conceitual construído, nos capítulos prévios, foi possível inferir que o conhecimento do mundo real não é um produto imediato, como as concepções empiristas supõem, e sim fruto de aproximações graduais mediatizadas por modelos abstratos. Embora estas aproximações nem sempre sejam estáveis, são a única forma de conhecimento do mundo, e como tais suportam as relações existentes nas ações dos seres humanos, em especial, as perceptivas.

Desta perspectiva, buscam-se desvendar quais são processos diretos e subjacentes que permeiam o desenvolvimento cognitivo dos analfabetos na interpretação da espacialidade do centro de São Paulo. Mas, antes de explicitar o percurso metodológico proposto é necessário trazer à tona porque é primordial o estudo com este escopo nesta cidade e com um grupo específico de analfabetos que tradicionalmente estão marginalizados.

São Paulo com todas suas conotações é fiel representante da estrutura urbana brasileira, ostentada por conglomerados de tradição lusófona e hispânica. As principais feições que compartilham os dois arquétipos são: a multifuncionalidade de usos que funciona de modo sincrônico à estrutura morfológica; a existência de um equacionamento entre os quarteirões compactos e disposição de áreas livres e calçadas; o convívio das circulações dos pedestres e veículos é proeminente para alavancar a urbanidade do espaço. Assim, são conjunções que permitem que o espaço não funcione às avessas da condição relacional dos núcleos urbanos.

Não obstante, do ponto de vista da escala seja um núcleo metropolitano *sui generis*, a capital paulistana congrega atributos configuracionais que são convergentes com alguns aspectos de tradição lusitana. Este rol de características está mais sedimentado no que diz respeito ao enraizamento de certos tipos de ocupação espacial mais voltada para a utilização do espaço público e suas relações com a paisagem urbana, cujo princípio primordial é a integração e o encontro das pessoas.

Acrescenta-se que no espaço central é inerente a característica de uso exaustivo não apenas do calçamento, mas também das áreas abertas maiores, a exemplo das praças. Esta situação sugere que diversas pessoas, incondicionalmente de gênero, raça, classe social, crença religiosa, etc. interagem de modo regular em dias e momentos defasados. Provavelmente, estas circunstâncias sejam tangíveis em outros locais, contudo a singularidade reside em que São Paulo aglutina pessoas migrantes de todo o Brasil que fixaram residência na cidade e também uma miríade de visitantes eventuais, tais como os turistas.

Isto é, de modo célere a cidade perpassou o raio de influência local e regional para tornar-se incontestavelmente num polo nacional copiosamente ocupado. Não seria casual se na atualidade esta ascensão possa ter irradiado até outros, países ou continentes. Esta última assertiva ganha substância de modo paulatino se considerarmos a mediação dos processos globalizatórios que foram abordados anteriormente no capítulo dois.

Adicionalmente, a esta característica com viés demográfico não é possível esquecer que a população de analfabetos, como referenciado no capítulo três é um grupo de pessoas que vivem uma segregação sócio-espacial histórica. Embora nos últimos anos seja observável um recuo e diversos esforços para reverter esta condição ela continua preclara. Segundo os últimos dados do IBGE na cidade de São Paulo persiste o índice de analfabetização que oscila perto dos 4,5% (BRASIL, 2012).

A partir, do sucinto quadro apresentado se percebe a importância de adotar como objeto de estudo o centro de São Paulo pela representatividade espacial e a população analfabeta como expressão de descaso justamente na maior cidade Brasileira. Com certeza esta parcela de população já criou elos afetivos com esta espacialidade. Assim,

este estudo propende não apenas mergulhar em variáveis idiossincráticas, mas nas estruturas profundas do entendimento espacial que nos direcionem pelas trilhas da valorização e salvaguarda do patrimônio cultural desta região. (BETTANINI, 1982).

4.1 Centro de São Paulo: sucinta cronologia e a configuração atual

Tendo claros estes preceitos é fundamental compreender as feições físicas e geohistóricas do centro da cidade. A área de São Paulo que hoje é denominada o centro, originário do século XVI, esteve balizada por triângulos concêntricos a um núcleo constante. O primeiro foi delimitado pelos rios Anhangabaú e Tamanduateí que atravessavam a região, o segundo corresponde ao setor circunscrito pelos monastérios de São Francisco, São Bento e do Carmo. E, finalmente, o terceiro pelas ruas Direita, São Bento e XV de Novembro (TOLEDO 1983; BRUAND, 2002). Esta matriz configurativa consolidou-se no decorrer das primeiras seis décadas do século XX graças à participação de recursos advindos das esferas públicas e privadas.

Entretanto, como a maioria dos conjuntos urbanos, São Paulo sofreu inúmeras transformações cuja contextualização cronológica mais pontual é pertinente visando o entendimento do atual estágio da cidade. A área objeto de estudo desta tese corresponde ao centro antigo e está inserida na Zona de Centralidade Polar b estabelecida pela Prefeitura da Cidade de São Paulo. (SÃO PAULO, 2008). A partir de Reis Filho (2004); Toledo (1983) e Frúgoli Jr. (2000), os períodos mais proeminentes da cidade, face ao crescimento urbano, estão enclausurados no início do século XX e sua prolongação até a atualidade, a seguir são destacadas suas principais propriedades:

Até 1930, a cidade de São Paulo enriqueceu e prosperou em função dos royalties advindos da produção cafeeira. A metrópole recebeu influências arquitetônicas exógenas e foi permeada pelo urbanismo eclético de finais do século XIX. De modo sistemático substituem-se os laços coloniais, que continuavam vigentes em São Paulo.

Na década de 1930, o engenheiro Prestes Maia elaborou um plano de avenidas, que anulou quarteirões e que ficaram sobrepostas às ruas coloniais, que embelezou e mudou por completo o perfil da cidade. De 1930 até 1960, o modelo de arranha-céus e grandes avenidas, oriundos da América do Norte, foi tomado como principal referência para a leitura de muitos autores “atualizar” a cidade.

De 1960 até 1990, em função da explosão demográfica e migrações, se registra a inédita e rápida expansão da malha metropolitana de São Paulo. Esta situação, num contexto urbano saturado provoca a geração automática de novas centralidades que, ao mesmo tempo, que competem entre si subsidiam funcionalmente o sedimentado centro original da capital.

A partir de 1990, é possível registrar um movimento no ensejo de equacionar a ostensiva hostilização do patrimônio do meio ambiente rural e urbano. Além disso, é evidente o surgimento de outros núcleos centrais alternativos. Porém, não existem sinais de retrocessos com relação à extensiva globalização edilícia e suas feições comerciais, que finalmente são os responsáveis pela polarização e percepção fragmentada do espaço.

Além destes aspectos é necessário discernir que, na atualidade, o centro de São Paulo está constituído por dois centros ligados umbilicalmente pelo Viaduto do Chá: um antigo, que está em harmonia com o triângulo histórico e um novo. O primeiro possui tradição mais eurocentrista, e o centro mais recente é regido pelas feições aparelhadas ao ideário das vanguardas modernistas da arquitetura norte-americana. (REIS FILHO, 2004).

Esta aparente divisão é ambígua e relutante, pois os centros convivem prática e visualmente fundidos, mas sua compreensão é indispensável, pois permite ponderar a gestação do processo unilateral de influência do centro novo sobre as áreas do tradicional triângulo histórico central e suas regiões adjacentes. Em certo sentido, é o advento do que pode ser catalogado como o irreversível quadro de fragmentação espacial iniciado nos anos de 1930 graças à verticalização do centro de São Paulo.

Por outra parte, na década de 1970, vale a pena frisar a mudança paradigmática provocada pela pedestrenização de várias ruas do centro. A gestão do Prefeito Olavo Setubal promoveu a construção dos calçadões no centro. Esta iniciativa foi concluída por volta do ano de 1976 cujo teor inicial foi confrontar a desvalorização e degradação do centro, que na prática visava também resguardar e garantir o fácil deslocamento dos transeuntes entre as recém-inauguradas estações do metrô via restrição da circulação de veículos automotores. (LEME, 2000; BRUAND, 2002).

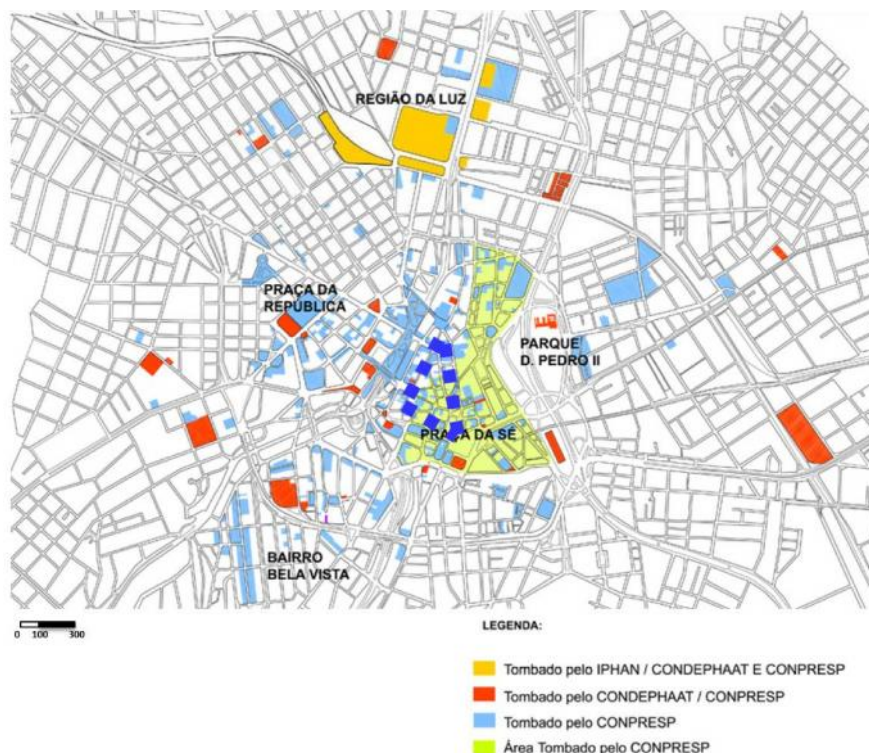
Este tratamento é bastante controverso, inclusive na atualidade, pois a inibição intencional do aparente “embate” carro *versus* pedestre em certos períodos do dia no

espaço contemporâneo está alinhado à abnegação da única vertente de possível segurança fornecida pela circulação de olhares “em movimento” dos veículos. Isto é, nesses períodos é certamente mais aconselhável atribuir este papel de controle a um dos protagonistas da atividade urbana do que estar sujeito à mercê da imprevisibilidade.

Este conciso cenário permite estabelecer que o Centro foi perpassado por eloquentes transformações morfológicas em menos de um século, sobretudo no que tange às escalas: pontual (arquitetônica) e global (urbana). Salienta-se a existência de duas feições relevantes. A primeira é que, não obstante, o fugaz período de desenvolvimento da cidade em curto tempo, ainda é possível verificar o comparecimento de diversas mostras pontuais de patrimônio edificado.

Em segundo lugar, cabe destacar que ao rebater estas edificações, tombadas pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONCRESP) e Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) (Mapa 1), com significado histórico à centralidade pode-se inferir que a congregação humana no centro da cidade prevaleceu sem conseguir o desvencilhamento histórico de seu cerne principal.

Mapa 1 - Mapeamento das áreas e edifícios tombados no centro de São Paulo

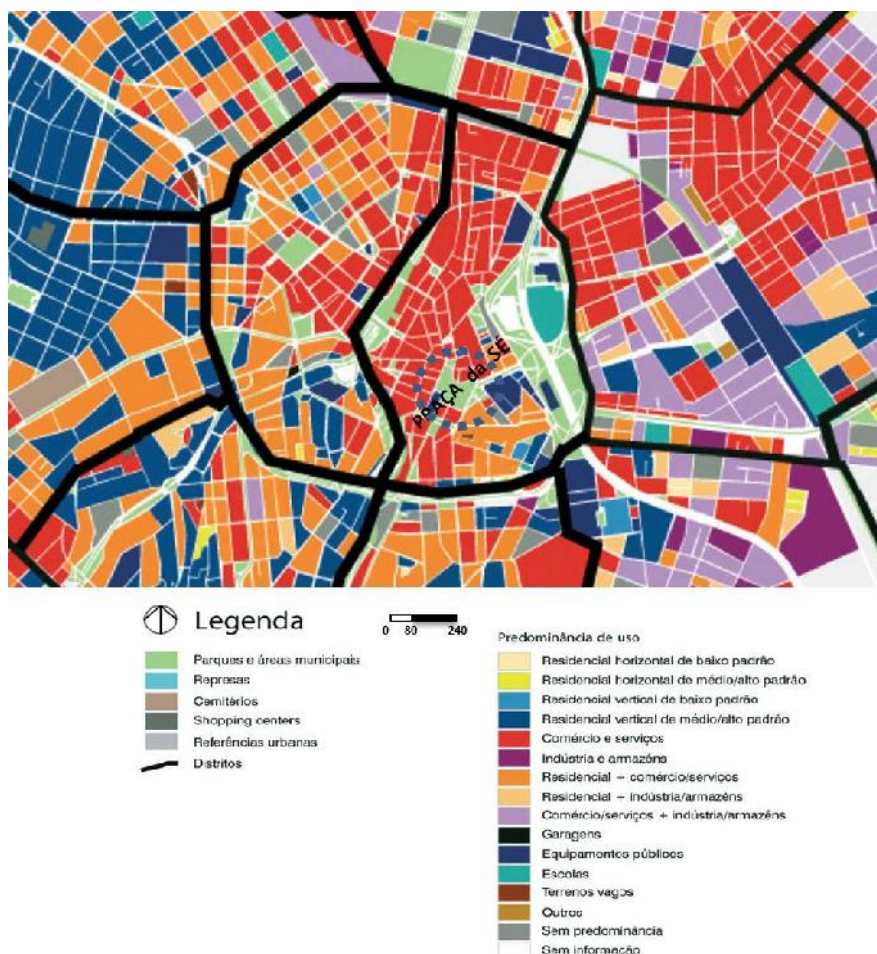


Fonte: De OLIVEIRA (2008).

A convergência cultural e funcional denota o grande valor que a área central de São Paulo possui no imaginário dos habitantes. Contudo, dadas as relatadas tergiversações perceptivas do espaço central é imperativo elaborar uma descrição geral da constituição atual do centro objeto de estudo.

Do ponto de vista dos modos de usos do solo (Mapa 2), os bairros centrais possuem uma série de feições e relações morfológicas próprias dos centros urbanos tradicionais. Pelo geral, nas quadras convivem as funções comerciais, de serviço, institucionais (museus, escolas, legislativas, etc.) e habitacional. A grande ressalva é que as três primeiras possuem um destaque expressivo e que a ocupação residencial é inversamente proporcional aos outros usos. Destaca-se que a concentração de moradia é mais acentuada e de modo mais uniforme na área perimetral dos triângulos do centro de São Paulo. Pela incipiente interação de atividades nas ruas centrais se desenha uma conotação de abandono em múltiplos períodos do dia.

Mapa 2 - Uso e ocupação do solo do centro de São Paulo



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Rendas Imobiliárias (SP). Censo demográfico (2000).

O tipo de comércio identificado na região central está mais voltado para vestuário, eletrodomésticos, farmácia, bar/lanchonete, etc. Outros tipos de usos comerciais comparecem de modo mais rarefeito e com pouca expressividade. As atividades comerciais, de serviço e institucionais funcionam de forma sincrônica, entretanto a incipiência residencial inibe a classificação espacial multifuncional integralmente. Vale a pena enfatizar que existem poucos lotes vazios e, que nos lotes maiores, incidiu um processo de remembramento que possibilitou a construção de edifícios com gabaritos expressivos.

A configuração das quadras da área escolhida aponta para uma estrutura de quarteirão compacto e, ao mesmo tempo, de forma irregular. Isto é, o modelo não corresponde a uma estrutura permeável que possibilite sua circulação transversal. Além disso, existe uma correspondência proporcional entre o tamanho dos lotes e das edificações. Quanto à forma do quarteirão não é ortogonal, nada semelhante ao de tradição romana ou ao oriundo da colonização espanhola, pois possui uma configuração irregular, mais próxima de losangos ou triângulos irregulares modelo espelhado da tradição lusitana.

Como elementos primários estruturadores da imagem no tecido urbano do centro de São Paulo, é nítida a identificação de algumas edificações, a saber: Catedral da Sé, Palácio de Justiça, Pátio do Colégio, Igreja de São Bento, Edifício Martinelli, Edifício Banespa e Faculdade de Direito da USP. Estes funcionam simultaneamente como marcos visuais ou pontos focais, pois possuem relevância formal, funcional e significacional. A maioria destes edifícios pela imagem pregnante são consensualmente identificados por paulistanos e forasteiros.

Num contexto relativamente abrangente os destaques elencados na malha urbana são considerados relativamente numerosos. Na verdade, como já sublinhado, o conjunto atual é o resultado de um híbrido entre duas linguagens sobressalentes. Em alguns setores a estrutura urbana não difere muito morfológicamente, pois o fio condutor que predomina é ora o europeu, ora o americano. A concomitância regular não é óbvia, devido a que os setores edilícios não se encontram delimitados, isto é, não é possível perceber um limiar diáfano que possibilite sua distinção.

Manoel da Nobrega, Largo de São Bento, Praça do Patriarca, Praça Antonio Prado, Largo de São Francisco – com proporções que diferem ostensivamente do tamanho das calçadas, em especial, nos três primeiros espaços.

Destacam-se também outros aspectos, como que existe uma diferenciação marcada entre os espaços para o trânsito de veículos e circulação dos pedestres (pedestrianização). No primeiro caso, as ruas Libero Badaró e Boa Vista possuem um destaque preponderante se comparadas às ruas Rua Riachuelo e Senador Feijó, estas últimas possuem caráter secundário. A rua Benjamim Constant possui uma classificação intermediária com relação às quatro. As duas primeiras ruas somadas à Rua Riachuelo convergem na característica de “fechar” de modo perimetral a área de estudo. Quanto às ruas pedestrianizadas as Ruas Quinze de Novembro, Rua Direita e Rua São Bento possuem notoriedade maior tendo em vista a coincidência com o preponderante uso de solo comercial ou de serviços.

No geral, o relevo do supracitado triângulo histórico é moderadamente plano e nele o plano de biomassa vegetal passa inadvertido nos calçadões e calçadas normais do Centro para se tornar unicamente mais visível nas praças arroladas. Entretanto, na extensão da Praça da Sé e no Largo de São Francisco existe um profuso adensamento vegetativo composto de diversas espécies que contrasta com a ação antrópica das edificações da paisagem do centro de São Paulo.

A análise das alturas das edificações pode ser feita apontando para certa padronização. Esta eventual homogeneidade é mais proeminente em certos setores espalhados ao longo da área delimitada. Neste caso, as alturas que predominam oscilam entre 2 a 35 andares. Em outras áreas, quando a discrepância comparece profusamente, a oscilação do tamanho dos edifícios não é tão forte. Vale a pena salientar que, do ponto de vista perceptivo, as alturas em percursos citadinos; que implicam proximidade aos objetos implantados no espaço (quadras tradicionais), passam para o pedestre, despercebidas.

Todas estas feições morfológico-funcionais, similares e destoantes, permitem reforçar a filiação deste conjunto à pluralidade dos centros tradicionais brasileiros. Salienta-se ainda que o espaço em estudo é pautado pela intensa utilização da rua como

elemento estruturador, em especial nos calçadões herdados no século passado. Este tipo de ocupação é abalado nos períodos noturnos e festivos. O sistema viário foi intencionalmente separado, trazendo tanto profícuos benefícios, quanto graves questionamentos. Acredita-se que este litígio seria resolvido optando pela criação de um modelo mais discricionário de convivência pacífica entre veículo e transeunte.

Por outro lado, é vital enfatizar que no centro está intrínseca a imersão da população forasteira que frequenta esporadicamente esta espacialidade. Esta parcela de pessoas enfrenta um complexo processo de acomodação a condições especiais de cognição, se cogita que é parecido ao sistema da população analfabeta, principalmente, na assimilação do conhecimento das partes de um movimentado centro nos dias de expediente normal para interiorizá-las no repertório individual.

A elaboração desta maneira de apropriação da cidade não constitui um fato isolado, mas recorrente em qualquer indivíduo ou grupo predisposto ao entendimento da cidade para satisfazer suas expectativas topoceptivas. Esta premissa é importante, pois nos envereda pela situação análoga de conhecimento de espaços quando a língua nativa do lugar não é dominada. A situação tende ao agravamento se o idioma original é baseado em ideogramas, símbolos ou possui uma raiz que difere das línguas latinas, excluindo o inglês. Em hipótese, acredita-se que são condições análogas às enfrentadas por um analfabeto e sua decodificação imagética que legitimam seu aprofundamento.

Destarte, esta tese está balizada pelo preceito de que a imagem pública de uma cidade é o produto da superposição de muitas imagens individuais, neste caso da nossa amostra. Isto é, tenta-se examinar como as percepções dos analfabetos no âmbito individual são paulatinamente traduzidas em amarrações coletivas (LYNCH, 1998). A cidade como cenário dinâmico transmite sua composição e significados constantemente e a imagem da paisagem urbana é a catalizadora desses conteúdos.

Evidencia-se que o fio condutor da cognição ambiental, onde a imagem é resultante da assimilação e acomodação contínua, são os dados espaciais. Sua função não é apenas a reprodução mecânica das informações guardadas em nossa memória, mas a recodificação das novas maneiras de conhecimento do ambiente, traduzidas em imagens e nas decorrentes ressignificações da paisagem. Assim, as representações

mentais passam a ser fonte de categorias urbanas marcantes independentes do grupo específico, inclusive da população analfabeta.

A partir dos autores Sitte, Sauer, Cullen e Lynch foi possível inferir que todos mostraram sua preocupação por tentar decodificar a paisagem, seja urbana ou rural. Estes esforços atingiram seu ápice face às pesquisas deste último autor, que mostraram em entrevistas e desenhos como a espontaneidade das respostas e o traço original dos desenhos plasmam o caráter dos lugares. Não obstante Lynch (1998) tenha mostrado o viés excludente das suas pesquisas empíricas, por abnegar a ampliação da amostra, suas contribuições foram precursoras como ideais que forneceram um norte a trabalhos com escopo análogo e podem ser aplicados na nossa análise.

A priori é irrefutável a existência de feições que diferem nas percepções e representações entre pessoas alfabetizadas e outras não alfabetizadas. Desta assertiva é possível aludir que o analfabetismo crie algum tipo de lacuna que têm incidência na orientação e identificação dos lugares. Da mesma forma, não é axiomático afirmar que estar permeado por tais processos torna as operações cognitivas dos indivíduos escolarizados mais complexas. Isto porque, acredita-se que a baliza das experiências perceptivas espaciais são constituídas por imagens mentais. A escolha deste grupo homogêneo de analfabetos como protagonista da pesquisa pressupõe resultados em dois sentidos:

1. Contribuição ao entendimento dos processos subjacentes das representações ambientais derivados da análise da formação do conceito espacial em sujeitos sem subsídio nos processos escolares.
2. Analisar a percepção específica dos analfabetos (mesmo reconhecendo e/ou almejando a transitoriedade desta fase) para possível incorporação de suas aspirações nos processos de planejamento urbano e educação ambiental.

Os dois tópicos elencados admitem, direta ou indiretamente, que os campos da arquitetura, urbanismo e geografia exigem expandir o reconhecimento de espaços urbanos locais, pois o potencial de nosso aparato perceptivo possui certas limitações evidentes no conhecimento da cidade. Se para uma pessoa escolarizada é impossível abranger perceptivamente a configuração das grandes concentrações urbanas esta

situação se exacerba nos analfabetos? Independente da sua condição, ambos os casos sugerem que o sujeito apenas decodifica fragmentos da totalidade e para situar-se num ponto precisa sempre “lembrar” das imagens contextuais. Assim, a grande questão é desvendar se esta evocação imagética é mais forte ou não nos analfabetos.

Lynch (1998) e Cullen (1974) salientam que as expectativas humanas de orientação e identificação espacial são permeadas por uma troca constante de informações de ambientes urbanos. Nesta perspectiva, é complexo identificar e mensurar a verdadeira influência que um ambiente possui sobre outro e vice-versa. Contudo, estes autores teceram certas propriedades espaciais generalizáveis que potencializam a expressão das necessidades de informação espacial, a saber:

1. *ambiente passível de ser entendido*: encontrar relações e poder estabelecer associações para encontrar uma ordem e um sentido dos objetos no espaço.
2. *ambiente com certos graus de novidades*: para incentivar o processo de conhecimento o ambiente deve possuir uma ordem subjacente clara, mas, ao mesmo tempo, ser coerente e misterioso.
3. *ambiente que permita escolhas*: o espaço deve ajudar a recriar a tomada de decisões e ação sobre si.

A somatória desses preceitos alinhados ao arcabouço teórico dos capítulos precedentes permite o estabelecimento de balizas conceituais e um caminho norteador que propenda pela leitura do centro de São Paulo pela população semianalfabeta. A partir deste instante a nossa amostra será denominada mediante esta acepção dado que as pessoas escolhidas não são analfabetas, nem dominam totalmente a escrita e leitura do português. Assim, este estudo apelará a uma abordagem sistemática que será elucidada nos próximos itens.

4.2 Metodologia

A discussão dos processos cognitivos em Piaget (1997) e os gestaltistas está direcionada a diferenciar os papéis da percepção, Lynch (1998) e outros autores enfatizam as questões da imagem mental na apreensão da cidade e Vygotsky (1987), Piaget (1975), e Ferreiro e Teberosky (1989) possibilitam a compreensão geral da

linguagem e desdobramentos dos processos de alfabetização. Acredita-se que o embasamento teórico elucidado fixou as coordenadas da pesquisa empírica focada no desempenho morfológico relacionado às expectativas topoceptivas e níveis projetivo e euclidiano, tendo como amostra sujeitos semianalfabetos moradores em São Paulo.

Esta tese visa interpretar as interfases perceptivas e da imagem mental da cidade. Salienta-se que o nível de apreensão espacial volta-se a três feições na cidade: os elementos isolados, os elementos de organização local e os elementos de organização global. *Grosso modo* estes têm correspondência aos cinco elementos que Lynch (1998) identificou como estruturadores da imagem da cidade. Deixando claras as questões conceituais que alicerçam esta análise é fundamental fornecer as coordenadas do processo de seleção da amostra e em que local específico foram aplicados os testes de percepção.

Em primeiro lugar, é necessário frisar que dada a especificidade da nossa população esta pesquisa se debruçou perante o dilema operacional de como encontrar a amostra. A expectativa de encontrar analfabetos adultos de modo aleatório percorrendo a cidade foi rejeitada, pois seria uma tarefa irresoluta e desmedida, ao mesmo tempo, que em sujeitos com este perfil lábil existe o risco latente de prescrição do vínculo com maior facilidade. Esta premissa nos norteou pela busca destes participantes nos lugares onde eles se concentram. Isto é, nas instituições responsáveis pela sua formação.

Desta maneira, os primeiros contatos foram estabelecidos junto aos centros de Educação de Jovens e Adultos (EJAS) e ao Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA)²⁵, núcleos criados para equacionar a defasagem do analfabetismo. Depois de uma avaliação preliminar, optou-se pelos EJAS, devido a que, de algum modo, seu modelo está permeado pela “ritualização” da educação num estabelecimento do governo²⁶. Ou seja, os cursos são oficiais, a frequência é maior e estão mais enquadrados na formalidade dos parâmetros educativos. Segundo os professores, a

²⁵ MOVA: São grupos sociais organizados ou instituições religiosas que em parceria com a Prefeitura de São Paulo desenvolvem projetos de alfabetização que se espelham nos preceitos da metodologia de Paulo Freire. Neste caso as conversas foram mantidas com o Centro Comunitário da Criança e do Adolescente (Liberdade).

²⁶ Se a aplicação nos EJAs por algum motivo ficasse inviabilizada cogitou-se a possibilidade de apelar para outra vertente. Esta seria tentar selecionar a amostra nos cortiços da região central de São Paulo. Estes lugares foram apontados pelas coordenadoras das escolas como os atuais locais de moradia de pessoas analfabetas da escola ou de indivíduos que já frequentaram e depois desistiram dos cursos.

cobrança nos devidos moldes pedagógicos e a inserção mais ortodoxa inibem a desistência e evasão escolar dos estudantes.

Na conversa com as professoras coordenadoras constataram-se de forma enfática dois impasses: a previsível dificuldade de reunião com os estudantes que frequentam as aulas de alfabetização e a inexistência de analfabetos “puros”²⁷. Quanto à congregação destes alunos foi informado que a maioria das vezes estes não tem disposição irrestrita quanto a tempo, devido a que seus horários de expediente coincidem com as prováveis datas de aplicação das tarefas propostas.

Tendo em vista este entrave inicial de aplicação em dias e horários tradicionais descartou-se também a aplicação dos testes em períodos noturnos, porque estão na contramão dos preceitos iniciais desta pesquisa. Deste modo, foi proposto que as tarefas pudessem ser aplicadas nos períodos menos conflitantes para a amostra, isto é, aos sábados ou domingos nos períodos diurnos.

Estas circunstâncias sacudiram parcialmente o pressuposto inicial de que a investigação poderia ter um escopo quantitativo e qualitativo de forma simultânea. Neste momento, assumiu-se que o estudo em andamento não poderia descuidar esta adversidade operacional e decidiu-se que a nossa análise ao invés de possuir uma abordagem dedutiva ou mais mista deveria ter um viés exclusivamente do particular em direção ao geral. (DEMO, 1992).

A inviabilidade explanada enveredou esta tese pelo estudo das noções qualitativas por serem condizentes aos objetivos propostos para avaliar as configurações e verificar como as expectativas sociais de orientação e identificação são atendidas. Acredita-se que, independente do tamanho da amostra, este estudo pode sugerir certos dados para traçar diretrizes urbanísticas e de educação ambiental. Não é menos relevante asseverar que se visou pela construção de um método aplicável a estudos similares em outros contextos.

²⁷ Encontrar analfabetos e iletrados “puros” seria quimérico e do ponto de vista prático inviável. Acredita-se que o purismo deste grupo homogêneo apenas seria achado em lugares recônditos do interior. Mas esta nova circunstância, de pessoas na área rural inseridos num complexo urbano, traria outra série de questionamentos que neste momento para esta pesquisa não encontram ressonância.

Entretanto, *per se* a conjuntura do tamanho amostral não resultou numa profunda preocupação, devido a que podem ser referenciados vários trabalhos que aduzindo problemas correlatos deste gênero se debruçaram em análises qualitativas. Isto não é um mero formalismo, Bosi (1994) constatou que a validade conceitual de trabalhos com esta concepção é semelhante aos conformados com grandes amostras.

O debate entre os pontos de vista diametralmente opostos se acirra em decorrência de que os métodos quantitativos acreditam que seus trabalhos possuem um desdobramento mais aprimorado face às possíveis generalizações estabelecidas. Em contraposição, as abordagens qualitativas podem ser entendidas, em primeiro lugar, com um enfoque mais indutivo, ou seja, sua compreensão está atrelada à interpretação significacional que os participantes têm sobre o objeto de estudo e suas vidas (BAUER; GASKELL, 2002; MARCONI; LAKATOS, 1999).

De modo geral, o cerne dos estudos qualitativos é a sondagem profunda de modo espontâneo de diversos aspectos subjetivos levantados a partir do discurso dos participantes, neste caso dos analfabetos (BAUER; GASKELL, 2002). Sentencia-se que o papel do pesquisador vai além do caráter descritivo, pois diz respeito à tentativa de mergulhar no entendimento da padronização e decodificação de algumas das nuances mais proeminentes reveladas pelos indivíduos sobre as informações espaciais do seu repertório.

4.2.1 Recorte Espacial do centro de São Paulo

Explicitada a baliza conceitual, para tornar mais compreensível a leitura local do Centro de São Paulo, optou-se pelo estabelecimento de um recorte espacial que mostre nitidamente a relação: tríplice moradia, escola e área objeto de estudo. Na atualidade nesta região existem duas escolas públicas: Escola Municipal Duque de Caxias (bairro da Liberdade) e Escola Estadual Caetano de Campos (Consolação) que permitem atingir este preceito. Esta localização privilegia o local de moradia das pessoas selecionadas, próximas da escola, inibindo relativamente grandes deslocamentos para os encontros e aplicação dos testes. Existe a vantagem adicional de testar como a familiaridade espacial (percurso da escola até a casa, imagem do espaço doméstico, etc.) é construída.

É preciso elucidar que, a pesquisa em definitiva, mesmo tendo duas opções, dirimiu esta ocorrência escolhendo unicamente a Escola Municipal Duque de Caxias. Esta situação surgiu em decorrência de problemas operacionais (pouca disponibilidade dos diretivos da Escola) e, em especial, devido a que a distância entre a Escola Caetano de Campos e o Centro é mais expressiva. Assim, admitiu-se que, em hipótese, seus alunos visitassem com menor frequência o centro histórico de São Paulo.

Assim, em consideração a sua proeminência o setor de análise abrange a área correspondente ao triângulo histórico tradicional da cidade anexando uma pequena área de expansão no sentido sudoeste (Mapa 4). Este “esticamento” provisório é pertinente, pois permite a análise de uma área com condições morfológicas contíguas, mas que ao mesmo tempo, evidencia certos atritos com alguns recantos com localização privilegiada que são “invisíveis” aos olhos até das pessoas que frequentam e conhecem a região central de São Paulo.

Mapa 4 - Área objeto de estudo e localização de duas Escolas Públicas que possuem EJA.



Fonte: Adaptado por Jairo Bastidas a partir do *software* livre *GMapCatcher*, em jan. 2013.

O motivo desta incorporação é essencial devido a que esta análise pretende desvendar o caráter imagético dos edifícios mais pregnantes da região central como um conjunto coeso. Contudo, sem desconsiderar que algumas feições de certos lugares, não

estão profusamente difundidas e, portanto podem, teoricamente, possuir força imagética passível de aprofundamento em face de sua contiguidade com os quarteirões onde estão os marcos visuais (*landmarks*).

A priori a área recortada corresponde a uma delimitação a partir da significação na malha urbana de São Paulo, tendo como pano de fundo os elementos lynchianos que são condizentes à maioria das edificações edilícias tombadas no centro. Contudo, é impossível negligenciar que além dos atributos advindos do escopo histórico foi contemplado o papel da experimentação espacial da amostra. Segundo Buttimer (1982) cada grupo e pessoas individualmente criam suas referências singulares em diversas escalas, do espaço doméstico ao territorial.

Nestas circunstâncias comparece a ideia de intersubjetividade na relação dialógica entre os indivíduos e o meio urbano. Este é considerado um processo flexível que tenta estabelecer o liame entre a pessoa e a subjetividade que paira na realidade espacial da pessoa, sempre atrelada aos significados, valores e experiências idiossincráticas (BUTTIMER, 1982). Neste caso, é interessante constatar se na vivência da amostra se explicita um rebatimento dos interesses criados pelo coletivo ou se o grupo analisado ergueu suas próprias construções visando o entendimento da paisagem.

Acredita-se que neste cenário, mesmo permeado pela convergência entre os locais de moradia dos participantes, no centro ou nas áreas adjacentes, e uma escola municipal escolhida não é cartesiano elucubrar que o convívio diário com feições próximas garante a plena percepção e conhecimento dos lugares. Esta situação é fatível com nossa amostra e estima-se que os semianalfabetos, direta ou indiretamente, devem estar cientes de que diversos lugares são de tênue ou nenhum registro visual, em contraposição à área dos seus locais privativos de moradia.

4.2.2 Caracterização da amostra

Superado o ofuscamento embrionário do método, o critério para seleção do grupo se inclinou pelos adultos semianalfabetos que frequentam o EJA (E. M. Duque de Caxias), tenham disponibilidade de participação e, sobretudo, sejam usuários constantes

dos espaços livres, em especial, as calçadas e praças. De forma direta deve ser explicitado aos participantes que o estudo demanda tempo considerável no trabalho de campo, pois a utilização de instrumentos como: comentários verbais, maquetes e desenhos denotam funções complexas e pouco exercitadas pela população semianalfabeta. Igualmente, é necessário advertir que aspectos operacionais da pesquisa serão exíguos, sem infraestrutura de apoio, nem ajuda de estagiários.

Por motivos operacionais a amostra foi delineada pela composição de cinco pessoas. Alerta-se que em todo grupo homogêneo pré-existem intrínsecas características singulares e diferenças entre os sujeitos, ou seja, está descartada a possibilidade de uniformidade total, isto é, é irreal a existência de amostra ideal. A escolha dos sujeitos é relativamente randômica, em especial, desconsiderando etnia, orientação política e religiosa etc.

Entretanto, dentre os sujeitos tentou-se uma representatividade de uma amostra multifacetada do ponto de vista das faixas etárias e do gênero. Acredita-se que esta situação é desejável, devido a que as percepções por idades e gênero não são idênticas. Deste modo, seria possível evidenciar várias nuances, fracas e contrastantes, de visões de mundo diversas. Porém, negligenciou-se a admissão de idosos de mais de 65 anos, em face de sua dificuldade de deslocamentos e patologias eventuais associadas à memória.

A priori deve-se realçar o reconhecimento de outros aspectos na escolha do universo. Segundo as professoras do EJA, além das condicionantes naturais, já elencadas, neste universo de alunos existe a incidência de problemas vinculados às drogas, alcoolismo, deficiências intelectuais, entre outros. Admite-se que pelo recorte inicial desta tese estas adversidades foram declinadas em prol de uma generalização mais abrangente a partir das variáveis mais expressivas.

Do mesmo modo, foi previsto que os voluntários possam gravitar em estágios diferenciados com relação a vários aspectos. Por exemplo, o aproveitamento escolar, influência do ambiente doméstico original, sendo corriqueiras, também, eventuais desigualdades composicionais que refletem estádios descompassados do

desenvolvimento de uma habilidade. Estas barreiras foram enfrentadas sublinhando as similaridades ao invés das circunstâncias que polarizam o grupo.

Por outra parte, é irrevogável afirmar que de acordo com as professoras dos cursos de alfabetização, o perfil dos alunos que frequentam as aulas corresponde ao estudante que na maioria das vezes foi obrigado à evasão do processo alfabetizatório por infindável quantidade de motivos (instabilidade laboral dos familiares, afastamento dos centros escolares, os parentes achavam desnecessário apreender, violência intrafamiliar, etc.).

Dada essa condição nas turmas ingressantes não é possível identificar uma turma homogênea quanto aos supramencionados processos de alfabetização. Pelo geral, na sala de aula os casos de analfabetos “puros” são incipientes e, na verdade, há um espectro variado de pessoas parcialmente alfabetizadas, sendo diferentes de uma para outra turma. O procedimento das professoras é sempre a aplicação de algumas provas; no início do ano escolar, no intuito de atentar pela classificação geral dos conhecimentos dos alunos.

Destarte, as docentes responsáveis pela capacitação conseguem determinar se as pessoas são analfabetas, pré-silábicas, silábicas ou alfabetizadas. Em termos escolares do Município esta classificação é um pouco inócua, tendo em vista que a escola possui uma única turma de EJA e todos os alunos, independente do nível, interagem no mesmo espaço. Deste modo, as aulas ministradas de alfabetização devem equacionar simultaneamente todas as defasagens descobertas.

Entretanto, para nossa pesquisa a classificação a partir de Ferreiro e Teberosky (1989), explicada no capítulo de alfabetização, é transcendental, pois abre a possibilidade de contrastar a percepção espacial de diferentes sujeitos com conhecimentos alfabetizatórios em patamares dissímeis. Em hipótese, esta situação fixa indivíduos de controle e fornece bases para explicitar a afetação gradual dos processos de alfabetização na construção imagética da cidade de São Paulo.

Adverte-se que uma situação idealizada perpassaria pela identificação e acompanhamento de uma pessoa analfabeta desde sua inserção no sistema da escola até

o momento final do processo. Contudo, como foi anteriormente elucidado, este preceito por diversas circunstâncias é inexequível. Vale a pena contra-argumentar que se abdicou na tentativa de identificação de certas variações proeminentes presentes nos quatro tipos de pessoas analfabetas. Isto é, numa turma o número de pessoas é compatível aos infindáveis subgrupos achados nos tipos de analfabetos.

Não é menos importante mencionar que também existe uma classificação correlata quanto ao letramento de indivíduos. Nesta perspectiva, é possível afirmar que a pesquisa, se detectada uma pessoa letrada, esteve preparada para sua inclusão nos três tipos de letramento (básico, intermediário, alto). Isto enveredou o estudo pela análise de mais uma variável no sentido de ampliar a decodificação do surgimento da compreensão espacial dos semianalfabetos.

As feições precedentes permitem delinear uma amostra moderadamente similar. Contudo, as características de cada indivíduo estão permeadas pela interação com seus pares, pois estes sujeitos não vivem isolados. Assume-se que os analfabetos adultos pertencem a um núcleo familiar estável e possuem residência fixa assim a pesquisa visará o levantamento de algumas das informações demográficas, especialmente voltadas aos processos educativos. O interesse é desvendar como seus parentes ou amigos e seus conhecimentos alavancam a vida espacial dos participantes da pesquisa.

Finalmente, enfatiza-se que seria inusitado que os participantes tenham tido acesso a treinamento urbanístico ou prática similar ou ainda conheçam testes correlatos. Para evadir esta situação foi conferido no início do diálogo se eles se inserem em alguma destas categorias. Igualmente, deve-se considerar que se o trabalho está focado nos analfabetos adultos assumiu-se que a integralidade dos integrantes da nossa amostra ultrapassou o estágio piagetiano formal operatório. Isto é, seu raciocínio lhes permite lidar com operações de raciocínio lógico com certa complexidade; permeadas pela reversibilidade do pensamento, dentro destas é possível elencar: responder dissertativamente algumas questões e elaborar tarefas manuais com o subsidio preliminar das representações euclidianas e projetivas. Justamente estes instrumentos serão os tópicos ulteriores.

4.2.3 Instrumentos

Até este momento foram explanadas as questões relativas à percepção e imagem da cidade, estudos que a seu despeito, alguns autores construíram, ao se debruçarem sobre esta temática. Sequencialmente, também se abordou como a globalização tornou a imagem da cidade menos legível e fragmentada e no capítulo três quais são os desdobramentos das questões linguística e espacial na visão peculiar dos analfabetos. Para encerramento deste capítulo é indispensável discorrer sobre como é possível aferir em termos concretos a imagem da cidade.

Para abordar esta questão é necessário refletir que segundo Appleyard²⁸ (s.d.), existe uma classificação de três grupos de percepções que possibilitam a apreensão das paisagens citadinas, a saber:

- *Percepção operativa*: diz respeito aos recursos utilizados quando os sujeitos estão cientes de que seus deslocamentos estão balizados por marcos referenciais espalhados pelas cidades. Esta percepção alinhada à percepção do dia-a-dia, sendo que ficam excluídos os processos de conhecimento espacial fortuito. Por suas características abrangentes este modelo de percepção baliza a vida da maioria dos sujeitos, sendo sua âncora com a realidade são os detalhes globais e pontuais de certas construções.
- *Percepção de resposta*: neste tipo de percepção as imagens da cidade comparecem associadas a traços marcantes e/ou pouco convencionais com a finalidade de atingir os processos cognitivos imediatos. Pelo geral, são destaques por quebrarem a homogeneidade sendo a maioria das vezes isoladas e chamativas. Esta última característica permite que o observador os perceba de forma rápida por serem contrastantes. Um apelo constante na interferência dos processos perceptivos desta categoria é a utilização de cores fortes ou disposições morfológicas sui generis.
- *Percepção por dedução*: este padrão perceptivo está alicerçado em certo conhecimento espacial pregresso e como seu nome indica é dedutivo por essência. Seu funcionamento está atrelado às repostas que surgiram em situações análogas. Acredita-se que funciona a partir do estabelecimento de parâmetros comparativos entre cidades conhecidas ou características indiretas recolhidas por outros meios (imagens em revistas, livros, televisão, internet, etc.). Assim, estas estruturas

²⁸ Este autor fez parte da equipe de Kevin Lynch e publicou vários textos científicos com escopo análogo ao de seu mestre, isto é, voltado aos aspectos perceptivos e planejamento das cidades.

configuracionais comuns entre as cidades permitem inferir em hipótese a orientação adequada em lugares desconhecidos apelando a outros contextos.

Embora a primeira classificação perceptiva seja a mais frequentemente utilizada no dia a dia na vida dos indivíduos é possível asseverar que todas estão em constante ação e seu funcionamento, em certos eventos, é de modo sincrônico. Não é possível afirmar, por exemplo, que o cérebro simplesmente negligencia o funcionamento de uma destas percepções, pois face à necessidade e escolha funcional, atuam para subsidiar as expectativas de orientação e identificação espacial. Pela universalidade desta classificação, vale a pena ponderar que estes princípios tem validade para a maioria das situações e populações. Isto é, se acreditamos que a percepção está balizada pelas sensações coletadas de uma espacialidade, é menosprezível se o sujeito possui ou não o ferramental cognitivo que diferencia as pessoas alfabetizadas das analfabetas.

Utilizando como fio condutor esta assertiva esclarece-se que os indicadores da imagem urbana conhecidos na atualidade são inferidos por métodos empíricos que envolvem a participação representativa de usuários dos lugares estudados, submetidos a questionamentos e construções sobre o espaço percebido. Geralmente são utilizados: mapas mentais, perfis de polaridade e escalas de diferencial semântico, assim definidos por Kohlsdorf (1996).

Neste ponto, para melhor compreensão serão elucidados os conceitos gerais dos quatro instrumentos elencados e a seguir descreveram-se que tarefas específicas (inseridas ou não nos instrumentos) foram aplicadas e auxiliam de forma mais abrangente a pesquisa imagética do centro de São Paulo.

4.2.3.1 Mapas mentais

Principal instrumento adotado por Lynch (1998) para chegar aos cinco elementos da imagem urbana, são também conhecidos por mapas cognitivos e se constituem em representação hipotética pessoal a partir da composição de um entorno familiar, partindo da experimentação direta ou indireta no espaço. Este modelo de representação é uma construção para as pessoas adquirirem, codificarem, armazenarem,

memorizarem e manipularem as informações sobre a natureza do entorno. (OLIVEIRA, 1978).

Os mapas mentais são construções imagéticas de espacialidades conhecidas elaboradas por sujeitos histórico-sociais. Estes mapas em forma de desenhos bidimensionais explicitam representações sintetizadas e integradas da apreensão espacial e reúnem inclusive feições simbólicas que está sendo percebido (SEEMANN, 2003). Vale a pena ressaltar que existem os mapas tridimensionais, que são mais complexos e de mais fácil decodificação.

Contudo, é paradoxal que apesar da imersão na primeira parte do século XXI, com um arsenal tecnológico forte, os estudos relacionados à leitura desta ferramenta “trivial” são ainda inconclusivos. Estas controvérsias são decorrentes porque os mapas estão restritos à interpretação particular do pesquisador. Vale a pena elucidar que uma avaliação é melhor se efetivada por pesquisadores precedidos de um arcabouço teórico imagético sedimentado.

Não obstante a condição de subjetividade de interpretação transcenda até hoje, os mapas são um dos instrumentos conhecidos para o entendimento das interpretações perceptivas individuais ou grupais, ou seja, tentar que os participantes de uma experiência tomem consciência da sua decodificação. Sua universalidade está atrelada a que, geralmente, esta representação prescinde de questões compositivas primárias associadas às proporções e escala, buscando o entendimento da prolixa quantidade de signos dos sujeitos.

É relevante enfatizar que os mapas mentais ao invés de ser meros instrumentos cartográficos revelam intenções, sentimentos, pensamentos, etc., tanto no campo real quanto no plano da imaginação. (OLIVEIRA, 1978). Deste ponto de vista se erguem como representações de comunicação de pensamentos passíveis de interpretação para melhoria da qualidade ambiental do espaço ou processos correlatos, conforme Seemann (2003). Dentre estes últimos estão embutidas as ações de Educação Ambiental no sentido de possibilitar que os integrantes da sociedade construam valores, habilidades, atitudes e competências *proativas* e *proambientais* visando a conservação da paisagem urbana. Esta condição alavanca o desenvolvimento da apreensão dos lugares citadinos

visando sua valoração e salvaguarda (GUIMARÃES, 2007; LIMA-GUIMARÃES, 2011).

As informações dos mapas mentais se referem aos atributos e localizações relativas dos indivíduos e os objetos do meio, e se convertem em essenciais nos processos adaptativos e de tomada de decisões espaciais. Os mapas mentais se desenvolvem dependendo de como sejam os procedimentos de seleção, codificação e avaliação das informações percebidas. Resistem ao esquecimento, embora possam sofrer desgastes se a pessoa não interage com a situação abordada constantemente, e contribuem ainda para gerar sensações de segurança emocional.

De acordo com Kohlsdorf (1996), existem diversas técnicas gráficas para mergulhar na busca dos conteúdos dos mapas mentais:

1. *Desenhos*: é a técnica mais propagada, embora criticada, porque se vincula a capacidades particulares de representação, como destrezas gráficas e familiaridade com representações topográficas.
2. *Maquetes*: é a mais difundida quando trabalhamos com crianças, devido às limitações de representação abstrata do espaço, por ser mais acessível e fortemente apoiada no sentido lúdico. Neste sentido, é possível sua utilização com pessoas com escassas habilidades representativas como os semianalfabetos.
3. *Reconhecimento de imagens*: técnica de simulação que consiste em apresentar aos indivíduos um conjunto de imagens para seu reconhecimento e avaliação, está associado aos estudos de legibilidade de certo elemento urbano.
4. *Estimação de distâncias*: solicita-se às pessoas que avaliem as distâncias entre dois pontos da cidade, e analisa-se o número de erros e distorções que expliquem a correspondência entre a geometria euclidiana e a representação espacial.
5. *Questionários e entrevistas*: por intermédio do diálogo interpessoal, constata-se a validade das representações bidimensionais e tridimensionais. Dirigem-se questões para distinguir instrumentos de análise que propiciem a mediação com o referencial imagético dos lugares através das condições de orientação e identificação.
6. *Lista de lugares*: é um procedimento complementar ao anterior e se baseia numa lista detalhada de lugares ou elementos espaciais referenciáveis do espaço. Embora se dispense a

configuração espacial do mapa, se ganha rapidez e, os resultados de frequência de aparição dos diferentes elementos do mapa mental não sofrem alterações se comparados com outras técnicas.

Para compor a imagem de uma cidade, se observam e analisam as coincidências nas interpretações individuais das pessoas envolvidas no estudo. Recolhida esta informação, elabora-se uma comparação com um levantamento cartográfico real que pondere a sobreposição das duas informações para assinalar as similaridades que apresentam, no intuito de descobrir a intensidade da imagem da cidade pesquisada.

Embora os mapas mentais se limitem a descrever as relações entre entrevistados e a imagem dos lugares é possível utilizá-los para levantar representações espaciais do ponto de vista de diversas populações, visando apreender diferentes formas de acesso à cidade. Assim, este instrumento permanece proficiente para analisar a imagem urbana, especialmente por sua versatilidade.

4.2.3.2 Perfis de polaridade

Esta técnica conjuga diversas visões de pessoas ou grupos definidos com características específicas (faixas etárias, nível sociocultural, etc.), sobre situações particulares, permitindo comparar suas opiniões de lugares previamente percebidos, ou a visão comum de um grupo a respeito de distintos espaços. (KOHLSDORF, 1996). As expressões mais destacadas geralmente mostram-se em conceitos influenciados pela natureza estética ou afetiva, indiscriminadamente incorporados. Esta característica os liga às categorias topoceptivas dos lugares, vinculadas às aspirações sociais de orientação e identificação ou a categorias morfológicas expressivas. (legível, claro, contrastante etc.).

4.2.3.3 Escala de Diferencial Semântico

Este instrumento funciona com parâmetros similares aos perfis de polaridade, mas diferencia-se por classificações de opostos em uma tabela para a avaliação valorativa de ordem positiva ou negativa, sempre relacionada a um aspecto determinado de qualquer lugar (KOHLSDORF, 1996). A respeito desta metodologia para a avaliação

da percepção da paisagem utilizamos em geral a *Escala de Diferencial Semântico de Osgood*, com o propósito de medir os componentes relacionados à atitude e comportamento dos respondentes: *avaliação* (positivo/negativo); *atividade* (ativo/passivo) e *potência* (débil/forte) (HEISE, 2010; LIMA-GUIMARÃES, 2011; OSGOOD; MAY; MIRON, 1975; OSGOOD; SUCI; TANNENBAUM, 1957).

É evidente que dado o caráter inédito da abordagem desta tese não foi possível desanuviar métodos específicos para a decodificação da imagem da cidade pela população semianalfabeta. Destarte, o trabalho tomou como referência, com algumas adaptações, os recursos mais disseminados e de fácil compreensão – os mapas mentais –, sem descartar, esporadicamente, as contribuições oriundas dos perfis de polaridade e dos diferenciais semânticos. As ressalvas quanto a estes dois últimos instrumentos não são decorrentes de seu caráter avaliativo ou porque estão associados às dimensões do emocional e do significativo, mas em função de que suas aplicações mais expressivas gravitam na esfera dos estudos quantitativos. Na sequência serão explanadas as tarefas que subsidiaram a decodificação da imagem citadina.

4.2.4 Tarefas

A partir deste instante serão elucidadas as quatro tarefas que, inscritas dentro do instrumento de mapas mentais, propendem estabelecer a interpretação da ponte entre a realidade percebida e as feições dos espaços traduzidos em imagem da cidade. Em essência, os sistemas de reconstrução imagética utilizados serão as entrevistas, tarefas de representação bidimensional e tridimensional e reconhecimento de imagens.

Mas, antes da explanação é inadiável discernir que estes elementos não possuem autonomia integral. O advento desta situação surge porque as informações analisadas foram as configuradas a partir da integração das experiências subjetivas e objetivas, com escopo coletivo e individual, na área de recorte e também o baldrame imagético próximo aos locais de moradia. A maioria das circunstâncias corriqueiras do dia a dia pode ser recriada em percursos no centro de São Paulo e a seguir serão explicitadas suas principais funções.

Os percursos, que receberam a aceção de trilhas urbanas, balizaram estas tarefas e foram pautados pelas seguintes características: curta extensão, pouco cansativos e conteúdo mais regular que oscile entre a homogeneidade e heterogeneidade. Isto é, tentar-se-á evocar situações urbanas que tenham proximidade a seus deslocamentos habituais. Os trajetos estabelecidos compreendem dois lados do triângulo histórico de São Paulo (Rua São Bento e Rua Boa Vista). Estes percursos possuem delimitado conteúdo visual informativo e, sobretudo, correspondem a ruas copiosamente transitadas nos períodos diurno e vespertino. Destarte, pela sua configuração são os que melhor se encaixam no preceito da linha reta e/ou curva, ou percurso em forma de “L” ou ainda a forma da letra L adicionando um pequena saliência lateral intermediária “-L”.

Em qualquer uma das três situações tomou-se o cuidado de eleger áreas que apresentem uma combinação moderada de elementos topoceptivamente, fortes e fracos (marcos visuais, limites, vias, edifícios, árvores, placas, etc). Este tipo de panorama permite a melhor legibilidade das tarefas pelo pesquisador, pois são balizas de demarcação dos pontos mais proeminentes, por exemplo, a noção de início, fim e outros atributos espalhados ao longo do trajeto. No final das contas este tipo de parâmetros permite decodificar as feições de clareza ou confusão para estruturar a identidade espacial.

As trilhas urbanas foram realizadas em conformidade aos períodos do dia disponíveis pelos participantes da pesquisa, em especial, diurna ou matutina. As condições climáticas foram favoráveis com aceitável grau de luminosidade e sem chuva, e, sobretudo, deve ser ressaltado que foi abnegada qualquer pressão de tempo. A realização dos percursos propostos não excedeu às duas horas e meia.

Retomando a discussão é preciso aludir que foram aplicadas em todos os transeuntes participantes as tarefas, no ensejo de avaliar a capacidade de esboçar os acontecimentos espaciais experimentados em percepções singulares, com caráter dissertativo, representativo e iconográfico. Com esta finalidade solicitou-se: relatos, desenhos e maquetes e reconhecimento de imagens, que se acredita possibilitam verificar a organização espacial e temporal das situações analisadas. As tarefas são as seguintes:

1. Entrevistas;
2. Representação tridimensional (maquetes);
3. Representação bidimensional (desenhos):
 - Representação bidimensional real.
 - Representação bidimensional imaginária.
4. Teste VOSP (Visual Object and Space Perception Battery).]

Cada tarefa possui sua definição e obedece sistematicamente a limitações e vantagens, sumariamente assinaladas nos próximos tópicos (BAUER; GASKELL, 2002). Contudo, estima-se que a sequência sugerida deve ser rigorosa, com a finalidade de revelar as marcas originais da concepção espacial dos sujeitos. O atropelamento ou sobreposição desnecessária das tarefas poderia eivar as tarefas solicitadas (no sentido de complementação ou direcionamento) e engendrar uma imagem citadina mais genérica e supérflua.

Esta ressalva é na perspectiva de inibir que uma tarefa tenha incidência em outra e vice-versa. Se, por exemplo, as imagens são mostradas inicialmente induzir-se-á aos processos cognitivos dos participantes na tentativa de “levantar” informações ou elementos que subsidiem as respostas dos questionários e/ou pré-condicionem ou facilitem a construções figurativas em duas e três dimensões. Esta situação deslegitimaria o estudo e, a profanação seria perene se a tentativa fosse explicitar a imagem que o pesquisador possui sobre o espaço.

A ordem de aplicação das tarefas visa tornar a atividade o mais lúdica possível, pois a coleta de informações, embora amena, não é uma atividade habitual e esbarra nos limiares do cansaço e/ou esgotamento. Vale a pena esclarecer que de modo proposital não foi revelado aos participantes o objetivo central do trabalho. Este princípio está alinhado ao encontro da percepção espontânea e sem a ingerência de raciocínios predeterminados que deturpem a concepção imagética das pessoas analfabetas.

O desenvolvimento das tarefas prevê a seguinte ordem. O contato inicial do trajeto prevê um diálogo descontraído que deve remeter tangencialmente às questões associadas à percepção espacial e dentro da dimensão topoceptiva (BERG, 1995; BOSI,

1994). Pouco tempo depois de encetar a trilha se interrompeu a atividade e solicitou-se a representação bidimensional real da paisagem. Posteriormente, o diálogo continuou até o ponto final do trajeto e de modo automático foram aplicados o resto dos instrumentos.

Num espaço, contíguo ao ponto final de cada trajeto, foram disponibilizados os materiais para a elaboração da maquete e também explicitados os critérios normativos para sua construção. Findada esta atividade, solicitou-se os desenhos das representações bidimensionais imaginárias. Paralelamente às atividades elencadas, se estabeleceu diálogos complementares com as professoras e/ou outros analfabetos adultos interessados no projeto. Como parte derradeira da aplicação das tarefas, foram aplicados os questionários e os testes VOSP.

Para maior compreensão metodológica, a seguir, foi elaborada uma explanação de cada uma das tarefas propostas que incluem tópicos como: elaboração, materiais, avaliação, etc. A maioria das tarefas já foram aplicadas nas pesquisas de Battro e Ellis (1999) e Bastidas (2003), mas pelas características peculiares da amostra de semianalfabetos precisaram ser revisitadas.

4.2.4.1 Entrevistas

Os depoimentos obtidos através do diálogo e da interrogação de questões permitem o conhecimento mais detalhado do nosso objeto de estudo e possibilitam o discernimento sobre as percepções objetivas e subjetivas da amostra. Este mecanismo é menos balizado por restrições no sentido de abnegação do domínio de uma habilidade específica, que é inerente à elaboração de desenhos e representações tridimensionais. A empatia com esta tarefa é visível, no sentido da afinidade produzida pela fluidez da palavra (BERG, 1995).

Em qualquer hipótese a entrevista é uma tarefa que deve ser interpretada com precaução, devido a que a transposição entre a linguagem falada para imagens do espaço é mais complexa que a interpretação direta de uma representação física (BATTRO; ELLIS, 1999). Além disso, porque hesitar na interpretação de questões subjetivas pode acarretar tergiversações na análise espacial da paisagem. Este tipo de

tarefa disponibilizou inicialmente para coleta de dados, entrevista semiestruturada com tópicos diferenciados e indagação de questões pontuais.

Considerando o objetivo de desvendar as expectativas de orientação e identificação espacial em São Paulo foi elaborada uma entrevista semiestruturada com tópicos diferenciados (Apêndice A). A íntegra desta entrevista está espelhada nos estudos que Lynch (1998) aplicou nas três cidades dos Estados Unidos. Contudo, existem certas adaptações sutis visando atingir de modo pleno a amostra de analfabetos.

É necessário elucidar que se tratando de um grupo homogêneo com o óbice da falta de alfabetização, formularam-se perguntas de fácil entendimento. A elaboração do roteiro esteve supervisionada por psicólogos, pedagogos e algumas docentes dos EJAs que verificaram a pertinência das questões. Destas conversas foram incorporadas algumas sugestões e esclarecimentos. Enfatiza-se que aperfeiçoamento do questionário não inibe a incompreensão por “x” ou “y” motivo na sua aplicação. Assim, acredita-se que em certas situações é indispensável o reforço e/ou transformação da estrutura da indagação.

O roteiro conteve questões abertas, construídas a partir de estudos de estudos perceptivos análogos que pretendem evocar ou instigar a verbalização de temas capazes de expressar o pensamento dos analfabetos face aos assuntos focalizados (BOSI, 1994; BAUER; GASKELL, 2002). *Grosso modo*, a entrevista abordou questões pertinentes à percepção, procurando detectar as condições de orientabilidade e identificabilidade nas áreas de estudo e as nuances espaciais estruturantes da imagem de São Paulo. As temáticas trataram sobre a composição e tratamento do espaço, grau de satisfação e resolução de expectativas, comparações com outros núcleos urbanos, diferenciações de espaços, etc. (Apêndice A).

O intuito da solicitação das características de alguns elementos destacados no percurso, incluídos alguns marcos visuais, cores e formas das edificações, requisição dos elementos mais bonitos ou mais feios e especificidades perceptivas primárias foi tentar analisar a pregnância que estes atributos espaciais possuem no imaginário da amostra (KOHLSDORF, 1996). Na verdade, este tipo de matizes singulares permite descrever melhor o conjunto arquitetônico e nos remete a esquadrihar como trabalha a

seletividade perceptiva destes sujeitos e, ao mesmo tempo, em que medida a transmissão das mensagens dos atributos arrolados é legível e clara. (ARNHEIM, 1997).

No pressuposto de facilitar o entendimento das informações coletadas e estabelecer uma classificação inicial esta tarefa foi dividida em fases que abordaram vários aspectos como: as questões demográficas, as questões espaciais; as informações contextuais dos sujeitos e aspectos gerais da vida espacial. Em contraposição ao segundo e ao terceiro item, o primeiro e o último estão ancorados num sistema binário que unicamente permite a seleção de uma alternativa, pois se assume que está é a mais aproximada da realidade.

Concomitantemente à aplicação do questionário com respostas binárias foram recolhidas outras indagações que dispensam alguma articulação dissertativa desenvolvida, mas apenas um gesto de indicação. Estes dados dizem respeito à noção de orientação geográfica dos analfabetos. (OLIVEIRA, 1978). Não obstante, a localização do norte geralmente não está na pauta na orientação nas cidades, uma hipótese levantada propendeu cogitar que, em algum momento, os semianalfabetos utilizam este atributo para compensar o incipiente conhecimento dos processos de lectoescrita.

Em virtude da situação específica o pesquisador sentiu a conveniência de respeitar a ordem sequencial rígida das perguntas, contudo é indispensável a verificação da totalidade das indagações requisitadas. Recomenda-se que para possibilitar a criação de um elo mais consolidado, as respostas sejam passíveis de ampliações, curtas ou prolongadas, dos relatos espontâneos da amostra (BOSI, 1994; BAUER; GASKELL, 2002).

Quanto às perguntas de questões pontuais foram abordadas as questões demográficas ou de situação geral do ambiente de convivência de cada participante. Partiu-se da hipótese de que a estrutura social, direta ou indiretamente, repercute de modo decisivo no desenvolvimento das estruturas cognitivas, inclusive nas noções espaciais. Foram sistematizados itens como: cidade de origem, emprego, bairro de moradia (atual e precedentes), escolaridade e trabalho dos seus parentes, opções de lazer, etc.

A entrevista foi realizada de forma individual, com a finalidade de evitar o direcionamento de respostas dos outros participantes e coibir constrangimentos. O roteiro constou de 46 questões. A duração aproximada do questionário para cada sujeito oscilou entre duas a três horas, tempo análogo ao percurso. Pela condição de analfabetos as respostas foram registradas em gravador digital e caderno de anotações do pesquisador e posteriormente redigidas em computador.

O processamento das respostas está baseado na análise de conteúdo, que utiliza procedimentos sistemáticos para a descrição, interpretação, síntese e inferências dos resultados (GONZÁLES, 2002). Analisaram-se comparativamente os relatos dos semianalfabetos em termos de convergências e divergências na percepção espacial. As respostas mais amiudadas associadas ao objeto de estudo da pesquisa foram agrupadas para melhor compreensão (BERG, 1995; BAUER; GASKELL, 2002). Esta etapa da análise é mais delicada, pois é vital entender o processo e relações significacionais na procura do sentido subjetivo das questões pesquisadas.

4.2.4.2 Maquetes

As maquetes são modelos tridimensionais pertencentes ao grupo de técnicas representativas de modelagem que possuem a propriedade de comunicar aspectos proporcionais, formais e compositivos de um projeto edifício ou urbano. São um instrumento que precisa habilidade manual, mas devido a seu caráter lúdico podem ser usufruídas para extrair a imagem local de São Paulo. Considera-se um método eficiente face às facilidades para entender as leis de organização marcantes do espaço que, por outros meios, mostram-se abstratas (BATTRO; ELLIS, 1999).

Um problema surgido a partir da associação da representação tridimensional com a visão perceptiva das formas visuais está coadunado ao entendimento de como a realidade tridimensional se desdobra no cérebro em imagens bidimensionais²⁹ (ARNHEIM, 1997). O interesse desta tese está voltado a compreender e decifrar o passo subsequente dentro do processo, isto é, analisar a representação como resultado dessa transformação.

²⁹ Nesta seção, desconsidera-se a explicação da disparidade e convergência retiniana e os detalhes do fenômeno.

Qualquer discussão sobre os processos de representações parte do preceito que a representação das formas visuais é o modo como os meios, os materiais e as técnicas são organizados para conduzir uma ideia, um impulso e um sentimento. Este é um processo contínuo e lento, apenas em formação na idade infantil, que graças à prática atinge certa perfeição³⁰. Contudo a maquete é uma atividade manual que induz a uma imitação aproximada da realidade, é uma cópia com fundo pragmático na tentativa de dispor elementos para significar o ponto de visão de qualquer objeto real ou imaginário.

Baseados na avaliação em três dimensões perscrutou-se como os semianalfabetos trabalham suas habilidades espaciais perceptivas e imagéticas, e as traduzem em modelos tridimensionais representando a imagem local da cidade. Segundo Battro e Ellis (1999), a dificuldade das maquetes não é advinda da falta de compreensão das relações de semelhança geométrica entre modelo e realidade, mas na interpretação de tal correspondência. Portanto, o importante é analisar a construção simbólica, marcada pela relação significante/significado da cidade a partir da visão imagética.

A pesquisa visou processar a “miniaturização” do espaço urbano. Assim, nosso estudo estruturou-se em maquetes mentais, termo inspirado nos mapas mentais (BATTRO; ELLIS, 1999). A tarefa consistiu em construir um modelo tridimensional que recriou a realidade espacial do percurso definido apelando à percepção ambiental do local e às experiências pregressas. A fim de uniformizar o conteúdo para agilizar sua leitura e decodificar sua interpretação, disponibilizou-se materiais, como folha de papel A4, cola, lápis, canetas hidrográficas coloridas, e elementos modulares leves de material sintético de borracha (Etil Vinil Acetato - E.V.A.).

Os módulos entregues foram diferenciados entre si, obedecendo ao tipo de edifícios encontrados no percurso: grandes (representação dos edifícios de escala considerável), pequenos (outras edificações) e médios (marcos visuais). Os dois primeiros correspondem a cor e formas como: retângulos, quadrados e formas irregulares, enquanto o último elemento possui cor e forma diferenciada para facilitar sua identificação. A maquete foi concluída desenhando com lápis a forma da trilha e,

³⁰ É necessário assinalar que esta atividade é muito exercitada no começo da idade escolar, mas paulatinamente se dissolve, desdobrando-se em outras atividades do ensino.

opcionalmente, os elementos complementares que compõem o espaço. Cogitou-se que neste momento os participantes optassem pela representação de objetos animados e inanimados.

A construção da maquete balizada por estes princípios prevê a autoconcepção de uma escala baseada nas proporções dos elementos modulares e suas apreciações lógicas matemáticas. Além destas feições, para obter uma visão natural da situação ninguém sabia da aplicação deste tipo de tarefa. O tempo disponibilizado, assim como nos demais instrumentos utilizados é versátil. Adicionalmente, pode ser estabelecido um diálogo visando comentários ou explicações subjacentes. Assume-se que os alicerces cognitivos que regulam as funções representativas são semelhantes, portanto a etapa avaliativa é convergente para as maquetes e os desenhos e assim será abordada no final do próximo item.

4.2.4.3 Desenhos

Os desenhos são um meio de representação bidimensional para figurar a fantasia da imaginação ou a objetividade da realidade. Como atividade humana o desenho encerra dentro de si, um significado profundo, resultado de um processo complexo de interpretação da realidade vivenciada e percebida. (ARNHEIM, 1997). Segundo Luquet (1978), o desenho consiste em um sistema de linhas cujo conjunto possui uma forma. Este instrumento pode conter dois destinos diferentes: ser executado pelo prazer do aspecto visual ou reproduzir objetos reais. Embora restritiva, adere-se à segunda parte dessa afirmação, pois a condição de objeto real pode ser explicitada na imaginação dos indivíduos.

Para as pessoas em geral, o desenho é uma atividade lúdica individual que se insere no campo da imitação e do jogo. A partir de suas feições particulares, os indivíduos o aproveitam em forma de linguagem gráfica, e é usufruído como canal de comunicação e socialização com os outros sujeitos. Do modo análogo como utiliza a palavra como instrumento para conseguir maneiras de se relacionar, o indivíduo lança mão do desenho para expressar como concebe o mundo. (ARNHEIM, 1997).

Nesta singular concepção do mundo são destaques sua espontaneidade e originalidade. Portanto, é impossível fixar sua criação dentro dos cânones acadêmicos normais da representação “tradicional”, mas entendê-los como figurações que tentam representar elementos da realidade e possuem sentido e significação únicos para recriar cenários. Segundo Piaget (1975), os desenhos em consonância com entidades como o tempo, espaço, jogo, também correspondem a estágios psicogenéticos de evolução.

Salienta-se que posterior aos estádios de desenho, a maioria dos indivíduos perde o interesse em desenhar, condição sobrevivida do desenvolvimento da faculdade crítica somado à “desmotivação” da educação vigente. Todo indivíduo com desenvolvimento normal chega à maturidade pictórica que se conserva quase intacta, ou com leves modificações, até atingir o estágio adulto, mas apenas poucos talentosos perseveram para aprimorar essa aptidão. (BRYANT, 1974). Não obstante a desestimulação induzida, o poder da representação gráfica é validado neste trabalho dado seu grau de afinidade.

Existem inúmeros trabalhos de autores sobre a evolução do desenho infantil e, sobretudo, de testes para avaliação de personalidade infantil por meio deste tipo de representação como: Clawson (1980), Gounard e Pray (1975), Harris (1963), Koppitz (1976), Lowenfeld e Brittain (1977), Luquet (1978), Meredieu (1995), Widlocher (1971). A maioria apresenta teorias úteis para subsidiar a interpretação dos desenhos, a pesar de realizarem abordagens em outras áreas diferentes da arquitetura. Suas análises relatam associações com desenhos da figura humana, das árvores, das paisagens, das situações cotidianas e de temáticas similares, estas figurações são objeto para compreensão dos estados emocionais dos sujeitos, isto é, com caráter clínico.

A explicação psicológica possui uma ligação menos robusta com a cidade, e é ainda incipiente quando contemplada a relação entre a imagem da cidade e o desenho infantil. Battro e Ellis (1999) e Bastidas (2003) ofereceram tentativas de nexos mais explícitos do ponto de vista arquitetural, pois objetivaram a revisão da evolução da imagem urbana nos desenhos de crianças. A partir de suas indicações metodológicas, tentou-se inferir nossas próprias conjecturas. Salienta-se que vários questionamentos estão associados às questões perceptivo geográficas do estudo da paisagem.

Apesar da dificuldade processual na elaboração, o desenho como técnica não verbal possui as vantagens de aplicabilidade e receptividade. (ARNHEIM, 1997), (LUQUET, 1978). Com a finalidade de avaliar o grau de desenvolvimento dos sujeitos participantes e a capacidade imaginativa em contextos urbanos, na coleta das informações utilizou-se dois recursos: as representações bidimensionais imaginárias (R.B.I.) e as representações bidimensionais reais (R.B.R.).

Os primeiros desenhos estão associados às vivências familiares nos seus espaços (BRYANT, 1974). O interesse é apreciar e avaliar a recriação de “*flashes*” imagéticos de informação rotineira delimitada, esta tarefa envolve necessariamente o subsídio nos processos cognitivos já explicados (LUQUET, 1978). Já as segundas representações objetivam a interpretação da paisagem urbana *in loco* em termos de quais elementos são captados como os mais relevantes.

Neste processo figurativo foram fornecidos os seguintes recursos para sua execução: lápis, papel sulfite branco tamanho A4, borracha, apontador e prancheta para serem utilizados livremente. Em casos excepcionais, os participantes apelaram ao uso de instrumentos de traçado e medição. *A priori* estes não possuem um impacto imagético de peso no produto final. O tempo empregado na execução individual dos desenhos foi de aproximadamente trinta minutos. Almeja-se apreciar se certas informações urbanas locais transcendem a ponto de serem figuradas.

A avaliação foi concretizada ancorada em critérios objetivos. Isto é, é fundamental prescindir do favorecimento de modelos visualmente mais agradáveis e compositivamente mais coesos. Decidiu-se omitir a maioria das possíveis diferenças típicas no manuseio de padrões visuais. (BRYANT, 1974). Procurou-se uma avaliação qualitativa conforme aos padrões imagéticos da estrutura morfológica dos lugares pesquisados recriados pelos participantes e regida pela condição de um espectro de analfabetismo moderado.

Em todos os casos, tentou-se classificar as representações bidimensionais e tridimensionais de acordo ao nível psicogenético ou estágio de desenvolvimento proposto pela teoria piagetiana (PIAGET; INHELDER, 1989). Este tipo de categorização visou constatar a compreensão e a evolução sequencial do espaço. De

modo subsequente, arriscou-se analisar as maquetes e os desenhos à luz do comportamento do conjunto, ou seja, na pretensão de resgatar os elementos que preponderam mais fortemente na sua percepção; independente do seu estágio cognitivo.

4.2.4.4 Teste VOSP

Estes testes são considerados registros iconográficos para desvendar a imagem do centro de São Paulo. A tarefa é denominada teste de Percepção Visual de Objeto e Espaço (VOSP). (WARRINGTON; JAMES, 1991). Pelo geral, esta tarefa é utilizada pelos psicólogos para avaliar deficiências e patologias relacionadas a problemas mentais. Em essência, o teste consiste na utilização de imagens simples e corriqueiras em forma de silhuetas (por exemplo: a figura de um coelho, casa, galinha, etc.) no intuito de que as pessoas tentem seu reconhecimento. Além disso, são apresentadas seções das imagens precedentes ou outras com finalidade consoante.

Nos dois casos, o princípio está ancorado na identificação de figuras muito pregnantes no imaginário visual da maioria das pessoas pertencentes a uma determinada sociedade, tempo e espaço (WARRINGTON; JAMES, 1991). Assim, acredita-se que pela sua simplicidade e viés prático/lúdico é possível a utilização destes instrumentos com algumas adaptações relativas às questões imagéticas do espaço construído da cidade de São Paulo.

Inicialmente foram escolhidas fotos das edificações mais enigmáticas do Centro de São Paulo e da cidade como um todo, a maioria mencionada de modo precedente no decorrer deste capítulo (Apêndice B). Estas, como já foram abordadas, convergem com os pontos turísticos mais proeminentes e são denominados por Lynch (1998) como marcos visuais. Adicionalmente, decidiu-se eleger alguns fragmentos morfologicamente representativos de tais edifícios e/ou elementos urbanos dispostos no espaço.

Uma inflexão que é possível introduzir nas duas situações arroladas é a inclusão de não apenas a imagem tradicional (método mais ortodoxo), mas também mostrar para reconhecimento as silhuetas dos edifícios e dos elementos. Estes recortes, passíveis de serem aplicados em alguns casos, podem evidenciar a consolidação ou não da memorização de imagens no repertório visual das pessoas semianalfabetas.

É irrefutável afirmar que este tipo de tarefa é condizente aos objetivos iniciais pelo grau de empatia que gera sua aplicação. (WARRINGTON; JAMES, 1991). Estes testes são de relativa fácil concretização e entendimento para a amostra de adultos semianalfabetos e de simplificada avaliação para o pesquisador. Além disso, revelam o rico universo perceptivo destas pessoas e até que ponto seu repertório imagético extrapola o banco de informações das pessoas “normais” ou que estão permeadas pela alfabetização.

Acredita-se imperativo asseverar que na etapa avaliativa da integralidade dos instrumentos devem ser considerados dois fatores, a saber: o pesquisador deve possuir um vasto repertório do tipo de imagens derivado do conhecimento da cidade e de outras espacialidades e a análise deve ser feita com total isenção, no intuito de abnegar os filtros do pesquisador em prol da interpretação nítida do transeunte. Ambas as feições possibilitam que o pensamento espacial do sujeito esteja proscrito à tergiversação ou indução.

Demo (1992), Marconi e Lakatos (1999), e Bauer e Gaskell (2002) reforçam que a escolha deste tipo de instrumentos simultaneamente possibilita o aprimoramento do foco nas variáveis mais notórias que preponderam e provocam réplicas significacionais no objeto de estudo, neste caso o centro de São Paulo. Deste modo, é mais fatível e menos intrincado seu acompanhamento e controle em condições de decodificação adequadas para o processamento de inferências mais contundentes.

Em resumo, a abordagem instrumental nos níveis de percepção e imagem mental busca decodificar os princípios específicos na gênese evolutiva da imagem do centro de São Paulo. Apesar de que estas tarefas foram aplicadas de forma isolada, ao mesmo tempo, são complementares dentro dos processos de conhecimento; isto é, todas no conjunto ostentam o desdobramento que os semianalfabetos realizam da imagem local para fornecer subsídios à imagem global construída.

Finalmente, é preciso elucidar que foi estabelecida uma contextualização modestamente abrangente que particularizou os aspectos cronológicos, físicos e configuracionais do centro da cidade de São Paulo. Na sequência, foi detalhado o método percorrido para analisar como são processadas e produzidas as imagens

citadinas pela amostra de analfabetos. Em consideração ao arcabouço teórico construído até o final deste quarto capítulo é possível agora debruçar-se sobre os resultados e considerações da pesquisa, estes apenas foram esclarecidos a partir da parte três desta tese.

PARTE III

CAPITULO 5. FISSURAS DA PAISAGEM URBANA PELO PRISMA DA ALFABETIZAÇÃO

Neste capítulo explanaram-se os resultados do estudo experimental visando a integralização do arcabouço teórico construído nos capítulos precedentes. A totalidade dos resultados se refere e limita à tentativa de entendimento das relações projetivas e euclidianas da paisagem nos níveis perceptivo e representativo, subsidiadoras da formação da imagem da cidade. O estudo foi desenvolvido no centro de São Paulo em uma escola do sistema de ensino público desta cidade voltado para a educação de adultos (EJA), com pessoas pertencentes ao primeiro nível de formação deste curso.

Antes do aprofundamento com propriedade nos resultados e discussão central desta pesquisa torna-se necessário submergir dentro dos aspectos demográficos mais proeminentes da amostra selecionada. Isto é, acredita-se que a leitura precedente das condições sociais, econômicas, culturais, etc., contribui direta e/ou indiretamente, para o entendimento mais abrangente de matizes que balizam a decodificação da paisagem urbana do centro de São Paulo (Quadro 4). Utilizaram-se estes dados como subsídios para realizar desdobramentos ou articulações meritórias, sempre que necessário.

A priori vale a pena observar o comparecimento de diferenças internas substantivas no grupo escolhido. Por exemplo, entre sujeitos com perfil proativo; indivíduos com melhor aproveitamento escolar ou não; estudantes que possuem uma postura de liderança, das diferenças de gênero etc. Destarte, com a finalidade de atingir um objetivo deste estudo sublinharam-se mais profundamente as similaridades ao invés das dessemelhanças do grupo. O anonimato dos integrantes da amostra foi preservado, por exemplo, identificou-se o sujeito 1 como (S1) e assim sequencialmente.

Quadro 4 - Aspectos demográficos da amostra

SUJEITO	IDADE	GÊNERO	nível de alfabetização		PROFISSÃO		CIDADE DE ORIGEM	TEMPO que mora em SP -anos-	Transporte		ENDEREÇO DA RESIDÊNCIA	NÚCLEO FAMILIAR	QTAS SABEM LER
			analfabeto	pre-silábico	atual	anterior			público	privado			
S1	24	M	1		serv. auxl.	serv. auxl.	Muriáé-MG	8	1		próximo ao Mercado Municipal	3	1
S2	52	F		1	babá	diarista	Ipirá-BA	6	1		R. das Carmelitas, 122	2	0
S3	48	F	1		diarista	diarista	Itaporanga d'ajuda-SE	20	1		R. Helena Zerrenner, 39.	3	1
S4	33	F		1	diarista	diarista	Porto Seguro-BA	18	1	1	R. João de Carvalho, 62	3	1
S5	48	M		1	ajd. pedr.	ajd. pedr.	Irajuba-BA	30	1	1	R. Oscar Cintra Gordinho, 131	4	2

Org.: Bastidas, J. (2013).

No que tange à faixa etária é possível asseverar que a amostra está inserida dentro de um espectro heterogêneo de idades. Esta seleção de pessoas está compreendida entre os 24 e 52 anos. Ou seja, a maioria são estudantes adultos que estão encaixados dentro do perfil de aluno da Escola Municipal Duque de Caxias. Neste aspecto, um fator interessante é frisar que três indivíduos se perfilam próximos de meio século de idade. Esta variável pode redundar no sentido de posse de um repertório, em hipótese, mais sedimentado que os outros.

Sobre o gênero dos participantes constatou-se uma distribuição quase simétrica, esta situação não foi intencional dado que o critério de seleção foi totalmente aleatório, contudo associado à questão da alfabetização. São três mulheres e dois sujeitos pertencentes ao gênero masculino. Esta insignificante defasagem possibilitaria cogitar a compreensão de diferentes pontos de vista dos integrantes de um coletivo para os quais certos episódios da vida assumem diferentes significados, atrelados a sua interpretação peculiar. Estes olhares na abordagem antropológica ganham a acepção de verdades parciais (GEERTZ, 2008).

O grau de alfabetização atingido é o terceiro item analisado. Cabe ressaltar que esta é a característica que forneceu as questões basilares desta pesquisa e, em virtude desta condição, é possível destacar que na nossa amostra tem duas pessoas que estão nos limiares mais inferiores da alfabetização. Na nossa concepção esta feição é favorável, pois o desígnio inicial era nos aproximarmos das pessoas com conceitualizações alfabéticas mais incipientes. Complementarmente, os integrantes desta dupla pertencem a gêneros diferentes. A classificação dos cinco estudantes foi elaborada pela docente baseada nos acertos e desacertos de uma sequência de palavras enunciadas e não numa prova de redação específica.

As informações sobre as atividades profissionais dos integrantes da pesquisa revelam que embora sejam diversas são, ao mesmo tempo, muito restritas. Destacam-se as seguintes profissões: diarista, babá, ajudante de pedreiro, "bico"³¹. É importante enfatizar que sobressaem na totalidade da amostra profissões pertencentes ao

³¹ Enquadram-se nesta categoria ofícios informais e que do ponto de vista do vínculo tem caráter intermitente como: carregador de mercadorias, serviço de faxina, segurança, entregador, serviços vários de cozinha, etc.

setor terciário da produção que, pelo geral, são concernentes aos operários que têm baixos salários e, em decorrência, possuem exíguo poder aquisitivo.

Este perfil de indivíduos está alinhado com o cenário de segregação da população analfabeta brasileira. A Baixada do Glicério está inscrita na área central de São Paulo e como tal não fornece locais de trabalho em si, com a ressalva de algumas vagas dos comerciantes e prestadores de serviços. Isto significa que as pessoas são obrigadas a se deslocar para fora do perímetro de seu local de residência.

Além disso, é possível inferir dois preceitos sobressalentes: o primeiro diz respeito a que são atividades que *grosso modo* dispensam o conhecimento aprimorado das questões alfabetizatórias. O segundo está atrelado ao primeiro ponto e se refere à paupérrima mobilidade de ofício. Observe-se que a totalidade dos sujeitos encetaram suas atividades laborais nas bordas entre a infância/adolescência e a vida adulta, contudo sua condição de semianalfabetos provoca um entrave que impede sua ascensão socioeconômica.

Em relação às cidades de origem é necessário frisar que apenas uma pessoa pertence à Região Sudeste, estado de Minas Gerais (MG), o restante encontra-se circunscrito à região Nordeste do Brasil. Confere-se que a imigração de pessoas de outros estados ainda é uma característica muito forte não apenas do centro da cidade, mas da área Metropolitana de São Paulo como um todo e que geralmente estas populações se concentram em locais segregados.

De igual modo, uma questão relevante e convergente é que três cidades (Ipirá, Porto Seguro e Irajuba pertencem ao estado da Bahia (BA). Como denominadores comuns pode-se mencionar que estes são núcleos urbanos interioranos, com baixos redutos populacionais e feições morfológicas oriundas da cidade tradicional. Isto é, conglomerados de escala urbana mais humanizada e com fortes características da influência da ruralidade. Apenas foge desta prerrogativa a cidade de Porto Seguro (BA) que, pelo caráter turístico internacional, tem traços globalizados marcantes.

Outro aspecto intrigante está associado ao tempo de moradia destes entrevistados na cidade de São Paulo. Pressupõe-se que o tempo de moradia em

determinada cidade é diretamente proporcional ao conhecimento de tal espacialidade. Isto é, a pessoa que vive há mais tempo possui vantagem relativa de conhecimento mais aguçado de sua paisagem e configurações morfológicas mais próximas. Portanto, esta condição contribui para a dilatação expressiva de sua capacidade de orientação e opinião e construção de suas representações. Mas, em contrapartida, esta pesquisa sugere que sujeitos adstritos a estes condicionantes terminam negligenciando aspectos que indivíduos com pouco tempo nesse espaço mútuo ressaltariam. O índice mais elevado de nossa amostra evidencia que um indivíduo reside há trinta anos na cidade, enquanto que na outra ponta, temos uma pessoa que mora há seis anos. Entre os dois extremos existe uma distribuição mais ou menos homogênea.

Percebe-se que a totalidade dos indivíduos são usuários assíduos do transporte público da cidade, seja ônibus ou metrô. A área central da cidade está bem servida nos dois itens, sendo destaques a Estação Sé (uma das mais movimentadas da cidade), o terminal Dom Pedro II e as áreas nas imediações da Praça da Sé, Anhangabaú e República que são pontos finais de algumas linhas de ônibus. Estas três últimas possuem estação de metrô.³² Este cenário além de permitir a ágil mobilidade dos respondentes, alimenta o olhar contemplativo da paisagem urbana e aponta que são pedestres regulares da região central.

Nesta perspectiva é possível observar também que duas pessoas possuem veículo de locomoção particular. Não obstante eles esclareçam que estes automotores são antigos e constantemente apresentam defeitos mecânicos, o lado menos áspero revela que subsidia alguns deslocamentos esporádicos na cidade. Por exemplo, quando os utilizam para concretizar alguma compra, emergência médica e outros.

No leque de deslocamentos, tanto dos que utilizam o transporte público, quanto dos que usufruem dos dois meios, estão incluídos também as visitas aos eventuais locais de lazer e entretenimento. Pelo geral estes lugares correspondem às residências dos familiares ou amigos, alguns espaços públicos (Parque Ibirapuera, Parque São Matheus,

³² Vale a pena ressaltar que o sistema de transporte público de São Paulo é integrado pelo denominado “bilhete único”. Assim, é permitido fazer quatro viagens de ônibus ou uma de metrô e três de ônibus pelo custo de uma tarifa, num período de tempo de duas horas e. O sistema permite a capilaridade entre o ônibus, metrô e trem.

Findadas as considerações demográficas adentraremos nos resultados e discussão a partir da aplicação do instrumental utilizado nesta pesquisa e salientado no capítulo precedente. Esta exposição será introduzida em três partes. Na primeira é apresentada uma série de considerações tecidas baseadas no imaginário global/local. A continuação explicitou-se uma abordagem aduzindo alguns parâmetros balizadores específicos dos sujeitos semianalfabetos e, finalmente, ressaltaram-se temáticas associadas à percepção da paisagem urbana sob o prisma da alfabetização.

5.1 Construindo uma classificação comparativa

Acredita-se que o papel do ambiente cotidiano sobrevém para compensar ou desequilibrar a percepção humana dos seus espaços e territorialidades. Isto nos remete a pensar que de acordo às apreciações espaciais dos semianalfabetos é possível verificar como funciona a decodificação das noções perceptuais da área objeto de estudo. Mas a questão situacional da relação participantes/área traz à tona um enigma. Como abordar uma explicação convincente perante uma unicidade perceptiva?

Confia-se que esta homogeneidade é passível de ruptura se submetida à comparação de padrões em ambiências urbanas frequentadas com intensidade uniforme. Destarte foi verificado, como o pressuposto inicial da análise previa, constatado no último item dos aspectos demográficos, que a totalidade dos respondentes frequenta simultaneamente seu próprio bairro – Baixada do Glicério – e também, por prolongação funcional, o centro de São Paulo.

Para vislumbrar com mais perspicácia como o convívio em dois tipos de ambientes morfologicamente distintos, mas espacialmente conexos, é explicitado, decidiu-se estabelecer comparações entre as dimensões global e local. Esta posição garante um parâmetro de avaliação determinando pautas referenciais concretas de um elemento exterior, para medir o desvio em relação a um ponto interior.

A desintegração do aparente encantamento pela visão introspectiva da paisagem urbana permitira inferir não apenas uma conferição entre os integrantes da amostra do centro de São Paulo, mas mormente, entre suas próprias concepções e construções espaciais. Este posicionamento propende verificar se existe uma tendência cognitiva

mais padronizada ou, pelo contrário, se as duas escalas consideradas diferem de modo ostensivo.

Antes de abordar as categorias mentais referentes ao global e local, vale a pena elucidar que esta pesquisa está alicerçada em múltiplos estudos anteriores com escopo homólogo (KOLHSDORF, 1996; BASTIDAS, 2003; BATTRO E ELLIS, 1999). Assim é necessário frisar que os instrumentos e as tarefas não têm aplicação linear e ortodoxa e nem sempre a totalidade redonda nas explicações de decodificação da paisagem. Esta pesquisa não fugiu desta regra evidenciando que o instrumental avaliativo deve ser utilizado para esquadrihar as indagações “x” o “y”. Deste ponto de vista a explanação a seguir não é intransigente e dispensará sua abordagem sequencial, respeitando esta, se necessário.

5.1.1 Imaginário visual global

O conhecimento do mundo real urbano é fruto de ajuntamentos graduais mediatizados por modelos abstratos e filtros contextuais. Embora estas aproximações se apresentem muitas vezes instáveis, são a única forma de conhecimento do universo sensível, e como tais suportam as relações existentes nas ações dos seres humanos. Segundo o arcabouço teórico construído, os sujeitos constroem uma imagem urbana dos espaços dos locais de convivência. (LYNCH, 1998; GUIMARÃES, 2007; 2009)

Múltiplas publicações acadêmicas certificam que um dos meios mais eficientes para a leitura destes lugares é a caracterização completa por mapas mentais e decodificação configuracional, aqui simplesmente denominaremos esta categoria abrangente como o *imaginário visual*. Na presente exposição esta categoria foi dividida em classificação *global* e *local*. A seguir o aprofundamento de modo consecutivo será em ambas.

A metodologia para processar as respostas das entrevistas baseou-se em análise de conteúdo, que utiliza procedimentos sistemáticos para a descrição, interpretação, síntese e inferências dos resultados (GONZÁLES, 2002). Esta abordagem possibilita o agrupamento e, ao mesmo tempo, dissociação de diversas particularidades que aparecem ora em conjunto, ora intermitentes em indagações descompassadas.

A priori, baseados numa classificação preliminar, é preciso mencionar que no teor dos depoimentos das vivências dos semianalfabetos revelaram-se diferentes tipos de circunstâncias. O espectro de discursos ratifica a existência de justificativas híbridas, isto é, a amalgamação de questões espaciais e aespaciais umas apoiadas nas outras e vice-versa. Destarte, decidiu-se estabelecer identificá-las e sistematizá-las visando uma maior clareza.

Entretanto, vale a pena salientar que tal separação momentânea não tem o intuito de menosprezar suas implicações bilaterais. Acredita-se que, na complexidade urbana do espaço, considerado socialmente analisado, não é possível que estas dimensões funcionem separadas. Contudo, em certos momentos, devem ser vistas de maneira isolada, pois isto possibilita uma compreensão mais aprimorada, para de modo ulterior serem novamente acopladas.

Assim, considera-se que as narrativas expõem de modo diáfano a existência de realidades oscilantes entre a objetividade e subjetividade. Esta assertiva é convergente com o pensamento de Guimarães (2002), que salienta como a associação de um leque de dimensões contextuais balizadoras da percepção repercute na criação de imagens tofóbicas e tofílicas. Esta autora acrescenta que a importância da mensuração do “sentir do lugar” não radica apenas no aspecto pontual em si, mas de sua intensidade que é ampliada pela miscigenação de aspectos concretos e simbólicos.

Elucidada esta questão é possível salientar que esta sistematização nasce no ensejo de despontar certos padrões frequentes. Estes podem ser mais objetivos ou concretos do ponto de vista morfológico, ou mais subjetivos no sentido de serem sedimentados por pontos relativos a questões culturais e interpretativas. Ambas as dimensões estão auxiliadas na tríade de ações observar, perguntar e ouvir/registrar salientadas por Whyte (1978) que se constituem na égide de fundamentação desta pesquisa.

Face às informações recolhidas e com a finalidade de permitir que estas tenham maior legibilidade criaram-se algumas categorias para organizá-las sistematicamente por assuntos relacionados. Utilizaram-se os cinco elementos de Lynch (1998) – caminhos, bairros, limites, pontos focais e marcos visuais – e as categorias projetuais

salientadas por Kohlsdorf (1996) na representação urbana, cuja finalidade é a ponderação de feições informativas espalhadas na estrutura urbana. Por questões didáticas decidiu-se inverter a ordem da exposição assumindo que as segundas são detentoras de representação a nível “micro” para entender as primeiras lynchianas ao nível “macro”. Mas, ao mesmo tempo, em diversas circunstâncias, se necessário, imbricá-las já que ambas são incidentes diretas na percepção e interpretação da paisagem urbana.

5.1.1.1 Elementos de caracterização Morfológica-Kohlsdorf / nível micro

Em síntese a sistematização kohlsdorffiana abrange três grandes categorias espaciais que por sua vez estão constituídas por vários subitens.

1. Categoria de cortes ou projeções ortogonais do espaço: são abordados bidimensionalmente alguns elementos macro da estrutura urbana. Estão incluídas:
 - planta baixa (malha; macroparcelamento; microparcelamento; relações entre espaços abertos, fechados e semi-abertos).
 - conjunto de planos verticais (linha de coroamento; sistema de pontuação; linha de força).
2. Categoria de elementos compositivos: nesta categoria são analisados:
 - elementos de sítio físico (relevo do solo; vegetação; sistemas hídricos); elementos edilícios (relações intervolumétricas; relações entre edifícios e espaços públicos; volumetrias; fachadas; relações entre temas-bases e temas-destaques).
 - elementos complementares (elementos de sinalização; veículos de propaganda; pequenas construções; mobiliário urbano; elementos de engenharia urbana).
3. Categoria-síntese: Esta última categoria objetiva sintetizar os elementos arrolados de modo precedente, visando entender a área como um conjunto.
 - estrutura interna do espaço (unidades morfológicas; partes do todo; relações configurativas com o entorno; conexões visuais). (KOHLSDORF, 1996, p. 170).

Em virtude da amplitude e rigorosidade da abordagem topoceptiva nos discursos foi inviável identificar exatamente todos os subitens das três categorias projetuais arroladas. Deste modo, apenas foram decantados os aspectos que apareceram com maior pregnância. Os outros, menos proeminentes, são atributos que se tornam “invisíveis” até

para as pessoas comuns e, neste caso, também para os indivíduos semianalfabetos pertencentes à amostra. Assim, as duas categorias que utilizamos foram as duas primeiras.

Uma análise preliminar expôs que nos vários instrumentos utilizados existiam fragmentos do entendimento global do pensamento espacial dos semianalfabetos. Portanto, a melhor forma de aproximarmos na base da concepção foi tomando como referência a junção destas partes instrumentais, isto é, os resultados serão apresentados como um apanhado de todos os instrumentos. Decidiu-se também que, se necessário, será aprofundada de modo posterior alguma especificidade³³.

Os resultados das cinco pessoas entrevistadas, com viés qualitativo revelam conteúdos descritivos e avaliativos. Enfatiza-se que esta abordagem propende pelo entendimento do fenômeno de interesse paisagístico urbano no intuito de procurar a saturação das informações espaciais que desvendem as categorias propostas que consideramos parâmetros fundamentais desta pesquisa.

Os conteúdos descritivos são, em sua maioria, relatos de exemplos ou explicações adicionais, como a comunicação direta de eventos cotidianos ou que dão suporte a uma determinada ideia ou afirmação. Os avaliativos expressam uma opinião ou sentimento, mostrando o pensamento destes semianalfabetos como adequação e conveniência de fatos ou eventos, ajuizados. Enfatiza-se que a entrevista foi de caráter individual, portanto, foi considerada a totalidade das opiniões das pessoas participantes nas tarefas. Contudo, apenas foram referenciadas as apreciações mais alinhadas aos objetivos centrais desta pesquisa.

As classificações são avaliações de uma questão particular ou de natureza mais geral. O estudo procurou conteúdos de ambos os tipos, na tentativa de abstrair crenças espaciais, para elucidar sua própria imagem da cidade de São Paulo. Quanto às tarefas que utilizaram representações bidimensionais e tridimensionais o mais destacado é

³³ Esta questão não descaracteriza a importância dos instrumentos arrolados no capítulo quatro apenas explicita a constatação de que cada grupo específico é diferente. Assim, o pesquisador deve zelar pela adequada interpretação contextual e baseado no leque de opções instrumentais escolher o corpo de legibilidade mais coerente e conveniente.

salientar que em sua maioria são produtos com baixa legibilidade, esta questão será abordada posteriormente.

5.1.1.1.1 Categoria de cortes ou projeções macro-ortogonais do espaço

A partir das informações levantadas é possível inferir que o macro parcelamento urbano central se assemelha a uma grande extensão espacial totalmente imbricada com limites difusos. Alguma alocação corrobora que o indivíduo arrola, sem critério de especificidade, o centro histórico, vários bairros e setores da área central de São Paulo como a Mooca, Liberdade, Brás, Baixada do Glicério, Cambuci. Entretanto, abortam a menção da totalidade dos nomes dos bairros.

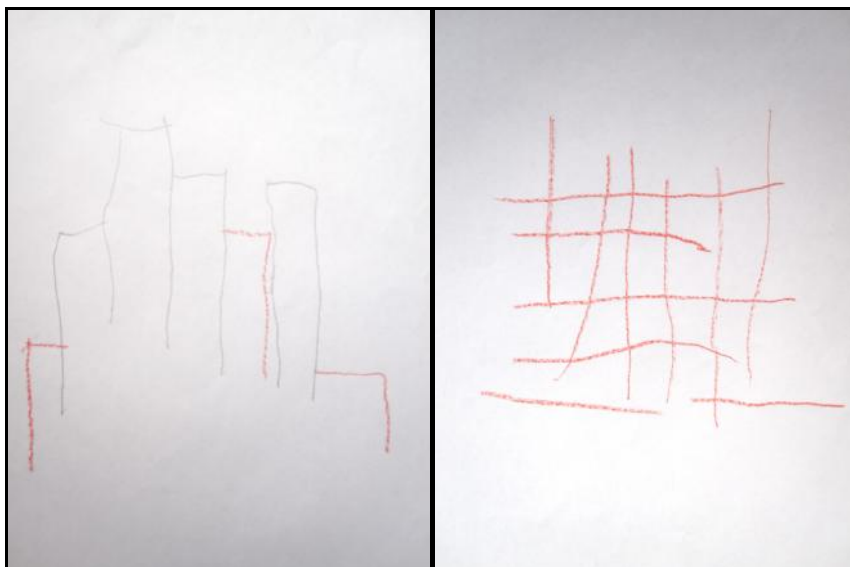
(S2) “Só aqui do centro tá falando? É Mooca, aqui só, o Glicério, e outros pelo Brás”.

Esta informação é irrisória dada a indefinição dos limites de cada bairro. Em certo sentido, o rol de singularidade de cada bairro em si é dado, pelo geral, por uma grande avenida ou rua importante. Esta caracterização de “costura” ou limite de um elemento estruturador no pensamento do respondente é imprecisa ou resulta pouco eloquente no momento da indagação.

Numa tentativa de representação gráfica da imagem da cidade os integrantes da amostra explicitam, principalmente, um conjunto verticalizado de edifícios e uma malha reticulada de extensão considerável (Figura 2). A tendência vertical será explanada posteriormente, já o traçado coincide mais com um desenho dos cardos e decumanos romanos, base das cidades americanas de tradição hispânica.

O interessante é mencionar que provavelmente o desenho em forma de tabuleiro de xadrez seja a padronização mais frequente de estrutura urbana que as pessoas em geral conhecem. Ou seja, retículas perfeitas ou com poucas oscilações formais dispostas infinitamente num território. Neste caso, a lógica dos sujeitos que a representaram não foge dessas generalizações.

Figura 2 –Imagens da representação de São Paulo (edifícios e malha) elaborados por (S3) e (S5)



Org: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Verifica-se que o centro de São Paulo não explicita sua morfologia, persistentemente labiríntica, no imaginário da nossa amostra. A malha total parece surgir a partir da concepção sincrética em pequenos lugares e redutos que integram uma totalidade de difícil legibilidade como tal, menos a Praça da Sé (foto 1), em representações gráficas ou explicações dissertativas mais pontuais e isoladas.

Fotografia 1 - Vista parcial da Praça da Sé a partir da entrada norte do metrô Sé



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Esta assertiva projetual de base ortogonal parece coerente e válida em dissímeis circunstâncias, mas não é cartesianamente causal, generalizável e verídica em todos os contextos urbanos. No caso de São Paulo tampouco, devido a que a forma da malha obedece a traçados irregulares, orgânicos e com composições de linhas diversas dimensões.

Destarte esta caracterização morfológica gera um debate adiáforo e provavelmente para proferir afirmações mais concretas seria necessário estar munido de mais instrumentos com especificidade excepcional. Elucida-se que pesquisas correlatas a esta, em outros momentos, ratificaram que a forma da malha e de espaços públicos do centro de São Paulo também é ilegível para sujeitos com instrução universitária³⁴.

Quanto ao microparcelamento central dos quarteirões, as evidências registradas partiram das maquetes. Explicita-se o sentido aleatório das proporções dos lotes que também não levam em consideração a seriação exata de loteamentos nas faces de cada quadra. De igual modo chama a atenção à falta de correspondência de implantação entre o lote (projeção) e a edificação. Em todos os casos o edifício funciona como um objeto isolado pelo geral no seu centro de gravidade ou sutilmente apoiado do lado da rua.

O conjunto de planos verticais possui uma interpretação dicotômica. Se, por uma parte, são elaborados “pseudos arranha-céus” nos desenhos, por outra, não conseguem ser explicitados, nem identificados os sistemas de pontuação e linhas de força de algumas edificações. Destarte, a cúpula e torres da Catedral da Sé, Edifício Martinelli e a Torre Banespa – Banco Santander – embora considerados, no imaginário comum, pontos marcantes ou marcos de referência da região central, passam neste quesito inadvertidos.

5.1.1.1.2 Categoria de elementos compositivos

O elemento do sítio físico como o relevo do solo é legível para os sujeitos. Os entrevistados consideram que a área do centro possui regularidade plana quase homogênea. Mas, em determinados instantes estas pessoas possuem a capacidade de

³⁴ BASTIDAS; LIMA-GUIMARÃES, 2012. No prelo Pesquisa de imagem espacial no centro de São Paulo.

apontar com a mão estendida que a principal declividade está na Rua Boa Vista (Foto 2), no sentido da Rua 25 de março.

Fotografia 2 – Vista do viaduto Boa Vista a partir do número 75 da Rua XV de Novembro



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Para os questionamentos sobre a existência de sistemas hídricos no centro de São Paulo, mostram-se em primeiro lugar céticos, seguidos de uma afirmação complementar negativa. As pessoas não distinguem com nitidez que o Rio Tamanduateí (Foto 3) atravessa a região central (na verdade, margeando a área de recorte), nem muito menos reconhecem sua canalização.

Fotografia 3 – Vista do Rio Tamanduateí. Na lateral esquerda, ao fundo, o Mercado Municipal



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Presume-se que estes elementos naturais não repercutem de forma significativa no imaginário visual dos semianalfabetos, pois são constituídos como o substrato da paisagem da malha urbana e, portanto, se tornam invisíveis. Contudo, poderiam ser aproveitados como referenciais se fossem utilizados, por exemplo, como mirantes da paisagem nordeste da cidade de São Paulo. Lastimavelmente, a qualidade perspectiva destes cenários não é usufruída e ações de Educação Ambiental, especialmente, voltadas ao Rio Tamanduateí são pouco exploradas.

Em relação aos elementos edifícios e às relações inter e intra volumétricas subjacentes por estes geradas, não existe precisão absoluta, o primeiro conjunto de elementos de dados levantados fornecedores de pistas concretas foram os gabaritos das construções. Quando questionados sobre a afetação destes sobre o número de pavimentos que os edifícios têm nas maquetes, os sujeitos mostram consternação. Embora eles são cientes que estão imersos num contexto que denota verticalidade edilícia relatam números aleatórios, sendo clara a dissociação entre altura e gabarito.

(S2) A altura? Aí, agora tá ruim. A altura dos edifícios...

(P) Você consegue lembrar?

(S2) É, no meu haver, 100 metros.

(P) Por andares, consegue lembrar?

(S2) A altura? É, tipo, que tem de 12, tem andar de 12, andar de 12 metros, tem de 13, tem de 25, tem até de 40.

Consensualmente as alturas das edificações do centro de São Paulo para os semianalfabetos passam despercebidas. Nos diferentes percursos os entrevistados admitem a subvalorização desta categoria a ponto de, em alguns casos, considerar que a maioria dos edifícios está regulada por padrão homogêneo de escala arquitetônica. O parâmetro mais proferido gira em torno de 3, 4, 5, 6 ou 7 andares. Ou em outras ocasiões explicitam alturas muito heterogêneas como 12, 25 ou 40 andares.

Este dado embora seja inverídico coloca em evidência ao menos o reconhecimento de gabaritos diferenciados se comparados ao das áreas residências tradicionais que possuem dois andares. Entretanto, em todos os casos a função desta variável parece irrelevante na orientação. Nem mesmo a imagem dominante do edifício mais alto do centro (Edifício Banespa/Santander) (Foto 4), com 35 andares, é considerada relevante.

Fotografia 4 – Edifício Banespa ou Santander, ao fundo- (primeiro plano à direita Ed. Martinelli) a partir do cruzamento da Rua Libero Badaró e Av. São João.



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Embora alguns indivíduos sejam capazes de sintetizar a imagem global da cidade de São Paulo como um conjunto de edificações verticais sua percepção de conteúdos da paisagem próximos é limitada. Arnheim (1997) salienta que a percepção na cidade está voltada para conjuntos tridimensionais. Entretanto, infere-se que essa ampliação perceptiva para as cenas superiores é imperiosa apenas quando o volume arquitetônico está isolado. Esta última condição não garante a decodificação das proporções dos edifícios. Outro depoimento explicita uma concepção binária de escalas que pelo geral são mais salientadas por populações infantis. Contudo, recompõe seu discurso acertando, provavelmente por intuição, na altura de um edifício pontual.

(P) Você consegue reconhecer a altura dos edifícios, quantos andares eles tem?

(S3) “Não. É muito, parece que é grande, parece que é pequeno”.

(P) Mas tipo, se eu te pergunto, quantos andares tem no edifício da caixa, que tem aí na praça da Sé você sabe?

(S3) “Ah! Um de 10 andar”.

(S2) “Ai meu Deus do céu, aí eu num sei não”.

Abordada a questão das alturas neste momento é indispensável considerar a incidência de outras feições constituintes da paisagem. Para maior exatidão foram abordados os elementos edilícios. Sobre atributos específicos de composição vertical que balizem sua percepção, fica evidente unicamente o encantamento que despertam os elementos que remetem à utilização de vidros escuros e espelhados.

Esse sentimento aflora convergente e consensualmente ao grau de afinidade que a maior parcela da sociedade identifica como um atributo estético positivo, isto é, que a arquitetura globalizada possui conotação “desenvolvimentista” do núcleo urbano. Todavia, o indivíduo completa deixando claro que sua escolha desvaloriza taxativamente o acabamento em concreto, que comparece de modo mais habitual na região central.

(S4) “Mas ele é todo de vrido”.

(S4) “É, e os lados é cinza. É, bonito...”

(S1) “Vidro, aquelas janelas que tem tudo escuro de vidro, eu gosto muito quando eu vejo, eu fico parado olhando, aquelas janelas escuras de vidro... ele não é desses concretos assim,...”

A atenção voltada à caracterização, nas palavras de alguns entrevistados, da “qualidade” é no entendimento deles muito importante, pois permite o reconhecimento de feições nos quais reconhecem forte empatia estética. Talvez não seja diretamente pela aparência visual nas fachadas como tal, mas porque são elementos que indiscutivelmente “prendem” sua atenção.

(S1) “Paulista tem uns prédios bonitos, que já admirei na Paulista ali, tem uns prédios lindo ali, o que eu achei bonito, foi um todo preto, ele só tem vidro ele não é desses concretos assim, todo de vidro é lindo, assim todo de vidro”.

(S3) “Eu acho bonito ali” (apontando na direção de um edifício espelhado).

Este depoimento contrasta parcialmente com as representações bidimensionais elaboradas pela maioria destes indivíduos. Nestes desenhos além da disposição das janelas “normais”, seus prédios não possuem janelas espelhadas, e é persistente o comparecimento de elementos acessórios e triviais como plantas e flores, sacadas, e

vários elementos animados (pessoas e bichos de estimação). Estes elementos guardam um caráter emotivo e sugerem sua proeminência em suas vidas. Enfatiza-se também o aguçamento perceptivo não voltado aos elementos estéticos das fachadas, mas aos números.

(S4) “Às vez, se eu passar numa fachada, eu olho o número da placa, se é 10 ou se é 20, ou se tá marcando aquele lugar. Por exemplo, que for do Anhangabaú, eu vou lá tentar soletrar aquele nome para poder descobrir”.

Os respondentes mostram-se refratários à incidência da paginação de pisos e detalhes superficiais da espacialidade objeto de estudo, isto é, da base pela qual transitam e de elementos suplementares dispostos nas fachadas. Eles formulam que o papel das várias fases das edificações é mais instigante e estruturador na articulação espacial. Verifica-se a ênfase da percepção espacial da paisagem voltada para conjuntos tridimensionais.

(P) Afeta na sua orientação em alguma coisa Marcelo, tipo quando você vai andando a forma, ou a textura do chão, do piso?

(S1) “Não ando normal, tranquilamente”.

(S2) “As fachadas” ((P)afetam mais na orientação que os pisos).

(S2) “As fachadas? Por causa que tem as faixas, né? Que vai, aí já lembro mais”.

Sobre outro tipo de dados disseminados ou informações complementares, que proliferam no centro urbano tais como: anúncios publicitários, painéis, faixas, etc. os respondentes admitem que seu papel é ora adequado, ora secundário. Salienta-se que não é possível usufruir destes dados, pois o empecilho da precária alfabetização inibe sua total interpretação e leitura. Destarte, sua função na compreensão da paisagem urbana torna-se menos relevante:

(S3) “Ajuda. Porque aquelas faixinhas é bom, né? Que a gente vai na certa, né? Ajuda demais. E naquele lugar, no lugar que eu pego os ônibus também, eu vejo, se tiver o 2 aí eu já sei que é de pegar o ônibus que vem pra cá, pro parque Dom Pedro. O 3 num para, o 3 para mais para lá, aí eu não pego. É, as faixas ajuda”.

(S1) “Ajuda em nada, pra quem não sabe ler não vai ajudar em nada”.

Outras sensações como odores, perfumes ou sons não parecem contribuir na formação da imagem mental urbana, nem para a orientação e identificação dos lugares. Com certa ressalva, é externalizado que algumas formas e cores subsidiam sua orientação e identificação. Não obstante nos depoimentos não foi possível entrever que

formas ou cores específicas colaboram no seu pensamento espacial. O depoimento sugere que dentre o leque de cores existentes na cidade as cores primárias e quentes são as mais eloquentes.

(P) às vezes a gente passa e sente o cheiro de comida, isso aí ajuda para se orientar ou é indiferente?

(S2) “Não, mesma coisa, não ajuda em nada, pra mim não ajuda em nada”.

(S5) “Com o barulho ajuda não”.

(P) Existe para Você alguma preferência de cor ... para ajudar na sua orientação?

(S2) “É. Um pouquinho sim, mas...”

(S3) “É, eu acho bonito também. O verde e amarelo”.

(S4) “Gosto mais da cor, da cor de abacate. Eu pintei meu edifício da cor de abacate”.

(S1) “Ah! Ajuda uma cor, depende da cor, vermelho, amarelo, preto, azul”.

Esta tendência permite cogitar que provavelmente esta afirmativa está amparada na geração de contraste com o fundo cinza e/ou cores opacas que comparecem na paisagem de São Paulo. Se instigado ao aprofundamento deste item o sujeito se evade e profere uma resposta menos franca e, imediatamente, cai em contradição quando admite que sua forma de agir espacialmente está ancorada nas informações advindas das outras pessoas.

(S2) “Às vezes eu chego assim... um sabe informar uma coisa. Aí chega assim num lugar que tem um fiscal, uma coisa assim ... tem uma informação. Aquela pessoa informa. Não saber assim, não perguntar assim um fiscal, para tomar informação, é um pouco difícil”.

Finalmente, no intuito de apostar em alusões de elementos estéticos da cidade que estão inseridos no espaço público são salientadas as esculturas. Neste caso, é significativo o papel do monumento localizado entre as imediações da saída norte do metro da Praça da Sé e o posto da Polícia Civil. O monumento de São Paulo (Foto 5) cumpre um papel fundamental, pois é o mais destacado e mencionado dentre as 16 manifestações artísticas existentes no local.

(S1) “Mais importante em uma cidade? É ser a igreja e o monumento (em alusão à escultura)”

(S3) “É, ali na frente da igreja. O monumento mais bonito que tem é ali, nos outros cantos não tem”.

Fotografia 5 – Escultura apóstolo Paulo localizada no centro eixo da entrada principal da Igreja da Sé



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Infere-se que as informações oriundas dos elementos adicionais do espaço urbano cumprem um papel que beira no inócuo no imaginário dos semianalfabetos. Para a maioria sua presença é negligenciada dado que estes elementos transitórios em pequena ou media escala não marcam diferenças ostensivas no reconhecimento dos lugares. Entende-se que independente do comparecimento ou não destes atributos, o curso atual da concepção espacial dos semianalfabetos seria apenas afetada de modo tangencial.

5.1.1.2 Elementos de caracterização Lynch / nível macro

Discutida a caracterização baseada em dois dos preceitos que Kohlsdorf (1996) utiliza para salientar as questões morfológicas das estruturas urbanas, a seguir, foram abordados como os cinco elementos de Lynch (1998) na expectativa de descobrir como estes comparecem na concepção da paisagem dos semianalfabetos do centro de São

Paulo. É necessário frisar que os principais elementos que este autor elenca são: *caminhos, limites, bairros, pontos de encontro e marcos de referência*.

O espaço mais público por excelência na cidade é a rua, nos relatos este elemento é aludido de forma tácita. O relato dos sujeitos permite, em primeiro lugar, entrever que há uma clara dissociação entre o espaço vazio e cheio. Esta colisão de concepção formal, que em várias áreas do conhecimento tem um viés mais voltado para os objetos edilícios, neste caso ímpar é contestada, contrapondo a espacialidade vazia como essência da paisagem.

(S5) “Depois do museu é a, é essa praça, a que eu falei da, é... como é que chama..”

A arguição dos depoimentos está sustentada na assertiva de como o espaço remete à valoração do espaço livre como fator equacionador das contingências da vida urbana moderna. Uma das peculiaridades diz respeito à transversalização do vazio (ruas e praças), como contrapeso da opressão pela densa ocupação edilícia, este dissipa o efeito avassalador das construções e torna o espaço público emissor de afetos positivos. É claro que também a arguição de urbanidade se refere a que nos seus locais de moradia as ruas e corredores de edifício são a extensão da área social doméstica.

A importância da rua e dos espaços públicos é tangível assim para explicar sua raiz, e não podemos descuidar que os locais de moradia da maioria dos entrevistados são os cortiços da região central – Baixada do Glicério. Elucida-se que neste local a infraestrutura de lazer é deficiente. Outro sufrágio figurativo que comparece para reforçar este apelo é que as histórias pregressas destes sujeitos estão atreladas a biografias impregnadas na ruralidade. Na verdade, admite-se a existência de um rebatimento de paisagens urbanas e rurais fruto da multifuncionalidade espacial, isto é, é redundante a afetação de um mosaico compositivo de feições paisagísticas.

Quando inquiridos sobre as ruas mais bonitas no centro, existe um extenso leque de réplicas. Desde ruas de escala reduzida, compridas, irregulares, retilíneas até ruas que gravitam no perímetro e fora do recorte estabelecido como objeto de estudo. É importante esclarecer que os limites exatos entre o antigo e novo centro para nossa amostra são intangíveis à ocupação concreta que remete a apropriação da paisagem.

São arroladas com mais constância as ruas: Direita (Foto 6), Boa vista, 25 de Março, José Paulino, Avenida Paulista, entre outras. A menção do viaduto do Chá (Foto 7), passarela *sui generis* que liga o centro velho ao novo, é instigante, pois esse caminho “flutuante” possibilita sua utilização como mirante, ou seja, ter um domínio visual da *skyline* da cidade. Provavelmente, a fala do sujeito expressa ter mais liberdade frente à tirania da disposição das edificações.

(S1) “...é mais livre e dá para enxergar tudo”

Fotografia 6 – Vista da Rua Direita a partir aprox. do n. 20



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Fotografia 7 – Vd Santa Ifigênia e Vd do Chá a partir do cruz. da Av. Prestes Maia e Av. Sen. Queirós.



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Quanto à rua mais bonita, os transeuntes entrevistados abjuram citar caminhos urbanos mais homogêneos e/ou estruturados do ponto de vista visual. Seu discernimento os direciona a elencar ruas que possuem outro tipo de afinidade, depreciando outras variáveis incidentes na paisagem urbana ou inclusive citam ruas que se encontram além dos limites do Centro histórico da cidade.

(S1) “Daqui do centro? A rua mais bonita que eu acho é aqui da liberdade, a rua que por trás da Igreja da Sé”.

(S3) “É. A rua que eu mais gosto é essa daqui do... que eu disse que fui lá, meu Deus... Anhangabaú”.

(S4) “É. E aqui no viaduto do chá”.

Neste sentido é valorizada a movimentação funcional que possuem a rua Direita e, em especial, a rua 25 de março (Foto 8). Ambas possuem uma proeminente vocação comercial e de serviços e este grupo de semianalfabetos manifesta que de modo corriqueiro usufruem dela. Apesar disso, na sequência explicitam outros locais movimentados como a própria Praça da Sé e o Metrô da Sé:

(S5) “A Escala tem movimento... é, só tem movimento aí. E na Praça da Sé, a igreja; a 25, a escala, o metrô... esses cantos”.

Fotografia 8 – Rua 25 de Março a partir do número 607.



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Como foi explanado, de modo precedente, os limites da área central são na prática totalmente ilegíveis. De forma rarefeita apenas o Viaduto Leste-Oeste e a Estação Dom Pedro II (Foto 9) são mencionados como sistemas que inibem a completa

permeabilidade da área central. Esta assertividade com relação a estas duas estruturas urbanas emana possivelmente pela contiguidade das suas residências, pois nos outros sentidos os limites são inconclusos e vagos.

Fotografia 9 – Terminal Parque Dom Pedro II a partir do número 607.



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

No intuito de dar uma sequência formal lógica será abordado o bairro. Sem limites totalmente definidos o miolo do centro da cidade também se tornou um elemento estruturador genérico. A abnegação desta informação não convém como barreira que impossibilite suas atividades de cidadão. Quando analisada à mobilidade destes sujeitos no centro, a totalidade revela seu reconhecimento um pouco além da área objeto de estudo. Isto porque extrapolam seus pronunciamentos para regiões adjacentes como; Anhangabaú, Santa Cecília, Menino Jesus, Brás, Bom Retiro, Cambuci, Mooca, etc.

O conhecimento destes lugares não é apenas tangencial. Revela-se que a habilidade de deslocamento nesta região é profunda e sistemática, podendo atingir praticamente qualquer ponto do recorte espacial estabelecido. Este conhecimento é oriundo do trânsito permanente, pelo geral; como transeunte caminhando na região, mas

também devido à existência de algum liame com uma função mais específica do centro como: a feira da madrugada, as atividades do mercado Municipal, comércio de roupas no Brás, comércio de produtos em geral da Rua 25 de Março, etc. Destaca-se que “inconscientemente” são omitidos setores como Higienópolis e a Avenida Paulista que estão relativamente próximos do centro.

Com relação aos pontos de encontro e marcos de referência prevalece uma confusão conceitual análoga à estabelecida com os caminhos e limites. Assim, assume-se que, na maioria das situações apresentadas ou expostas os entrevistados integram ou fusionam estes termos com a finalidade de que nossa compreensão se dilate. Num primeiro momento, o conflito elucidado permite evidenciar que na escala da cidade incide uma hierarquização dos lugares (grandes extensões) a partir da escolha das regiões que suscitam máxima atração.

Neste sentido, em escala de ordem descendente são mencionados a Avenida Liberdade, em primeiro lugar, na sequência a Avenida Paulista e, em terceiro lugar, a moradia. Esta ordem classificatória permite salientar que são objetadas as edificações pontuais como marcos de referência para a cidade. Acredita-se que esta incógnita está associada a que provavelmente o postulado do pesquisador não foi compreendido em plenitude.

(P) Se Você tivesse que colocar assim o grau de importância, o que você mais gosta da cidade. O que você colocaria em 1º lugar, em 2º, em 3º?

(S1) “Em primeiro lugar eu colocava a liberdade, eu acho que um dia quando eu for alugar uma casa, eu alugo pra essa região dali. E segundo, a Paulista depois a moradia”.

Num segundo instante, outra pessoa, perante uma pergunta homônima quanto à hierarquia dos elementos urbanos cita, em primeiro lugar, algumas edificações os prédios religiosos ou do Governo. Este conjunto edilício tem como denominador comum pertencer a instituições bancárias, como por exemplo, a Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil, e alguns que possuem tradição institucional como o Fórum João Mendes. Numa escala de valores descendente, que oscila entre a terceira e quarta colocação é citada a famigerada habitação.

Esta assertiva, plasmada no local de moradia, coloca em realce um aspecto da história particular – que a maioria dos respondentes vive atualmente em condições

precárias. Entretanto, vale a pena salientar que os entrevistados alardeiam da posse de um local onde ele e suas respectivas famílias ficam resguardadas. Isto é, os locais de moradia dos integrantes da amostra (Foto 10) e dos estudantes das escolas EJAS encontram-se em áreas subnormais de cortiços e muitas vezes, em edifícios invadidos, no centro ou em áreas contíguas.

Fotografia 10 – Conjuntos habitacional na Rua Helena Zerrenner, 53 na Baixada do Glicério



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Provavelmente a condição particular tem uma conotação de resiliência por circunstâncias difíceis que já foram vivenciadas e hoje observam como relativamente distantes. Entretanto, também pode ser decifrado como questões reminiscetes, pois é impossível negligenciar que esbarram no dia-a-dia com o quadro de incipiência que mostra o centro de São Paulo. Ou seja, o encontro de muitos desabrigados, moradores de rua, enfim em situação de condição humana paupérrima.

(S1) “Mais importante para mim na cidade é... é a caixa, os bancos e a pessoa ter uma moradia”

Numa instância preliminar da entrevista, o sujeito refuta conhecer especificamente os marcos de referência edifícios da cidade de São Paulo, associados no seu discurso a uma concepção elitista. Neste momento, prefere se identificar e ratificar sua empatia com espaços livres públicos de escala maior como o Vale do Anhangabaú, a Praça Ramos ou a Praça da Sé. Atribui-se esta afinidade do semianalfabeto a que provavelmente seu espaço doméstico e bairro carecem da grandiloquência espacial de uma praça e, além disso, estes espaços geram reminiscências dos seus lugares de origem.

Segundo os depoimentos obtidos sobre os marcos de referência estes elementos possuem desencontros insofismáveis. Fatualmente são mencionados elementos de diversas escalas e proporções, ora áreas de espaços abrangentes, ora edifícios pontuais que revela a existência de abalos concepcionais da paisagem. Como salientado no capítulo dois os marcos possuem proeminência topoceptiva em qualquer estrutura urbana.

Pela dispersão das respostas de situações de relevância estética ou aspectos positivos em todas as tarefas é possível inferir a incipiente identificação de apenas um elemento urbano (artificial ou natural) que seja identificado como marco de referência. *A priori* o centro paulistano não desperta espontaneamente fruição topofílica, pois nele convergem usos e atividades com mais distintivos topofóbicos, que serão abordadas posteriormente. Deduz-se que existem pontos atrativos sim, embora rarefeitos, que preliminarmente não ecoam de modo imediato na imagem do lugar.

Nesta perspectiva, é necessário frisar que *per se* o surgimento de edifícios ou imagens inusitadas na paisagem não é incorporado imediatamente no repertório particular do sujeito. O mecanismo de construção perceptiva alerta que estes elementos ou atributos devem ser assimilados para auferir um sentido na sua visão serial e, que num processo ulterior de consolidação, tais unidades são desagregadas e decodificadas para integrar seu acervo imagético.

Acredita-se que a percepção dos semianalfabetos elege certos elementos imageticamente mais prestigiosos do ponto de vista visual. Se inicialmente seu raciocínio parece guiado pela criação de um vínculo e por generalizações difusas, que

corroboram sua mutabilidade conveniente para certas situações, de modo ulterior estas se transformam em translúcidas quando se desperta sua abstração reflexiva induzida pelo caráter significacional (GUIMARÃES, 2007). Neste instante existe certeza de visualizações que perpassam eventuais imprecisões e controvérsias subjetivas.

O reconhecimento da peneira atribuída à subjetividade blinda, de certa maneira, a abordagem de conotações associadas à obtenção de uma verdade irrevogável e neste sentido utópica da descrição da realidade imagética. Confia-se que a imagem visual e a história oral são construídas por infundáveis lembranças que constituem uma verdade convergente ou não entre o depoente e o objeto de estudo em si (FREITAS, 2006; MEIHY, 1996). Segundo Merleau-Ponty (1999) o que permite transgredir esta lógica de aparente estagnação subjetiva é a confluência do viés significacional.

Dentro dos marcos espalhados estão incluídos objetos animados e aspectos físicos efêmeros ou de baixa transcendência, na leitura da peneira do letramento ocidental. O foco deste elemento lynchiano apenas ficou mais pertinaz fase à incentivação a partir de imagens que evocam o marco de referência, por exemplo, neste caso, a Catedral da Sé, edificações religiosas e algumas construções institucionais. Entretanto, também é diáfano que as respostas recolhidas sugerem que não existe um norte palpável ou quiçá exista um travamento cognitivo que evita sua explicitação verbal ou gráfica.

A sintonia dos indivíduos com o lugar pela procura dos marcos seguramente deriva de afinidades históricas, culturais e religiosas. É impossível esquecer que nesta região existem marcas históricas profundas e elementos arquitetônicos detentores de características expressivas e identitárias ímpares, que não comparecem em outros lugares da cidade. Isto é, são acontecimentos inusitados que representam fatos grandiloquentes responsáveis por revelar elos emotivos nos sujeitos.

Neste momento surge o caráter incontestável esteticamente belo e coeso da Catedral Metropolitana da Sé (Foto 11) que permite sua identificação por unanimidade como marco de referência, não apenas para o centro, mas para a Cidade em escala global. Reforçam este aspecto questões de índole física como suas proporções e as feições morfológicas de elementos arquitetônicos e ornamentais dispostos tanto na sua

volumetria, quanto nas áreas adjacentes à sua implantação. Este encantamento estético se enraíza, generaliza e sedimenta abalizado no seu sentido significacional.

Fotografia 11 – Entrada principal da Catedral Metropolitana de São Paulo.



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

A Catedral Metropolitana de São Paulo é considerada a maior igreja católica da cidade de São Paulo. Além de sua filiação à corrente de arquitetura eclética, que remete a atributos físicos da Antiguidade (Foto 12), provoca admiração, em especial, o pináculo das torres que se encontra deslocado do piso principal da Praça a 92 metros de altura e adicionalmente sua excepcional cúpula. A conjunção destes elementos desponta pela geração de contraste com o *skyline* mais regular e ortogonal dos edifícios contíguos.

Fotografia 12 - Detalhes pontuais (cúpula) da Igreja da Sé.

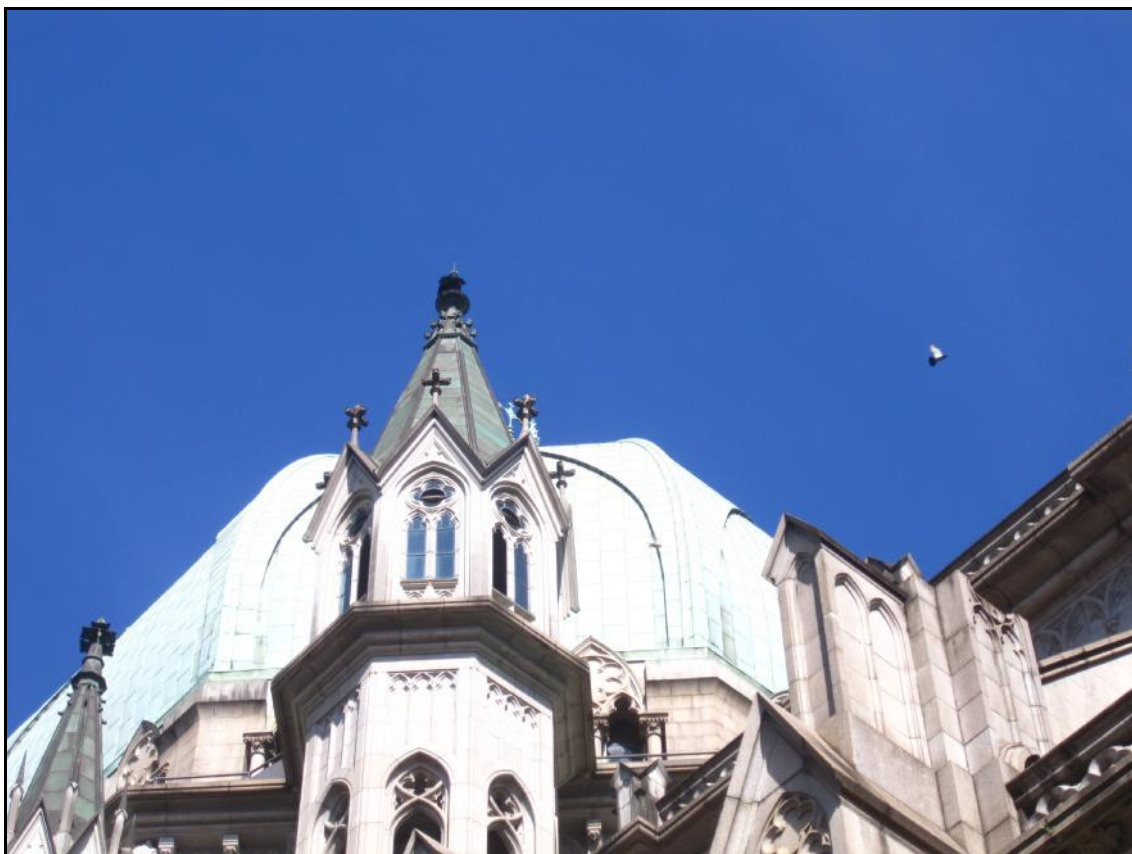


Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

A reminiscência de atributos antigos pelas pessoas que conhecem com mais profundidade as feições físicas da cidade denota que a atenção é focada nesses elementos pela afinidade com este tipo de atributos. Deste modo, estes dados visuais descritivos podem ser “repassados” para o grupo e às próximas gerações (HALBWACHS, 1990).

Os humanos possuem uma estrutura cognitiva inata pelo conhecimento, entretanto esta *per se* não é autossuficiente. Nesta perspectiva é irrevogável o *input* oriundo do meio físico e seu círculo social ao que pertence o semianalfabeto. Neste caso, a composição de nuances ancestrais e, ao mesmo tempo, esteticamente bonitas, fornecem princípios visando alavancar de modo dinâmico desdobramentos particulares para a compreensão da complexidade da organização da urbe.

A empatia estética espontânea e aparentemente semeada pelo senso comum é ratificada por diversos autores como Tuan (1983), Aumont (1995), Arnheim (1997).

Estes cientistas assentem que esta escolha *a priori* se remete a um eminente escopo visual harmônico e ordenado do objeto, neste caso arquitetônico. Este viés é decorrente, em primeiro lugar, da dominância deste tipo de percepção, que lhe permite prevalecer sobre outras impressões menos manifestas.

É evidente também que nos entrevistados adicionalmente existe certo grau de empatia com o sagrado e a valoração do patrimônio arquitetônico religioso. Corrobora-se que as igrejas espalhadas no centro, em especial, a Catedral da Sé denotam claramente uma duplicidade de função. Isto é, a edificação católica, apostólica e romana se tornou um marco de referência para turistas e habitantes da própria cidade, mas seu papel primigêneo, que continua a se eternizar, é ser local de práticas sacras.

A função religiosa se dilata com mais força se for considerado que, nas épocas pregressas, e com menos intensidade na atualidade, as igrejas cumprem um indiscutível papel de extensão e contato voltado para as comunidades. São frequentes, por exemplo, os programas de ajuda a moradores de rua e pessoas carentes. Além disso, as pastorais organizam encontros, com certa regularidade, visando o atendimento de necessidades próprias das igrejas e/ou reverter os fundos auferidos para campanhas sociais.

Por outra parte, certifica-se que a pomposidade da Catedral Metropolitana da Sé está aliada também à importância da área onde esta inscrita. Isto é, a Praça da Sé e a Catedral Metropolitana funcionam imbricadamente e se hasteiam como vitais na representação de eventos, manifestações, passeatas, protestos e infindáveis circunstâncias concernentes a todas as dimensões da sociedade brasileira (sociais, religiosas, culturais, políticos, etc.).

Nesta linha de raciocínio, a lembrança imagética da Catedral como palco de significados indeléveis possui uma conotação ancorada ao patrimônio intangível de São Paulo e do Brasil. Apelando a uma descrição retrospectiva é possível afirmar que neste local (Praça/Átrio da igreja) já aconteceram as diretas já, comícios eleitorais, reivindicações educativas, ofícios religiosos memoráveis, etc. entre outros atos. Assim, a construção deste marco não se restringe a momentos esparsos, mas a momentos marcantes que transcenderam e progressivamente foram inseridos no repertório particular dos indivíduos.

As narrativas coletadas de modo inicial desconsideram elos específicos diretos de tradição histórica com o lugar. Mas tangencialmente deflagram evocações que remetem a fatos como comícios e exposições, com certa repercussão nacional ou regional. Pela falta de afinidade e desapontamento com as expressões políticas estão um pouco distantes do cotidiano dos integrantes da nossa amostra. Contudo, por expressões artísticas singulares germina uma construção imagética em andamento.

Destarte é imprescindível retomar a acepção histórica do lugar em associação expressa a sua gênese com uma etapa cronológica alicerçada no século precedente. Esta situação acende o debate da evocação e inspiração de tempos remotos, isto é, desperta no imaginário dos pedestres que utilizam este edifício o acolhimento de um bem imóvel patrimonial ancestral do centro. Nesta perspectiva, esta incidência cultural é reforçada do ponto de vista de estado de conservação, pois é uma edificação que não expõe deterioração tangível.

A valoração de objetos edilícios remotos ou contemporâneos é uma ação intrínseca ao ser humano, devido a que na maioria das vezes a partir de suas concepções particulares e coletivas lança mão de um juízo de valor classificatório. Neste caso, o processo que inicia a valoração significativa não está atrelado de modo cartesiano à elevação patrimonial de múltiplos setores consolidados do centro histórico de São Paulo, mas também ao seu reconhecimento significacional (GUIMARÃES, 2007). Esta iniciativa gestada pelas esferas municipal, estadual e nacional é o estopim que previu como premissa um ordenamento espacial preliminar mais respeitoso. Mas, contribui no papel de gerenciador dos usos e atividades que os cidadãos fazem da sua paisagem urbana.

Seria inútil tentar estabelecer uma relação histórico-cultural mais aguçada na análise com o grupo de estudo, isto porque os sujeitos entrevistados admitem que não presenciaram nenhum e prescindem de frequentar a maioria dos atos significativos arrolados. Destarte, não se refuta a ideia de que este prestígio espaciotemporal seja oriundo das informações de terceiras pessoas, incluída a própria escola, ou talvez de alguma forma midiática que ajudou a cristalizar este pilar imagético. Mas, ao mesmo tempo, é incontestável que o avanço das crenças religiosas, até de outras correntes ajudam indiretamente a alavancar sua força imagética.

A construção de mapas mentais é feita apelando a imagens seriais que embora pareçam nítidas no imaginário da pessoa, possuem conotação abstrusa para serem explicadas de forma concreta e objetiva. Isto é, os gestos e manifestações da pessoa sugerem o conhecimento dos lugares, contudo algum tipo de travamento de escopo cognitivo não permite transferencialmente explicitá-las de forma coerente.

Talvez na prática a aquiescência pela existência de marcos de referência definidos foi fatualmente omitida. Contudo, é indispensável discernir que por diálogos paralelos foi possível perceber que paradoxalmente há a tentativa de construção do mapeamento de trilhas urbanas específicas construídas pelos sujeitos. Estas surgem em razão da força centrífuga de alguns marcos de referência urbanos do centro. Isto é, existe razoável consciência de alguns elementos que se tornam âncoras da relação entre a memória e a cidade. Esta situação repercute no seu grupo porque de acordo com Vygostsky (1987) a montagem da aprendizagem é perpassada pelas relações sociais que permitem sua sedimentação.

É importante destacar que quando os marcos de referência são construtos estabilizados, estas informações são validadas facilmente e aceitas sem hesitação. É o caso da construção mental de mapas de certos setores da cidade por pessoas que se guiam de forma eficaz por lugares mais “profundos” dessas áreas. Neste caso, as informações dos logradouros e números das ruas ocupam um segundo plano, assim rege o caráter visual pregnante que conduz uma situação de orientação hipotética, por exemplo,

(S5) “vai até o segundo farol e vira à direita, continua em frente até achá uma igreja de cor cinza. Nesse momento vira esquerda no final e...”

O arcabouço construído em vários anos de vivência espacial no centro de São Paulo permite que o indivíduo tenha um repertório consolidado de informações visuais. Estas possibilitam não apenas o reconhecimento pontual de edificações, mas também a construção de percursos globais que facilitam seu deslocamento extravasando os limiares do centro expandido. Nestes casos, tais itinerários são promovidos pela ajuda do transporte público coletivo.

(S1) “Se essa pessoa assim sai daqui agora, aí você vai lá na rodoviária tietê, daqui pra o tietê sei o percurso, sem pedir informação sem nada. Sei chegar lá

Armênia, Jabaquara, isso sem pedir informação, sem nada.... De metrô, ônibus, sem pedir informação sem nada!”

Esta situação ganha preponderância devido a que independente de qualquer fator desvirtuador advindo da fragmentação globalizante observa-se que existe certa resiliência e tendência de perpetuação dos marcos dispostos em ambiências hostis na paisagem urbana. Isto porque, é claro que as tergiversações influenciam e reduzem sua força imagética e compositiva na paisagem, mas parece que unicamente se abalam de modo tangencial, pois sua tentativa de reversão ao desaparecimento é maior.

Explanados vários aspectos do imaginário visual global pelo viés de Kohlsdorf e Lynch, o trabalho deparou-se com a tentativa de verificação de alguns aspectos pontuais mais específicos da constituição endógena do centro. Destarte, neste momento é preciso introduzir alguns outros elementos que tragam esclarecimentos à leitura dessas questões morfológicas mais instigantes. Com esta finalidade o item subsequente são referenciais instrumentais adjacentes.

5.1.1.3 Referenciais instrumentais adjacentes

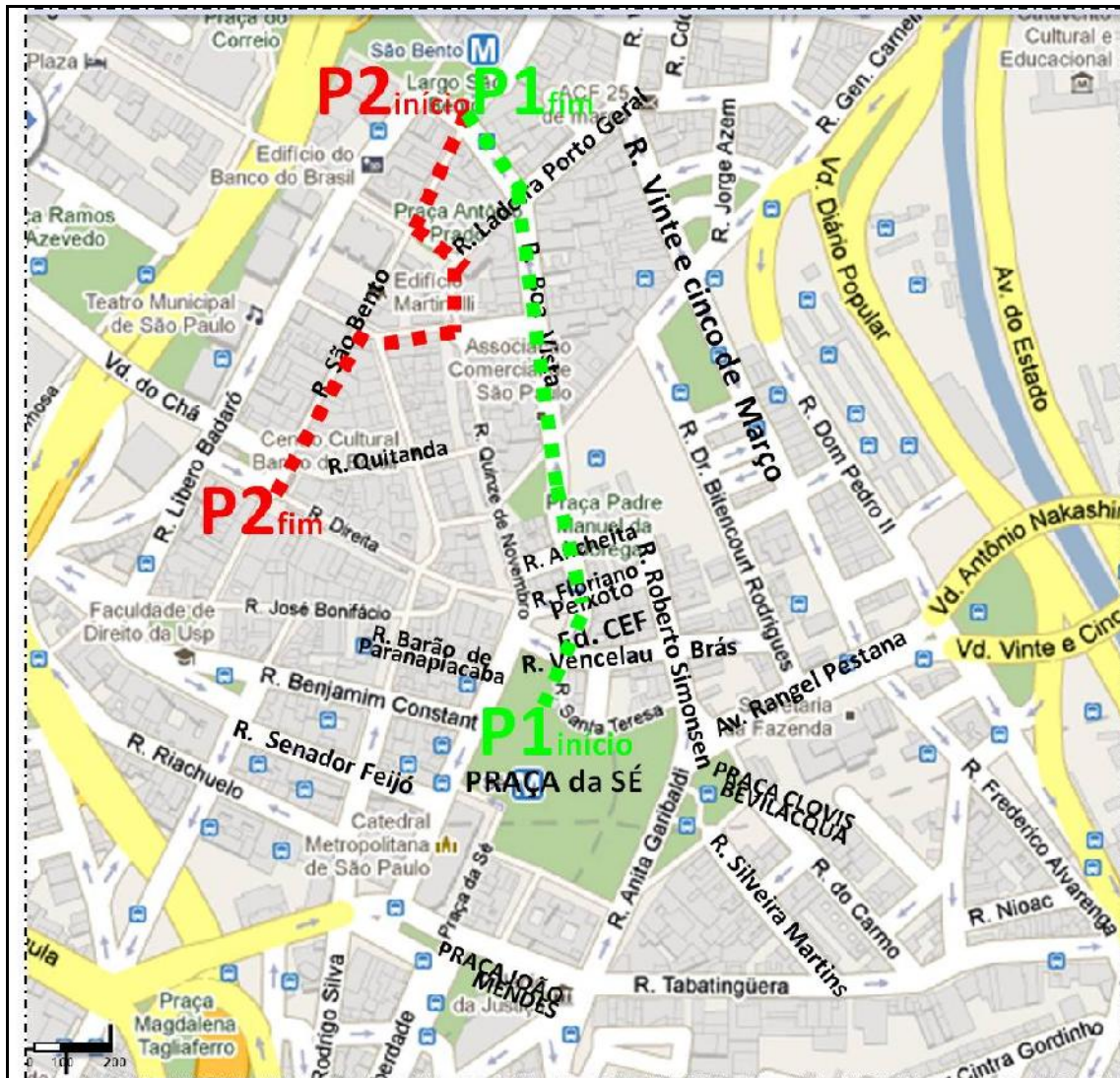
Acredita-se que no corpo destes instrumentos surgem tarefas precisas de escopo representativo e tangível que, de certo modo, possuem subjetividade lateral. Assim, decidiu-se a aplicação da Representação Bidimensional, a construção de um modelo tridimensional e, finalmente, o teste *Visual Object and Space Perception Battery* (VOSP). Novamente é necessário enfatizar que esta ordem é meramente operacional e não possui uma conotação rígida.

5.1.1.3.1 Maquetes

Na elaboração destes protótipos objetuais propendeu-se abordar a importância diferenciadora de percursos no núcleo central da cidade. Esta abordagem torna-se imperativa no intuito de encontrar os nexos das linguagens formais da paisagem e cidade. Isto é, corroborar se a pregnância advinda de alguns lugares promulgados pelos semianalfabetos realmente é verificável em pontos disseminados da área de recorte estabelecida.

Na expectativa de aproximação de uma qualificação diversa das paisagens urbanas em estudo foram constituídos dois percursos (Mapa 8). O primeiro teve como ponto de partida inicial a Praça da Sé e percorreu a Rua Boa vista até o Largo de São Bento. O segundo, usufruindo o ponto extremo do anterior trajeto, partiu da Igreja de São Bento e se deslocou pela Rua São Bento até atingir o Largo São Francisco.

Mapa 8 - Percursos das trilhas urbanas no centro de São Paulo



Fonte: Adaptado por Jairo Bastidas a partir do *software* livre *GMapCatcher*, em jan. 2013.

Os dois percursos podem ser classificados como moderadamente lineares e de baixa complexidade. Não obstante a Rua Boa Vista tenha uma forma mais acidentada no seu desenvolvimento esta feição é quase imperceptível. Já o outro trajeto foi cogitado tentando quebrar a linha cartesiana que separa dois marcos de referências – Igreja de São Bento e Largo de São Francisco. A diminuta oscilação no meio da Praça Antônio

Prado (Foto 13), que separa o Edifício Banespa (Edifício Banespa-Santander) e a inclusão da travessia tangencial à Praça do Patriarca foram intencionais. Isto com a finalidade de verificar se estes elementos acrescentados seriam considerados pelos respondentes.

Fotografia 13 - Praça Antônio Prado vista a partir da entrada do Edifício Banespa/Santander



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Neste instante é indispensável acrescentar que no referencial metodológico tinha sido assinalado que seriam aplicados três tipos diferentes de percursos. Contudo, estes foram abortados depois de constatar a representação tridimensional da Rua Boa Vista onde se constata traços fortes de desvanecimento. Considerando que seria uma empreitada inglória tentar decifrar modelos com escopo similar os demais trajetos foram negligenciados. Deste modo, surgiu improvisadamente o segundo percurso alternativo linear. A seguir serão descritos os principais achados das maquetes executadas.

Não obstante é necessário ilustrar que Gehl (2006) catalogou os deslocamentos no espaço público como: *necessários*, *opcionais* e *sociais*. As três categorias fornecem subsídios para aferição de índices de como as expectativas dos usuários estão sendo atendidas. Salienta-se que a ocupação permanente de atividades necessárias reflete que a estrutura urbana em análise possui qualidade de vida defasada. Nesta contextualização utilitária está inscrito o centro de São Paulo.

Em ambos os casos a legibilidade lábil é uma feição recorrente. Nesta perspectiva, em nenhuma das representações os atributos morfológicos são coincidentes e fidedignos à realidade da paisagem urbana do centro de São Paulo. Evidencia-se que são modelos totalmente genéricos na distribuição dos elementos que compõem a cidade e na qual os sujeitos utilizam principalmente a celeridade como parâmetro visando a culminação da tarefa.

Outros estudos com abordagens análogas demonstraram que em diversas ocasiões é possível uma leitura mais aguçada das maquetes. Isto é, em alguns casos é incluída a classificação piagetiana dos níveis psicogenéticos registrados nos estudos de Battro e Ellis (1999) e Bastidas (2003). Mas, pelo geral estas análises são mais condizentes com estudos qualitativos ou quali-quantitativos simultaneamente. Vale a pena elucidar que registros de pesquisas com viés unicamente qualitativo são rarefeitos.

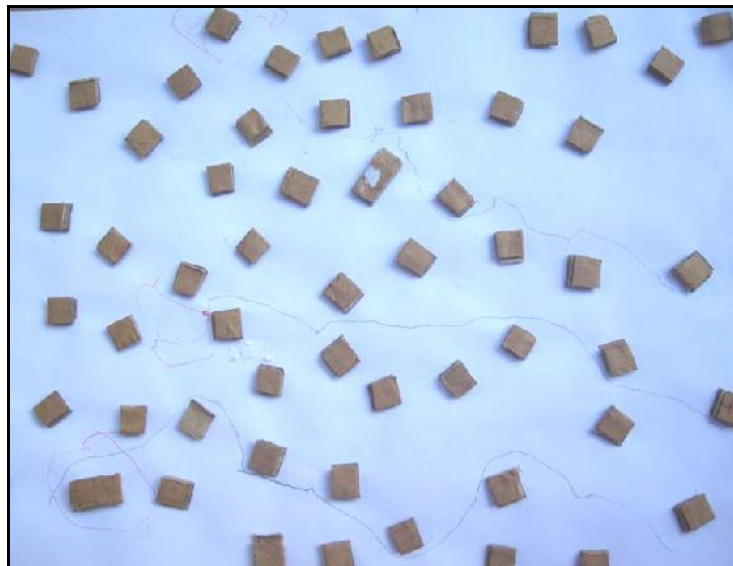
Destarte, em vista da padronização universalista, que aparenta ser a leitura de qualquer porção da cidade decidiu-se apelar a uma classificação igualmente com dois grandes blocos. É necessário lembrar que nos estudos baseados nos preceitos de Piaget (1975), a categorização é elaborada tendo como subsídio três níveis totalmente diáfanos que possuem feições peculiares. Na análise desta tese, constituíram-se duas categorias não necessariamente evolutivas: de composição formal e organização urbana.

Do ponto de vista da composição formal detectaram-se três agrupações identificáveis.

A primeira constituída por elementos dispersos (Figura 3). Em função da simplicidade esta maquete está balizada mais pelo caráter intuitivo e sugere apenas o cumprimento da tarefa. A composição é totalmente caótica sendo que todos os

elementos estão posicionados de modo aleatório. Cada unidade do conjunto parece ser alocado de modo a atingir certa equidistância com relação aos outros.

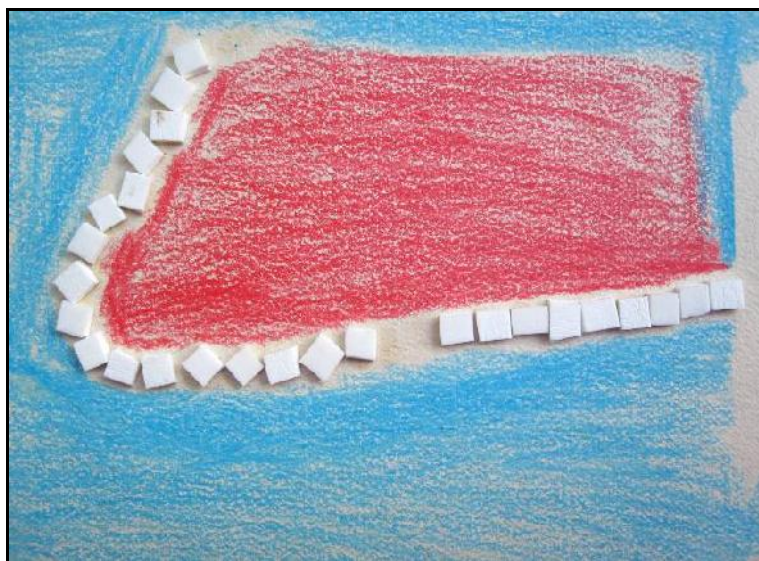
Figura 3 - Maquete substrato elementos dispersos elaborada por (S1)



Org.: Jairo Bastidas, julho de 2013.

A segunda diz respeito a ordenações lineares e correlatas (Figura 4). O princípio compositivo é formado através da junção sequencial dos elementos fornecidos em torno de uma fileira com uma leve deformação. O sentido do segundo protótipo com semelhante estirpe possui diversas unidades lineares sinuosas que compõem de modo caótico no formato.

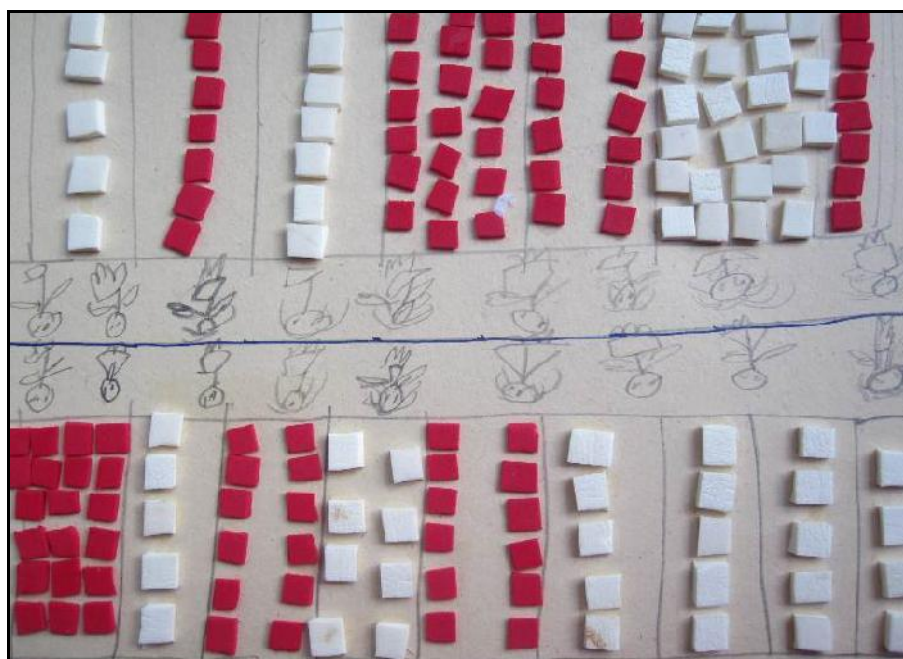
Figura 4 - Maquete substrato ordenações lineares elaborada por (S2)



Org.: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Na terceira categoria foram alinhadas as composições mais concentradas (Figura 5). É possível distinguir, com certo esforço, que são composições que evocam tangencialmente a quarteirões, contudo não possuem o mesmo gênero dos dois percursos estabelecidos. Quando questionado um dos entrevistados respondeu que as quadras na verdade são as fachadas dos edifícios. É interessante apreciar a rua como a coluna estruturadora de tudo e que na maquete são representados adicionalmente elementos como: veículos, flores e pessoas.

Figura 5 - Maquete substrato composições concentradas elaborada por (S5).



Org.: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Do ponto de vista da organização do parcelamento é proeminente que são considerados dois polos diferenciados.

O primeiro grupo está ajustado como uma organização desconexa (Figura 6). Isto é, a estrutura é totalmente fortuita nela não existe um critério acentuado que pautar a organização espacial. Pelo geral o realce de edificações mais pregnantes é favorecido pelo isolamento de sua implantação, por exemplo, na Catedral da Sé. Porém, até o conjunto arquitetônico coeso ganha concepção representativa desvirtuada da noção verídica dos edifícios. Isto é, os respondentes colocam os elementos isoladamente independente de sua condição real de ser uma sequência edilícia estável. Em virtude de todas estas vicissitudes o espaço remete a uma ocupação de um assentamento rural.

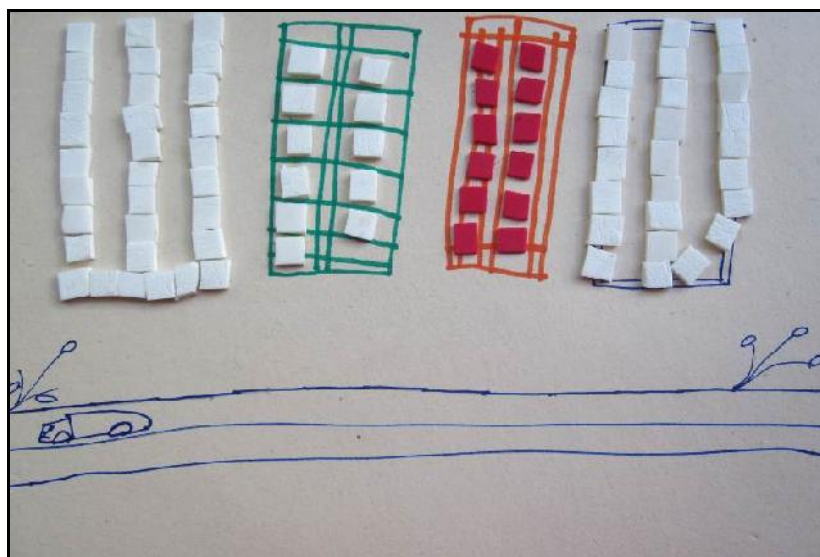
Figura 6 - Maquete substrato organização rural elaborada por (S1).



Org.: Jairo Bastidas, julho de 2013.

No segundo grupo é compartilhada uma organização mais coesa. Denota-se a representatividade de dois grupos, a saber: No agrupamento inicial a disposição dos módulos que representam as construções surge sequencialmente arranjado, sempre balizado por elementos compositivos lineares. Ou seja, sua junção possibilita uma leitura de conjunto impenetrável de fora para dentro. Esta é uma característica pregnante dos núcleos urbanos centrais. No último subgrupo existem vestígios da organização de macroparcelamento em forma de tabuleiro de xadrez (Figura 7). Entretanto, depõe contra sua permeabilidade espacial, devido às construções que “flutuam” na paisagem.

Figura 7 - Maquete substrato organização urbana elaborada por (S5).



Org.: Jairo Bastidas, julho de 2013.

A disposição das feições fundamentais das representações tridimensionais nesta última categoria de parcelamento remete imediatamente à cisão entre o urbano e rural. O comparecimento destes atributos filiados a um cerne espacial excludente gera perplexidade, pois reverte uma suposta lógica instituída justamente no centro de umas das dez principais cidades do mundo.

No que tange à questão rural é possível asseverar que esta construção visual é acarretada face à verossimilhança ao cotidiano da infância dos semianalfabetos. A paisagem propende ser fiel pela manutenção do estereótipo de habitação isolada, com baixa hierarquia de suas fases, num terreno que é passível de exploração agrícola. Este modelo nas áreas rurais é repetitivo e poucas transformações foram perpetradas até os dias atuais.

A afinidade e o legado com o lugar é estabelecido não apenas pelas feições espaciais, mas também pelo escopo utilitário funcional que alimenta e enriquece o conjunto com suas descrições. Este procedimento ao mesmo tempo fortifica seus vínculos familiares e suas tramas de interação do território em questão, mas ao mesmo tempo tem associação franca com a vivência em espacialidades e tempos pretéritos (BUTTIMER, 1985).

Halbwachs (1990) é enfático quando afirma que o passado não é decorado na íntegra na nossa mente e que este precisa irrevogavelmente que as cenas de lembranças ressurgam pela mediação do grupo social. Isto é, a construção e manutenção da memória são atribuídas a um processo coletivo. Esta assertiva significa que na medida em que o grupo se encontre mais disperso sua repercussão prospectiva será mais fragmentada e lábil. O autor considera que a reconstrução do passado é elaborada a partir das informações obtidas no momento presente.

Numa esfera contraposta, Bergson (1999) discorda e propõe que o passado se encontra intocado no inconsciente e que sua atualização é trazida para o presente por processos conscientes. Pela sua abrangência e identificação com alguns princípios oriundos do interacionismo optou-se por escolher os preceitos halbwachsonianos como balizas de entendimento deste mote.

A recomposição do imaginário da paisagem urbana bebendo nas fontes de épocas precedentes é uma forma de enfatizar sua identidade e seu sentido de propriedade. Estas relações concernentes à paisagem visam reforçar que a região central de São Paulo tornou-se uma paisagem mutável, repleta de transformações e confirma sua fragmentação.

A experiência pivotante de associação entre o passado e presente nasce no esforço de deslocar ou contextualizar parcialmente outra pessoa a uma época precedente (BOSI, 1994). Isto sublinha a existência preclara de uma sobreposição constante de paisagens em tempos descompassados, o pretérito e o atual, que possibilita a fluidez contínua de cenários mutáveis num local urbano determinado.

A estereotipação do modelo rural também denota a diluição dos interstícios do encontro entre os espaços público-privados, que se tornam no seu raciocínio como públicos. Para isso sugere-se que a lógica deste processo seja a seguinte, sob o auspício da coletividade como valor social as feições encobertas ou cercadas de barreiras são rejeitadas possibilitando a aproximação de pedestres e “fusão” de propriedades, portanto, a urbanidade se enraíza.

Seguramente este preceito é condizente à importância do compartilhamento e partição vivenciado nas suas origens, até de exploração da terra, bastante pronunciado nas áreas rurais brasileiras. A disposição mais permeável e solta possibilita o encontro das pessoas por todas as faces das construções, isto é, promove atos de acolhimento mais contornáveis e afáveis.

Por outra parte, os entrevistados ligados a questões do campo reconhecem que seu percurso pessoal, como história de vida, em vários momentos, foi conturbado. As adversidades advindas da vida na lavoura, de escassez e poucos recursos se desdobraram também em aspectos subjacentes. Esta situação, direta ou indiretamente, denota que seu afastamento da escolarização não foi arbitrário, mas praticamente obrigatório, pois numa situação econômica difícil, somada a uma família precocemente estruturada, sua biografia tornou-se um magníloquo desafio de sobrevivência.

(S1) “... Eu não tive tempo de estudar porque o meu passado é complicado explicar para o senhor entendeu, e eu não gosto nem de tocar entendeu, o que eu passei na vida, tocar a vida pra frente é melhor.”

A figuração que remete à rígida organização de parcelamento ortogonal é a constatação de uma pseudomalha que possui conotação genuinamente urbana. Salienta-se que sua concepção é autêntica no sentido de representar sua percepção espacial, entretanto, é um modelo onde apenas a rua, com diferentes matizes, estrutura o conjunto. O preceito de que os semianalfabetos, de forma análoga às crianças, representam o que sabem e não o que sabem e não o que está perante seus olhos é verificável.

Além das características apresentadas, estes modelos não explicitam de forma adequada a distância entre o ponto de partida e o final, que era praticamente equidistantes entre os dois percursos propostos. Respeito a esta questão é verificável constatar que é também dispensada a seriação correta dos quarteirões. Portanto, duas variáveis que parecem no cenário imaginário da maioria das pessoas letradas estão dissociadas. Intui-se que o raciocínio do sujeito requer a constatação da seriação e reversibilidade cognitiva. Esta junção permite a identificação e posterior localização exata dos elementos urbanos para aproximação de sua distância.

É inadiável anotar que suscita curiosidade a ressonância nas representações tridimensionais tanto do uso do solo e atividades dos edifícios, quanto do caráter pedestrianizado da Rua São Bento. Acreditava-se que o uso misto (comercial/serviços) incidiria na localização das lojas de porte maior, fato que não foi apontado. Por outra parte, o ambiente mais ameno e humanizado teve interferência tangencial, pois a sugestão de colocar estes elementos na maquete é permeada pela consciência existencial na percepção da paisagem. É claro que a presença de pedestres é positiva em muitas circunstâncias, mas também contraproducente nos depoimentos de alguns porque o movimento constante de transeuntes abnega a visão dos conjuntos arquitetônicos.

É consensual na leitura dos semianalfabetos que as alturas e os marcos de referências desapareçam nos protótipos. Embora o fornecimento de mini blocos modulares em tese facilitaria o crescimento vertical das construções, isto não ocorreu. Foi incompreensível também conferir que os mini blocos diferenciados pela cor

unicamente foram utilizados para contraste compositivo e de forma nenhuma visando integralizar na paisagem os marcos urbanos. Todo o conjunto possui uma altura homogênea sem grandes alterações, nem diferenciações de forma.

Sobre os marcos as pessoas admitem o reconhecimento hipotético de alguns elementos urbanos de utilidade prática na paisagem (bancos, etc.), mas estes não são identificados na construção de sua maquete. O sujeito consegue enumerar algumas das entidades financeiras, mas dada a ilegibilidade das informações consignadas na maquete real surge uma dessincronização que deixa à pessoa irresoluta. Este embate *cidade vivenciada/cidade representada* leva a tentar catalogar elementos desconexos apenas visando a resolução imediata de um problema simples que não possui um base de apoio firme.

Entretanto, quando os semianalfabetos foram instigados a inquéritos pontuais, os depoimentos de conhecimento da realidade edilícia são suspeitos ou não refletem a situação contextual, pois vários dos lugares estiveram inseridos nos percursos efetivados. Isto é, os trajetos foram feitos na frente da maioria de edificações importantes do ponto de vista visual e também possuem intensidade prático-funcional.

(S2) “Passou. Mas a Caixa da Praça da Sé? A caixa da Praça da Sé, ela tá assim, vem assim, volta assim, ela tá assim. E a Caixa Federal de Anhangabaú., ela tá desse lado. Ela tá, ela tá assim”.

Para encerrar o item das maquetes é preciso elucidar que as lacunas de imperceptibilidade de alguns aspectos perpassam os limiares da credibilidade, na nossa análise, porque até o Edifício Banespa/Santander que reúne a junção das duas variáveis (Altura/Marco) é omitido na paisagem. Lembre-se que o Edifício Altino Arantes (nome original do Edifício Banespa) com seus 161,22 metros produz uma desigualdade vertical grandiloquente. Sua pregnância visual não é quebrada nem pela proximidade de outros blocos edilícios nos quais predomina a redundância ou complexidade compositiva.

5.1.1.3.2 Desenhos reais

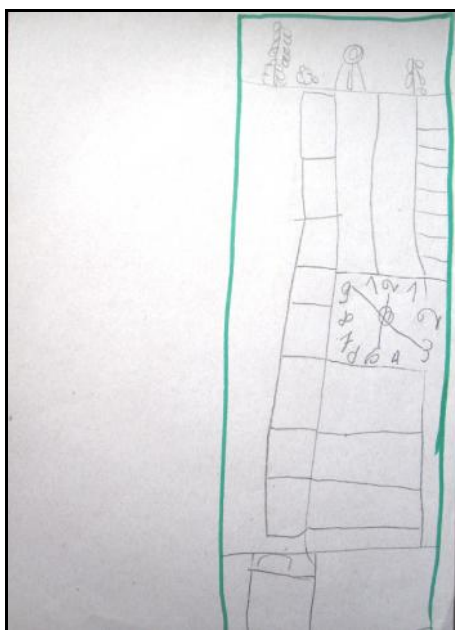
Este tipo de representação *in situ* sob as diretrizes comuns da mão livre objetivou a interpretação de como os sujeitos percebem a paisagem urbana, isto é, quais

elementos morfológicos o entrevistado capta como mais relevantes no espaço. Esta figuração, também serve para testar sua capacidade intelectual, conferindo se os indivíduos ainda insistem em representar no desenho bidimensional elementos diferentes aos que o campo visual apresenta. Isto é, se desenham o que sabem, ou de fato representam o que enxergam.

Este esboço mostrou, pela primeira vez, acentuadas semelhanças entre integrantes da amostra nas representações bidimensionais. Quando comparadas as representações de índole perceptiva *in loco* a tendência dos desenhos é tentar demonstrar o abandono das barreiras intelectuais do desenvolvimento ou a negação da força do vazio, preenchendo até intuitivamente ou por empatia de objetos com os quais se identificam.

São desenhos de caráter primário, semelhantes às representações bidimensionais das crianças, onde os elementos urbano-arquitetônicos são alocados sem obedecer a uma composição rígida e ordenada (Figura 8). Há tendência em agrupar ou concentrar elementos dentro do formato. As proporções dominantes dos objetos não guardam relação harmônica, e cada objeto apenas se articula com a realidade por meio de seu contorno. Igualmente persiste a alocação de alguns objetos inanimados transitórios e representações que detalham objetos como a calçada, relógio, flores imaginárias, etc.

Figura 8 - Desenho real do Mosteiro de São Bento elaborado por (S2).



Org.: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Os desenhos podem ser catalogados como croquis pelo seu grau de abstração da realidade da paisagem urbana. Todos guardam um conteúdo generalizável que parece se deslocar com facilidade para outras instâncias gráficas como os desenhos do imaginário local. Acredita-se que esta insistência possa ser catalogada como a pretensa necessidade de algo que falta ou a inclinação por atributos que despertam empatia e permite a afloração de diversas emoções.

5.1.1.3.3 Teste VOSP

A derradeira tarefa pertencente às representações instrumentais adjacentes diz respeito aos testes VOSP (Quadro 5). Elegeram-se dez imagens mais representativas do ponto de vista turístico de edifícios inseridos no tecido central e alguns poucos em outros locais de São Paulo (ver Apêndice B). A totalidade pode ser classificada no imaginário urbano de próprios e forasteiros como *marcos de referência*. Algumas destas construções possuem atributos morfológicos que extrapolam a questão do conjunto para também serem ressaltados pela peculiar disposição de seus detalhes. É preciso enfatizar que apenas foi exposta para o entrevistado, de forma aleatória, a silhueta deste conjunto de figuras.

Quadro 5 – Marcos de referência utilizados nos testes VOSP

Marco de Referência		Tipo de vista		Caráter Edifício		sujeitos da amostra				
		aérea	pedestre	institucional	privado	S1	S2	S3	S4	S5
						homem	mulher	mulher	mulher	homem
1	Mosteiro de São Bento		1	1		1	1	1		
2	Catedral da Sé	1		1		1	1	1	1	1
3	Pateo do Collegio		1	1		1				
4	Detalhe Catedral da Sé	1		1		1	1	1		
5	Edifício Banespa/Santander		1		1	1		1		1
6	MASP		1	1						
7	Copan	1			1	1				
8	Detalhe Copan		1		1					
9	Faculdade Direito USP		1	1		1			1	
10	Praça do Patriarca	1		1		1				1

Org.: Bastidas, J. (2013).

Numa leitura horizontal do quadro apresentado é possível inferir novamente que a pregnância da Catedral Metropolitana da Sé é muito acentuada. Nesta mesma

perspectiva em escala descendente surge o Mosteiro de São Bento, os detalhes da Catedral e o Edifício do Banespa/Santander. De forma recorrente é preciso salientar que estes elementos possuem relevância significacional morfológica e religiosa no contexto da cidade.

No outro extremo a total ininteligibilidade do MASP (marco de referência da cidade) e dos detalhes do edifício do Copan evidencia que são edifícios cuja repercussão é nula no imaginário dos semianalfabetos. No caso do MASP é admissível interpretar este fato em virtude da dificuldade de deslocamento até a Avenida Paulista. Mas esta lógica não é análoga ao Copan que está no centro expandido da capital do Estado.

É possível aludir também que a incidência de edifícios e espaços públicos livres é mais proeminente que as espacialidades com caráter privativo, pois são mais lembrados. Este tipo de empatia refere-se a um sentimento de identidade e afinidade por elementos que dispostos de modo moderadamente homogêneo na paisagem prestam um serviço direto para as pessoas. O edifício Banespa/Santander é o único que estaria regido por princípios dissímeis, mas que pela sua figura esbelta provavelmente é reconhecido.

Entre as edificações mais rememoradas o quadro sugere que é desprezível a condição do tipo de vista, devido a que tanto as visões áreas, quanto as de pedestres apresentam idêntico grau de assiduidade. Neste sentido, a tridimensionalidade espacial no imaginário destes sujeitos parece não estar alicerçada necessariamente na altura em que o sujeito percebe o objeto arquitetônico e sim no alcance direto da forma e disposição de tal objeto.

No que tange ao gênero a partir das informações fornecidas pela tabela é arriscado afirmar taxativamente que o sexo masculino apresenta melhor performance no reconhecimento de figuras que o feminino. Embora seja verificável um descompasso favorável aos homens uma leitura mais objetiva visaria o isolamento do S1, por motivos que explicaremos na sequência, comparando apenas os quatro restantes. Neste sentido a distribuição é mais uniforme e pode ser praticamente menosprezada.

Finalmente, vale a pena enfatizar os 80% de acertos do S1, como caso disjunto, na tarefa VOSP. Destarte, estes testes constatarem que as maiores dificuldades de aprendizagem da língua, segundo a classificação explicitada nos aspectos demográficos, são neste caso inversamente proporcionais aos melhores escores de identificação das silhuetas. Esta habilidade é atingida tanto com imagens totais de edifícios, quanto dos detalhes destas. Unicamente sofre uma pequena anomalia quando foram testados o MASP e um detalhe do edifício do Copan.

Esta última disparidade do aluno que justamente possui entraves de aprendizagem mais expressivos confirma parcialmente a hipótese de que as pessoas menos alfabetizadas possuem uma aptidão expandida de armazenar informações. Mas para corroborar este preceito precisaríamos fazer testes mais exaustivos que avaliem esta condição, questão que por se afastar dos nossos objetivos foi relevada. O importante é destacar a prevalência do repertório imagético visual deste sujeito extravasa os limiares do centro de São Paulo, pois informalmente foram apresentadas várias imagens aleatórias das quais distinguiu a maioria. Esta consideração finda o imaginário visual global. Sequencialmente será apresentado o imaginário local.

5.1.2 Imaginário Visual local

A abordagem dos mapas mentais locais propendeu pelo estabelecimento de uma leitura comparativa de outra espacialidade conhecida da cidade para autenticar como a paisagem local influencia e é decodificada. Neste sentido acredita-se que a escolha do seu próprio local de moradia, nas áreas contíguas ao recorte espacial proposto e vizinha da Escola Duque de Caxias, condiz de modo direto com os lugares mais conhecidos no seu imaginário espacial.

A situação de segregação do setor denominado como Baixada do Glicério é dicotômica se considerarmos a proximidade com o Anhangabaú e outros bairros do novo centro de São Paulo. Esta assertiva não é precipitada, pois justamente nestes últimos lugares estão localizados, além do prédio da Prefeitura atual da cidade, edifícios institucionais (de ordem local, regional e nacional) e empreendimentos privados importantes. Esta caracterização da Baixada do Glicério esbarra praticamente na

invisibilidade territorial, que é robustecida pela sua localização numa depressão topográfica em relação ao Centro.

Como mencionado nos aspectos demográficos, a maioria dos integrantes da amostra mora na cidade de São Paulo pelo menos há meia década. Neste período, relativamente vasto, a fixação da sua moradia não convergiu necessariamente no centro da cidade. Isto é, antes de cogitar sua permanência nesta região, estas pessoas já percorreram múltiplas áreas e bairros. Entretanto, é sintomático esclarecer que, isoladamente ou com suas famílias, as pessoas sempre moraram nas circunvizinhanças deste núcleo urbano Metropolitano.

Este tipo de mobilidade visando à fixação de residência alinhada ao tempo de convivência com a paisagem urbana possibilita mencionar que as indagações elaboradas ecoam imediatamente nas respostas explicitadas. Trata-se irrefutavelmente de uma espacialidade cotidiana, isto é, a qual os respondentes conhecem internamente à exaustão. Dominam e localizam a maioria de espaços, inclusive as espacialidades mais recônditas e becos que a estrutura urbana e as atitudes humanas proporcionaram e sedimentaram.

Quanto aos vetores físicos naturais incidentes na região os observadores conseguem detectar com convicção quais são os pontos da área que possuem irregularidades topográficas acentuadas (Rua Anita Ferraz e Dr. Tomás de Lima). Entretanto, é paradoxal que apenas uma pessoa responda de modo adequado sobre a primeira parte visível do Rio Tamanduateí cujo início está localizado justamente na interseção do Viaduto do Glicério com a Avenida do Estado.

A constituição funcional permite inferir que esta área seja trabalhada como uma pequena vila local encravada no centro de São Paulo e conhecida como a Baixada do Glicério. Todos os respondentes, de forma quase consensual, sublinham de modo acertado, com exatidão e quantidade de detalhes a infraestrutura que este conglomerado possui. O espectro de possibilidades coloca na pauta os principais pontos de comércio e os usos espaciais de primeira necessidade. Além disso, são mencionados com maior fidúcia os cinco elementos de Lynch.

Vale a pena salientar que esta microrregião está suficientemente servida da maioria dos usos comerciais e de serviço. Ou seja, não perseveram dificuldades expressivas que inibam o encontro de mercados, padarias, açougues, lanchonetes, farmácias, lojas de materiais de construção, lojas de vestuário, etc. Todos estes locais compactuam com a fixação de preços populares, coerentes à sua inserção urbana.

Na distribuição das atividades, conhecidas como serviços na classificação urbanística, é destacável a proliferação de salas, próprias ou alugadas, de cabeleireiros, costureira, chaveiros, sapateiros, marceneiro, etc. São rarefeitas as construções destinadas a igrejas, principalmente evangélicas. Excluindo a escola e as funções institucionais, não comparecem de modo análogo as entidades bancárias que são nulas. Como informação adicional o Posto de Saúde mais próximo está localizado na Rua Leopoldo Miguez, depois do viaduto Leste-Oeste.

Cabe destacar que a pluralidade de usos do solo arrolados apresenta-se de modo um tanto disseminado nessa estrutura urbana. Isto denota a constatação de duas ruas essenciais com maior urbanidade – Rua Conde das Sardezas e Rua Helena Zerrenner. Em face desta concentração comercial e de serviços estas ruas possuem razoável movimento durante os dias de expediente normal e também aos domingos e feriados. Destarte, em uma pequena área os entrevistados convergem em sublinhar de modo sincrônico os pontos de compra de produtos mais frequentemente visitados, a exemplo do Mercado Mãezinha (Foto 14).

Fotografia 14 - Mercado Mãezinha localizado na Rua Oscar Cintra Gordinho, 231



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Quanto aos elementos lynchianos, os indivíduos não hesitam em afirmar que a Igreja Nossa Senhora da Paz (Foto 15) e a Escola Duque de Caxias são tidos como os principais marcos de referência do bairro. Imputa-se a eles um valor significativo devido a que contribuem para sua formação espiritual e educativa, respectivamente. É necessário elucidar que a escola é o lugar aonde os integrantes da amostra estudam.

Fotografia 15 – Vista da Torre da Igreja de Nossa Senhora da Paz na Rua Glicério, 228



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Estas edificações ganham destaque perante as outras não pela escala monumental que possuem, pois são edifícios relativamente baixos, mas porque são composições estético-arquitetônicas com pregnância regulada, baseadas em princípios diferenciados. Estas ressaltam por contraste descendente (advindo da escala menor) na paisagem pela sua fortuita e relativamente moderada condição de isolamento. Esta última condicionante torna-se mais acentuada em função do emolduramento de pequenos núcleos de massa verde.

É dicotômico que o Edifício do Tribunal de Justiça “9 de julho” (Foto 16/segundo plano), como mostra de contraste vertical seja esquecido pelos entrevistados. Esta questão, na nossa leitura, é inusitada, pois tem uma concepção edilícia filiada à arquitetura da globalização. Possui, segundo o senso comum, alta legibilidade, pois é marcante a disposição de fachadas envidraçadas, número de pavimentos entre outras feições. Entretanto, esta postura sugere que suas “bondades”

estéticas abdicam da deflagração de notáveis movimentos perceptivos. Fundamentado em condicionantes históricas homólogas às da Catedral da Sé o edifício de menor escala conhecido como Palacete Conde de Sarzedas sim é reconhecido.

Fotografia 16 - Edifício do Tribunal de Justiça 9 de julho e o Palacete Conde de Sarzedas na Rua Conde de Sarzedas altura do número 100.

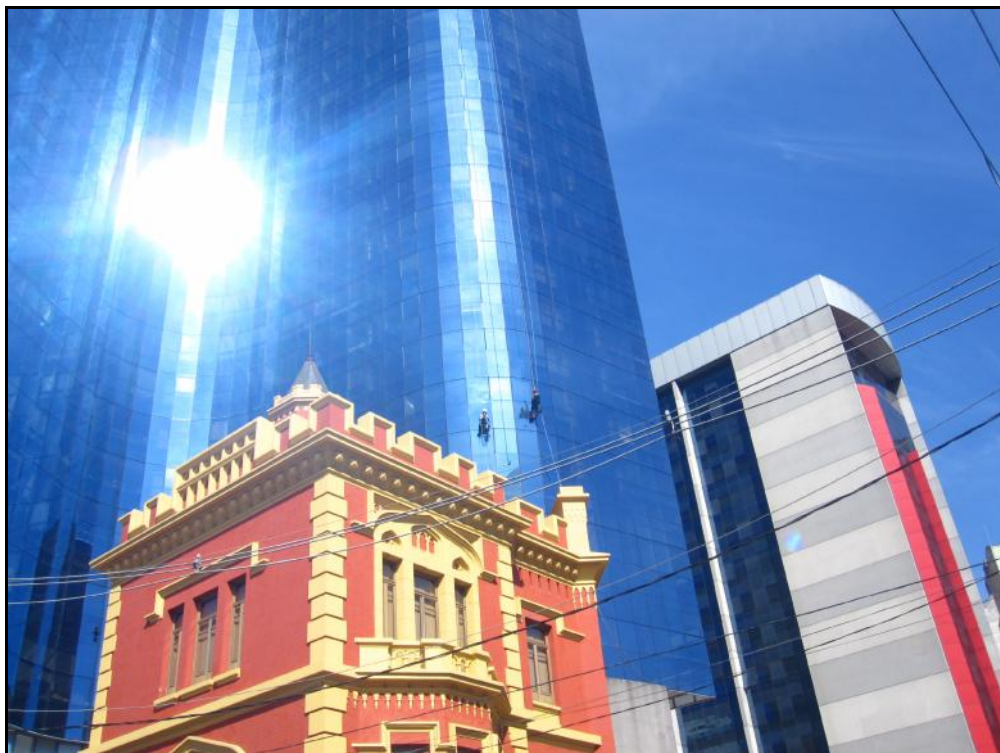


Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

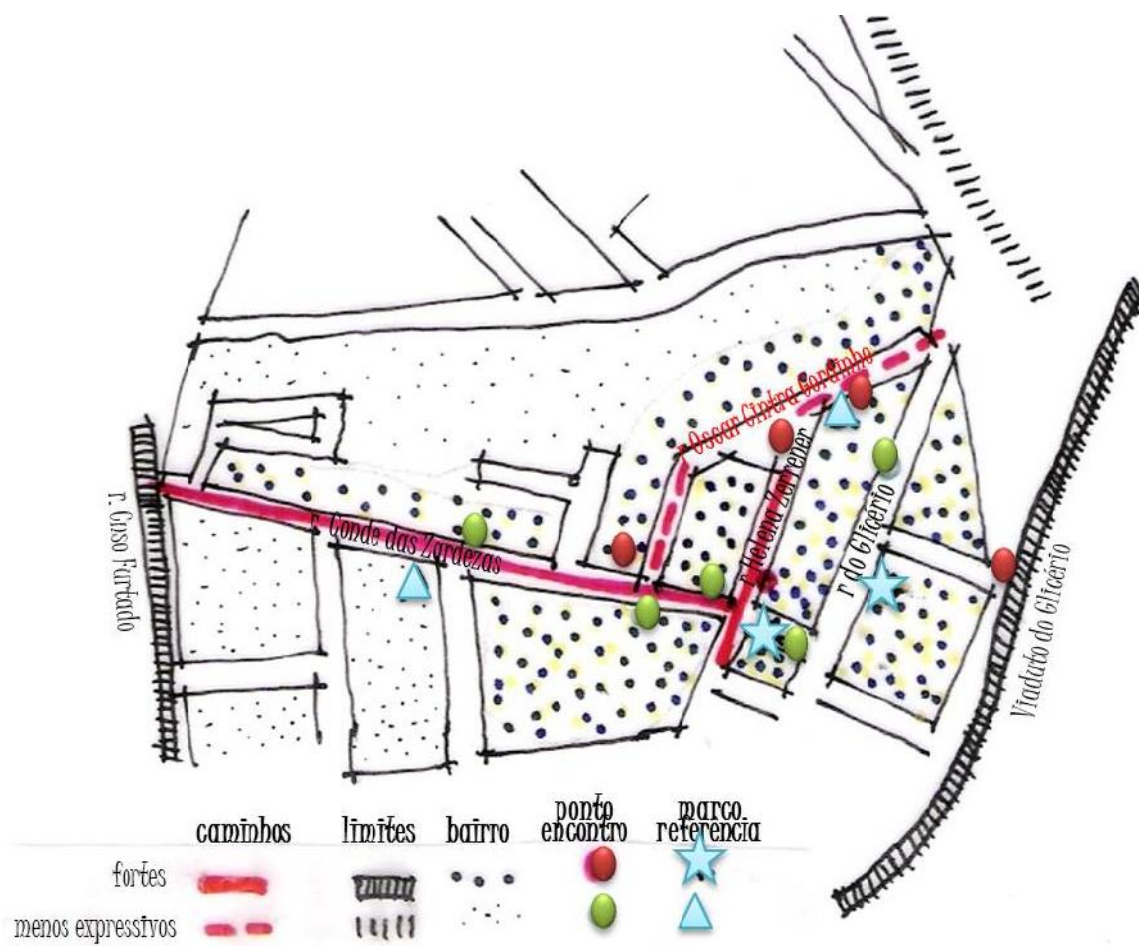
A hierarquia viária, como anteriormente foi frisado, é dada mais pela ênfase comercial do que pela constituição morfológica diferenciada. Isto é, todas as caixas das ruas possuem proporções e dimensionamento de uma rua de áreas residencial ou mista. Ou seja, as calçadas atingem entre um metro e meio e dois metros, enquanto a área central asfaltada comporta dois carros estacionados nas laterais e mais dois na faixa.

Ainda falando sobre os caminhos ou limites, elementos com função híbrida neste caso os sujeitos assinalam com veemência que o viaduto Leste-Oeste é o limite do seu bairro nos sentidos Este e Sul e no outro sentido é a Rua Conselheiro Furtado. Nos outros sentidos as ruas carecem de adequada legibilidade e imaginabilidade, em decorrência disto se confundem ou simplesmente não conseguem externalizar um nome concreto de rua. A estrutura viária da Baixada do Glicério como um conjunto coeso do ponto de vista gráfico é sombria, não sendo possível sua leitura, por isso está filiada aos

padrões não reticulados. Contudo, é preciso mencionar que os semianalfabetos reconhecem cabalmente os sentidos e as ruas sem saída que o bairro possui.

Já sobre os pontos de encontro são constituídos com tal configuração alguns bares e lanchonetes da Rua Conde de Sarzedas e a Praça Ministro Costa Manso. Aos domingos, dia de feira livre embaixo do Viaduto, os pontos de encontro sofrem intermitentes deslocamentos para este lugar. Este tipo de destroncamento reproduz parcialmente a reconstrução de uma tradição que prevalece nas cidades do interior brasileiro. É necessário elucidar que nas áreas residenciais de áreas deterioradas a rua se torna extensão do espaço público e nesta espacialidade é instituída sua representação mental (Mapa 9).

Mapa 9 - Mapa mental da Baixada do Glicério a partir dos depoimentos dos integrantes da amostra.



Fonte: Adaptado por Jairo Bastidas a partir do *software* livre *GMapCatcher*, em jan. 2013.

Grosso modo o panorama preliminar construído das questões locais da paisagem de uma área adjacente ao centro de São Paulo leva a suscitar diversas constatações.

Quiçá a mais destacada, é que com pequenas oscilações, esta mini região para os semianalfabetos possui aceitáveis índices de legibilidade e imaginabilidade na maioria das instâncias analisadas. É evidente que a maioria dos indivíduos concebe uma eloquente ligação com o imaginário urbano local.

5.1.2.1. O desenho das paisagens locais

No intuito de corroborar se o conhecimento verbal mostrado na parte preliminar deste item era realmente verídico e podia ser explicitado em conhecimentos gráficos foram solicitadas algumas representações bidimensionais. Requereu-se um desenho da fachada da própria residência e outro do percurso que estes sujeitos realizam cotidianamente do seu local de residência até a escola Duque de Caxias.

O desenho é uma atividade lúdica individual que se insere no campo da imitação e do jogo. A partir de suas feições particulares, os indivíduos o aproveitam em forma de linguagem gráfica, e é usufruído como canal de comunicação e socialização com os outros sujeitos (PIAGET, 1975). Do mesmo modo que se utiliza a palavra como instrumento para conseguir maneiras de se relacionar, o semianalfabeto pode lançar mão eventualmente do desenho para apregoar alguma dúvida ou esclarecimento.

Nesta singular concepção do mundo das representações bidimensionais são destaques sua espontaneidade e originalidade. Portanto, é impossível fixar sua criação dentro dos cânones acadêmicos normais da representação “tradicional”, mas entendê-los como figurações que apostam na representação de elementos da realidade e possuem sentido e significação únicos para recriar cenários. Uma análise inicial enveredou esta abordagem por apenas as questões mais eloquentes, devido a que pelo grau de exígua depuração não suportaria, por exemplo, uma análise psicogenética.

Por outra parte, segundo Battro e Ellis (1999), a primeira parte perceptiva do processamento da informação que se torna imagética mantêm-se imutável. Durante a execução das representações acontece a representação bidimensional precisa da tradução da imagem num meio para ser representada. Portanto, a figuração bidimensional é um processo complexo até mais do que a elaboração das maquetes que

apenas lidam com a ordenação de módulos prefigurados para serem alocados numa superfície.

5.1.2.1.1 Desenho da fachada da moradia

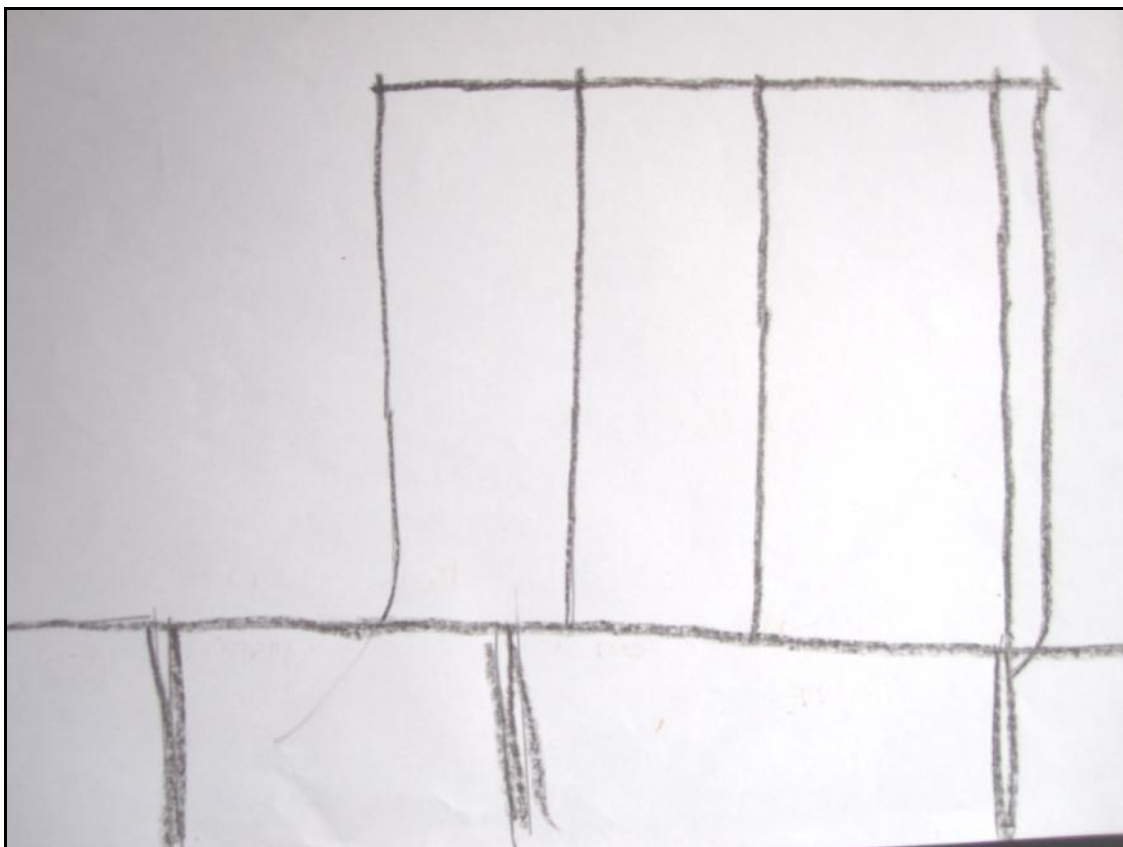
A moradia é o ambiente local onde o sujeito pode testemunhar sua existência com maior facilidade. Esta condição é factível porque é uma espacialidade que o indivíduo percorre cotidianamente, induzindo seu conhecimento de memória da situação atual e de suas transformações pretéritas. Apelou-se à sua reconstituição por acreditarmos que a moradia é o espaço íntimo mais consolidado dentre as espacialidades evocadas pelo imaginário dos semianalfabetos. Portanto deveria, em teoria, possuir um grau de consolidação considerável.

Entretanto, esse conhecimento totalizante do espaço doméstico promove pensar em certo tipo de relatividade, pois o sujeito tem o livre arbítrio na representação, isto é, o ato de desenhar não inibe em momento algum figurar a casa vista exterior ou interiormente. Para abnegar esta tergiversação foi solicitada a representação da fachada vista exteriormente.

O desenho sobre a composição da fachada dos edifícios reflete as características mais primárias de uma figuração. Em seus primórdios, a representação é obtida como a somatória de um conjunto de linhas ancoradas num formato retangular que se tornam razoavelmente legíveis. Outros destaques nas representações são a tentativa de aplicação de cores, igualmente, os elementos internos das fachadas (vãos, esquadrias e outros) ora compareçam, ora desaparecem sem justificativa clara.

Os indivíduos desenham elementos dispersos sem ligação, e a representação está claramente baseada num estereótipo de edifício (Figura 9). Esse modelo clássico aparece ainda incompleto, pois nos blocos residenciais são desconsideradas algumas das divisões entre os pavimentos, desenhando exclusivamente apenas “seu” apartamento ou representando andares além dos existentes. A base do formato é utilizada como suporte do desenho. Em algumas figurações, unicamente aparecem elementos naturais fictícios, pois estes são inexistentes.

Figura 9 - Desenho de Fachadas estereotipadas dos edifícios elaborado por (S5).



Org.: Jairo Bastidas, julho de 2013.

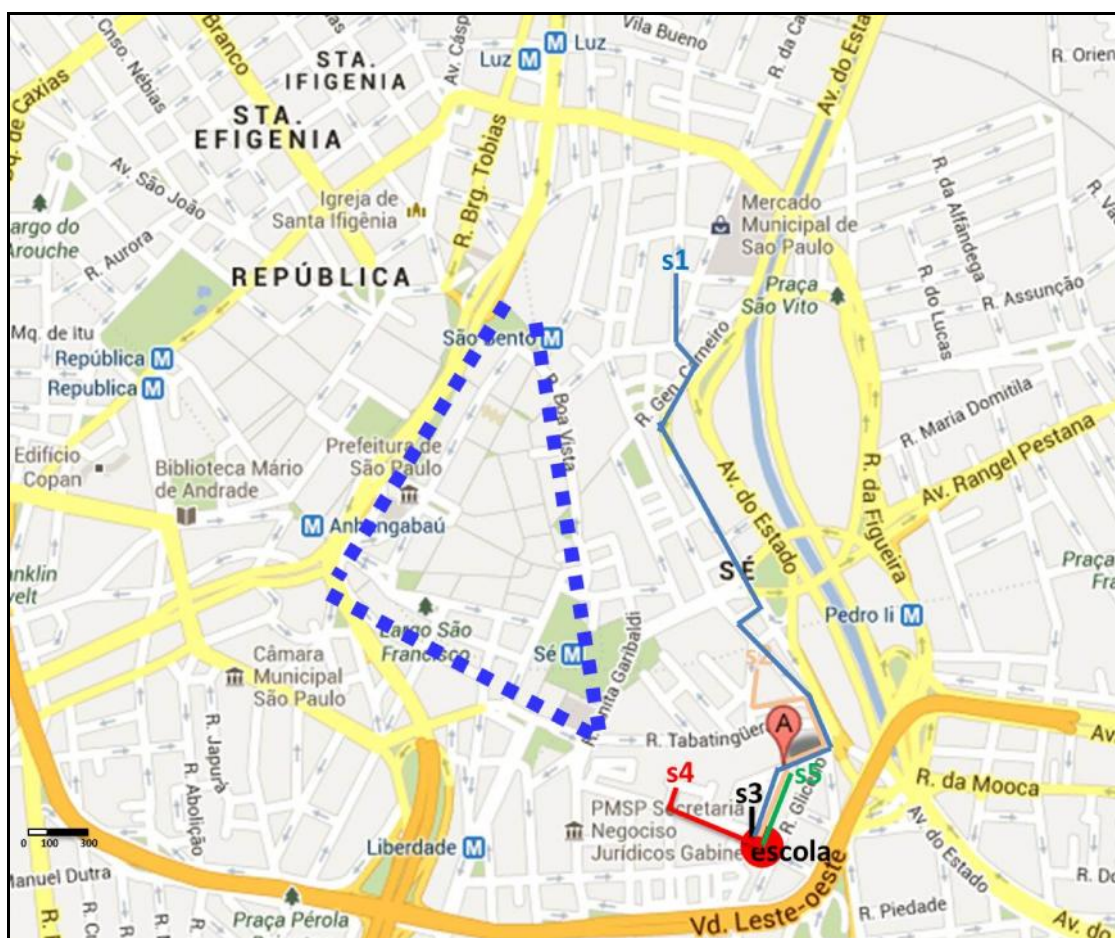
Ao questionamento de “Você consegue descrever para mim a fachada da sua casa ou apartamento?” O sujeito hesita e replica “A fachada? Mas, o número?”. Interpreta-se que o intuito de reforçar que sua orientação e identificação está balizada pelo fator numérico, certamente, em especial por fatores funcionais, esta dimensão é difícil de ser estremecida. Depois de instigar os desdobramentos sobre esta questão são elencados de modo verbal rarefeitos e pontuais elementos morfológicos do local de moradia.

Ainda com relação à moradia em si vale a pena esclarecer que os respondentes desenvolveram algumas tentativas de representação bidimensional da planta da casa ou apartamento. Os desenhos possuem feições com maior nível de abstração e ilegibilidade que as fachadas; por suas características estão alinhadas às representações infantis. Ressalta-se que é menos complexo elaborar uma fachada, devido a que compreensão da planta baixa requer processos tridimensionais mais exacerbados. Destarte, estas representações foram *a priori* desconsideradas.

5.1.2.1.2 Desenho do percurso moradia-escola

Acredita-se que as trilhas urbanas pendulares (Mapa 10) entre a escola Duque de Caxias e o local de residência são os primeiros elos representativos que podem revelar a gênese do processo evolutivo da construção da paisagem urbana do centro de São Paulo. Este incentivo camuflado foi indispensável no ensejo de arranhar algumas pistas mais sugestivas e explícitas sobre que elementos são passíveis de decodificação no espaço da cidade.

Mapa 10 - Percursos dos sujeitos da amostra entre a Escola e seu local de moradia



Fonte: Adaptado por Jairo Bastidas a partir do *software* livre *GMapCatcher*, em jan. 2013.

Os desenhos revelam composições a partir de elementos isolados ou que denotam um cabal conflito entre a representação entre planta e fachada. Na concepção de alguns indivíduos preferem explicitar o percurso com a realização parcial da rua em elevação. Isto é, a lógica do entrevistador, que considera como melhor caminho uma

representação em planta é tergiversada e envolve um conflito de representações em planta e fachadas, autênticas produções da população infantil.

Em alguns casos é possível afirmar que o percurso supracitado é o resultado da adição de várias fachadas, que curiosamente tinham sido solicitadas de modo precedente (Figura 10). Uma característica pronunciada é o comparecimento de objetos automotores adjuntos às edificações e, em certas circunstancias de modo intermitente, objetos animados. O detalhamento de modo diáfano é precário, complementarmente, surgem elementos sem nexos espacial.

Figura 10 – Desenho do Percurso entre a Escola e o local de moradia elaborado por (S1).



Org.: Jairo Bastidas, julho de 2013.

De acordo à explanação das representações bidimensionais são poucas as pessoas que na etapa adulta possuem um pleno domínio das relações topológicas, projetivas e euclidianas. No entanto, esta circunstância não significa a incompreensão do espaço, mas muito pelo contrário seu entendimento sob os parâmetros da percepção totalizante revelada nos depoimentos. Isto é, consideram a paisagem como a articulação das seis categorias morfológicas em diferentes graus de complexidade para a leitura urbana.

A explicação científica de porque este instrumento se mostrou frágil é porque se acredita que com certas defasagens singulares todo indivíduo com desenvolvimento normal chega à maturidade pictórica entendível. Esta se conserva quase intacta, ou com ligeiras modificações, até atingir o estágio adulto, mas apenas poucos talentosos perseveram para aprimorar essa aptidão. (EDWARDS, 2000). Em diversas circunstâncias esta brecha é tão pronunciada que numa hipotética comparação muitos desenhos de crianças são mais aprimorados que algumas representações de adultos.

Contudo esta deturpação emana também em virtude da baixa quantidade de estimulação e experiências pregressas frustrantes com as quais cada sujeito se debruçou. Destarte, as representações dos indivíduos imediatamente recuam (WIDLOCHER, 1975). Enfatiza-se de igual modo que posterior aos quatro estádios de desenvolvimento piagetianos a atividade de desenhar para a maioria das crianças perde o interesse, condição advinda do desenvolvimento da intromissão da faculdade crítica somado à “desmotivação” da educação vigente.

Ainda sobre as representações bidimensionais é necessário salientar que é pouco provável para arquitetos, geógrafos, psicólogos, pedagogos, ou outros profissionais outorgar o mesmo significado que estes sujeitos fornecem aos desenhos. Existe o risco latente de que a subjetividade da figuração dos semianalfabetos seja erroneamente interpretada, o que obriga a pensar na possibilidade de que estas acepções possam coincidir ou não com a vontade do autor do desenho (BATTRO; ELLIS, 1999). Estas divagações arrematam o panorama imaginário local.

O panorama arquitetado evidencia nos aspectos globais que as nossas hipóteses foram construídas a partir das feições endógenas na direção das exógenas. Isto é, o pesquisador possui o domínio espacial quase absoluto da área objeto de estudo. Dentro deste conhecimento estão incluídas pesquisas correlatas, informações imagéticas configuracionais, o processamento de dados pontuais e subsídios advindos de fontes cartográficas. Esclarece-se que provavelmente os entrevistados possuem dados rarefeitos, contudo a sua sistematização não é tão manifesta.

Na pesquisa do nível local é possível salientar que houve incidência do movimento inverso. Destarte, o pesquisador foi praticamente intimado a mergulhar nos aspectos proeminentes e superficiais da estrutura da Baixada do Glicério e conhecer algumas das particularidades das dimensões socioculturais da vivência dos indivíduos. Nesta perspectiva, verifica-se que as tarefas aplicadas denotam a alta legibilidade em todos os campos da paisagem urbana dos semianalfabetos.

De modo complementar é possível afirmar que neste território os marcos de referência locais e lugares de uso pragmático sugerem estar sobrepostos aos marcos de constituição Global. Esta conjuntura denota a existência de elementos urbanos idiossincráticos com relação ao bairro que em nenhuma leitura podem ser desconsiderados, pois é fruto de uma abordagem apenas diferenciada de pessoas com níveis de alfabetização dos primeiros níveis.

Nesta linha de raciocínio é possível elucubrar sobre duas questões. A primeira é que todos os elementos lynchianos, em especial, os marcos de referência globais possuem alta capilaridade e transmitem sua pujança para espaços mais locais. Em segundo lugar, que o domínio imagético dos semianalfabetos é mais eloquente na escala local, mas sempre, direta ou indiretamente, tendo a maioria das vezes como pano de fundo os construtos de referenciais maiores.

Não obstante sejam duas áreas urbanas do centro de São Paulo, que comparecem na mesma região geográfica e possuem diferenças estruturais de usos e atividades substantivas e algumas morfológicas, é intrigante constatar que a adjacência proximal não transfere cartesianamente os elementos marcantes do imaginário espacial local para o global. Nesta perspectiva a relação contraposta é mais fluída e corriqueira, especialmente num mundo altamente globalizado.

Tendo transitado por diversos momentos perceptivos híbridos advindos de relatos orais e representações (Imaginário Visual Global/Local) sob a baliza de alguns dos nossos instrumentos é nítida a exibição de um primeiro panorama de decodificação da cidade pelos semianalfabetos. Este cenário explicita certas brechas e dúvidas (pela imprecisão e objetividade extrema – respostas monossilábicas e/ou discursos curtos –

dos depoimentos ou falta de legibilidade do pesquisador) da formação imagética da paisagem urbana de São Paulo.

Destarte, sem abdicar dos preceitos dos autores do arcabouço teórico partiu-se para a abordagem de vertentes subjacentes relacionais à paisagem. Na pretensão de aprofundarmos sobre este quesito espacial propusemos temáticas de escopo equivalente que apontam para o equacionamento de algumas das defasagens detectadas. Acredita-se que estas possuem a característica de contornar aspectos objetivos de modo mais sutil e um pouco menos eivado pela ilegibilidade.

5.2 Outras temáticas que permeiam a concepção da paisagem urbana

Evidencia-se que os semianalfabetos possuem um razoável conhecimento de alguns dos lugares mais transitados e conhecidos pela população, em especial das referências turísticas citadas, algumas vezes, por eles próprios e visitantes, mas também de referências locais. Ao mesmo tempo, em certos instantes este posicionamento confronta-se com um elusivo reconhecimento de lugares que extravasam os limiares clássicos do centro.

5.2.1 Uma classificação objetivante e o papel dos “outros”

A partir de uma classificação abrangente e objetiva os respondentes elucidam que no centro de São Paulo é possível ponderar dois tipos de lugares: “os conhecidos e os desconhecidos”. No seu raciocínio, para chegar aos primeiros dispensam informações adicionais, pois seu conhecimento, em função da sua circulação permanente, não inibe sua aproximação. Já para perfilhar os segundos os sujeitos ultravalorizam e confiam nos dados oriundos de terceiros.

Alguns respondentes explicitam que utilizam o transporte público (metrô, ônibus, trem) na hipótese de ir a locais distantes e pouco conhecidos. Neste caso, em pontos da região leste (Itaquera) e cidades adjacentes como Guarulhos. Expõe-se abertamente que a maioria das vezes procura companhia e sentem desconforto em buscar espacialidades desconhecidas e sem referências claras. A complementação do

depoimento reforça o sentimento de insegurança ou medo de se perder, pois a pessoa é incisiva em proferir que precisa estar acompanhada por outra pessoa.

(S3) “...para esses cantos é que eu pego metrô. Mas quando eu vou, vou acompanhada, sabe”

A maneira mais prática de localização na cidade e resolver problemas de orientação se remete à solicitação de informações, intermitentemente, para várias pessoas. Nos deslocamentos mais distantes ou mais próximos este tipo de articulação possibilita que seu objetivo seja atingido de modo mais direto. Até sob circunstâncias de maior isolamento (períodos noturnos, regiões afastadas, etc.) os indivíduos tentam se munir de dados obtidos por esta via.

(S4) “Vou pedindo informação, informação pra um, informação pra outro, até chegar”.

As perguntas, curtas ou mais extensas, são direcionadas a indivíduos nos quais os sujeitos confiam e que despertam maior empatia. São exemplos destas pessoas, especialmente, policiais, assistentes sociais da Prefeitura, bombeiros, seguranças, etc. No fundo esta afinidade sugere que a representação de transeuntes uniformizados gera segurança. Em essência, a incumbência dos funcionários públicos fardados é proferir respostas, quase de modo obrigatório, justamente por sua função social no contexto de inserção.

Os lugares totalmente desconhecidos são os mais difíceis, devido a que as pessoas hesitam em explicitar sua dúvida para uma pessoa totalmente desconhecida. É necessário lembrar que na Praça da Sé existe um posto permanente da polícia e nos outros lugares do centro a presença destes agentes de segurança é itinerante. Também vale mencionar que, dependendo do local e horário, os policiais podem passar despercebidos.

Entretanto, a exposição em perguntar aos outros evidencia no juízo dos integrantes da amostra o comparecimento de atitudes humanas contraproducentes como: preconceito, crítica ou isolamento pelo outros pedestres. Os sujeitos, mesmo submergidos num ambiente prolificamente ocupado, parecem corroborar que o fato de

perguntar sobre algum endereço deporia contra si próprio ou explicitaria sua condição de alfabetização precária.

Esse tipo de encontro esporádico parece ser evitado e só emerge quando estritamente necessário, do contrário, o entrevistado prefere coibir seu impulso inicial. Outra linha de pensamento de porque não perguntar a outras pessoas revela que esta estratégia de defesa é permeada pela desconfiança do conhecimento espacial dessas pessoas. Isto é, o sujeito em decorrência de experiências precedentes frustrantes acredita que um terceiro pode fornecer uma informação de orientação errada por desconhecimento ou perversidade.

Por outra parte, o espaço central de São Paulo não é visto como uma entidade estrita do fornecimento de respostas de agradabilidade visual ou estética, mas como recinto onde comparecem, em primeiro lugar, as oportunidades de emprego. Num segundo plano são mencionadas razões como: o desenvolvimento pessoal, ou seja, pretexto de contato social e ampliação do círculo de contatos e amizades, sempre em função da questão empregatícia.

(S1) “Ah! Eu frequento mais, eu fico mais, pelo parque D. Pedro aqui, pelo centro, mas eu frequento mais o parque D. Pedro, parece muito bico para mim trabalhar, eu fico ai, faça muita amizade, amizade com um ou amizade com outro”.

A questão trabalhista, como fator preponderante e permanente de sobrevivência dos integrantes da amostra, aparece justaposta a qualquer dimensão da vida do indivíduo. A habitação em situação de resolução parcialmente concreta (aluguel), o estudo num local fixo e acessível, e assim por diante permite até desvirtuar as atividades lúdicas e de lazer, incipientes na área de recorte.

(S1) “Pego ônibus, metrô, vai de qualquer jeito, vai no chinelo, ... até chegar ao meu destino pra mim trabalhar.”

Não obstante, a partir de uma concepção mais clássica, a cidade de São Paulo seja considerada uma paisagem *sui generis*, isto é, voltada para apenas uma das atividades humanas (trabalho). Além disso, a amostra tem uma lembrança do primeiro contato de fascinação, depois frustrante ou traumática os entrevistados declaram hoje sua adaptabilidade no decorrer do tempo e admitem sua razoável orientação.

(S2) “Porque quando eu vim pra São Paulo pela 1ª vez eu fiquei “bobalhado”, não conhecia nada, não sabia andar no centro, não sabia conversar com ninguém, eu ficava meio assim, aquele monte de carro passando, agora onde que eu vou, sei andar em qualquer lugar”.

Este cenário preliminar permite conjecturar que o problema de falta de objetividade espacial (orientação e identificação) não recai necessariamente nos elementos urbanos distribuídos no espaço, mas é transferido para as pessoas. *A priori* esta feição demonstra que a paisagem possui certa representatividade no imaginário destes sujeitos, não proporcional ao tamanho do pressuposto inicial desta pesquisa. Mas que essencialmente é concebida como um substrato que contem informações funcionais úteis e/ou desfavoráveis.

5.2.2 Percorrendo os vestígios do novo

O enigma da decodificação da paisagem foi parcialmente desvendado quando foram abordadas as feições e condicionantes que beneficiam ou enleiam suas trilhas urbanas cotidianas no centro de São Paulo. Nas situações mais atribuladas de orientação o indivíduo alega criar “marcas” na rua e, em geral, no espaço urbano que percorre. O teor central destes sinais urbanos não sugere um filtro especial para distingui-las entre mais ou menos pregnantes.

Na verdade, os processos cognitivos do sujeito mostram que os sinais espaciais têm escopo com conotação intuitiva, mas, ao mesmo tempo abortando a seleção de elementos superficiais. Estes sinais ganham corpo de indeléveis na mente que as registra de modo sincrônico para satisfazer suas expectativas topoceptivas. Ou seja, há uma organização e reconstrução biunívoca das informações visuais com a finalidade de atingir seu objetivo.

(S1) “Pelo mesmo caminho, que as ruas que eu passo eu gravo tudo na cabeça, a rua que eu passei, o local que eu passei, marco as coisas, o lugar, as lanchonetes”

Ainda à luz das linhas precedentes é bastante chamativo salientar que algumas pessoas explicitam que para empreitadas novas sempre sua atenção é mais aguçada. Esta declaração deflagra o temor de ficar perdido na cidade. Para equacionar esta

hipótese e, em certo sentido, abrandar tal risco a pessoa externaliza que seu trajeto de ida e volta são homogêneos. Contudo, quando conhece medianamente a área ou região da cidade, não hesita em afirmar que os percursos de deslocamento não são necessariamente convergentes.

A repetição do padrão de percurso ida/volta e vice-versa obrigatório na vida cotidiana da pessoa alfabetizada é inverossímil, pois pelo geral beira nos limiares da impraticidade, contudo na vida do semianalfabeto é cogente e necessário. Quanto a uma conotação subjacente desta particularidade como a capacidade da decodificação do lado par e ímpar das ruas é pertinente anotar que, em alguns casos, percebeu-se que ainda existe uma confusão dos dois lados. Neste sentido, o problema da desorientação tende à radicalização.

(S3) “Um lugar que eu não conheço? Eu vou assim, num sentido, aquele sentido que eu vou, eu vou olhando as coisa, olhando os lugar que eu passei, se tem uma igreja, se tem um banco, se tem uma caixa, a qualidade de uma casa, de um apartamento e sigo direto. Aí por aquele mesmo sentido que eu fui naquele mesmo sentido eu volto. E se eu saber, eu vou por essa rua e volto por aquela rua de lá”.

(S4) “É, se eu não saber eu volto pelo mesmo caminho e se eu saber, eu já volto por outra rua”.

O entrevistado reconhece que para se deslocar a um lugar novo atenta para detectar no espaço os edifícios mais proeminentes. No centro ou nos outros locais da cidade sua percepção fica em alerta visando encontrar as Igrejas, bancos, casas, apartamentos, etc. Mas reconhece que também observa “sua qualidade”. Este termo evoca mais a caracterização morfológica do atributo – sua cor, que permite identificá-los e diferenciá-los entre os outros elementos do edifício ou de outras construções.

Não é apenas na movimentação da cidade, por exemplo, numa nova empreitada visando atingir uma informação espacial, que a percepção é mais aquilatada. Nesta situação, a *posteriori* de um contato preliminar, o cérebro se habitua contextualmente, pois passa a funcionar de modo automático assumindo que já consegue lidar tal situação e estabelece correlações analógicas com outros contextos. A percepção é dessemelhante e focada em outros interesses quando as pessoas estão adstritas a situações de relaxamento e sossego.

5.2.3 Vivenciando o espaço como pedestres

Nas ambiências urbanas se arbitram infindas situações caóticas e superficiais de orientação. Entretanto, a concretização de solução perceptiva está atrelada às possibilidades que se apresentam aos olhos da pessoa (FERRARA, 2000). Na prática isto significa que existem apenas duas formas de conhecer diretamente o espaço: exercendo seu papel de pedestre e/ou se deslocando em algum veículo de transporte. Repare-se que o motorista tem a regalia de exercer, não simultaneamente, os dois papéis.

O principal contraponto a qualquer prerrogativa de ofício (carteiro, mensageiro, motoboy etc.) é dado face às informações advindas do insubstituível ato de caminhar. O verbo andar é radicalmente oposto e refratário a ser transportado em qualquer condução, devido a que nos deslocamentos em veículos nosso campo perceptivo é dissipado e limitado. Já, a percepção balizada pela percepção diuturna do pedestre subsidia o conhecimento expansivo da paisagem urbana e suas múltiplas nuances. Este preceito é reforçado pela totalidade dos integrantes da amostra.

(S2) “eu morei no Salvador 9 anos e em Salvador eu não andava, eu andava só de pé, aí eu aprendi com aquilo, aí eu tomei aquela atitude e a mesma coisa aqui no São Paulo e fui...”

As pessoas reconhecem que são detentoras de um profuso conhecimento da área central de São Paulo porque são pedestres assíduos, cuja maioria dos deslocamentos é feita como tal. “Não, eu vou caminhando” (S4). Esta constância mancomunada às particulares e diferentes versões de reconhecimento da paisagem, micro e macro visualmente, tornam o centro da cidade no seu raciocínio mais amigável.

Vale a pena frisar que habitar num local por tempo extenso não significa cartesianamente que o sujeito tenha domínio da orientação e identificação dos lugares. Na verdade, a via para acessar as informações espaciais é, independente de sua empatia, seu contato cotidiano. Mas, quando o fator de cognição incide de modo cabal repercute na percepção que se transforma em mais fluida e fácil para atingir construtos

significacionais duradouros. Em qualquer circunstância, as imagens sequenciais se cristalizam se o nosso cérebro as processa e guarda no repertório:

(S2) “Eu tou aqui com vinte anos e não sei os lugar que tu sabe. Eu digo: Minha memória que Deus me deu”

5.2.4 Inibidores e facilitadores da percepção

Destaca-se que características aversivas compareceram ao mesmo tempo com algumas feições topofílicas. Oliveira (1978) assevera categoricamente que do ponto de vista biológico a percepção está balizada pelas condições anatômicas e fisiológicas regidas pela exaltação singular de valores culturais, geográficos e históricos. Este preceito deixa aberta a brecha do entendimento dicotômico de acordo também a preferências de índole material.

As características que despontam nos primeiros lugares na constituição de uma paisagem urbana de temor dizem respeito ao caos configuracional e à falta de segurança. Contudo, feições de caráter de uso da cidade são levantadas como: irregularidade do comércio informal. Além disso, a disposição arbitrária de resíduos sólidos, mau cheiro, decorrente da utilização de vários recantos do espaço público como banheiros e odores oriundos do consumo de substâncias ilegais propiciam a rejeição perceptiva em distintos locais do centro de São Paulo.

Por outra parte, em virtude do respondente estar adscrito ao mesmo contexto de pessoas como: moradores da rua, mendigos, etc. o indivíduo se identifica, percebe e sente a segregação. Isto é, reconhece-se que no centro vive uma parcela da população em condições de abandono sócio-espacial. Este relato evidencia a problemática relacionada, em especial, às condições incipientes da habitação detectadas nas varias áreas estudadas do centro de São Paulo.

(S1) “Muita gente, muito morador de rua, bem dizer ainda frequento um pouco a rua entendeu, muito morador de rua também, muita gente, muita família, não tem lugar para ficar, não tem onde morar...”

Ao mesmo tempo, os depoimentos frisam que a própria praça principal da cidade sofre condições exclusas. Este preceito possibilita vislumbrar contingentes nuances

adversas da cidade espalhadas indiferentemente da sua localização. Paradoxalmente no centro urbano da metrópole de São Paulo esta polarização factualmente existe e deste fenómeno se vislumbram diversas constatações científicas publicadas descompassadamente no tempo.

É nítido que em decorrência do conhecimento do espaço no dia-a-dia as pessoas explicitem que a beleza de algum setor da Praça da Sé e da Catedral da Sé é opacado por características caóticas. Estes pequenos “guetos” intraurbanos padecem de estigmas que não podem ser desvencilhados apenas por questões estéticas, mas que possuem influência mútua e constante, atreladas à base da supraestrutura do modelo brasileiro de desigualdade.

A postura valorativa dos depoimentos quanto ao espaço sempre transcende no discurso. As qualidades de precariedade não apenas espacial, mas de condições gerais são marcas irrefutáveis e indeléveis de que sua inserção nesse entorno está alinhada à segregação sócio-espacial (FERRARA, 2000). É claro que tal quadro não se remete unicamente a sua situação atual, pois sem dúvidas se deriva da sua vivência de algumas décadas pretéritas.

Acredita-se também na inexistência de condições ideais na maioria das abordagens experimentais perceptivas em núcleos urbanos. Assim, restam meros fatores reais que comprometem, direta e indiretamente, a percepção e sentidos da orientação e identificação de lugares na esteira da região central de São Paulo. Deste modo, os respondentes trouxeram à tona que oscilações ambientais afetam-nos mais expressivamente.

Outro dos motivos inibidores da percepção são os deslocamentos feitos em períodos noturnos. As pessoas frisam que abjuram da realização de atividades nestes momentos. Quando necessário, depois de certa insistência, apontam que é possível à noite fazer alguma incursão unicamente a lugares conhecidos (escola, vizinho, etc.), mas a primazia é sempre ficar resguardado no espaço doméstico da sua própria residência.

Além disso, confirmam que a movimentação da rua é desconfortável nos deslocamentos na cidade. A justificativa negativa desta réplica está atrelada ao incomodo produzido por esbarrar constantemente nos outros indivíduos. Destaca-se dentre os lugares mencionados, principalmente, a Avenida Paulista e a rua 25 de Março. Contudo, se omitem na contra-argumentação de que o fluxo supracitado, em hipótese, teria incidência positiva, pois o leque de opções para se informar seria melhor. Adicionalmente, pregam que a incidência dos calçadões é inerte para sua orientação:

(S1) “Não, não é legal não, tipo assim, o lugar que tem mais movimento que fica aqui em São Paulo, é Paulista, é movimento demais, você vai andar na calçada ali, você esbarra nos outros, não tem nem como você andar.”

No decorrer da entrevista, numa atitude inédita, uma pessoa admite sua desistência em algumas circunstâncias ímpares. Está resignação eventual está associada especificamente ao distanciamento do ponto de destino final. De qualquer modo, este posicionamento é contraditório ou camufla que seu grau de conhecimento real do lugar procurado poder ter sido excedido:

(S1) “Ah! Porque era longe, né.”

Esta associação revela claramente que os entrevistados, embora não possuam o domínio da alfabetização tem consciência plena das noções espaço-temporais. Isto é, as relações topológicas, projetivas, euclidianas e operacionais dos processos cognitivos operam em conjunto para fornecer um dado seguro que permite, por conhecimento prévio ou teste, aferir o dimensionamento.

Os indivíduos entrevistados são taxativos quando consensualmente atribuem à desinformação dos terceiros como a principal causa de desorientação na cidade. A sequela que alastrou esta circunstância, em múltiplas ocasiões é que hesitam em perguntar como se deslocar. A desconfiança advém de informações contraditórias, parcialmente verdadeiras ou totalmente erradas fornecidas por estes terceiros em momentos precedentes.

É necessário esclarecer que de maneira frontal os entrevistados não objetam nenhuma circunstância pessoal, de doença, de posse, de adversidade climática ou atrelada ao investimento em tempo que desvie ou obstrua seu deslocamento pela cidade

de São Paulo ou outras regiões da cidade. Esta feição é interessante devido a que também estão incluídos os deslocamentos às cidades vizinhas.

Por outra parte, alguns semianalfabetos prosseguem afirmando que a ajuda oriunda de um terceiro alfabetizado no seu ambiente familiar não ressoa persistentemente. Em vários casos, o caminho parece ser o invertido, isto é, eles consideram que seu coeficiente de conhecimento é mais significativo do que dos outros adultos. Enigmaticamente, esta situação não se atenua, nem em virtude do tempo de moradia em São Paulo (os cônjuges moram pelo menos o dobro de tempo na cidade), nem pela origem, pois muitos são nascidos na Grande São Paulo. Nos dois casos citados o conhecimento do(s) consorte (s) é inferior.

(S5) “Não, quando eu saio, eu não pergunto não, ela também não pergunta.”

(S1) “Ela é nascida aqui, criada aqui, só que ela é escapulida também, mas sabe menos”.

O papel das pessoas que moram no mesmo ambiente em alguns casos é determinante atrelado a seu grau de letramento. A diferença reside basicamente na homogeneidade ou heterogeneidade do conhecimento adquirido. Nos dois casos cria-se uma relação assimétrica, por exemplo, na hipótese de duas ou mais pessoas analfabetas na mesma moradia o sujeito que está vinculado a um programa de alfabetização ensina como se orientar na cidade. De acordo com Buttimer (1985) a vivência espacial é revitalizada quando norteadas por agentes que já foram permeados por experiências similares pautadas pela ordem ou intenção das ações.

Caso o semianalfabeto interaja com uma pessoa mais alfabetizada, esta última se torna em referência espacial de deslocamentos na cidade do primeiro sujeito. Observe-se que esta situação sublinha como o aprendizado da habilidade de leitura e escrita e letramento interferem na relação com a cidade. O entrevistado sente-se mais afetado e comenta o grau de aprimoramento de algumas descrições. À lógica supramencionada é reformulada quando duas pessoas ou mais possuem condição análoga de alfabetização, mas a profissão de uma delas é diretamente associada à orientação. Isto é, por exemplo, na entrega e recepção de encomendas como, por exemplo, os *motoboys*.

Encerrando este item estuda-se a afetação do uso da tecnologia na vivência destes indivíduos. Uma das pessoas, o aluno que tem maior dificuldade admite se comunicar com vários amigos usando o celular. Contudo, o diálogo com amigos não é ancorado no sistema alfabético ortodoxo, isto é, uma conversa de palavras articuladas. Pelo teor do depoimento a comunicação ocorre nos termos de abreviações, simbologias e gírias de comunidades digitais. Na verdade, é apenas um primeiro contato, pois a sequência da conversa propriamente dita acontece no canal telefônico:

(S1) “Não, ele conversa comigo, ai ele sabe que eu não sei ler, ai ele manda outra mensagem pra mim, entendeu? Como eu estou escrevendo pra ele uma mensagem, entendeu, dai eu falo com ele, entendeu como é que é?”

A totalidade de integrantes da amostra possui celular ou dispõe de algum equipamento tecnológico análogo em casa (televisor, som, etc.). Constatou-se que são rarefeitas as residências onde além dos anteriores existe um computador ou *notebook*. A posse do aparelho telefônico suscita diversos questionamentos e, por outra parte, alenta a propensão pelo uso do sistema numérico, que será abordada de modo ulterior.

Salienta-se que os entrevistados possuem desenvoltura e certa autonomia para o uso das interfaces básicas do celular e outras tecnologias afins. Isto é, não existem aparentes barreiras que obstruam o simples ato de contestar uma ligação, com consciência quase plena de identificar o número e escolher se aceita ou não. O caminho contrário de improvisar ligações aparece mais abstruso, mas possui semelhante embasamento prático.

5.2.5 Outros fatores instigadores

Acredita-se que a noção de um sistema referencial ampliado ajuda a fornecer subsídios na orientação e identificação espacial. Neste sentido Oliveira (1978) afirma que a orientação humana no espaço geográfico está balizada por um sistema objetivo e prático de referências. Destarte, o homem propendeu no mundo exterior pelo encontro destes pontos precisos ou que poderiam assim ser considerados (TUAN, 1983).

Em face de um convencionalismo mundial, nos valem os pontos cardeais para fixar os pontos cardeais, pois na direção de sua nascente está codificado o leste, e o seu

poente é o oeste. Estes levados a um mapa cartográfico e atrelados à posição do observador estão representados na direita e na esquerda respectivamente. Vale a pena esclarecer que estas noções de determinação dos sentidos “normais” (direita/esquerda) precedem qualquer localização polar. Este preceito demonstra a inter-relação entre um referencial corporal e um sistema geográfico e psicológico, que exige a consolidação no indivíduo dos sistemas conjugados das coordenadas euclidianas e perspectivas (OLIVEIRA, 1978).

Esta linha de raciocínio trouxe à tona a existência de identificação de sentidos e dificuldades de orientação. Nos entrevistados as direções mais simples não parecem tangíveis, apenas uma pessoa trabalha com estas de modo reversível, devido a que rebatem as corriqueiras direções direita/esquerda, sendo substituídas pelo termo abrangente “dobro em...”. Na construção do mapa mental da cidade comparece um embate exaustivo entre o sentido correto e incorreto que, em hipótese, facilitaria sua localização.

Indagou-se aos integrantes da amostra sobre a posição espacial em relação ao sistema universal de referências de coordenadas polares geográficas (norte, sul, leste e oeste). Constatou-se que estes pontos são rotundamente confusos. Neste sentido, o apelo solar, derivado de outros processos cognitivos de maior complexidade, se torna um empecilho impossível de ser ultrapassado. Embora possa parecer inaudito, a palavra *norte* é associada automaticamente com nomes de algumas cidades de São Paulo e de outros estados e não com sua conotação primordial:

(S3) “...aí eu vou para Aparecida eu passo no caminho do norte. E quando eu viajo para minha terra, eu passo também no norte”.

Nem reformulações programáticas propostas na pergunta, nem situações que contornam estes questionamentos (alterações diversas de posições) foram fatores que afastaram aos estudantes de tal confusão. Deste modo, é possível inferir que o aprendizado destes conceitos é inteligível, pois se eleva de categoria e o indivíduo, na incerteza de respostas concretas, tenta improvisar réplicas intuitivas, imprecisas e imediatistas. Segundo Piaget e Inhelder (1989), trata-se de um problema cognitivo entre as coordenadas (e, portanto, do espaço euclidiano) e as noções topológicas, perspectivas

e semânticas. Estas noções geográficas elementares pelo geral são sedimentadas na escola.

Na escala local é proeminente mencionar que a maioria (80%) dos sujeitos responde adequadamente à localização do terminal Dom Pedro II e em escala descendente à Catedral da Sé. Esta situação é paradoxal, mas ao mesmo tempo perturbadora, pois se trata de uma edificação que não é um destaque nem perspectivo, nem semântico. Contudo é um lugar de referência obrigatória funcional para os pedestres da região central. Acredita-se que neste lugar as pessoas passam parte de seu tempo ou se deslocam até este equipamento para ir a outros pontos da estrutura urbana.

Deduz-se que o comportamento nos níveis global e local é conflitante. Os valores contrastam por existir uma tendência diferente: as respostas erradas majoritárias no nível das coordenadas foram substituídas por respostas corretas no nível da região. Enfatiza-se, que o desempenho imagético local das áreas estudadas é melhor do que o desempenho global utilizando como mediador o sistema de coordenadas polares.

O último dos fatores instigadores diz respeito à evocação de atributos específicos contraditórios entre as cidades de origens e a complexidade da São Paulo Metropolitana. Pelos depoimentos é evidente que as paisagens dos núcleos urbanos de procedência são muito pregnantes e ainda dominam o imaginário dos entrevistados selecionados. Nesta dimensão é destacada, principalmente, a questão da escala mais humana de suas cidades.

Os relatos também não omitem a importância e mensagem da paisagem da terra que nos primórdios da sua infância e diversos momentos marcaram suas vidas. Esta associação não necessariamente é voltada a aspectos positivos de prosperidade, mas também a imagens acentuadas de sofrimento, empobrecimento e precariedade da condição humana em geral.

A vegetação, que possui certa persistência em alguns espaços livres públicos como a Praça da Sé, o Largo de São Bento e a Praça Antonio Prado é considerada como um elemento benéfico para a qualidade de vida das pessoas. Justamente pelo seu favorecimento à condição ambiental, isto é, associação árvore/ar puro. Contudo, não é

feita nenhuma alusão, direta ou indireta, de sua incidência nas expectativas topoceptivas da região central. Assim, sua presença possui um papel apático.

Além disso, os discursos proferidos insistentemente acenam no sentido de comparar a escala metropolitana de São Paulo à de outras cidades. De modo sistemático é explanado, num primeiro momento, o encantamento pela grandeza da cidade. Contudo, em face de problemas relacionais pessoais e espaciais (de escopo topocetivo, esclarecidos anteriormente) é consciente que estes fragilizaram sua aproximação mais frontal.

Vários indivíduos manifestaram que ficaram surpresos na sua chegada, em especial, com o trânsito caótico e congestionado da cidade. A segurança, que sem dúvidas foi potencializada pelo tempo que moram em São Paulo, permite inferir que o domínio e conhecimento da paisagem contemporânea de São Paulo tornou a situação atual mais amena e contornável. Indiscutivelmente seu sentido de adaptação está mais aguçado e várias das feições morfológicas são utilizadas no seu benefício.

O atendimento razoavelmente equacionado da tríplice conjunção de atividades básicas do ser humano contemporâneo (morar, trabalhar, deslocar) é atendido, porém provoca aflição se avaliada à incipiente disposição de equipamentos e áreas livres públicas de lazer. Esta questão foi abordada pela primeira vez no início do século XIX, alinhada aos efeitos da Revolução Industrial, sua importância reside em que esse tipo de atividade conjura e minimiza os efeitos da cidade atual.

Na inexistência de espaços públicos que propendam pelo incentivo desta atividade, entra em cena a compensação pragmática da população. Destarte é recorrente que as calçadas e as ruas da Baixada do Glicério se tornem a extensão do espaço privado doméstico. Presume-se que o uso alternado e exaustivo das duas ambiências (pública/privada) tenha efeito determinístico na ampliação do repertório e conhecimento do bairro como um conjunto (FERRARA, 1998).

O lazer de várias famílias está ensimesmado nas suas residências. Mas esporadicamente se desloca aos corredores dos prédios ou às moradias de vizinhos. Consideradas as proporções, este movimento é parecido aos elos criados em outros

assentamentos, cenário alegórico às favelas e aos assentamentos subnormais, que visam como objetivo final a o estreitamento das relações humanas e compartilhamento de resolução de problemas. O paradoxo explicita-se na medida em que nesta sociedade se que privilegia e incentiva o individualismo e assim se interpõe por estar na contramão desta dinâmica.

Finalmente, no que tange às temáticas subjacentes que também regem a decodificação do centro de São Paulo foi feita uma pergunta explícita: “É fácil se orientar em São Paulo?”. O depoimento do sujeito deixa entrever categoricamente que o atendimento às expectativas topoceptivas da paisagem é incipiente. Porém, esta árdua tarefa no raciocínio dos sujeitos não é diretamente cominada aos atributos espaciais disseminados na espacialidade urbana do centro, se não à adversidade representada na má educação e atos múltiplos de discriminação:

(S4) “é fácil se orientar em São Paulo ou é difícil? Ah! É difícil”.

Até este ponto está demonstrado que as informações visuais são catalisadoras da decodificação da paisagem e as principais são as correspondentes aos elementos primários do espaço urbano. Ou seja, as funções perceptivas de primeira ordem selecionam como alavancadoras os elementos formais mais grandiloquentes, do ponto de vista da escala (marcos de referência), que provavelmente são os atributos aos que atribuem caráter significacional e/ou utilitário.

Em casos específicos eventualmente surgem detalhes singulares de alguns atributos menores da área objeto de estudo e a questão utilitária da paisagem. Corroborou-se que a junção dos nossos instrumentos e tarefas se mostraram parcialmente inermes para detectar com precisão quais são os detalhamentos dos objetos urbanos que mais chamam a atenção. Isto é, as entrevistas, os desenhos e maquetes explicitam pistas apenas tangenciais, numa etapa preliminar, de que elemento ou elementos estão sobrepostos aos marcos principais e à alfabetização.

Entretanto, fica comprovado que os integrantes da amostra, mesmo submersos na proliferação de informações visuais, atribuem ao centro grandiloquência no seu imaginário. Não obstante incisivamente reconheçam que estas informações estão

desorganizadas, fragmentadas e são heterogêneas seu reconhecimento perpassa tal entorno caótico e hostil.

Nesta perspectiva é necessário apontar que apesar de infindáveis vicissitudes que rondam a permanência destas pessoas na área objeto de estudo sua perseverança por permanecerem está alicerçada a seu sentido de identidade com o lugar e de fruição e encantamento pela urbe. Uma peculiaridade que não é objetável é que essa vivência se torna mais encorpada pelas características físico-utilitárias do espaço, mas sem desconhecer o peso do convívio com o núcleo familiar e afinidades com seu grupo social num lugar comum.

Do ponto de vista metodológico todo este contexto preliminar leva a cogitar como é impraticável numa leitura da paisagem urbana confiar apenas num dado instrumental isolado para avaliar seu desempenho topoceptivo. A explicação das informações divergentes continua sendo prematura, pois lidamos unicamente com atributos perceptíveis de domínio geral.

Destarte, a partir deste momento será retomada no capítulo derradeiro desta tese a participação das questões alfabetizatórias. Esta reviravolta expositiva foi proposital, pois foi desenvolvida com a finalidade de suturar o raciocínio nitidamente espacial, inclusive no intuito de seu isolamento. Contudo, sem perder nunca de vista as feições culturais que permeiam o conhecimento dos semianalfabetos.

CAPITULO 6. ALFABETIZAÇÃO ALFABÉTICA OU NUMÉRICA: QUE TRILHA PERCORRER?

Acredita-se que os integrantes da amostra arquivam no seu repertório particular infindáveis memórias, experiências marcantes (boas, frustrantes, traumáticas, etc.) todas culturalmente adstritas. É preciso mencionar que estas vivências se tornam marcantes porque não são apenas pautadas pelos hábitos cotidianos das pessoas, mas porque comparecem de forma disseminada em diversas épocas num espaço urbano em constante transformação.

O esquadramento dos discursos e das representações dos analfabetos possibilitou inferir que o espaço não é uma entidade neutra. Destarte se deriva uma desconfiança que questiona, se o aprendizado espacial não se apreende por repetições mecânicas como outras atividades; mas inexoravelmente é instigado por práticas significativas e cenas marcantes da paisagem, qual é o trajeto cognitivo percorrido pelos sujeitos da nossa amostra para se apropriar da espacialidade citadina.

A resolução deste dilema está alicerçada às escolhas perceptivas dos semianalfabetos, que funcionam de modo contraposto à aleatoriedade. Na verdade, estas estão transversalizadas pela visão particular das origens amalgamadas com suas condições atuais em todas as dimensões da sociedade. Luria (1998) explana que o homem não capta as informações apenas pela experiência sensorial, mas pela reflexão e raciocínio. Esta é a grande transformação do mundo animal ao racional, uma conquista de conhecimento que não é genética e sim uma aquisição histórica e sociocultural.

Outro fator que determinou uma mudança inquestionável de paradigma foi a aquisição da linguagem que emancipou o homem da ditadura das funções biológicas. As funções psicológicas primárias de memória, pensamento, percepção, etc. que possuem um viés involuntário tornaram-se de essência voluntária quando foram perpassadas pela atuação da linguagem e entendimento numérico. Na maioria das vezes, cada criança conquista estes preceitos na escola deste modo é fatível a perpetuação do modelo que tem como empreitada alavancar processos superiores da humanidade (LURIA, 2001).

Esta “padronização” cultural da aprendizagem é aplicável também aos integrantes da nossa amostra que propendem pela alfabetização como meio de ascensão socioeconômica. Contudo, para retomar ao debate espacial é inadiável esclarecer que tipo de alfabetização é esta e, sobretudo deslindar qual sobrevém mais diretamente na decodificação da paisagem urbana do centro de São Paulo. Isto é, considerando os atributos morfológicos como primeiro acionador perceptual, é o escopo alfabético ou o numérico o vetor emergente que opera na percepção do espaço? Assumindo como fidedigna a atuação de ambas as alfabetizações como propulsoras desse entendimento estas funcionam de modo unilateral ou simultâneo?

6.1 Generalidades dos números e seu papel na vida o homem.

Esta pesquisa foi norteadada pela hipótese funcional de que a decodificação da cidade, na ausência de parâmetros imagéticos pregnantes na paisagem urbana, era balizada também pela alfabetização alfabética (leitura e escrita de palavras) que subsidia os construtos cognitivos relacionados à percepção espacial. Contudo, a partir das informações levantadas *in loco* demonstrou-se que a interferência das letras é mais periférica na formação dessa imagem do que a nossa estimativa inicial.

Dois dos exemplos mais proeminentes dos entrevistados não disfarçam a irrefutável ajuda advinda dos números. No primeiro caso, em decorrência da procura de um endereço na área central, já no segundo como um dos elementos fornecedores de informações de objetos transitórios dispostos na paisagem, isto é, dos painéis dos ônibus. Nesta última situação é preciso alertar que o sujeito “decora” textualmente os Algarismos numa tentativa de sobrevida:

(P) Você sabe ler as letras?

(S3) “Não, eu não sei ler. Eu sei assim, eu sei os números, sabe?”

(S2) “...quando eu vou num lugar, o mesmo ônibus que eu pego, eu gravo o número dele, assim o 69 que eu peguei, já gravo 69, pego o mesmo ônibus 69, pro mesmo lugar, pro destino certo”.

É possível salientar que para os sujeitos entrevistados, direta ou indiretamente, prevalece como apelo acentuado de subsídio imagético topoceptivo a alternativa pela alfabetização numérica e seus processos subjacentes. Acredita-se que o domínio, parcial ou total, desta destreza é um legado que prepara moderadamente o sujeito para o

enfrentamento de uma cidade pensada e organizada, na maioria das vezes, em função das pessoas alfabetizadas.

Para abordar esta construção, que se ponderou seja o início do percurso ao domínio da matemática, é inadiável referir que os processos aritméticos podem ser considerados consensuais para quase a totalidade das culturas. As operações matemáticas das mais simples até as mais complexas, disseminadas no mundo ultrapassam cronologicamente fronteiras físicas e são convergentes no entendimento da esteira dos princípios quantitativos universais.

Na infância os primeiros entraves, depois do estágio operatório, que surgem em questões associadas com números na vida espacial perpassam pelo estabelecimento de comparações e o descerramento das dimensões objetuais mais importantes (altura, comprimento, profundidade) (DICKSON et al., 1991). Todas estas categorias estão relacionadas com a escala e proporção, que *grosso modo* pautam a composição dos objetos arquitetônicos que proliferam na paisagem.

Esta primeira anotação aprovisiona esta tese de algumas pistas de referência elementar sobre os números. Neste sentido o número é considerado uma construção do próprio sujeito enraizada no conhecimento lógico-abstrato pela abstração reflexiva (PIAGET; SZEMINSKA, 1981). Ferreira (1990) reforça que pelos desdobramentos cognitivos este construto deve ser considerado de caráter dinâmico.

Visando a inserção na agilidade das informações, nos padrões globalizados atuais, competitividade, etc. a sociedade instiga de modo manifesto aos indivíduos a serem alfabetizados alfabética e matematicamente. A imersão nesta estandardização pressiona para que os sujeitos, mais tarde ou mais cedo, se desloquem em diversas camadas simbólicas e na construção de abstrações constantes até atingir os princípios funcionais oriundos desta alfabetização.

Pimm (1990) na tentativa de aprofundamento sintática assevera que existem quatro conjuntos simbólicos totalmente identificáveis: os logogramas, os pictogramas, os sinais de pontuação e os sinais alfabéticos. Contudo, essa estrutura apenas possui o intuito de sistematização da estrutura geral da matemática abdicando da

compreensão de uma linguagem mais específica se comparada, por exemplo, à composição musical. Então, sem perder o foco destes vestígios preliminares, arriscaremos compreender mais amplamente a alfabetização numérica e sua função na humanidade.

Na cotidianidade moderna infindáveis funções diárias básicas implicam a utilização obrigatória do sistema numérico, mormente, o conhecimento do horário, da idade, a sistematização de alguns dados corporais, etc. Entretanto, também, na orientação e identificação dos lugares da paisagem urbana com frequência recorremos aos números para especificar com exatidão, por exemplo, um logradouro, atitude que retrata um dos procedimentos utilizados pelos semianalfabetos.

Ao longo da vida lida-se com dissímeis circunstâncias que envolvem processos numéricos. Neste percurso a submersão é menos intrincada devido a que a situação contextual quase sempre nos norteia pela resposta apropriada. Entretanto, longe deste entorno alavancador o grau de complexidade ascende para níveis pouco contornáveis, pois a posse de recursos cognitivos é exígua para interpretar situações alheias ao contexto (SCHLIEMANN, 1998).

É necessário ponderar que a sala de aula escolar não é o único espaço que propicia a aprendizagem da escrita numérica ou alfabética. Na verdade, no nosso meio os indivíduos antes de ingressar no sistema educativo já cultivaram, com níveis aceitáveis de equilíbrio, os atos de reconhecer e estabelecer as relações morfológicas que diferenciam as letras dos números (PIAGET; SZEMINSKA, 1981). Pressupõe-se que os adultos também tenham alcançado parcialmente tal destreza.

Este conciso relato mostra a importância do sistema alfanumérico na nossa cultura ocidental. Destarte, no ensejo de criar comparações análogas às da alfabetização alfabética, construídas no capítulo três, percorreu-se conceitos que permitam o entendimento global da alfabetização numérica. Principalmente, em fase das questões espaciais que se suscitam no centro de São Paulo. Estas conjecturas podem ser desdobradas em situações de cunho associativo numérico-espacial.

Uma definição concernente à alfabetização numérica direciona esta análise pelo preceito de que para ser alfabetizado nesta seara não é suficiente a leitura e transcrição de informações numéricas, mas principalmente a reflexão sobre as noções preliminares de matemática, lógica e geometria (DANYLUK, 1998; ANDRADE, 2005). Esta assertiva tem repercussão direta no nosso objeto de estudo, porque este conjunto de funções está atrelado às funções perceptivas da paisagem urbana, em especial, para fornecer um sentido harmônico à disposição de atributos morfológicos.

Os conceitos geométricos no trajeto normal da alfabetização sofrem um tênue recuo até o final da fase de conteúdos programáticos (LORENZATO, 1995). Provavelmente este adiamento inibe que a organização classificatória e de ordenamento espacial emanem com maior desenvolvimento. O reconhecimento formal na espacialidade urbana que o sujeito enfrenta pressupõe a inserção e estabilidade destes conceitos. No caso dos semianalfabetos parece latente o domínio inferior deste quesito, isto foi revelado nas tergiversações das representações criadas.

Este relato torna os números em elemento central das constituições matemáticas, deslocando a um segundo plano às conceitualizações geométricas. Dessa conotação da exatidão numérica seguramente se desprende um viés mais linear, direto e objetivo e menos subjetivo para a produção de conhecimento baseado em resoluções precisas. Destarte, o pensamento matemático sugere estar cativo à formação de conceitos mais facilmente constatáveis na amostra.

Os números evidenciam a abordagem lógica da escrita que transforma impressões visuais (atributos objetuais) em representações concretas (DICKSON et al., 1991). Este tipo de raciocínio negligencia os aspectos tangíveis que são opacados pela intelectualização da realidade. Isto é, o encontro das soluções mais práticas (utilitárias) visando à sobrevivência no meio citadino é mais acirrado. Constatou-se justamente esta tendência na nossa amostra.

Todavia, provoca admiração como os processos perceptivos são decantados. Isto porque não obstante o escopo visual possa parecer mais “fácil e apreensível”, a intelectualização domina a nossa vida. Esta notoriedade está refletida em que os planos dos aspectos visuais muitas vezes ficam relegados. Este destroncamento das questões

visuais no cotidiano, constatado em vários depoimentos, sugere que embora estas informações sejam sugestivas para a sobrevivência são, ao mesmo tempo, menos contundentes do ponto de vista prático.

Essa narrativa explicita uma dissociação parcial do mundo real que comumente possuímos maior conexão. Isto é, com especificação de nomes concretos de edifícios, nomes de ruas e numeração das construções. Destarte, no imaginário dos semianalfabetos está plasmada uma sucessão de informações que dispensa o aprofundamento mórfico exato. Assim, se envereda pelo jogo de tentativa/erro dos números que de forma absoluta é suficiente para responder à expectativa de identificação e orientação da cidade.

É necessário lembrar que a facilidade da aprendizagem numérica é notável. Comparativamente, os dez algarismos existentes com os quais é possível a representação de um sistema incomensurável são mais fáceis que o sistema alfabético. Cada número simula uma ideia e, na atualidade, sua grafia não está necessariamente relacionada à quantidade. Deste modo, a rapidez da aprendizagem do alfabeto numérico é decorrente de: estrutura mais diáfana e o grau de interação coloquial mais acentuado. Salienta-se que as atividades contextuais constantemente evocam operações ou situações numéricas.

Outro fator que possibilita a sistematização versátil dos números é o singular sistema de notação. Teberosky e Tolchinsky (2003) admitem que qualquer tipo de escrita, alfabética ou não podem ser inscritos nestes sistemas. O aspecto concernente à questão instrumental é essencial, pois este viabiliza o reconhecimento, registro, interpretação e reprodução. Neste sentido são apartados o significado e o objeto em si, processo que provoca a objetivação e possibilita que se hasteie a função notacional como domínio do conhecimento (GÓMEZ-GRANELL, 2003).

Neste ponto é indispensável elucidar que, em virtude de um contexto diferente ou operações diversas, nas funções aritméticas são geradas infindáveis formas notacionais. Em direção contraposta trabalha a linguagem alfabética, onde existe uma estabilidade e regularidade quase linear, excluindo ressalvas específicas, que pautam por uma “universalização” mais apreensível. Isto é, se é admissível ler e escrever um texto a

forma notacional é repetitiva para os outros (TEBEROSKY; TOLCHINSKY, 2003). Este preceito, por estar ancorado em outros subsídios, não é aplicável ao domínio numérico operacional.

Santos (2005) elucida que a linguagem matemática dista da escrita alfabética, devido a que além de ser ministrada e apreendida na escola é mais objetiva e precariamente repetitiva. Ou seja, a alfabetização aritmética está pautada por formalismos severos, ortodoxos e exatos que não são passíveis de interpretações ambíguas. Desta maneira, pode ser classificada sem estar temporalmente enclausurada ou/e aespacial.

Evidencia-se que o raciocínio da estrutura matemática subsidia a organização do pensamento, inclusive espacial, devido a que seu auxílio na linearidade subjacente permite uma coesão sequencial dedutiva, viés análogo ao pensamento aritmético. Neste sentido, Teberosky e Tolchinsky (2003) explanam que diversos autores aderem ao conceito de que a matemática como tecnologia do intelecto promove a supramencionada intelectualização do pensamento humano.

Ferreiro (1995) esclarece que a escrita é uma ação humana epistemologicamente unificada a uma construção social. Este princípio revela a predisposição do sujeito de refletir e associar o que escreve do objeto em si, tendo consciência de sua representação. A maioria das vezes estas representações mentais e práticas são simultâneas para no final serem consumadas no ato da escrita. Se há afastamento desta assertiva a escrita apenas se assemelha a um desenho ou a uma transcrição nominal.

Complementarmente Merleau-Ponty (2000) assevera que a fixação objetual da realidade é atingida e adquire sentido ininterruptamente pela mediação de um discurso. (TEBEROSKY; TOLCHINSKY, 2003) enfatizam que os termos da linguagem aritmética podem ser desdobrados e compreendidos na linguagem corriqueira por tal processo. Destas assertivas é razoável deduzir que a linguagem matemática é considerada um subgrupo da língua falada. Piaget (1975) explana que num primeiro momento, é na oralidade que o significado da escrita aritmética se apoia.

6.2 Uma aproximação ao trajeto cognitivo dos algarismos numéricos

As noções aritméticas não são sistematizadas de forma automática na vivência diária. Na verdade, estas precisam ser decantadas e submetidas a um crivo particular que as assimila paulatinamente e as tornam mais familiares para serem utilizadas no dia-a-dia. De modo análogo que os processos de abstração dos princípios da matemática ministrados na sala de aula não são autossuficientes, pois estão atrelados à contextualização circunstancial do cotidiano (WOOD, 2000).

Vale a pena elucidar que o processo de alfabetização matemática é anticartesiano e muda ostensivelmente de pessoa para pessoa, inclusive difere de crianças para adultos. Contudo, a incompreensão destes preceitos não pode ser atribuída apenas às eventuais defasagens da capacidade intelectual dos alfabetizandos. Muito pelo contrário, para entender este fenômeno deve ser observada, sobretudo, se a sistematização contextual acontece de fato no âmbito doméstico e, ulteriormente, na sala de aula.

É imperativo mencionar que a exposição a um ambiente letrado ou a disposição de materiais escritos *per se*, sem um objetivo específico definido, ao invés de trazer benfeitorias cognitivas trazem impasses e retrocessos ao indivíduo (LURIA, 1998). O uso aleatório de letras e números sem conhecimento do seu valor sonoro gera, em longo prazo, entendimento contraditório e dicotômico em termos da função da escrita.

Em síntese o trajeto da construção das noções numéricas atravessa em primeiro lugar pela apropriação da conceitualização geral e familiarização com os elementos da escrita (DICKSON et al., 1991; SCHLIEMANN, 1998). Com a finalidade de aprofundar e entender a disposição dos alicerces que a leitura e escrita dos números percorrem alguns autores propuseram certas categorias razoavelmente abrangentes.

Embora existam outras abordagens, todas com refinados aspectos diferenciadores, se considera que estas são as primordiais, em decorrência disto a seguir explicaremos sequencialmente ambas. Segundo Daniluck (1988) o *que*, *como* e o *por que* são categorias coadjuvantes do surgimento do domínio numérico que esta autora recomenda para esquadriñar o letramento matemático:

- A ordenação comparece subsidiada pelos processos comparativos que são reforçados pelos princípios de seriação e ordem. Neste estágio do que o indivíduo propende pela criação de ordenações mínimas que são mais simples. (DANILUCK, 1988).
- O *como* também está suportado na socialização e experiências vivenciadas. Da família tentam ser copiados os modelos preexistentes que iniciam a transição de distinção entre letra e algarismo numérico. Esta atitude é reforçada na maioria das ocasiões por gestos (DANILUCK, 1988). A representação intuitivamente tende a ser o objeto em si.
- O *por que* surge da necessidade de transmissão da escrita aos outros. Esta atitude flagrantemente revela a manutenção na memória concreta para que no final seja assimilada como um tipo de comunicação. Este exercício denota no final a capacidade de desenhar os objetos e a fala (VYGOTSKY, 1987).

Nesta perspectiva Teberosky e Tolchinsky (2003) conjecturam que o conhecimento produzido pela criança é imitativo e anti-determinístico. A importância da escrita está erguida na transcendência dos espaços intramurados institucionais por cumprir uma função nitidamente social que é pautada pela explanação daniluckiana. As manifestações numéricas da vivência diária somadas à aproximação com pessoas alfabetizadas apadrinham indiretamente o desenvolvimento destas destrezas.

Já de acordo Sinclair (1990) os processos que se suscitam na construção alfabética são análogos ao desenvolvimento da escrita numérica. A principal convergência dos dois sistemas é que seu aprendizado está baseado nas interações concretas que o indivíduo cria com o sistema. Esta autora explorou o caminho psicogenético ascendente pelo qual atravessa a escrita aritmética. As seguintes são as fases que descrevem esta trajetória:

Na *primeira fase* a concepção numérica é bastante genérica, sem precisão, nem conotação formal definida. O sujeito tenta expressar a ideia de plural em conceitos globais que representam tal feição.

Na *segunda etapa* a criança atenta para as feições o nomes dos objetos que compõem os conjuntos passíveis de representação. Isto é, a raciocínio infantil tem o intuito de escrever pseudo-palavras que permitam a descrição das coleções.

É apenas na *terceira fase* que aparece uma primitiva notação termo a termo. Nesta etapa a criança pode ou não tentar fazer a representação

com formas explícitas análogas ao objeto ou com símbolos abstratos. No último caso é frequente o surgimento de letras que cumprem a função de representar a coleção. A desagregação do conjunto é plasmada em forma ordenada, pelo geral obedece a um princípio linear.

A *quarta etapa* é definitiva, pois surgem os algarismos numéricos propriamente ditos. Os processos cognitivos são capazes de deduzir a correspondência entre um algarismo para cada objeto do conjunto. Vale a pena elucidar que a representação algorítmica é exata.

Na penúltima etapa de notação o algarismo aparece isolado é legível e quantifica de modo perfeito a coleção. E no *último estágio* é possível apreciar o algarismo reforçado com letras. Isto certifica a junção preliminar dos dois sistemas de alfabetização (SINCLAIR, 1990).

As elucidações de Daniluck (1998) e Sinclair (1990), respectivamente, não são refratárias à existência de regressões a estágios anteriores na construção da alfabetização matemática. Neste sentido, em condições normais retornar aos esquemas mais iniciais não é inaudito, mas às vezes é necessário. Assim, excluindo eventuais transgressões ou quadros clínicos, a organização cognitiva dos indivíduos parte para hipóteses mais consolidadas e aprimoradas. Todo este preceito provavelmente seja possível pela afinidade com um sistema mais permeável e relacional com outras dimensões, incluída a espacial.

Gomez-Granell (2003) chama à atenção para dois tipos de funções do domínio matemático. A primeira diz respeito às regras intrínsecas do sistema, isto é sua “autonomia real”. A outra vertente é constituída pela parte significacional, denominada referencial, que permite a ligação dos símbolos alfanuméricos a situações pragmáticas da vida diária e a decorrente solução de problemas.

Vale a pena esclarecer que a partir das classificações arroladas e do último preceito os integrantes da nossa amostra estão inseridos nos níveis intermediários e dentro da função referencial. Por motivos operacionais esta constatação não foi cientificamente demonstrada, contudo é evidente que estas pessoas dado seu conhecimento parcial atingiriam desempenhos admissíveis a tais testes. Por exemplo, certos sujeitos salientam identificar com assertividade os números, embora possuam noção dissipada da configuração de dezenas, centenas, etc.

Se esta habilidade pontual ainda está em construção é importante destacar também que os sujeitos lidam parcialmente com operações matemáticas simples, em especial com a soma e subtração. Além disso, estas operações possuem a singularidade de serem construídas de modo apenas oral. Isto é, os sujeitos expõem algum bloqueio cognitivo quando instigados a perpetrar a mesma operação verbal de maneira escrita.

Esta constatação foi ratificada pelas docentes das Escolas. As professoras elucidaram que episódios de travamento cognitivo matemático como os sublinhados são normais no horizonte da alfabetização matemática e, pelo geral, não são exceção, mas regra na sala de aula em turmas heterogêneas. É importante notar que a reversão deste quadro é plausível e que na literatura existem registros insuficientes do acompanhamento deste processo.

É nítido que os respondentes asseveram que existem dificuldades com a compreensão incondicional dos números e estes raciocínios estão afastados das classificações tanto dos primeiros níveis, quanto dos que estão no cume da pirâmide. Mas explicita-se que, por motivos já explicados, o entendimento das letras é mais complexo. Sabe-se que o significado dos algarismos numéricos isoladamente não denota o domínio absoluto das operações matemáticas, em especial, a notação como função *a posteriori*.

Vale a pena elucidar que para Ferreiro (1990) a aceleração processual nos processos cognitivos não consiste em atingir uma etapa final subsequente de forma imediata, mas atingir um patamar superior carregado do aprimoramento conceitual. Esta assertiva gravita sobre a proeminência da ampliação de uma base ancorada na progressão evolutiva e, ao mesmo tempo acumulativa, que estabiliza o conhecimento do sujeito para o enfrentamento de problemáticas pontuais.

6.3 Intersecções do número e da concepção socioespacial

Acredita-se que as maneiras de decodificação visual da paisagem são influenciadas pela vertente sociocultural em diferentes instâncias. A constatação mais pertinaz deste princípio é que o modo plenamente visual emana mais solto sem a necessidade do indivíduo estar imerso numa zona de desenvolvimento proximal

específica (VYGOTSKY, 1987). Entretanto, o movimento intrínseco de estar alerta às expectativas sugere que é promovido graças ao conhecimento maior do espaço. Paradoxalmente, parece que este último se torna mais discreto pelo advento das funções numéricas e dos grafemas.

Neste sentido o indivíduo se debate com grandes incógnitas. Ao mesmo tempo em que poderia aumentar seus conhecimentos espaciais assimilando os conteúdos de uma pessoa com conhecimento mais aprimorado (zona de desenvolvimento proximal) este sujeito também cobiça ler para sair da sua condição analfabética. Ambas as situações deflagram questões associadas à exclusão, pois as trocas com outras pessoas que tenham conhecimento mais sedimentado são menores na escola, isentando o professor. Já no trabalho se apresentam como relações hierárquicas que coíbem a fácil aproximação.

Acredita-se que o imaginário visual urbano analisado nesta pesquisa é um fenômeno que apesar de não explicitar uma conotação neta de objeto socialmente vivenciado é construído a partir desse princípio, pois está alinhado à influência de mornos gestos sociais. Buttner (1982) ressalta sobre a importância que tais acenos provocam na concepção transformadora recíproca entre o homem e a paisagem. Na amostra esta relação singular não ficou evidente, devido ao moderado tamanho do grupo e ao escopo individual das tarefas.

Contudo, nesse grupo é proeminente que os modelos passíveis de espelhamento capazes de reverberar no seu conhecimento são utópicos. Não é possível identificar feições que marquem uma liderança hierárquica na amostra selecionada. A independência pessoal da aplicação dos instrumentos nos direciona pela não interferência por repetição de outro modelo mais apurado. Isto é, cada sujeito cria seus próprios microuniversos espaciais para a resolução dos problemas.

Independente do “ideal” preceito de influência recíproca entre indivíduo/grupo neste instante é essencial se debruçar sobre a incidência dos números no conhecimento. Se, por uma parte, as relações sociais adjacentes favorecem tangencialmente a apreensão, por outra, é inegável que os símbolos incidem na concepção espacial. Para Fávero e Soares (2002) o envolvimento e aproximação com princípios simbólicos

advindos do sistema de alfabetização possibilitam a autorreflexão. Em decorrência estes esquemas emergentes são capazes de ecoar no modo de organização das informações da vida cotidiana. Esta assertiva possui um admirável significado, pois as relações homólogas matemáticas em função de sua proximidade e associação harmônica devem cumprir papel similar na decodificação espacial.

Nesta perspectiva, é inegável que em certo momento deve existir algum elo no que diz respeito à correspondência termo a termo. Devido a que possivelmente a hesitação da quantidade de letras na composição das palavras implica um conceito lógico-matemático que subsidia o ordenamento coeso e articulado para seu entendimento no raciocínio do semianalfabeto. Esta situação constata que o sistema dos números é mais simplificado, porém sua compreensão possui conturbações.

Este assunto é dicotômico, pois historicamente o ensino da matemática é permeado por um tabu para os estudantes nos primeiros anos escolares que se dilata de modo fluído até a idade adulta. Mas, ao mesmo tempo, a importância do universo aritmético na vida moderna é verídica e notória em diferentes estágios na vivência utilitária do ser humano em atividades que não podem ser preteridas.

Os discursos precedentes nos permitem proferir que os sistemas simbólicos alfanuméricos e letras repercutem na construção de outros sistemas adjacentes no cotidiano da vida do indivíduo, incluído o desvendamento das feições paisagísticas da cidade. Segundo Danyluk (1998) o conceito de número surge atrelado à classificação e contagem, completada pela ideia de ordem que está suportada na sequencialidade do alfabeto e conformação das palavras e das seriações do pensamento do sujeito. Esta intelectualização redundante e é transferida de modo gradual à dimensão espacial.

Igualmente, a reinvenção da escrita dos números é alicerçada no grafismo em planos bidimensionais. Esta construção tem caráter espontâneo que se desloca do termo falado à representação escrita que explicita o movimento autoafirmativo do “eu penso”. Instaladas no raciocínio verbal as representações gráficas o caminho está aberto para que a convencionalismo das grafias sociais as moldem de modo a expressar seu sentido (DANILUCK, 1988).

Estas assertivas evocam que existe uma relação casualística e iminente, oriunda dos dois tipos de alfabetizações, que dilatam os processos cognitivos internos para, ao mesmo tempo, interatuar de forma mais contundente com os objetos dispostos no espaço. Destarte, os avanços mais significativos são identificáveis na progressão do contato com a família e o círculo social, mas irrefutavelmente consigo mesmo como descobridor paulatino da paisagem urbana.

Tendo em vista que se dilapidou a utilização de tarefas que avaliem o conhecimento numérico seria ingênuo afirmar que os semianalfabetos se rendem à invenção de codificação idiossincrática de signos ou que existam entraves quanto aos agrupamentos numéricos. Destarte, a pesquisa apenas sugere que a consolidação do conhecimento numérico é pouco sedimentada. Deste modo, embora exista familiaridade numérica os sujeitos são instigados ainda a “decorar” as informações dos algarismos e, em outras circunstâncias a identificá-los por semelhança e outros meios.

Esta assertiva é ambígua, pois se a dificuldade de leitura dos números persiste será que o exclusivo ato de gravar dados fornece suficiente subsídio para sua sobrevivência? Talvez a resposta desta incógnita esteja pautada pela regressão a um processo anterior de associação de categoria. Isto é, por exemplo, alguns analfabetos na utilização de dinheiro substituem a padronização numérica pela sistematização de cores. Porém este foco viso-colorido na leitura de São Paulo nos instrumentos aplicados também foi irrefletido pela amostra.

Outra hipótese relacional é que o cérebro leitor quando encontra alguma dificuldade no sentido integral da escrita, compensa esta defasagem aguçando a contemplação. É possível inferir que cada ciclo está carregado de uma exploração constante e a etapa preliminar pode ser relevada se é encontrado o sentido textual (GOODMAN, 1987; EYSENCK; KEANE, 2007). Estas estratégias cognitivas pressupõem que o sujeito arrisca usar o mínimo de informações disponíveis e as predições mais confiáveis para encontrar o sentido real de um discurso escrito. No caso dos semianalfabetos este princípio parece também balizar a identificação de aspectos morfológicos urbanos pelo uso da seletividade e valoração prática.

A simplificação dos dados formais introduz a pauta do elo com as relações geométricas. As categorias: reta, ângulo, formas, medidas, perpendicularidade, horizontal, vertical, paralelismo, parecem em processo de consolidação paulatina e constante. É necessário enfatizar a ressalva quanto aos quatro últimos termos arrolados, pois seu enraizamento não dispensa um esclarecimento adicional. Isto marca uma barreira cognitiva e/ou manual que possivelmente atravança sua nitidez e dissipa uma legibilidade mais aguçada. Embora existam vestígios da leitura da simetria e dificuldade pela representação de abstrações padronizadas a partir da paisagem, nos sujeitos há conscientização sobre as transformações dos elementos que configuram o espaço.

Alguns pesquisadores apregoam que algumas atividades como: rodar, deslizar, virar, etc. são funções de movimentos elementares que promovem mudanças na concepção espacial, em especial com crianças (CLEMENTS; BATTISTA, 1992), (SHEFFIELD; CRUIKSHANK, 2000). Bakhtin (1992) acrescenta que o processo de alfabetização fica mais complexo e enriquecedor se é incentivada a inserção de ferramentas associadas às práticas sociais que se desprendem da utilização do objeto ou situação. Para este autor, esses aspectos se denominam axiológicos, e permitem que o conhecimento se assimile de forma mais abrangente para possibilitar praticamente sua personalização.

Contudo, estas e outras estratégias foram relegadas na educação adulta passando a ser utilizadas de forma intuitiva e informal na sobrevivência do dia-a-dia pelos semianalfabetos. Deste modo, as destrezas são dificilmente encorpadas em virtude de algum percalço de origem espacial inibidor de seu uso nas construções representativas (bidimensionais e tridimensionais) requeridas e, também, no espaço urbano em si pelo exíguo reconhecimento topoceptivo.

Os fatores elencados, sem dúvida, em decorrência da negligência ou superficialidade como são tratados constituem parte do escopo que prejudica a representação e decodificação espacial do centro de São Paulo. Mas assumido como verídico o rebatimento da alfabetização numérica sobre a alfabética vale a pena esclarecer outro resquício grafocêntrico que fornece outra chave para decifrar a paisagem urbana.

Assim, é possível aludir que um estudo referenciado por um professor Possenti do Instituto de Estudos da linguagem da UNICAMP afirma que na leitura das palavras é importante apenas o início e final das palavras³⁵. O miolo pode ser construído de modo caótico, desconexo e aleatório, pois o cérebro se adapta e recodifica esta escrita, sempre e quando sua construção seja ancorada na utilização de termos mais corriqueiros. Além disso, outras pesquisas correlatas revelam que na leitura de um texto unicamente a parte superior da configuração das frases é suficiente para encontrar o sentido geral do texto.

Os dois “atalhos” cerebrais elencados eclodem porque a construção cognitiva humana é regida por princípios gestálticos. Isto é, o cérebro tem a capacidade de negligenciar o funcionamento baseado em unidades isoladas e sem contexto. Em contraposição, com a finalidade de organizar e equilibrar a realidade os construtos são arquitetados em função da inteligibilidade do conjunto total e conhecimentos pregressos dos sujeitos. Estas últimas duas feições intensificam uma “encarrilamento” que acelera a compreensão textual.

A decodificação da realidade espacial no pensamento do semianalfabeto parte da análise da totalidade (VYGOTSKY, 1987). Sequencialmente, esta é permeada pelo comparecimento de abstrações e conceitos pouco aprimorados que de modo invariável o norteiam a estabelecer as associações mais diretas e tangíveis utilizadas pela nossa sociedade. Estas não são apenas os algarismos numéricos, mas significados e valores intrínsecos à vivência urbana. Com este banco de informações o raciocínio retorna à etapa inicial visando a reavaliação dos conteúdos assimilados num processo cíclico constante e dinâmico.

Na paisagem urbana acontecem processos homônimos à construção alfabética, pois na percepção da totalidade da urbe são mais passíveis de leitura os sistemas mais pregnantes (marcos visuais) e os elementos complementares tem função secundária. Unicamente na aproximação final ao objeto procurado os papéis destes protagonistas esta relação é subvertida. Neste momento comparece a focalização da leitura dos números, cuja notação difere da alfabética que por ser mais generalista facilita seu

³⁵ “De aorcdco com uma peqsiusa de uma uinrvesriddae ignlse, não ipomtra em qaul odrem as Lteras de uma plravaa etâso, a úncia csioa iprotmatne é que a piremria e útmliã Lteras etejasm no lgaur crteo. O rseto pdoe ser uma bçguana ttaol, que vcoê anida pdoe ler sem pobrlmea. Itso é poqrue nós não lmeos cdaa Ltera isladoa, mas a plravaa cmoo um tdoo. Sohwo de bloa!” (POSSENTI, 2011).

entendimento. Esta situação redonda diretamente na experiência dos sujeitos visando uma compreensão espacial mais abrangente.

Contudo, de modo contraposto aos processos alfabetizatórios (alfabético/numérico) na percepção da cidade não existe uma “leitura parcial” da paisagem urbana. É evidente que propender por decifrar as características urbanas não implica sua leitura obrigatória e serial das suas partes e sim que tal estrutura possua parâmetros coesos e consistentes. No final são estas nuances que possibilitam aos sujeitos sua aproximação, equilíbrio e constituição significacional.

Deste modo, a paisagem do centro de São Paulo é cristalizada com relações ativas e progressivas, de sinopse e ampliação, complexas e simples, sintéticas e multiplicativas, etc. face às transposições da vivência urbana dos sujeitos. Este arcabouço imagético é apropriado ao longo de múltiplas experiências de aproximação, positivas e traumáticas, e apenas neste instante ganha corpo para ser reproduzido. Contudo, é unicamente num último patamar que todas estas relações se tornam uma explicação coerente e verificável da realidade.

Destarte, tendo preclaras as vicissitudes da percepção urbana dos semianalfabetos em relação à alfabetização numérica, outra vertente desta tese foi tentar verificar como seria elaborado o reconhecimento visual específico e geral da paisagem citadina de São Paulo.

6.4 Reconhecimento dos conjuntos paisagísticos urbanos

A vivência da paisagem tem como balizas grandiloquentes a percepção das ambiências e suas feições, em especial, a experiência e a valoração, consideradas variáveis inerentes à vida social do sujeito. Tendo nítida a tendência das paisagens à metamorfose é irrevogável asseverar que tais transformações se concretizam mais enfaticamente nos quadros cênicos disseminados na urbe (GUIMARÃES, 2002).

Na esfera espacial das cidades é possível a objetivação, o arquivamento e a sedimentação da experiência biográfica e histórica. Esta acumulação estabelece um repertório social de conhecimento que é transmitido generacionalmente e subsidia a

vida cotidiana individual. Este alinhamento possibilita a inserção dos sujeitos na sociedade e o manejo adequado em situações que demandam deste tipo de conhecimento. (BERGER; LUCKMANN, 2003).

O repertório de conhecimento é o responsável pelas diferenciações embebidas na realidade de acordo ao grau de familiaridade que os indivíduos estabelecem. Em fase deste agente o conhecimento sobre o próprio mundo e o espectro de circunstâncias cotidianas da vida individual é farto e específico, em oposição ao mundo dos outros cuja característica é limitado e esquemático. (TUAN, 1983)

Toda atividade do homem é passível de habituação, e os elementos da paisagem urbana cumprem à risca este preceito. Esta condição permite que suas ações sejam claramente direcionadas no intuito de evitar performances longas e carregadas de esforços exoneráveis. Qualquer sujeito inserido na sociedade, independente de sua condição percorre em algum momento estes processos sucessivos, que se acirram quando existem situações inéditas que requerem respostas imediatas. (BERGER; LUCKMANN, 2003).

Sempre os processos de habituação precedem à institucionalização, que é marcada pela pauta do controle social. Na arquitetura de padrões ininterruptamente as experiências se tornam mais pregnantes no repertório individual quando são reconhecíveis, memoráveis e possuem carga significacional imperativa. Se esta esquematização acontece com vários sujeitos repercute na formação de uma imagem coletiva privilegiada.

Para proferir elucubrações sobre esta imagem grupal deve-se elucidar que em função dos dados provenientes dos discursos e testes VOSP que na explanação da apreensão da paisagem do centro paulistano se suscitam duas situações destoantes intermitentemente, a saber: espaços urbanos *conhecidos* e *desconhecidos*. Nestas duas categorias estão implantadas as dimensões topoceptivas da homogeneidade e heterogeneidade em São Paulo, que já foram explicitadas, mas que serão aprofundadas caso necessário.

Em primeiro lugar vale a pena elucidar que promulgar a explicação de como acontece a identificação de edificações que possuem princípios compositivos isomorfos e convergência estética relativa à determinada época histórica provoca certas linhas de explicação não necessariamente convergentes. O ponto inicial diz respeito ao processamento de informações visuais que sugere ser facilitado por feições conexas da linguagem que dialogam de modo sincrônico. Esta homogeneidade as torna elementos íntimos, portanto, facilmente reconhecíveis que são transferidos a outras realidades contornando critérios mais rigorosos. Neste sentido, os processos cognitivos dispensam classificações formais e históricas mais complexas e utilizam um caminho mais objetivo e direto de associação morfológica.

Desta assertiva é possível o desprendimento de outra característica que é igualmente englobante. Isto é, afinidade e familiaridade de linguagens arquitetônicas disseminados no centro sugere que as feições de constituição macroestrutural da paisagem estão suficientemente sedimentadas no imaginário destes sujeitos. Destarte, a atenção se desloca à percepção de elementos inseridos na plataforma microestrutural como: números, detalhes construtivos, mobiliário urbano, etc.

Infere-se que provavelmente o processo de captação perceptivo da paisagem urbana central pelos semianalfabetos seja ancorado nestas passagens frequentes do universo macro ao micro e vice-versa. Acredita-se que este é processo afeta a base do repertório imagético individual e possibilita sua transformação dilatando-a. Assim sucessivamente os dados são incorporados na macroestrutura perceptiva com a finalidade de aprimorar a decodificação da paisagem.

O supramencionado substrato construído é passível de aproveitamento em diferentes regiões citadinas pelas quais estas pessoas transitam, a cidade pelo geral comporta certa heterogeneidade de estilos edifícios espalhados na sua estrutura. Entretanto, quando a paisagem urbana difere drasticamente de uma já rotulada presume-se que os processos mentais são formatados até atingir um nível incipiente, entretanto utilizando como referências o legado geral intrínseco do sistema paisagístico.

Acredita-se que a manutenção da realidade vivenciada é possível pela mediação de dois fatores, a saber: a rotina e crise. A primeira é a encarregada de manter a

realidade internalizada no roles cotidianos do dia-a-dia. Já a segunda é essencial em situações de desequilíbrios eminentes. Assim, a anormalidade crítica assume o papel de alerta para atentar sobre situações menos estáveis.

Estes momentos de oscilação negativa são indispensáveis na vivência espacial urbana, dado que embora a crise tenha uma conotação preliminar traumática ou enfrentamento de novas circunstâncias permite o surgimento de respostas e mecanismos de sobrevivência diferenciados. Ou seja, possibilita o treinamento de destrezas e estratégias, espaciais e aespaciais, com a finalidade de coadunar as sequelas perturbadoras tornando-as menos opressoras.

Certamente, os sujeitos em situações adversas tentam encontrar a estabilidade dos lugares que já eram conhecidos. Esta situação é menos intrincada em pequenos deslocamentos, por exemplo, mudança a áreas adjacentes, mas é mais acirrada quando o sujeito deve se adaptar e conhecer uma nova rua, um novo quarteirão, etc. (HALBWACHS, 1990). Em qualquer hipótese, as análises perceptivas abnegam a estagnação, pois de modo súbito tentam reestruturar certa condição minimamente viável de orientação e identificação. Isto é, lançam mão de acoplamentos contextuais próximos para a resolução de incógnitas.

Para o semianalfabeto, em qualquer conjuntura, a realidade social da vida cotidiana, especialmente da apreensão espacial é bastante abrangente. Acredita-se que esta dimensão é entendida como um *continuum* arquetípico que se transforma atrelado ao contexto, ora mais familiar ou mais anônimo, sempre intercedido pelo movimento pendular de afastamento e proximidade entre a pessoa e paisagem urbana que foi erguido em todas as fases da vida.

Alinhados com as questões relativas às transformações no desenvolvimento humano é possível estabelecer uma tentativa de desdobramento aproximativo de como é elaborada pelos semianalfabetos a decodificação paisagística de estruturas urbanas. Estas considerações, passíveis de catalogação em forma de três níveis, indicam em maior ou menor grau a trilha da passagem entre o analfabetismo e uma pseudoalfabetização até atingir certa coesão imagético-funcional da paisagem.

Na *primeira etapa* prima a atenção, total e pontual, nos elementos disseminados no espaço urbano. O sujeito tenta memorizar ao máximo todos os componentes do espaço. Isto é, está em curso a compreensão e a memorização da estrutura espacial, que diz respeito à apreensão e ao entendimento mínimo dos atributos mais proeminentes do espaço urbano. Esta característica distingue de forma clara a concepção tridimensional e as relações entre as partes.

Comparece uma habilidade de efetivar deslocamentos em diversos trajetos para atingir respostas coerentes às expectativas de orientação e identificação. Entretanto, o sujeito se aferra a transitar pelos mesmos locais sempre e possui capacidade de identificação de características e edifícios pontuais. Halbwachs (1990) promulga que a imitação cíclica nos envereda pela presunção de que em diversas ocasiões cada elemento ou fato em si mesmo ostenta muitas vezes uma condição de inteligibilidade válida unicamente para um grupo.

Além disso, as pessoas ostentam a dificuldade de identificar direita e esquerda e dispensam na maioria das vezes a abordagem balizadora advinda da orientação solar. Vale a pena aludir que estas ações, com escopo corriqueiro, convergem com respostas versáteis e eficientes que são de grande valia, por exemplo, na vida do alfabetizado. Na visão serial ou decodificação sequencial dos sujeitos aparece mais articulada a constituição dos marcos de referência a partir da percepção operativa.

A seguir, num *segundo estágio*, a percepção está pré-condicionada de modo absoluto ao primeiro, o indivíduo possui certa destreza para ponderar e questionar sobre algumas ambiências citadinas que percorre e, ao mesmo tempo, responde a indagações. Estas construções evidenciam o comparecimento da percepção de resposta. Além disso, tenta representar graficamente o espaço com certo aprimoramento, tendo em vista que no anterior período seu esboço gráfico tem conotação ininteligível.

É um processo de lapidação no qual o indivíduo, balizado pelo contexto e permeado cada vez mais pelas dimensões socioculturais singulares da coletividade, se defronta sobre os possíveis caminhos de seletividade de atributos, comparação (convergências e dissonâncias) das feições dispostas no espaço, ou seja, transita

permeado pela decodificação hierárquica. Neste instante seu raciocínio é enveredado a tráfegar pela reflexão e abstração visando a toma de decisões mais adequadas.

Destarte, de forma consciente prevalece na tradição do imaginário dos indivíduos a seleção/classificação binária mais proeminente de duas situações: que objetos ou situações podem ser mais facilmente memorizáveis ou, em sentido contraposto, quais devem ser retraídos. Esta seletividade alavanca a valoração de aspectos pregressos, cuja conotação na vivência é positiva, e à omissão ou consideração irrelevante de aspectos contraproducentes. Estes processos nitidamente são derivados da mediação da memória de curto e longo prazo.

É marcado também pelo domínio parcial dos grafemas ou algarismos alfanuméricos. Contudo tal início de desenvoltura não representa cartesianamente um domínio das operações básicas. Esta pseudo destreza parcial da alfabetização baliza a abertura do ofuscamento das feições morfológicas da paisagem. Nesta segunda circunscrição o sujeito pode dispensar uma quantidade expressiva do repertório inicial acumulado na vida inteira como analfabeto.

No *terceiro nível* os sujeitos se enveredam pelo domínio mais aguçado dos atos de leitura e escrita que provavelmente continua cerceando o imaginário sedimentado da sua vivência na cidade. Vencidas as feições do entendimento do conjunto o indivíduo perambula pelos limiares da integração do pensamento lógico. Este dilatamento das feições espaciais em si permite a reflexão sobre sequências lógicas, em especial visando explicações e justificativas de argumentos correlatos mais sedimentados.

Enfatiza-se também certa retroalimentação espacial e tendência de identificar o espaço com predisposição de percebê-lo sensível e funcionalmente. Nesta condição este raciocínio espacial pode ser retransmitido e ensinado para outras pessoas. Esta é a condição que se perpetuará de modo profícuo na maioria das ambiências, pois como salientado está ancorada numa sistematização menos volátil e, ao mesmo tempo, mais estável e verídica funcionalmente.

Dilthey (1992) ressalta a importância da experiência da interioridade do homem. Esta é uma atitude mais voltada a salientar os construtos histórico-culturais do homem e

a reflexão da vivência subjetiva dos sujeitos, passível de extravasamentos em outras esferas da vida. Nesta perspectiva prefere-se concentrar em explicar o jogo da realidade construída na relação de reciprocidade dos indivíduos e destes com o mundo, abnegando a explicação da cartesiana equação causa-efeito.

Na decodificação espacial do indivíduo pseudoalfabetizado uma feição que impulsiona o aprimoramento perceptivo da cidade é o diáfano estabelecimento de conjuntos identificáveis e independentes. Pressupõe-se que esta destreza é advinda da capilaridade produzida pela aprendizagem do sistema alfabético e numérico que permite a organização espacial visando interpretações e correspondências mais objetivas e identificáveis. Nestas condições está preparada a esteira perceptiva por dedução que subsidiará os trajetos em outros contextos. A seguir é apresentada uma síntese comparativa (Quadro 6) dos estágios elencados.

Quadro 6 – Estágios da decodificação paisagística pelos semianalfabetos.

PRIMEIRO ESTÁGIO	SEGUNDO ESTÁGIO	TERCEIRO ESTÁGIO
Atenção abrangente	Possibilidade de aceitar indagações.	Interação ampla para discursar do espaço.
Alta Memorização	Memorização seletiva.	Ofuscamento da memorização.
Deslocamentos moderados e repetitivos	Maior liberdade de diversos percursos.	Surgimento de alguns percursos aleatórios
Incipiência sentidos e norte magnético.	Incipiência sentidos e norte magnético.	Certas dificuldades sentidos e norte.
Constituição parcial dos marcos de referência	Comparação e hierarquia de atributos.	Substituição parcial de atributos pelos números.
Ilegibilidade desenhos.	Legibilidade parcial representações gráficas.	Legibilidade parcial rep. Gráficas.
Concepção utilitário-funcional.	Concepção funcional.	Concepção funcional e agradabilidade visual.
Distinção entre letras e números.	Domínio parcial dos grafemas ou algarismos alfanuméricos.	Aguçamento seriação e maior reflexão espacial.

Org.: Bastidas, J (2013).

A partir do quadro é possível afirmar que nos três substratos é evidente que, de modo análogo aos níveis psicogenéticos piagetianos, abrolham protuberâncias e

regressões. Entretanto, mesmo sob a pressão do preconceito os semianalfabetos coadunam seu arcabouço de adultos para resolução destas inflexões. Os eventuais questionamentos que não são resolvidos por esta via são torneados apelando à colheita de informações indiretas sempre visando à cristalização dos dados espaciais estruturadores da paisagem.

Acredita-se que o conhecimento do espaço progride no mesmo ambiente conforme o sujeito consegue estabelecer maiores relações e destaques espaciais sincronizados com seu aperfeiçoamento oriundo da alfabetização. Esta circunstância não implica que estes subsídios subjacentes forneçam âncoras cuja utilização seja proeminente em paisagens urbanas ignotas.

Por outra parte, é possível afirmar que existe uma especulação pragmática utilitária em relação à agregação de imagens de conjuntos homogêneos. Esta decodificação se mostra frágil e dissipada, pois se verificou que as repetições de nomeações e predileção por alguns modelos morfológicos são insistentes e universais. Esta padronização intuitiva impossibilita o reconhecimento pontual de vários atributos físicos.

Este preceito permite corroborar que, em alguns casos, apenas as feições mais fortes e familiares de elementos pontuais arquitetônicos ou imagéticos de Lynch são os predicados sedimentados com maior propriedade. De forma análoga possibilita cogitar que a ampliação de repertório visual ou oriundo de sensações correlatas redundaria na criação de esquemas metacognitivos mais complexos que incidiriam na orientação e identificação no espaço urbano.

Considerando moderadamente estável a pretensa relação sujeito/paisagem para a maioria da amostra, a reversão dos momentos de ilegibilidade apenas é passível de mudança em função da inserção de informações decorrentes da alfabetização. Infere-se que não obstante as informações atuais e remanescentes de outras experiências sirvam de subsídios na vida corriqueira dos semianalfabetos, estas nunca podem suprir a ampliação oriunda dos processos alfabetizatórios.

Neste sentido, insinua-se que o sujeito adulto atinge certo ápice de informações via alfabetização que, nem as informações advindas de veiculações mediáticas, em especial, rádio, televisão, *internet*, etc. conseguem equacionar tais descompassos. Em compensação, o canal da assimilação de informações perceptivas, em especial visuais, continua aguçado e visando contrabalançar e ampliar a base do repertório nas pessoas em processo de alfabetização.

Assim, é preciso aludir que a implicação da capacidade de leitura total ou parcial não é inócua. A incidência do domínio das habilidades de leito-escritura não necessariamente torna as imagens do espaço urbano mais decantadas, contudo fornece novos interstícios a serem explorados. Neste estágio, a percepção continua a coletar informações visuais, sempre visando compensar qualquer defasagem. Para propender por uma estabilidade mais aprimorada entram em cena os algarismos numéricos que fornecem subsídios para sua orientação e identificação espacial.

Talvez a capacidade que os semianalfabetos utilizam na tentativa de correlacionar a consciência sintática e a rimas das palavras e a ordenação numérica favorecem os ensaios de estabelecer as relações entre começo e fim de certas composições morfológicas. Se assumirmos como verdade esta destreza explicar-se-ia a possibilidade de ostentação de maior estabilidade à paisagem urbana. Deste modo, o pensamento perceptivo destes sujeitos passa a ser mais harmônico e capaz de generalizar este esquema a outras ambiências similares.

A disposição de atributos morfológicos plasma a existência formal de um léxico copioso de repetição de formas para decodificar. Este possui um enfrentamento junto ao objetivo e direto arcabouço da junção combinatória de alguns números. Assim, o raciocínio humano escolhe que a melhor maneira de captação é a derivada da segunda opção, concluída em eventuais momentos pela primeira. Este recurso complementar é utilizado, em especial, ora na apreensão global, ora na aproximação ao destino desejado.

A percepção da paisagem do centro de São Paulo pelos semianalfabetos suscita que a reflexão do imaginário urbano equivale a abstrair as propriedades comuns ante objetos diferentes e concomitantemente achar as diferenças entre elementos que

parecem semelhantes (FERREIRO, 1995). Este é um preceito da leitura e escritura e parece equivalente ao modo como é concebido o construto do espaço.

Jaensch apud Read (2007) defende que no pensamento visual existem generalizações especiais ou agrupamento de imagens por categorias. Este ordenamento recebe o nome de composições com sentido ou fluxos. Este fenômeno transitório que visa tornar a percepção mais complexa ocorre na passagem entre o pensamento conceitual e pensamento concreto. Embora defasado acredita-se que este trajeto cognitivo auxilia em certos momentos a percepção da paisagem urbana.

O pensamento dos semianalfabetos adultos analisado possui uma intensa relação gráfica e social. Esta conotação permite o acréscimo de versatilidade visando fornecer os significados sobre aquilo que é transmitido aos outros. Contudo, vale a pena salientar que a incompreensão quanto ao significado em si do número gera perplexidade, pois geralmente as pessoas apenas consideram sua representação simbólica (DANYLUK, 1998; GÓMEZ-GRANELL, 2003).

Deduz-se que a substituição de um modelo baseado no imaginário visual por outro advindo das antecipações alfabetizatórias numéricas, subjugado à organização lógica, revela a ascensão de construções de processos cognitivos. Esta consideração evidencia que a imersão na formação escolar é catalisadora de varias transformações. Se num sentido a verticalização ascendente de conhecimento beneficia o desenvolvimento e a inserção da pessoa na sociedade, por outra parte, negligencia parcialmente feições prosaicas quando é desviada ou “desligada” para certos atributos da paisagem.

Com os processos perceptivos ativos ou mais passivos é essencial o papel da memória. Em virtude desta proeminência é importante lembrar alguns conceitos desta temática. De acordo com Vygotsky (1987) a memória é a capacidade que o indivíduo possui de arquivamento e reprodução de eventos, em especial, vestígios e mudanças. Este autor explana que a retentiva mental pode ser classificada em dois tipos: a recordação de questões mecânicas e por associações. Esta última relaciona momentos aprendidos e o objeto que necessita ser memorizado assim é mais compatível à concepção da imagem da urbe.

Para estudar a imagem citadina é necessário debruçar-se sobre os vários tipos de memória, a saber: visual, auditiva, motora, mista e neutra (VYGOTSKY, 1987). É inadiável elucidar que da classificação elencada a memória mista é a mais comum no cotidiano dos sujeitos não apenas na cidade. Contudo é impossível esquecer que a memória visual é preponderante, não obstante o cérebro possui a capacidade de enaltecer a associação de vários eventos perceptivos simultaneamente.

Pode-se afirmar que é possível decifrar a existência de uma base convergente no conhecimento humano em relação a opções de escolha por afinidade. As descobertas e assimilação de conceitos vão sendo constituídas de modo sincrônico com a idade e giram em torno de novas funções. Todo este quadro é paulatino e pautado pela progressiva consciência e abertura mental do sujeito.

James (1989) submerge nos métodos como a memória arquiva as informações propondo os processos mecânicos (repetição), planejados (mnemotécnica) e criteriosos (lógicos). Ribot (1924) acrescenta a importância do papel e associação entre os eventos emotivos e a memória. Estes autores convergem na incidência das variáveis afetivas e dos sentimentos na recordação de imagens corriqueiras. Esta posição revela um elo direto com os significados socioculturais que estão presentes na decodificação da paisagem urbana.

Destarte na realidade contemporânea a memória deve ser entendida como um recurso pautado pela versatilidade. Isto porque esta deve estar constituída de um escopo sensibilizador e afetivo configurada pela tradição e arraigamento de valores, voltada para lembranças corriqueiras e, sensível ao processamento e, sobretudo, às mutações. Se esta conceitualização é vista nesta perspectiva é o grupo que fornece a qualidade coesional da memória. Em decorrência desta relação causal a pluralidade de memórias corresponde à quantidade de grupos existentes numa sociedade (HALBWACHS, 1990).

Mas, a tradição imagética do espaço urbano não está apenas composta por infindáveis circunstâncias e objetos que despertam veneração, em face de sua permeabilidade significacional. Está também constituída por elementos individuais de certo modo de caráter excepcional que, na leitura do alfabetizado podem ser

despercebidos, inteligíveis e possuem uma tradição menos ortodoxa. Admite-se que os processos cognitivos dos semianalfabetos se rendem aos elementos numéricos e menos pregnantes.

No contexto do centro de São Paulo questões memorísticas comparecem com assiduidade em várias feições morfológicas dos lugares, mas que simultaneamente, são abaladas pela fragmentação oriunda da globalização. Este caráter dicotômico formal promove um processo de exígua fixação de imagens. Neste caso, os alicerces do valor coletivo da memória cidadina são reconstruídos a partir das singularidades dos indivíduos que retroalimentam e socializam outros atributos espalhados na paisagem urbana.

Independente desta circunstância é impróprio considerar a sacralização memorística de certos elementos urbanos, às avessas da alfabetização para alguns com conotação mais efêmera, como um procedimento retrogrado, simplesmente porque não foi ancorada em evidências históricas e tradições significacionais. Afastada de arquétipos que reverenciam ou se inserem em particularidades orgânicas tradicionais, aonde proliferem regalias, está abordagem da nossa amostra está mais circunscrita a uma relação significativa de cunho operacional.

Partindo da perspectiva que seu valor está arraigado num viés mais fluído e livre este é justificável porque estas pessoas estão também sintonizadas com estes dados. Neste sentido vale a pena frisar que diversas pesquisas recentes são incongruentes a algumas constatações que apontavam que o pensamento lógico e abstrato era hegemônico apenas nas pessoas letradas (TFOUNI, 2006). A explicação está ancorada em que atividades heterogêneas propulsionam, independentemente da incidência de variáveis culturais ou temporais, múltiplos tipos de pensamentos em proporção análoga à dos sujeitos alfabetizados.

Para encerrar este capítulo é indispensável afirmar que ambas as alfabetizações – alfabética e numérica – não podem caminhar de modo defasado e colidente, pois em conjunto fornecem alguns alicerces que subsidiam entender, interpretar e representar o mundo vivido concreto do semianalfabeto. Definitivamente pensar nesta discrepância é perambular pela oscilação da incompletude de um processo que deveria ser recíproco e estar constituído de modo integral.

A priori a retenção dos conceitos e compreensão dos significados da escrita são funções pretensas de uma alfabetização escrita e numérica adequada. Em função da volubilidade da configuração da cidade é impossível a criação de uma analogia cartesiana associada à decodificação da paisagem. Porém, as feições urbanas são inteligíveis e decolam, sem ostentar homogeneidade ou heterogeneidade excessiva, quando não transgridem os limiares compositivos, nem propendem pela polarização e confusão formal.

Esta pesquisa, balizada pelo instrumental proposto, demonstrou que é possível prescindir da alfabetização alfabética e parcialmente da numérica para a sobrevivência irrestrita no espaço urbano. Entretanto, também ficou manifesto que a aceitação e assimilação, mesmo conturbada, dos conceitos oriundos destas destrezas humanas permitem um aprimoramento com relação às respostas das expectativas de orientação e identificação espaciais.

Embora as pesquisas da notação numérica sejam escassas e menos detalhadas, se comparadas às alfabéticas, é claro que os dois sistemas são duas construções inconcomitantes. Do mesmo modo, é possível conjecturar que o trajeto do macro ao microsistema é irrefutável em ambos os sistemas. Todavia a construção total da alfabetização está provavelmente baseada no compartilhamento de estruturas cognitivas próximas que auxiliam seu entendimento.

No que tange à percepção do espaço urbano é possível asseverar que a sincronia entre a observação direta do sujeito semianalfabeto e a paisagem não está necessariamente alinhada. Destarte, cogita-se que a visão serial, construída pelos indivíduos nos trajetos citadinos, encontra-se à espreita do encontro de uma coincidência circunstancial (estética, utilitária, significacional, etc.) que permita o equacionamento de defasagens para atingir uma sensata equilibração.

É evidente que o mundo vivido da paisagem urbana não é uma construção que surge por acaso e dissociada de um contexto englobante, pois sua concepção está atrelada ao papel constante de inflexões, positivas e negativas, advindas da relação entre o sujeito e o meio no qual está inserido. É neste cenário que a experiência subjetiva de cunho individual deve propender pela extrapolação na direção do compartilhamento dos

sentidos significacionais e das realidades paisagísticas do coletivo para atingir sua sedimentação. (BUTTIMER, 1982).

A compreensão da urbe deveria estar pautada por uma visão descritiva de sua estrutura que contextualize uma análise constante de suas feições interna/externa, cheia/vazia, unidade/conjunto de modo simultâneo como representação de um tempo específico. Destarte, o espectro de exposição revelado pelo objeto evidenciaria sua interatividade com a totalidade do ambiente onde está inserido e demonstraria sua estabilidade significacional para os sujeitos.

Tendo como parâmetro comparativo nossa pesquisa seguramente este preceito parece uma idealização afastada dos protótipos reais. No entanto, acredita-se que estes processos acontecem sim com a amostra de semianalfabetos estudada, talvez em número menos expressivo ou que pré-existem camadas cognitivas diferenciadas que especificamente a abordagem inédita desta tese não relevou. Esta desconsideração surgiu advinda de algumas dificuldades operacionais, mas também de contingentes enigmas, nosso ensejo é tentar sintetizar as principais vicissitudes e descobertas nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas décadas antes da finalização do século XX a acepção *analfabetismo* ainda era utilizada de forma tendenciosa. O alcance polêmico da abordagem deste assunto desatou secularmente o tratamento preconceituoso dos indivíduos que carregam este fardo (OLSON, 1997). Não obstante, na atualidade esta visão tenha se diluído, ainda ecoam reflexos indesejáveis de tal estigmatização, desconhecendo que os sujeitos às avessas da alfabetização são forjadores de uma história singular em diversas dimensões da vida.

O escopo central desta tese, de modo antagônico, pressupôs que ao invés de analisar estas pessoas com prisma intransigente é indispensável o entendimento das questões associadas à sua percepção particular, em especial, da paisagem urbana. Isto é, partindo da hipótese de que se, por uma parte, estas feições possuem caráter interino, por outro, mergulhando na sua estrutura perceptiva visceral seria possível perscrutar nos primórdios da decodificação espacial influenciada parcialmente pela alfabetização.

Nesta linha de raciocínio, em primeiro lugar, é imperioso elucidar que é um contrassenso confundir legibilidade da paisagem e leitura alfabético-numérica, contudo é possível afirmar que ambas operam em dimensões contíguas do conhecimento. O reconhecimento de sua atuação nestas esteiras possibilita analisá-las permeadas por filtros semelhantes, mormente no que diz respeito a seus alicerces, pois estes se aferem a uma concepção interacionista com todas suas implicações socioculturais.

Considerando este viés relacional a pesquisa explicitou que a percepção imagética da paisagem urbana pelo semianalfabeto é ímpar e a aferição do seu legado é factível apelando a diversas tarefas. Acredita-se que a percepção humana possui um viés fortemente subjetivo. Esta assertiva tem maior validade quando são abordadas populações que fixaram sua residência nas cidades, em decorrência das suas múltiplas facetas.

Cronologicamente a arquitetura, urbanismo, geografia e ciências correlatas têm baseado suas pesquisas pelo estabelecimento de balizas iconográficas. Isto é, o modo de

lidar com o espaço é como uma entidade tangível e portadora de informações concretas passível de ser interpretada apelando a imagens com diferentes escopos. Contudo, este estudo deparou-se na análise que a informação advinda das tarefas imagéticas produzidas pela amostra beirava nos limiares do ininteligível do ponto de vista prático.

Esta situação nos impeliu a exaltar o estudo, não exclusivamente pela via das representações icônicas, mas também a partir da dimensão da oralidade que possibilita apreender o espaço como uma entidade subjetiva que se ergue paulatinamente. Contudo, vale a pena salientar que este ligeiro enviesamento metodológico *per se* não despreza a análise espacial mais ortodoxa, mas sim tenta completá-la por uma visão subjetivista que dilata sua compreensão.

Elucida-se que tal subjetividade é contornável apelando aos discursos orais, pois esta fonte de informações permite vislumbrar mais incisivamente nos interstícios e nas evidências subjacentes de certas experiências espaciais. Isto é possível porque a oralidade carrega diferentes significações e expressões dos sujeitos que aparecem a olho nu (MEIHY, 1996).

Especialmente nos depoimentos das histórias orais foi possível verificar que seu entendimento das feições da paisagem está ancorado e permeado pelo crivo dos sentimentos e discursos meticolosos, entretanto na maioria das ocasiões inclinados pela preocupação pragmática do seu dia-a-dia e suas vicissitudes. Estas declarações, embora sejam detentoras de exígua densidade discursiva, são contemporâneas do ponto de vista espacial.

Neste sentido, os depoimentos dos semianalfabetos da amostra não incorrem em contradições, devido a que sua essência externaliza que a realidade não é invariável e sim apreendida pela transversalização de protuberâncias das suas vivências particulares. Destarte, as relações com a paisagem urbana propiciam articulações vigorativas e fluídas alinhadas também, mas não exclusivamente, a sua intuição oriunda da experiência espacial.

Os discursos das pessoas entrevistadas são explicitações espontâneas que carecem de sentido metafórico. A motivação externalizada converge em diversas ocasiões com a rudeza da paisagem do centro da cidade e, de certo modo, o rebatimento

de diversas camadas que parecem funcionar isoladamente. Entretanto em momentos descompassados atingem uma relação proximal que permite a construção imagética do conjunto. Estas condicionantes espaciais e aespaciais adjetivam novos pensamentos e, ao mesmo tempo, constituem a semente de ressignificação da paisagem.

Além disso, é iminente que os semianalfabetos não discorrem diretamente sobre os atributos morfológicos em si, seus depoimentos são condizentes com um rebatimento entre sua própria história de vida e vivência na paisagem urbana. Contudo, não é possível descartar totalmente que a relação inversa também pressiona, em certas circunstâncias, suas expectativas e anseios de orientação e identificação espaciais, em especial influenciados pela beleza dos objetos.

A cidade percebida pelos sujeitos com prisma estético na maioria das vezes é catalogada sempre pelo viés alinhado às propriedades do admirável. Contudo esta não é a única dimensão de entendimento da paisagem, embora seja a mais recorrente na antiguidade e atualidade. Esta categoria é supervalorizada devido a que desperta irrefutavelmente sentimentos de afetividade por simples associação. Assim, as pessoas se identificam criando gradativamente elos afetivos e de apropriação com os lugares.

O movimento pendular entre dois polos opostos sinaliza o rol intuitivo estético entre o belo e seu avesso correspondente. Kohlsdorf (1996) promulga que certos fenômenos e feições despertam a atenção do observador e este é induzido a agir sobre o estímulo de sua empatia. Deste modo, os lugares não são em nenhuma hipótese neutros. Nesta linha de raciocínio, lugares que comunicam aparências estéticas mais coesas alavancam sensações de segurança e identidade.

Este preceito pode explicar a sintonia com lugares visualmente mais ricos que permitem que conjuntos urbanos ganhem solidez, em especial, quando sua identidade é consolidada pela projeção de simbolizações de um coletivo. A vivência constante e programática permite que no imaginário dos sujeitos estas nuances sejam destacadas e decantadas como percepções mais permeáveis e de maior significação na paisagem. Tuan (1983) afirma que a avaliação “estrangeira” é balizada pelo discernimento estético e se afasta da tradição avaliativa da regulação de juízos simbólicos do nativo.

Esta pesquisa conjectura também que a percepção citadina e sua descoberta paulatina, de certo modo cumulativa, parecem subsistir dissociadas de uma sequência regrada com validade universal. Isto é, não existe cartesianamente, no raciocínio do semianalfabeto, o encantamento total pela organização sincrônica absoluta das construções, nem a sedução irrestrita pela melancolia estética de conjuntos edilícios pregressos.

A construção imagética do centro de São Paulo pressupõe-se possui um parcial escopo de afinidade com os edilícios ancestrais do que com as atribuladas e fugazes mutações edilícias da contemporaneidade. Isto é, reconhece-se com mais fluidez e desenvolvimento ícones associados aos períodos pregressos, já manifestações edificações filiadas à arquitetura globalizada pela sua exígua significância são em certos momentos marginalizadas.

Esta relação com tempos arquitetônicos mais remotos denota a empatia ou afeição por construções das suas cidades de origem ou ainda de estruturas urbanas que foram ressaltadas por familiares ou amigos. Esta transposição comparece defasada, pois nessas cidades é conservada acirradamente a inclusão de proporcionalidade e escala que torna as ambiências mais aconchegantes e menos refratárias aos encontros. Por analogia o repertório imagético da amostra recupera estas construções mentais e as incorpora facilmente.

Em diversos momentos os conjuntos arquitetônicos disseminados no centro se mostraram como alavancadores das relações e do desenvolvimento da região. As marcas indelévels dos períodos mais marcantes continuam resistindo à deturpação e fragmentação paisagísticas sucedidas pelas mediações das construções atuais. Os resquícios culturais dos períodos históricos parecem funcionar como instâncias inertes que resistem à metamorfose do sistema urbano derivada da refuncionalização e pressão do consumismo exacerbado.

Todavia, em diversos momentos, as imagens espaciais não concretizam sua totalidade no sentido da pregnância visual, nem pela influência do passado. Neste instante, este vazio é preenchido pelas questões efêmeras, familiares, advindas de situações e episódios mais simples se tornam construtoras de sentimentos relacionados

ao lugar (TUAN, 1983). Nestas categorias, indiretamente, também pode estar inserido o sentido utilitário funcionalista que emoldura a maioria das suas ações e baliza o modo de como interagir no conjunto urbano.

No cenário construído, acredita-se que o filtro seletivo da percepção da paisagem urbana funciona em sincronia com o contexto sociocultural, isto é, escolhe-se propositalmente o objeto, entretanto esta afinidade está atrelada com a nossa visão de mundo (DILTHEY, 1992). Isto denota que a marca perceptiva individual e coletiva trabalha contígua do caráter afetivo e de aspirações pessoais sobre os lugares. Este princípio equaciona e suaviza os efeitos do mero caráter e necessidade funcional da vida moderna.

Contudo, sabe-se que a redefinição dos alicerces da concepção de mundo é essencial, pois possibilita a reformulação do entendimento da realidade caracterizando sucessivos “enigmas” que alavancam a percepção em outras esferas. Admite-se que a realidade é o que presenciamos cotidianamente, entretanto, é inadiável vê-lo além do que os nossos canais perceptivos explicitam (MERLEAU-PONTY, 2000). Neste ponto a dimensão individual traz diversas incertezas e desestabilizações nas escolhas perceptuais que nos semianalfabetos tornam-se evidentes.

Os desacertos na seletividade perceptual da paisagem acarretam implicações relevantes, mas o enfrentamento destes entraves refuta a condição de errar sistematicamente por vontade própria. Na verdade, é preciso esclarecer que o reforço seletivo extraído do ambiente é unicamente uma das partes constitutivas do aprendizado. As outras configuradoras estão atreladas ao erro, que o indivíduo constrói e desconstrói para fornecer regularidade e coerência a seu sistema lógico e espacial. Esta atitude visa a construção de novos esquemas que cristalizam paulatinamente sua equilíbrio, antecipações e, em especial, subsidiam a criação de um repertório imagético sólido.

Igualmente, é necessário esclarecer que qualquer opinião perceptiva que difira da nossa desestabiliza parcialmente a própria compreensão da realidade. Não obstante, as percepções sejam passíveis de dessemelhantes interpretações seu sentido e significado não podem partir de um juízo apenas avaliativo, muito menos se estes são

estabelecidos a partir de um prisma contextual diferenciado. Caracteriza-se que os processos de assimilação e filtros culturais são díspares, conotação que dispensa sua invalidez (MERLEAU-PONTY, 2000).

Por prejulgamento o universo espacial do analfabeto parece caótico e incerto. Esta postura sugere que o juízo letrado possui “outra” visão do mundo, mais aprimorada, e estigmatiza qualquer outra a considerando inferior. Entretanto, se analisado aprofundadamente representa, em certos momentos, o lado antagônico, pois o mosaico de informações sensoriais dos analfabetos é mais dinâmico e protuberante. Neste raciocínio, a imperiosa necessidade imagética permite que os significados, funcionais e formais, cresçam de modo exponencial para compensar o *déficit* alfabetizatório.

Explicita-se que os moldes de sobrevivência espacial que as pessoas alfabetizadas utilizam são semelhantes aos dos analfabetos. A relação de reciprocidade homem e meio ambiente continua nas duas esferas populacionais. Isto é, o homem continua transformando a paisagem, ao mesmo tempo em que, as ambiências citadinas fornecem diversos atributos na dimensão topoceptiva, mesmo com o deslocamento da baliza apenas alfabética e numérica.

Destarte esta pesquisa evidencia a existência de outros tipos de operância que possuem valia análoga à que é dominada pelas pessoas circunscritas à égide grafocêntrica. Esta deve ser legitimada como forma de conhecimento e organização das informações, pois possui uma lógica intrínseca que privilegia no início a morfologia espacial, depois os números e que, finalmente, coincide com o processo racional de decodificação do alfabetizado. Isto é, o ensejo de tentar equacionar ambas variáveis.

Não obstante conferiu-se que as pessoas semianalfabetas possuem percepção parcialmente sincrética, mas dessemelhante à percepção das crianças. É imperativo salientar que essa concepção do mundo não é adversa ao raciocínio lógico do pensamento espacial euclidiano e projetivo e apenas induzido pelos processos intuitivos e sentimentais (TFOUNI, 2002). Esta tese reluta admitir tal estigmatização intransigente, devido a que se por uma parte esses processos são inteligíveis, por outro a

decodificação espacial está alicerçada em complexos processos de reflexão, associações e memorização da paisagem urbana.

A priori é possível afirmar que a concepção espacial da cidade pelos semianalfabetos é perpassada pelas narrativas discursivas e imagéticas que são reflexo das diferentes variáveis (reais, anseios, expectativas, etc.) de experimentação do centro. Esta amalgama de dimensões abarcadas, em virtude de estarem atreladas a uma entidade social, possui uma dinâmica e complexidade próprias que afetam a decodificação da paisagem.

Subentende-se que todas as pessoas são diferentes e possuem estruturas cognitivas que diferem espaço-temporalmente. Contudo, vale a pena alertar que não é utópica, em certas circunstâncias, à convergência em pontos harmônicos. O afunilamento unidirecional possibilita a construções de justificativas sincrônicas que validam interesses e expectativas e, por tanto, percepções mais homogêneas para determinados momentos nas experiências paisagísticas da cidade.

O espaço vivido e desvendamento da paisagem são considerados entidades que convivem a partir de uma experiência simultaneamente, egocêntrica e social, que ininterruptamente estão atreladas a um contexto espaciotemporal. Nesta linha de pensamento, o sentido da experimentação está permeado por diversas dimensões das quais é possível arrolar: afetiva, simbólica, mágica, imaginária, etc. (HOLZER 1992 apud CORRÊA, 1995).

De qualquer modo a alfabetização e a percepção da paisagem urbana estão balizadas sempre pela contextualização. Os elementos edifícios enunciam constantemente significados que em condições constantes ou eventuais, legíveis ou ilegíveis, diretas ou indiretas, etc. atingem a percepção dos sujeitos arquitetando um sentido. Destarte, o raciocínio do semianalfabeto externaliza e assimila associações para sua recuperação em ulteriores circunstâncias. A instalação compartilhada no próprio mundo e em planos sócio-afetivos redundantes (estéticos ou funcionais) possibilita que estas categorizações se desloquem mais próximas da sua identidade. (GUIMARÃES, 2007; 2009).

Destarte, o pensamento imagético da paisagem do centro da cidade pelos semianalfabetos plasma que não é uma imagem precipitada, produto da afetação de alguma patologia, de deslocamentos restritos, mentes conturbadas, ou qualquer espectro de situações físicas ou mentais. É uma percepção *sui generis*, que se analisada à luz da concepção espacial oscila entre os extremos, ora é mais longínqua ou ora mais próxima das questões básicas. Reitera-se que os resultados aferidos objetam a tese inicial que tomaram como ancora principal da percepção dos semianalfabetos à alfabetização alfabética. Além disso, esta pesquisa permite cogitar a existência de cisões sutis entre a concepção analfabeta infantil e analfabeta adulta.

A primeira dista da segunda, pois não no caso da visão das crianças existem regressões inofismáveis nos diferentes níveis psicogenéticos de aprendizagem. Isto é, em momentos descompassados certos ganhos verificáveis parecem sucumbir à pressão ou dinâmica de situações pontuais. Neste caso, segundo Piaget (1975) o pensamento da criança visa procurar um resguardo em arquivos específicos do seu repertório, que sem encontrar uma resposta concreta improvisa alguma correlata em certo sentido contextualizada. Sem, contudo provocar grandes turbulências na vida protegida pelo adulto responsável.

A lógica dos analfabetos adultos possui uma eloquente disparidade e distanciamento. Ao atingir a condição de adulto esta não possibilita ou coíbe, direta ou indiretamente, a reflexão súbita da variável do improvisado. Na idade adulta sua condição física de maturidade impõe que venha à tona sua capacidade de contornar os atritos e resolva de modo objetivo os conflitos: de forma coerente, na menor quantidade de tempo possível e apelando apenas às informações ou elementos que dispõe nesse instante.

A disposição de recursos contextuais alinhados ao seu repertório, transversalizados pelos processos socioculturais, mostram que o sujeito semianalfabeto adulto explicita sua resposta concreta real (VYGOTSKY, 1987; SAUER, 1988). Assim, confere-se que o conhecimento espacial urbano do adulto percorre uma trilha evolutiva impar e eivada parcialmente pelas circunstâncias espaciais em sentido estrito do alfabetizado.

Mas esta situação suscita momentos dicotômicos pendulares entre o domínio apenas perceptivo e o preâmbulo da alfabetização em si. Isto porque se corrobora que factualmente num estágio mais rudimentar a apreensão perceptual é voltada, como maneira de proteção e sobrevivência, à demarcação aguçada dos elementos e das feições mais protuberantes espalhadas na urbe. O advento da leitura dos algarismos numéricos sugere que é descurado tal comando e, de modo ulterior, é substituído pela entrada cognitiva de um sistema mais preciso.

A influência deste emergente tipo de alfabetização é manifestamente extrapolada, que independente de sua vida espacial ter sido permeada durante um vasto período pela atenção focal em elementos, de diversas escalas, formas, etc. parece que essas informações têm implicação inócua na orientação e identificação da paisagem urbana. Esta situação não pode ser interpretada como apenas uma conjuntura temporal, pois o estudo sugere sua irreversibilidade e o sujeito hesita na utilização da maioria dessas informações visuais precedentes.

Explicita-se que esta caracterização não é necessariamente generalizável para a totalidade dos sujeitos, pois como exceção alguns semianalfabetos ainda continuam guardando no imaginário particular as imagens mais pregnantes. Estas últimas de modo provável coincidem com as recentemente mais utilizadas e que pela sua força foram desarticuladas mais facilmente. Destarte se consolidaram como marcos visuais, ao passo que os pontos edilícios com significação opaca são passíveis de intensas ressalvas.

Contudo, os processos autorreflexivos e conexões com situações mais abrangentes, independentemente das situações descritas, continuam arremetendo na vida urbana, pois são imprescindíveis para o desenvolvimento perceptivo. Esclarece-se que a simples repetição mecânica, ao contrário de facilitar ou impulsionar, esbarra na estagnação do caráter significacional forçando-o a regressões que em condições naturais são indesejáveis, e por tanto, frequentar situações totalmente conhecidas obsta o aprimoramento perceptual.

Em função dos integrantes da amostra inquirida frequentar espacialidades análogas, deslocar-se por círculos sociais contíguos e pertencer a faixas etárias com

escassas oscilações é possível verificar a tendência de ligeira consensualidade de interesses perceptivos. Esta situação evidencia a presença de modificações perceptivo-valorativas de escopo sutil e determinístico que, embora os sujeitos deambulem por mundos individuais e introspectivos, não existam transgressões que as distanciem do olhar coletivo.

No que tange aos testes aplicados nesta pesquisa é possível versar que os resultados obtidos permitem ratificar que a utilização dos instrumentos de aferição perceptiva da paisagem urbana está acoplada fortemente à especificidade do grupo examinado. No caso específico dos semianalfabetos no Centro de São Paulo os depoimentos se tornaram em norteadores eficientes desta empreitada, mais inclusive que a junção dos outros instrumentos.

Com grupos de crianças prevalecem como mais versáteis e eficientes as representações gráficas bidimensionais e tridimensionais. Já com populações adultas existe certa irregularidade que permite inferir que, ora os depoimentos são mais incisivos, ora nos desenhos comparecem características mais tangíveis e legíveis. Infere-se que o panorama atual assinala no sentido da inexistência de regras engessadas instrumentalmente que possibilitem leituras mais aprimoradas da paisagem.

Tudo aponta para o destaque instrumental de uma tarefa que parece sobreposta às outras, mas isto não significa condescendência com a validade uni-instrumental. Na contramão é possível asseverar que os outros instrumentos servem de subsidiadores que gravitam na volta do principal. Acredita-se que o isolamento instrumental e a criação específica de tarefas seriam idealizações utópicas, pois na percepção estas não são autossuficientes e urge irrefutavelmente ser apoiadas por modelos de estratégias enriquecedoras com a finalidade de assentir ou desmentir o lançamento de hipóteses imagéticas na cidade.

O local urbano retratado e decodificado pelos semianalfabetos é reflexo de uma paisagem onde eles e seus grupos habitam, trabalham, estudam, subsistem, etc. Deste modo, as representações e relatos obtidos trazem à tona particularidades de teor associado a como é possível sobreviver numa espacialidade hostil como São Paulo.

Considerando verídica esta hipótese é possível deduzir que estas circunstâncias podem afetar à maioria da coletividade que habita esta região central.

A tendência de construção de planos memorísticos espaciais alternativos de resistência fornece a abertura de perspectivas alentadoras em face de que ganha notoriedade a miscigenação de situações precedentes, recentes e longínquas, com a finalidade de esclarecer vozes que por diversos motivos foram abjuradas. Estas manifestações são evocações de pontos de vista que podem se tornar convergentes ou contraditórias no centro de São Paulo.

Em virtude da incidência de circunstâncias problematizadoras e contraproducentes constata-se que o cerceamento perceptivo da urbe não sobrevém de questões correlatas aos atos cognitivos. Assim, a explicação está ancorada à configuração espacial que conspira subterfugindo a imaginabilidade e legibilidade de conglomerados urbanos. Deste modo, é imperativo cogitar na introdução de processos de Educação Ambiental e reconfiguração do espaço urbano que reencaminhem à atual tergiversação perversa.

Precisa-se reconfigurar o emergente pensamento espacial dos semianalfabetos como detentor de uma intrínseca e clara trajetória. Destarte, esta tese pode guiar estas associações e inaugurar a proliferação de uma alfabetização espacial. Esta entendida como uma percepção que perpassa por dissímeis grupos, âmbitos e dimensões e, sobretudo, preenche os requisitos de moderadas oscilações espaciais. Deste modo, conflui para atingir as expectativas de orientação e identificação dos lugares por diferentes pessoas.

Esta pesquisa demonstrou que é possível prescindir da alfabetização alfabética e adotar uma alfabetização alternativa pseudo-numérica visando à sobrevivência no espaço urbano. Entretanto, também se explicitou que a aceitação e assimilação, mesmo conturbada, dos conceitos oriundos destas destrezas humanas, isoladas ou em conjunto, permite um refinamento com relação às respostas das expectativas de orientação e identificação espaciais. Evidencia-se que este preceito abre um leque expressivo de novos estudos que este estudo em função do seu recorte abdicou de abordar.

Uma das questões transcendentais seria se debruçar a despeito de pesquisas comparativas entre diversas populações com a finalidade de corroborar com maior precisão quais são os limiares perceptivos urbanos de cada grupo. Especialmente esquadrihar o instrumental construído entre semianalfabetos, crianças e adultos imersos em situações contextuais que apresentem certa homogeneidade. Outra vertente interessante seria mergulhar na caracterização detalhada de pessoas analfabetas adstritas à nulidade do domínio alfabético.

Finalmente, vale a pena frisar que os significados da paisagem urbana não comparecem nos signos construídos *per se*, nem muito menos são explicitados no *continuum* espacial ideal (abstrato e atemporal). Na verdade seus resquícios estão disseminados no caráter dinâmico da história local dos lugares. A partir deste instante são perpassados pela experiência da coletividade que convive num processo interevolutivo de encontros e desencontros que os envereda pela sua consolidação. Acredita-se que a imbricação regular entre subjetividade e objetividade fornece uma espacialidade urbana estável e, ao mesmo tempo, passível de entendimento. Desta relação e da totalidade de suas interfaces os sujeitos, analfabetos e alfabetizados, exprimem seus sentidos para decodificar o conjunto citadino.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, M. J. B. F. **Significado de alguns fatores psicológicos no rendimento em leitura**. 1965. Tese (livre-docência) 1965. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 1965.
- ANDRADE, M. C. G. As inter-relações entre iniciação matemática e alfabetização. In: NACARATO, A. M.; LOPES, C. A. E. (Orgs.). **Escritas e leituras na educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.143- 162.
- APPLEYARD, D. **Notes on urban perception and knowledge**. University of California, Berkeley, 5p. s.d. Disponível em:< http://www.edra.org/sites/default/files/publications/EDRA02-Appleyard-97-101_0.pdf >. Acesso em: 22 de março de 2012.
- ARANTES, O. B. F. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1993.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ARNHEIM, R. **Arte e percepção visual**. São Paulo: Pioneira, 1997.
- AUGÉ, M. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.
- AUMONT, J. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1995.
- AZENHA, M. G. **Imagens e letras: Ferreiro e Luria, duas teorias psicogenéticas**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1997.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARBOSA (org.). **Formação de educadores**. Desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- BARTON, D.; HAMILTON, M. **Local literacies: reading and writing in one community**. London/New York: Routledge, 1998.
- BASTIDAS, J. **A imagem de Brasília nas crianças**. 2003. Dissertação (mestrado) 2003. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília (UnB). Brasília/DF, 2003.
- BASU, K.; FOSTER, J. E. On measuring literacy. **The Economic Journal**, London, 108, November, p. 1733-1749, 1998.
- BATTRO, A. M. e ELLIS, E. J. **La Imagen de la Ciudad en los Niños**. Buenos Aires. 1999. Disponível em: <<http://www.byd.com.ar/ciudad.htm>>. Acessado em: 15/11/2012.
- BAUER, M. W; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

- BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BECKER, F. Vygotsky versus Piaget – ou sociointeracionismo e educação. In: BARBOSA, R. L. L. (org.). **Formação de Educadores**. Desafios e Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003, n.7: p. 69-81.
- BENEVOLO, L. **Origens da urbanística moderna**. Lisboa: Presença, 1981.
- BERG, B. **Qualitative research methods for the social sciences**. Second edition. Needham Heights: Allyn and Bacon, 1995.
- BERGER, P; LUCKMANN, T: **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BERGSON, H. **Matéria e memória**. São Paulo. Martins Fontes. 1999.
- BERTELSON, P., de GELDER, B., TFOUNI, L. V.; MORAIS, J. Metaphonological abilities of adult illiterates: new evidence of heterogeneity. **European Journal of Cognitive Psychology**, London, v. 1, n. 3, p. 239-250, 1989.
- BETTANINI, T. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BOLÓS, M. **Manual de ciencia del paisaje: teoría, métodos y aplicaciones**. Barcelona: Masson, 1992.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. MEC/INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3D805070-D9D0-42DC-97AC-5524E567FC02%7D_MAPA%20DO%20ANALFABETISMO%20NO%20BRASIL.pdf> Acesso em: 8 de julho de 2008.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE. **Conceitos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>, acesso em: 16 dezembro 2012.
- BRUAND, I. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BRYANT, P. **Perception. Understanding in young children: an experimental approach**. London: Methuen, 1974.
- BRYAN, P. ; GOSWANI, U. Beyond grapheme-morpheme correspondence. **Cahiers de Psychologie cognitive**, Marseille, v. 7, p. 439-443, 1987.
- BRUNER, J. **Actos de Significado**. Lisboa: Edições 70, 1990.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETTI, A. **Perspectiva da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

CARDOSO-MARTINS, C.; BATISTA, A.C.E. O conhecimento do nome das letras e o desenvolvimento da escrita: Evidência de crianças falantes do português. **Psicologia: Reflexão & Crítica**, Porto Alegre, v. 18, p. 330-336, 2005.

CARRAHER, T. N. Explorações sobre o desenvolvimento da competência em ortografia em português. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 269-285, 1985.

CASTRO, D; MELO, J.M. (org.) **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: IPEA -Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012.

CERASI, M. **La lectura del ambiente**. Publicaciones del Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña y Baleares: Barcelona, 1973.

CHIAROTTINO, R. **Piaget: modelo e estrutura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

CHOAY, F. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CLAWSON, A. **Bender Infantil: manual de diagnóstico clínico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1980.

CLEMENTS, D.; BATTISTA, M. Geometry and spatial reasoning. In: GROUWS, D. A. (Ed.) **Handbook of research on mathematics teaching and learning**. . New York: Macmillan. 1992, p. 420-464.

CÓCCO, M. F.; HAILER, M. A. **Didática da alfabetização: decifrar o mundo. alfabetização e socioconstrutivismo**. São Paulo: FTD, 1996.

COLLINS, G. R.; COLLINS, C. C. **Camillo Sitte y el nacimiento del Urbanismo Moderno**. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

CONNOR, J. P. Bender Gestalt Test performance as a predictor of differential reading performance. **Journal of School Psychology**, Memphis, v. 7, n. 4, p. 41-44, 1969.

CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.92-121.

CULLEN, G. **El paisaje urbano**. Tratado de estética urbanística. Barcelona: Editorial Blume, 1974.

CYTRYNOWICZ, R. **Dez roteiros históricos a pé em São Paulo**. 2007. São Paulo: Narrativa Um, 2007.

DAY, R.H. **Percepção humana**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1972.

DANYLUK, O. **Alfabetização matemática**: as primeiras manifestações da escrita infantil. Porto Alegre: Sulina, 1998.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

DICKSON, L.; BROWN, M.; GIBSON, O. **El aprendizaje de las matemáticas**. Madrid: Labor, 1991.

DILTHEY, W. **Teoria das concepções do mundo**. Lisboa: Edições 70, 1992.

EDWARDS, B. **Aprender a dibujar con el lado derecho del cérebro**. Barcelona: Uran, 2000.

EYSENCK, M. W. ; KEANE, M. T. **Manual de psicologia cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

FAVERO, M. H.; SOARES, M. T. Iniciação escolar e a notação numérica: uma questão para o estudo do desenvolvimento adulto, **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 43-50, 2002.

FERRARA, A. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2000.

FERRARA, L. D. **Olhar periférico**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

FERREIRO, E. A escrita... antes das letras. In: SINCLAIR, H. (Org.). **A produção de notações na criança**: linguagem, número, ritmo e melodias. São Paulo: Cortez, 1990, p. 19-70.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

FERREIRO, E. ; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FONSECA, V. **Insucesso escolar**: abordagem psicopedagógica das dificuldades de aprendizagem. 2ª Ed. Lisboa: Âncora Editora. 1999.

FRAGO, A. **Alfabetização na sociedade e na história**: vozes, palavras e textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FREIRE, P. **A Importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 27 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, S. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

FRITH, U. Beneath the surface of developmental dyslexia. In: PATTERSON, K. E. MARSHALL, J. C.; COLTHEART, M. (Orgs.), **Surface dyslexia**: cognitive and neuropsychological studies of phonological reading. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1985, p. 301-330.

FRÚGOLI JR., H. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez, 2000.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEHL, J. **La humanización del espacio urbano**: la vida social entre los edificios. Barcelona: Editorial Reverté. 2006.

GELB, I. **Historia de la escritura**. Madrid: Alianza, 1976.

GEOFFREY, J. S.: **El paisaje del hombre**. La conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

GOMBERT, J. E. Atividades metalinguísticas e aprendizagem da leitura. In: MALUF, R. M. (Org.). **Metalinguagem e aquisição da escrita**: contribuições para a prática da alfabetização. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 19-63.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1990.

GÓMEZ-GRANELL, C. Aquisição da linguagem matemática: símbolo e significado. In: TEBEROSKY, A.; TOLCHINSKY, L. **Além da alfabetização**: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 2003, p. 257-295.

GONZALEZ, F. **Pesquisa qualitativa em psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Thomson, 2002.

GONZALEZ-BERNALDEZ, F. **Ecología y paisaje**. Madrid: H. Blume, 1981.

GOODMAN, K. S. O processo de leitura: considerações a respeito das línguas no desenvolvimento. In: FERREIRO, E.; PALACIO, M.G. (Org.) **Os processos de leitura e escrita**: novas perspectivas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987, p. 11-12.

GOODMAN, K. S. **Unidade na leitura**: um modelo psicolinguístico transacional. Letras de Hoje. EDIPUCRS, Porto Alegre, v. 26, n. 4, p. 9-43, dez. 1991.

GOOGLE.MAPS. Dados cartográficos Europa Techonologies. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEG), 2010. Disponível em:<<http://maps.google.com>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

GOUNARD, B. R.; PRAY, R. C. Human figure drawings of learning disables and normal children at three age levels. **Perceptual and Motor Skills**, v. 40, n 3, p. 914, 1975.

GREGORY, R. **Olho e cérebro: psicologia da visão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

GREIC, P. **A criança e seu desenho: o nascimento da arte e da escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GROSSI, E. P. **Didática da Alfabetização**. Didática do Nível Silábico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GUIMARÃES, S. R. K. **Aprendizagem da leitura e da escrita: o papel das habilidades metalinguísticas**. São Paulo: Vetor, 2005.

GUIMARÃES, S. T. L. **Paisagens: aprendizados mediante experiências**. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem. 2007. Tese (livre-docência) 2007. – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2007.

GUIMARÃES, S. T. L. Percepção ambiental: paisagens e valores. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro/ SP, Brasil – Ano IX, Vol. 9, n. 2, p. 276, Janeiro-Julho / 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/3202>. Acesso: 20/10/2010.

GUIMARÃES, S.T.L. Valoração de paisagens: campos de visibilidades e de significâncias, In: COSTA, E. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 45-59.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994.

HARRIS, D. B. **El Test de Goodebough: revisión, ampliación y actualización**. Barcelona: Paidós, 1963.

HAYES, J. & FLOWER, L. Identifying the Organization of Writing Processes. In: **Cognitive Processes in Writing: An Interdisciplinary Approach**, ed. GREGG, L. ; STEINBERG, E. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1980, pp. 3-30.

HEISE, D. R. **Surveying cultures: discovering shared conceptions and sentiments**. Hoboken NJ: Wiley, 2010.

HOCHBERG, J. **Percepção**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

- IANNI, O. **A sociedade global**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- IBELINGS, H. **Supermodernismo: arquitectura en la era de la globalización**. Barcelona: Gustavo Gili. 1998.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JAMES, W. **Principios de psicología**. México: Fondo de cultura económica, 1989.
- KATO, M.A. **A concepção da escrita pela criança**. Campinas: Pontes. 1994.
- KLEIMAN, A. (org). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.
- KOFFKA, K. **Princípios de psicologia de la forma**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1953.
- KOHLSDORF, M. E. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: FARRET, R. L. **O espaço da cidade**. São Paulo: Projeto, 1985, p. 14-72.
- KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- KOPPITZ, E. M. **El dibujo de la figura humana en los niños**. Buenos Aires: Editorial Guadalupe, 1976.
- KOZOL, J. *Illiterate America*. New York: Doubleday, 1986.
- KRISTENSEN, C. R.; FREIRE, R. M. Interpretação da escrita infantil: a questão da autoria. **Revista Distúrbios da Comunicação**. São Paulo, v.13, n.1, p. 19-47, 2001.
- LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- LEME, M. **O calçadão em questão**. 20 anos de experiência do calçadão paulistano. São Paulo: Belas Artes, 2000.
- LESIAK, J. The Bender Visual Motor Gestalt Test: implications for the diagnosis and prediction of reading achievement. **Journal of School Psychology**, Memphis, v. 22, p. 391-405. 1984.
- LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LIMA-GUIMARÃES, S. T. de. Aspectos da percepção e valoração de paisagens do núcleo Santa Virginia, Parque Estadual da Serra do Mar, (SP), Brasil. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro/ SP, Brasil – Ano XI, Vol. 11, n. 2, p. 228-249. Julho-Dezembro / 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/5279>. Acesso: 10/05/2012.

LORENZATO, S. Por que não ensinar geometria? **A Educação Matemática em Revista**. SBEM: Florianópolis, v. 4, p.3-13, 1995.

LOUREIRO, C. S.; BRAGA, L. W.; SOUZA, L. N.; FILHO, G. N.; QUEIROZ, E.; DELLATOLAS, G. Degree of illiteracy and phonological and metaphonological skills in unschooled adults. **Brain and Language**, San Diego, v. 89, p. 499-502, 2004.

LOWENFELD, V.; BRITTAIN, W. L. **Desenvolvimento da capacidade criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

LUKATELLA, K.; CARELLO, C.; SHANKWEILER, D.; LIBERMAN, I. Phonological awareness in illiterates: observations from Serbo-Croatian. **Applied Psycholinguistics**, Cambridge, v. 16, n. 4, p. 463-487, 1995.

LUQUET, G.H. **El diseño infantil**. Barcelona: Médica y Técnica, 1978.

LURIA, A.R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A. (ed.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988, p.143-189.

LURIA, A. **Desenvolvimento cognitivo**: seus fundamentos culturais e sociais. São Paulo: Ícone, 1990.

LURIA, A. R. **Pensamento e linguagem**: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

LURIA, A. R.; YODOVICH, F. I. **Linguagem e desenvolvimento intelectual na infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

LYNCH, K. **De que tiempo es este lugar?** Barcelona: Gustavo Gili. 1972.

LYNCH, K. **La imagen de la ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

LYNCH, K. **A boa forma da cidade**. 1ª Edição. Lisboa: Edições 70, 2007.

MALUF, M.R. (Org). **Metalinguagem e aquisição da escrita**: contribuições da pesquisa para a prática da alfabetização. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MALUF, M.R; BARRERA, S.D. Consciência fonológica e linguagem escrita em pré-escolares. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.10, n.1, p. 125-145, 1997.

MARCONI, M. A; LAKATOS, M. E. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCUSCHI, L.A. **Da fala para escrita**: atividades de retextualização. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAUERBERG-DECASTRO, E.; MORAES, R., PAIOLI, C.; CAMPOS, C.; PAULA, A. I. e PALLA, A. C. Efeitos da restrição visual e da complexidade de rotas em tarefas

de orientação espacial em adultos portadores de deficiência mental. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 7, p. 17-22, 2001.

MEIHY, J. C. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

MEREDIEU, F. **O desenho infantil**. São Paulo: Cultrix, 1995.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins. Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MICOTTI, M. **Piaget e o processo de alfabetização**. São Paulo: Pioneira. 1980.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção à Educação. **População municipal de pessoas não alfabetizadas com 15 anos ou mais de idade e Taxa municipal de analfabetos com 15 anos ou mais de idade**. Disponível em: <http://www.educacao.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/dwnld/analfabetismo/dados_estatisticos/populacao_analfabeta_por_municipio_brasil.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1986.

MONTANER, J. M. **A modernidade superada**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.

MORAIS, A. G. **O aprendizado da ortografia**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

MUELLER, C. **Psicologia sensorial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

MUNFORD, L. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NAVAS, A. L. G. P; SANTOS, M. T. M. Linguagem escrita: Aquisição e Desenvolvimento. In: FERREIRA, L. P; LOPES, D. B; LIMONGI, S. C. **Tratado de fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, 2004, p. 877-891.

NORBERG-SCHULZ, C: **Existencia, espacio y arquitectura**. Barcelona: Blume, 1975.

NAVEH, Z.; LIEBERMAN, A. **Landscape ecology: theory and application**. 2.ed. New York: Springer-Verlag, 1994.

OLIVEIRA, C. **Do tombamento às reabilitações urbanas: um estudo sobre a preservação no Centro Histórico de São Paulo (1970-2007)**. 2009. Dissertação (mestrado) 2009. FAU, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo-SP, 2009.

OLIVEIRA, L. Percepção da paisagem geográfica: Piaget, Gibson e Tuan. **Geografia**, Rio Claro/ SP, v.25, n.2, p.5-22, ago. 2000.

OLSON, D. **O mundo no papel**: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. São Paulo: Ática, 1997.

OSGOOD, C. E.; SUCI, G.; TANNENBAUM, P. **The measurement of meaning**. Urbana: University of Illinois Press, 1957.

OSGOOD, C. E.; MAY, W. H.; MIRON, M. S. **Cross-cultural universals of affective meaning**. Urbana: University of Illinois Press. 1975.

OLIVEIRA, L. de. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. São Paulo: USP-IGEOG, 1978.

PALANGANA, I.C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: A relevância do social**. São Paulo: Summus, 2001.

PANOFSKY, E. **Significado das artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PENN, M; LUKERMANN, F. Corologia e paisagem: Uma leitura internalista de “A morfologia da paisagem”. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (org.). **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011, p. 131-188.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

PIAGET, J; INHELDER, B. **A representação do espaço na criança**. Porto Alegre: Artes médicas, 1989.

PIAGET, J; SZEMINSKA, A. **A gênese do número na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PIERON, H. **La sensación**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1960.

PILLAR, A. D. **Desenho e escrita como sistemas de representação**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1996.

PIMM, D. **El lenguaje matemático en el aula**. Madrid: Morata. 1990.

PORTOGHESI, P. **Depois da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

POSSENTI, S. **Sempre a ortografia**. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/especial_ao/04_011.php>, acesso em: 10 de maio 2013.

RAPOPORT, A. **Aspectos humanos de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

READ, C., & RUYTER, L. Reading and spelling skills in adults of low literacy. **Remedial and Special Education**, Austin, v. 6, n. 6, p. 43-52, 1985.

READ, H. **Educação pela Arte**. Arte & Comunicação. Portugal: Edições 70, 2007.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Rio de Janeiro: Vozes. 2004.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

REIS FILHO, N. G. **São Paulo: vila, cidade e metrópole**. São Paulo: Via das Artes, 2004.

RIBOT, T. **La psicologia de los sentimientos**. Madrid: Daniel Jorro Editor, 1924.

ROCHE GROUP. Genentech. **Eye health glossary**. Disponível em: <<http://www.gene.com/patients/disease-education/eye-health-glossary>>. Acesso em 19 de janeiro de 2012.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SALLES, J. F.; PARENTE, M. A. M. P. Processos cognitivos na leitura de palavras em crianças: relações com compreensão e tempo de leitura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.15, n. 2, 321-331, 2002.

SANTOS, V. de M. Linguagem e comunicação na aula de Matemática. In: NACARATO, A. M.; LOPES, C. A. E. (Org.). **Escritas e leituras na educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.117-125.

SÃO PAULO. **Programa de requalificação urbana Nova Luz: Plano Urbanístico**. São Paulo: EMURB, 2008. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/caderno_plano_urbanistico_1255718689.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2011.

SARTORIS, A. **Gli elementi dell'architettura funzionale: sintesi panorâmica dell'architettura moderna**. 2 ed. Milano: Ulrico Hoepli, 1935.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 12-74.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHLIEMANN, A. L. Da matemática da vida diária à matemática da escola. In: SCHLIEMANN, A. L.; CARRAHER, D. **A compreensão de conceitos aritméticos: ensino e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-38.

SEEMANN, J. Mapas e percepção ambiental: do mental ao material e vice-versa. **OLAM – Ciência & Tecnologia**. Rio Claro, v. 3 n.1, p. 200-223, setembro 2003.

SHEFFIELD, L. J.; CRUIKSHANK D. E. **Teaching and learning elementary and middle school mathematics**. New York: John Wiley & Sons, Inc. 2000.

SIMÕES, E.; TIEDEMANN, K. **Psicologia da percepção**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1985.

SINCLAIR A. A notação numérica na criança. In: SINCLAIR A. A. (org.). **A produção de notações na criança**: linguagem, número, ritmos e melodias. Tradução: Moro MLF. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990. p. 71-96.

SITTE, C. **A construção de cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SMITH, F. **Leitura significativa**. Porto Alegre: Artmed. 1999.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

SODRÉ, L. G. P. Estudo de crianças na reprodução dos componentes gráficos da escrita. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 39-50. 2002.

SPETH, W. Historicismo: a visão disciplinaria de mundo de Carl Sauer. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z (org.). **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011, p. 35-96.

TEBEROSKY, A.; TOLCHINSKY, L. **Além da alfabetização**: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 2003.

TFOUNI, L. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2002.

TFOUNI, L. **Adultos não alfabetizados em uma sociedade letrada**. São Paulo: Cortez, 2006.

THOMPSON, A. C.; BINBER, K. S. A comparison of the factors affecting reading performance of functionally illiterate adults and children matched by reading level. **Reading Research Quarterly**, Hoboken, v. 38, n. 02, p. 236-258, 2003.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: História Oral. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TOLEDO, B. **São Paulo**: três cidades em um século. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

TUAN, Y-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: OLIVEIRA, L. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TURNER, J. **Desenvolvimento cognitivo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

- VERNON, M. **Psicología de la percepción**. Buenos Aires: Ediciones Horme, 1967.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- WARRINGTON, E. K.; JAMES, M. **The visual object and space perception battery**. Bury St. Edmunds: Thames Valle, 1991.
- WHYTE, A. V. T. **La Perception de Environnement**: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain. Paris: UNESCO, 1978.
- WIDLOCHER, D. **Los dibujos de los niños**. Barcelona: Herder, 1971.
- WOOD, D. **Como piensan y aprenden los niños**. México: Siglo XXI Editores, 2000.
- ZORZI, J. L. **Aprendizagem e distúrbios de linguagem escrita**: questões clínicas e educacionais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- ZUNZUNEGUI, S. **Pensar la imagen**. Madrid: Catedra, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicada aos integrantes da amostra

ENTREVISTA (questões demográficas)

1. Nome
2. Idade.
3. Profissão.
4. Tempo que mora em São Paulo.
5. Cidade de origem.
6. Lugares de São Paulo onde já morou.
7. Constituição núcleo familiar.
8. Opções de lazer.

ENTREVISTA (questões abertas espaciais)

1. Como Você fazia para se orientar antes de reconhecer os números?
2. Quando Você sai de casa como faz para se orientar na cidade?
3. Quais os caminhos que Você faz tradicionalmente?
4. Que elementos da cidade chamam sua atenção?
5. Qual é o edifício mais bonito do centro de São Paulo?
6. Qual é a rua mais bonita do centro de São Paulo?
7. Para chegar a algum lugar Você pergunta para as pessoas?
8. Quais são os principais problemas para sua orientação?
9. As informações de outdoors, faixas, etc. ajudam na sua orientação?
10. Além das informações visuais, como os cheiros, barulhos, etc. ajudam nos seus deslocamentos?
11. Existe alguma preferência de cor, forma ou tamanho nos elementos da cidade?
12. Do ponto de vista perceptivo. Qual é a situação que mais atrapalha sua percepção?
13. Tente enumerar os edifícios pelos quais a gente fez o percurso?
14. Você lembra dos detalhes do edifício mais bonito?
15. Se Você tivesse que colocar os elementos da cidade em ordem de importância qual seria primeiro.... depois... por último qual ficaria?
16. Você consegue reconhecer as alturas dos edifícios?
17. Se Você estivesse sozinho num local desconhecido da cidade de São Paulo como faria para voltar para sua casa...
18. Para Você é mais fácil decorar os pisos ou as fachadas da cidade?
19. Que bairros ou lugares de São Paulo Você conhece?
20. Você saberia chegar nesses locais.
21. Descreva a fachada da sua casa.

ENTREVISTA (informações contextuais sobre a família)

1. Escolaridade dos parentes da sua residência.
2. Ocupação dos parentes da sua residência.
3. Quando Você precisa de alguma indicação para chegar a algum lugar Você pede ajuda (explicação) para eles?
4. Como é essa explicação?
5. Você pede companhia para ir junto aos locais que não conhece?
6. Você tem acesso às novas tecnologias e mídias? Quais?
7. Você obtém informações das novas tecnologias e/ou mídias para ajudar nos seus deslocamentos na cidade?

ENTREVISTA (aspectos vida espacial - resposta binária).

1. Você sabe a localização do norte. Por favor, aponte?
2. Esta informação (norte) tem alguma utilidade para Você?
3. Na cidade de São Paulo é fácil a orientação?
4. Já deixou de ir a algum lugar por desconhecimento?
5. Pra Você a movimentação da rua traz algum conforto?
6. Você conhece outras cidades?
7. Você se orienta melhor nessas cidades?
8. Por que?
9. Você já sentiu algum tipo de rejeição (preconceito) por não saber ler?
10. Você acha importante saber ler e escrever?

APÊNDICE B - Imagens utilizadas nos testes VOSP

Figura 0 – Figura original



Figura 0. - Tratamento da silhueta



Org.: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Figura 1 – Mosteiro de São Bento



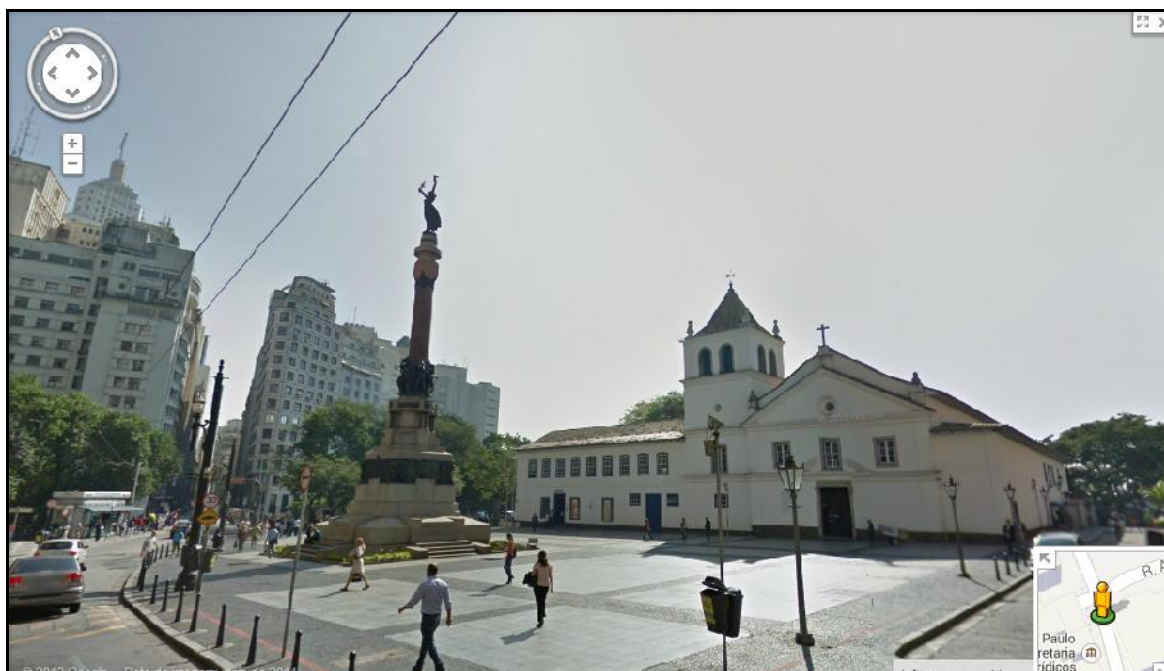
Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Figura 2 – Catedral da Sé



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Figura 3 – Pateo do Collegio



Fonte: Enquadramento por Jairo Bastidas a partir do Google Maps *Street View*, fevereiro de 2013.

Figura 4 – Detalhe Catedral da Sé

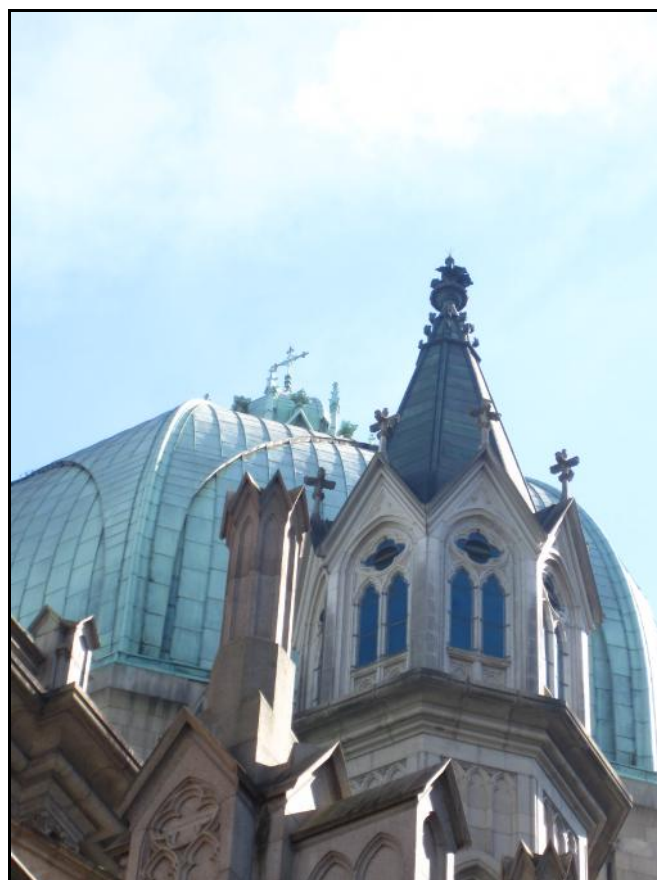


Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Figura 5 – Edifício Banespa/Santander



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2012

Figura 6 – MASP



Fonte: Enquadramento por Jairo Bastidas a partir do Google Maps *Street View*, fevereiro de 2013.

Figura 7 – Copan



Fonte: Enquadramento por Jairo Bastidas a partir do Google Maps *Street View*, fevereiro de 2013.

Figura 8 – Detalhe Copan



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

Figura 9 – Faculdade de Direito USP



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

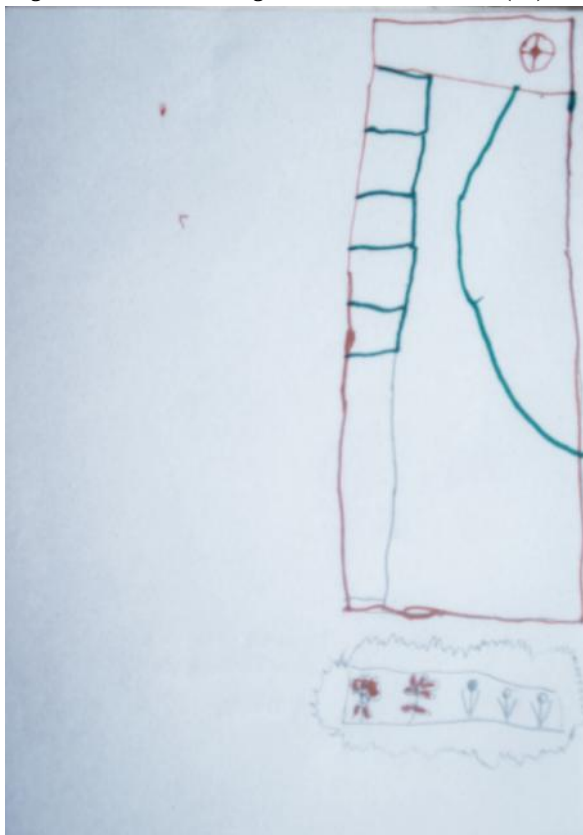
Figura 10 – Praça do Patriarca



Foto: Jairo Bastidas, julho de 2013.

APÊNDICE C - Imagens de outras representações bidimensionais e tridimensionais elaboradas pelos integrantes da amostra

Figura 11 – Desenho imagem São Paulo elaborado (S3)



Org.: Jairo Bastidas, agosto de 2013.

Figura 12 – Desenho maquete trilha urbana (S1)



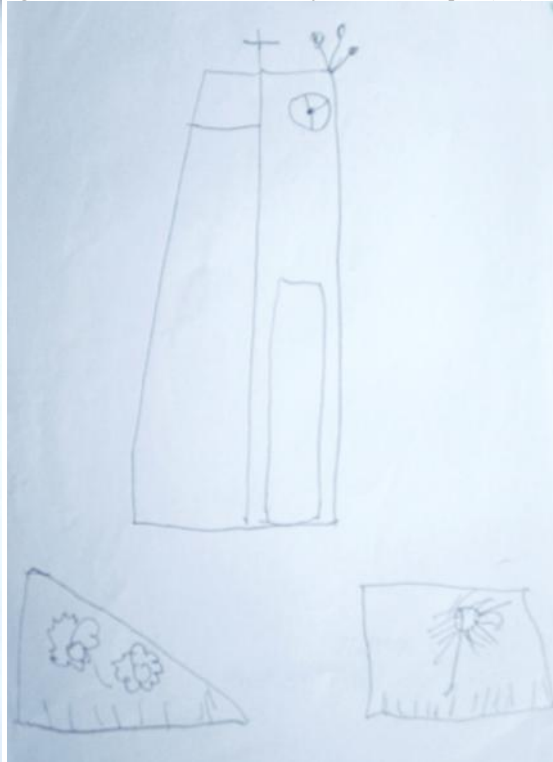
Org.: Jairo Bastidas, agosto de 2013.

Figura 13 – Desenho de observação elaborado por (S1)



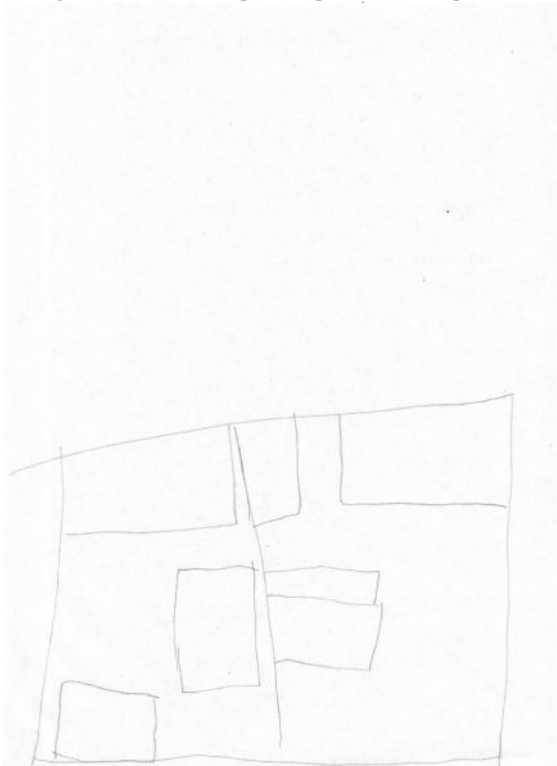
Org.: Jairo Bastidas, agosto de 2013.

Figura 14 – Desenho de observação elaborado por (S3)



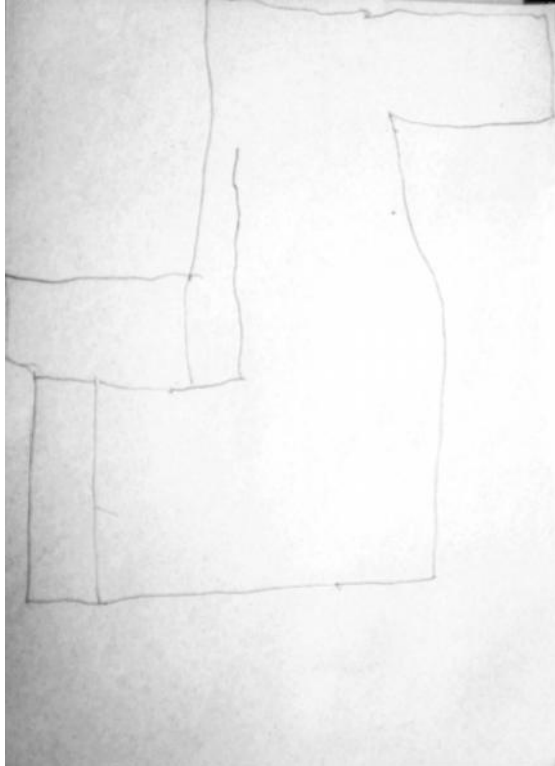
Org.: Jairo Bastidas, agosto de 2013.

Figura 15 – Desenho planta apto elaborado por (S2)



Org.: Jairo Bastidas, agosto de 2013.

Figura 16 – Desenho planta apto elaborado por (S3)



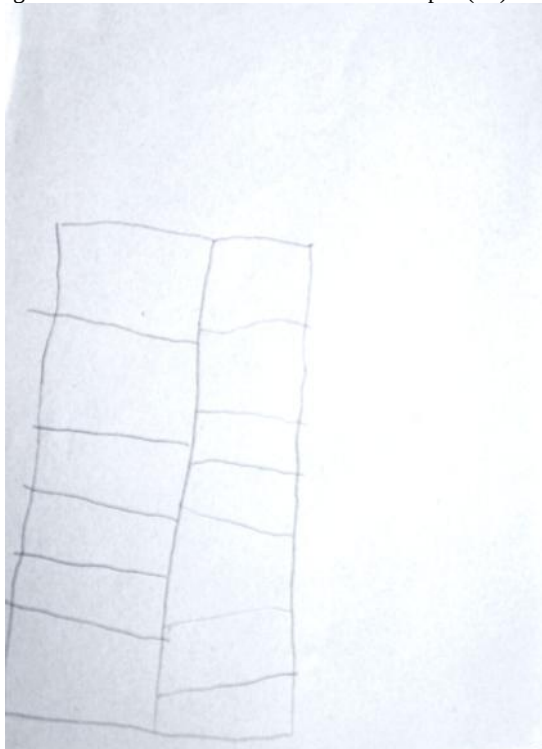
Org.: Jairo Bastidas, agosto de 2013.

Figura 17 – Desenho planta apto. elaborado por (S4)



Org.: Jairo Bastidas, agosto de 2013.

Figura 18 – Desenho fachada casa elaborado por (S2)



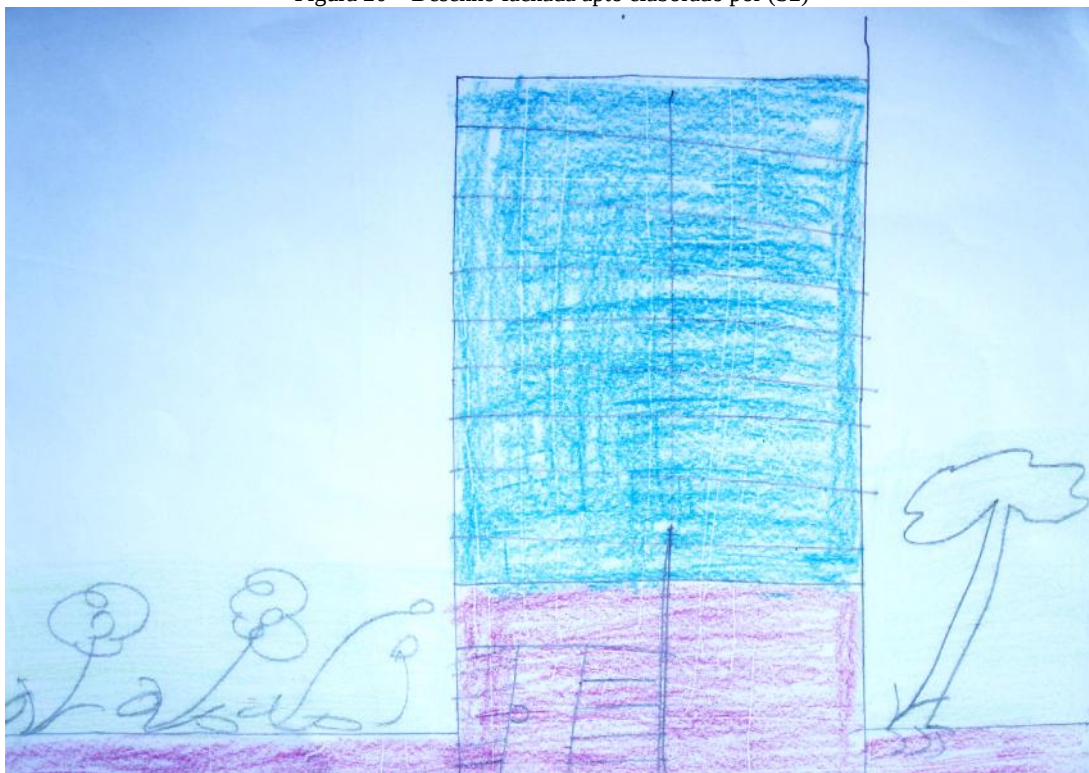
Org.: Jairo Bastidas, agosto de 2013.

Figura 19 – Desenho fachada apto elaborado por (S4)



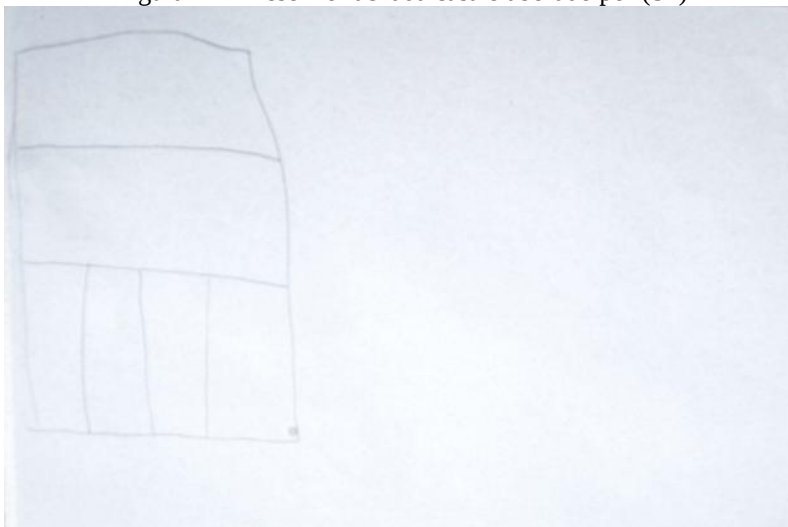
Org.: Jairo Bastidas, agosto de 2013.

Figura 20 – Desenho fachada apto elaborado por (S2)



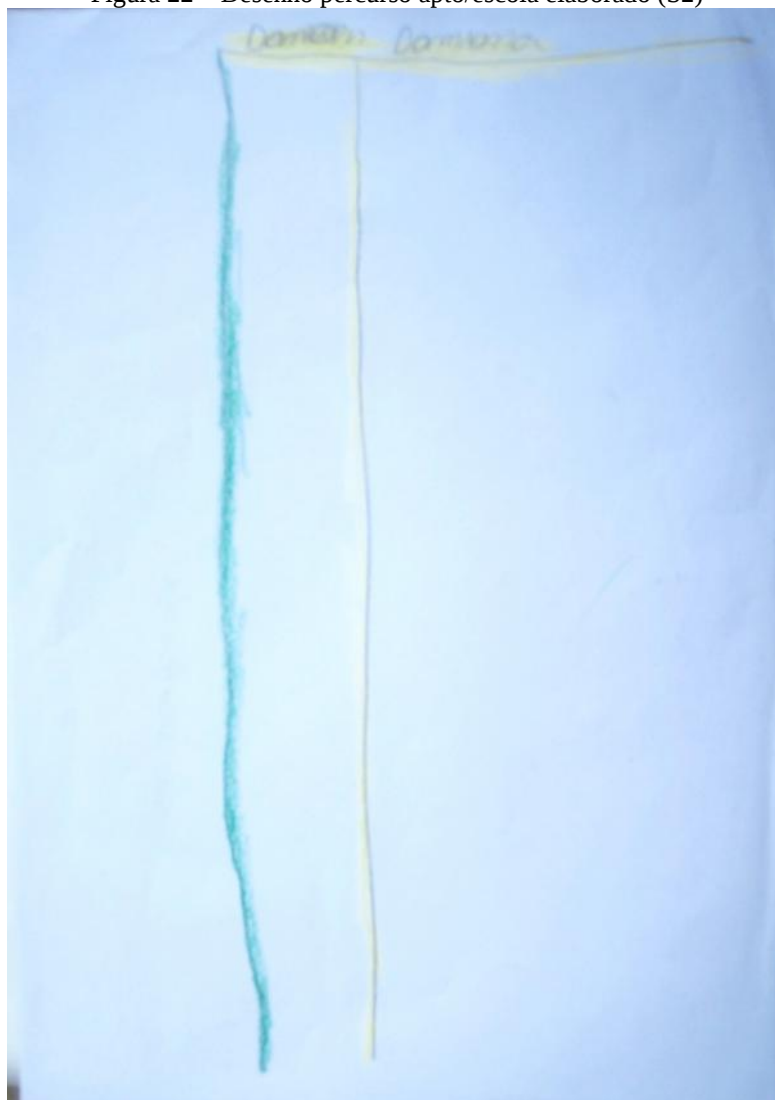
Org.: Jairo Bastidas, agosto de 2013.

Figura 21 – Desenho fachada casa elaborado por (S2)



Org.: Jairo Bastidas, agosto de 2013.

Figura 22 – Desenho percurso apto/escola elaborado (S2)



Org.: Jairo Bastidas, agosto de 2013.